**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**Modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a
reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo**

FERNANDO FIRMINO MESSIAS

Versão Corrigida. Resolução CoPGr 5890, de 20 de dezembro de 2010.

São Paulo, 2012

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**Modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a
reprodução da força de trabalho a partir da periferia metropolitana
de São Paulo**

FERNANDO FIRMINO MESSIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Versão corrigida. Resolução CoPGr 5890, de 20 de dezembro de 2010.

De acordo: _____
Profº Drº Anselmo Alfredo

Orientador: Profº Drº Anselmo Alfredo

São Paulo, 2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

MESSIAS, Fernando Firmino

Modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo; Orientador: Anselmo Alfredo. São Paulo, 2012, 211 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

1. Modernização periférica. 2. Crise do trabalho 3. Periferias urbanas 4. Metrópole de São Paulo 5. Urbanização Crítica

Nome: MESSIAS, Fernando Firmino

Título: Modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

A meus pais,
pelo apoio incondicional.

Agradecimentos

A realização desta pesquisa foi possível devido à presença de inúmeras pessoas. Agradeço inicialmente a meus pais, pois mesmo diante das inúmeras dificuldades e da pouca instrução formal que tiveram, souberam cultivar em mim o interesse pelo conhecimento, sem o qual este caminho não poderia ser trilhado.

Ao professor Anselmo, que acolheu as proposições iniciais desta pesquisa e foi apresentando o necessário e difícil rigor na busca de compreender a realidade. Sei que a totalidade de suas orientações não se fizeram presentes neste trabalho, o que o isenta das lacunas e das insuficiências nele contidas. De qualquer forma, o ensinamento foi crucial e corresponde a um divisor de águas na minha formação.

Ao Márcio, que acompanhou todo o período do mestrado e não titubeou em me auxiliar nos momentos difíceis.

Ao Luccas Couto, pelo permanente debate e pela amizade que perdura desde os tempos da graduação. Aos sumidos Alexsandro e Nicolau, que estiveram presentes no início deste percurso.

À Luana, pela torcida constante.

Ao Eduardo e à Dani, pela amizade e por estarem por perto cotidianamente diante das dificuldades do início do mestrado.

Aos membros do Grupo de Leitura d'O Capital, pois todas as reflexões levantadas auxiliaram neste trabalho.

Aos companheiros de mestrado Fernão, Matheus, Rinaldo, Ana, Leo e Renato, com os quais compartilhei não apenas angústias e incertezas, mas também reflexões importantes contidas na pesquisa.

Ao Rinaldo, pelo auxílio imprescindível e urgente com a questão cartográfica.

Aos moradores da Vila Nova Esperança, pelos momentos que permitiram traçar as considerações contidas nesta dissertação.

À Livia, que conheci durante os trabalhos de campo, me auxiliou em inúmeros deles e se mostrou suscetível a dialogar a respeito de grandes problemas e debates trazidos pelas nossas pesquisas. Espero que assim prossigamos nos próximos anos.

Àqueles que conviveram cotidianamente na EMEF Educandário Dom Duarte e não deixaram de mostrar apoio na realização deste trabalho.

À Ana Paula Martins e à Laura, que contribuíram para levar a cabo aquilo que acredito.

Ao Adriano, Diego, Mario e Paulo, que trouxeram um pouco de música e poesia neste percurso. Saudades da “Carta na Manga”.

Ao professor Dieter, pelas sugestões no momento da qualificação.

À professora Amélia, pela importância apresentada em todo o percurso de minha formação. Sem dúvidas, contribuiu de forma decisiva em relação ao caminho da crítica aqui perseguido.

Ao professor Júlio Suzuki, pela convivência durante a iniciação científica e suas sugestões e orientações durante a graduação.

A todos com quem me deparei no LEMADI durante a monitoria da licenciatura e que auxiliaram de alguma forma em inúmeros aprendizados impossíveis de serem elencados aqui. Cabe mencionar a Waldirene e as professoras Glória e Maria Eliza neste processo, pelos importantes ensinamentos e acolhimento às questões suscitadas pela monitoria.

Ao Fabio Lima, grande amigo de Mogi desde os tempos do vestibular.

A alguns amigos distanciados pela urgência da pesquisa, mas que nunca deixaram de incentivar este trabalho: Hellen, Ronie, Silvana, Ana Dietrich.

À Mariá, pela força na tradução do resumo.

Por fim, a minha família.

“A justiça das transações que se efetuam entre os agentes da produção baseia-se na circunstância de se originarem das relações de produção como consequência natural. As formas jurídicas em que essas transações econômicas aparecem como atos de vontade dos participantes, como expressões de sua vontade comum e como contratos cuja execução pode ser imposta à parte individual por meio do Estado não podem, como simples formas, determinar esse conteúdo. Elas apenas o expressam. Esse conteúdo é justo contanto que corresponda ao modo de produção que lhe seja adequado. É injusto, assim que o contradisser. A escravidão, na base do modo de produção capitalista, é injusta; da mesma maneira a fraude na qualidade da mercadoria.”

Karl Marx

RESUMO

MESSIAS, Fernando Firmino. **Modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo**. 209 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2012.

O crescimento econômico brasileiro nas décadas de 60 e 70, sobretudo, levantava questões importantes referentes aos mecanismos nos quais se estabelecia a exploração da força do trabalho frente à modernização nacional e, por conseguinte, à consolidação de um padrão de acumulação urbano-industrial. Nessa direção, verificava-se a superexploração do trabalho como fundamental ao contexto do *Milagre Econômico*, assentado em relações de trabalho cuja especificidade estava no pagamento de um salário ao trabalhador que não correspondia às necessidades integrais para a sua reprodução. No interior deste debate, alcançavam-se os problemas da reprodução da força de trabalho que levava a cabo o processo econômico, dos quais se desdobram, nas grandes metrópoles brasileiras, principalmente, os termos da *espoliação urbana*. Diante deste quadro, a urbanização no Brasil, – sobretudo a partir da dimensão que assumia o crescimento das periferias urbanas –, foi compreendida como um momento deste processo, pois denotava uma modernização que, no limite, não apenas reproduzia os salários insuficientes dos trabalhadores e a carência por bens de consumo coletivos – no âmbito de um diminuto *salário indireto* –, mas também os tinha como fundamento. Esta dissertação procura recuperar algumas questões deste debate acerca das periferias da superexploração do trabalho e tecer algumas considerações de modo a auxiliar na reflexão sobre a reprodução social contemporânea a partir da periferia de São Paulo. Para tanto, constitui nosso foco traçar uma interpretação a respeito da modernização brasileira, buscando seu fundamento na negatividade do trabalho. Nesta medida, não nos reservamos a negar a espoliação urbana como intrínseca à modernização nacional, mas sim a uma tentativa de deslocar os termos a que se refere, inserindo a sua razão de ser não em padrões distributivistas, mas como uma das formas de manifestação da crise do trabalho. O esforço, nesta direção, se fez com o resgate de alguns pontos do método e da teoria presente em obras de Lukács e Marx, além de alguns de seus interlocutores, o que nos permite reconhecer a pertinência da abstração valor como mediação não superada da sociedade capitalista. Pretende-se, assim, corroborar para uma análise que se permita trazer à discussão uma Comunidade da periferia de São Paulo a partir dos nexos sociais e dos processos fundamentais aos quais reporta. A Vila Nova Esperança, comunidade que trazemos à investigação nesta dissertação, situada na divisa entre os municípios de São Paulo e Taboão da Serra, se compõe de inúmeros processos que revelam, a partir de nossa interpretação, momentos capazes de descortinar o

sentido da reprodução social capitalista em sua universalidade, no âmago da *modernização periférica*.

Palavras-Chave: Modernização periférica, Crise do trabalho, Periferias urbanas, Metrópole de São Paulo, Urbanização Crítica.

Abstract

MESSIAS, Fernando Firmino. **Modernization and peripheral crisis work: considerations for social reproduction from the periphery of metropolitan São Paulo.** . 209 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2012.

The Brazilian economic growth in the 60s and 70s, especially, raised important questions regarding the mechanism which was established in the exploitation of the labor force opposite the national modernization and therefore the consolidation of a pattern of urban-industrial accumulation. In this direction, it turned the overexploitation of labor as the fundamental context of the Economic Miracle, seated in labor relations whose specificity was in payment of a salary to workers who did not meet the full requirements for their reproduction. Within this debate, reached up the problems of reproduction of the labor force that was pursuing the economic process, of which unfold in big Brazilian cities, especially the terms of urban dispossession. Given this framework, the peripheral urbanization in Brazil was a moment of this process understood as denoting a modernization that, in the end, not only reproduced the inadequate wages of workers and the lack of collective consumption goods - within a miniature indirect salary - but also was based. This dissertation seeks to recover some issues of this debate about the peripheries of the overexploitation of labor and some considerations to assist in reflecting on contemporary social reproduction from the outskirts of São Paulo. Therefore, our focus is to draw an interpretation regarding the Brazilian modernization, seeking its foundation in the work of negativity. To this extent, we reserve not to deny the urban dispossession as intrinsic to national modernization, but rather an attempt to shift the terms referred to by entering your reason for not being in distributive patterns, but as one of the manifestations of labor crisis. The effort in this direction was made with the rescue of some points of method and theory in the present works of Marx and Lukács, and some of its partners, which allows us to recognize the relevance of abstraction mediation unsurpassed value to society capitalist. The aim is thus to corroborate an analysis which allows to bring a community discussion on the outskirts of São Paulo from the social nexus of the fundamental processes and to whom reports. The Vila Nova Esperança, the research community to bring this dissertation, located on the border between the cities of São Paulo and Taboão da Serra, is composed of numerous processes that reveal, from our interpretation, moments can unveiling the meaning of social reproduction capitalist in its universality, in the essence of modernization peripheral.

Keywords: modernization peripheral, crisis work, urban peripheries, Metropolis of São Paulo, urbanization.

Sumário

Introdução	13
1. Em busca de um método	16
1.1 Fragmento e totalidade na construção de uma teoria crítica a partir de Luckás	18
1.2 Mercadoria e o processo de troca.....	27
1.3 Força de trabalho e mais-valia. Produção e valorização do valor.....	30
1.4 A medida e a desmedida do capital. Finitude e infinitude da acumulação.....	35
1.5 Relação crítica do capital: a contradição capital-trabalho e os termos de sua crise.....	40
1.6 Circulação do capital e sua determinação crítica.....	44
1.7 Concentração e centralização: as contradições no cerne da monopolização do capital.....	47
2. Modernização periférica no cerne das contradições capitalistas.....	56
2.1. Estado e superação do subdesenvolvimento.....	57
2.2 Regulação capital-trabalho no cerne da modernização periférica.....	69
2.3 Crise do desenvolvimentismo como um momento da reprodução capitalista na periferia.....	80
2.4 Estatismo e Monetarismo no sistema produtor de mercadorias. Fundo público e seus limites no cerne da reprodução social capitalista.....	85
2.5 Modernização e seus problemas no terreno da luta de classes.....	95
3. Superexploração do trabalho e periferias urbanas.....	109
3.1 Crise do trabalho e o problema do debate envolto às periferias urbanas.....	116
3.2 Vila Nova Esperança no contexto de reprodução da metrópole paulista.....	132
4. Periferias urbanas e crise do trabalho. Reprodução crítica da força de trabalho a partir da Vila Nova Esperança.....	140
4.1 As formas de ser do trabalho: uma aproximação com a Vila Nova Esperança.....	142
4.2 A ilusão jurídica e os limites da lei na reprodução social capitalista.....	155
4.3 Negação da Negatividade espacializada: a reprodução crítica da metrópole.....	165
4.4 Cotidiano e reprodução crítica da força de trabalho.....	178
4.4.1 Movimento político e suas contradições.....	180
4.4.2 Formas de consciência no âmago da reprodução crítica da força de trabalho.....	185
4.4.3 Gato do gato e o trabalho em sua forma negativa no cerne da reprodução periférica da metrópole.....	193
5. Considerações Finais.....	198
6. Referências Bibliográficas.....	204

Introdução

Nesta dissertação, procuramos elaborar um caminho para se compreender a reprodução social contemporânea a partir de um recorte da periferia da metrópole paulistana, reconhecendo a sua potência em revelar algumas das contradições a que se refere a modernização brasileira. Para atingir as considerações a esse respeito, a aproximação com a Vila Nova Esperança, localizada na região oeste da metrópole, entre os municípios de São Paulo e Taboão da Serra, nos expôs inúmeros fenômenos que se apresentam de forma fragmentada à pesquisa e impõem a necessidade de um método capaz de compor os nexos sociais, sem os quais as relações fundamentais a que reportam permaneceriam veladas. O esforço constitui-se, assim, em tecer algumas reflexões a propósito das determinações que se põem à forma social capitalista, de modo a oferecer uma interpretação acerca da Vila Nova Esperança em seus processos fundantes.

No decorrer do capítulo 1, discorreremos a propósito das questões metodológicas e teóricas que norteiam este trabalho. Sobretudo a partir da leitura de Lukács, Marx e alguns de seus interlocutores, buscamos criar um terreno possível para construir as mediações necessárias que visam não autonomizar os fragmentos dos quais nos debruçamos no decorrer da pesquisa. Sendo assim, as questões que tal discussão suscita esforçam-se em expor as mediações imprescindíveis à construção de um objeto de pesquisa para além de suas feições formais.

Avançando a discussão, o capítulo 2 pretende elencar alguns pontos a respeito da modernização periférica brasileira, de modo a percorrer momentos assentados em contradições imanentes e fundantes à forma social capitalista específica do capitalismo periférico. Assim, procura sinalizar aspectos nos quais a relação capital-trabalho se desdobra apontando, sobretudo, o sentido de poupar trabalho no cerne desta modernização. Portanto, esta seção constitui o esforço de compreender algumas das determinações em que se situa a industrialização brasileira, pondo o acento, também, em problemas relacionados às abordagens que inferem o deslocamento das contradições inerentes à valorização do capital para o fundo público, de modo a delimitar o caminho a se percorrer nesta dissertação. Este capítulo compõe um momento, dessa forma, do caminho necessário a compreender

as abstrações sociais, inerentes à forma capitalista, constituindo o fundamento não superado diante da modernização periférica.

O capítulo 3 tem como objetivo discutir sobre um dos elos possíveis entre a modernização periférica e a urbanização: a superexploração do trabalho. Neste momento, procuramos partir da realidade deflagrada pela transição da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial no Brasil, que inseriu na ordem do dia do debate acadêmico a questão das condições de reprodução da força de trabalho no interior deste processo. As vicissitudes desta passagem apareciam condicionando as formas em que a reprodução da classe trabalhadora se efetivava, as quais inseriam o necessário exame entorno da urbanização de um país inserido na periferia do capitalismo mundial. Dentro dos marcos do debate a esse respeito, circunscrito, principalmente, aos anos 70 e 80 do século XX, ganhava respaldo a interpretação acerca da superexploração dos trabalhadores e das condições nas quais se reproduziam nas metrópoles brasileiras, situando o problema aos termos de uma lucratividade assentada na apropriação de parte significativa do produto do trabalho que caberia à reprodução da força de trabalho no contexto urbano. Tratava-se de pôr o acento, conforme aponta a leitura de Lucio Kowarick, sobre a espoliação urbana, como um processo intrínseco à modernização brasileira. Nessa medida, o capítulo, embora não se contraponha à espoliação urbana como uma particularidade engendrada pela modernização periférica, procura deslocar suas determinações, cuja luta distributivista de rendimentos, na forma de salário, inclusive salário indireto, não superam as contradições a que remetem. Nossa interpretação neste capítulo pretende sugerir que, partindo das contradições imanentes a esta forma de sociabilidade, há uma generalização da crise do trabalho que ultrapassa a produção de um exército industrial de reserva, chegando a ter como desdobramento a constituição de indivíduos designados por Robert Kurz como *sujeitos monetário sem dinheiro*.

Por fim, o capítulo 4 pretende expor as questões que a Vila Nova Esperança suscita no cerne de uma reprodução social crítica, argumentando sobre a sociabilidade capitalista, nas suas determinações abstratas, e, por conseguinte, nas formas de consciência monetarizadas por elas exigidas. Diante desta objetividade social, o termo *urbanização crítica* de Amélia Damiani adquire potência, no sentido

de que se verifica a impossibilidade do urbano efetivar o que o mesmo sugere – trata-se, assim, da negação do urbano. Logo, as questões que se apresentaram enquanto parcelas desta realidade - das formas do trabalho às questões ambientais e jurídicas – não se compuseram de forma autônoma nesta dissertação, mas sim como algumas das particularidades da universalidade categorial desta forma de sociabilidade. Apesar do esforço, sabemos que se trata de um caminho ainda insuficiente para se alcançar os termos exigidos por um conhecimento efetivamente crítico no que concerne à esta totalidade social. No entanto, as próximas páginas o têm como norte e consolidam o início deste percurso.

1. Em busca de um método

Esta dissertação fomentou-se da necessidade de construir caminhos para se compreender o sentido da reprodução da força de trabalho na metrópole de São Paulo a partir dos processos sociais apresentados pela Vila Nova Esperança. Para tanto, procuramos ter como aporte uma teoria crítica que desvele os processos fundantes das relações suscitadas pela Comunidade em questão, perpassando por problemas referentes à especificidade da modernização e da urbanização em um país periférico como o Brasil. A análise, todavia, se inicia com a busca das determinações às quais ambos os processos estão sujeitos e reportam: as leis da sociabilidade capitalista.

A Vila Nova Esperança nos traz um recorte de grande complexidade, no qual as relações envolvidas no estabelecimento da força de trabalho na metrópole de São Paulo apresentam-se por inúmeros fenômenos que, tomados de forma fragmentada, obscurecem as suas razões de ser. Iniciamos, assim, essa dissertação com um problema a ser enfrentado. Trata-se da construção de um método que não se atrele à particularidade do fenômeno em si e nela se esgote, mas que o apresente e compreenda as determinações históricas e lógicas a que está sujeito. Esse percurso apenas se constitui na medida em que os impasses jurídicos, além das formas de ser do trabalho e de consciência a nós trazidas pela Comunidade, são revelados em sua aparência como um momento da análise que necessita ser superado para se alcançar as determinações essenciais, as quais lhes conferem uma existência real – e, portanto, necessariamente, fetichista – na sociedade capitalista atual. Assim, consiste em nosso objetivo uma exposição da aparência assumida pelo processo social, bem como as mediações necessárias para alcançar sua essência.

Nessa direção, concebe-se, aqui, que a construção de uma crítica da sociabilidade determinada pela lógica do capital envolve a necessidade de ultrapassar o nível da materialidade, pois, como bem pontuou Marx, o fundamento da sociedade produtora de mercadorias está para além de suas feições materiais. O valor, enquanto valor que se valoriza através do trabalho, e por meio do dispêndio abstrato deste se torna mensurável – além de se repor, de modo fetichista, enquanto

sujeito – faz desta sociedade uma sociedade cujo fundamento não repousa na materialidade que lhe é inerente.

Como se verá no decorrer desta dissertação, no cerne desta abstração, desvelada por Marx como abstração trabalho, há uma generalização do processo de reificação do ser humano, que lhe retira as condições de apreender o caráter social no qual se fundamenta a sociedade moderna. É ela, a abstração trabalho, determinante na forma de ser da sociedade em questão, pois se estabelece regulando todos os âmbitos da reprodução social, inclusive toda compreensão do mundo por ela posto. Não por acaso, esta dissertação se inicia com um debate em torno das acepções metodológicas que se põem a desvelar as determinações essenciais e, por isso mesmo, fetichizadas, do processo social.

Disso resultou o esforço em tecer uma interpretação a respeito da sociedade capitalista, cujas determinações estão circunscritas historicamente de modo a requerer uma necessária discussão entorno da sua substancialidade. Assim, superar o plano do aparente e suas implicações na forma de pensamento leva-nos a reconhecer as formas de dominação como um fundamento das relações sociais. Todavia, devido a tal aparência subjazer a essência do processo social real, é necessário traçar um caminho para se alcançar os termos dessas formas de dominação. Por não estarem dados de antemão, exige-se, assim, compreender os fundamentos de uma sociedade que não é dona de si mesma e apenas repõe fetichisticamente a forma de apreendê-la pelo pensamento. Nessa direção, há de considerar, inclusive, a forma social capitalista na medida em que implica a cisão dos indivíduos no interior da divisão social do trabalho, como a forma pela qual a produção de mercadorias se generaliza de modo a velar as relações sociais em que se fundamenta. Portanto, devido à lógica constitutiva do capital obnubilar aquilo que lhe fundamenta, um método em que se põe a buscar os nexos fundantes dos processos sociais se coloca como primordial.

Assim, não sem razão, Robert Kurz sinaliza a respeito dos riscos assumidos pela crítica que se distancia da substancialidade referida a esta forma social. Nesse ponto, a construção da crítica necessária para desvelar essa sociedade, que nos termos de Kurz assume a condição de uma *crítica negativa*, deve se por na direção da compreensão das categorias basilares desta forma social,

apontando seus fundamentos. Caso contrário, o conhecimento fomentará a reiteração das relações estabelecidas, sejam nas perspectivas que se pretendem críticas afirmativas, sejam nas análises particulares presas ao prisma relativista pós-moderno, que não apenas deixam de revelar as contradições da reprodução desta sociedade, mas também reiteram suas categorias.

Cabe alertar que tal opção metodológica não nos permite, como menciona Lefebvre (2008) a respeito do urbanismo, se apoderar do objeto e encerrá-lo em nosso sistema de ação. Tal concepção pragmática não nos cabe. Trata-se, isso sim, de considerar as formas fetichistas que compõem a sociedade atual e trazer à tona o que lhe é subjacente. Para tanto, as páginas seguintes discorrem a respeito do método sob o qual a realidade a nós apresentada pela Vila Nova Esperança será compreendida de modo a expor, a partir de sua particularidade, a universalidade das categorias desta sociedade. Pretendemos nos debruçar sobre a dimensão empírica sem recair nos riscos de particularismos em si mesmos ao direcionar a discussão para os termos da reprodução social enquanto totalidade, cujas leis, por estarem veladas às formas de consciências necessárias a sua efetividade, inclusive pela realidade que se apresenta de forma fragmentada, devem estar no cerne da questão. Apesar das dificuldades e da insuficiência a que esta dissertação está sujeita, este será sempre seu norte.

1.1 Fragmento e totalidade na construção de uma teoria crítica.

A discussão que se estabelece nesta seção remete a uma possibilidade de método ao fazer referência à condição assumida pela totalidade e pelo fragmento na constituição do pensamento crítico da realidade social. Tecer algumas considerações a esse respeito se torna crucial para expor o sentido contido em nossa pesquisa, qual seja, o de evitar que as especificidades das relações envolvidas na formação da Vila Nova Esperança e na reprodução de seus moradores venham compor uma análise parcial, fragmentária, e, portanto, não apenas distantes de compreender aquilo que lhes fundamenta, mas insuficientes de desvelar a essência a que tais momentos da realidade reportam. Por essa razão, há que se considerar uma totalidade que se efetiva necessariamente por fragmentos, a

qual aparece à consciência como fragmentada, abstraindo, assim, as suas reais determinações. Acresça-se, ainda, as formas fragmentárias do conhecimento derivadas dessa totalidade fragmentada que se põem a compreender suas partes. Por essa razão, como insiste Lukács,

O isolamento – por abstração – dos elementos, tanto de um domínio de investigação quanto de conjuntos específicos de problemas ou de conceitos no interior de uma área de pesquisa, é certamente inevitável. O que permanece decisivo, no entanto, é saber se esse isolamento é somente um meio para o conhecimento do todo, isto é, se ele se integra sempre no contexto correto de conjunto que ele pressupõe e ao qual apela, ou ainda se o conhecimento abstrato do domínio parcial isolado conserva sua 'autonomia', e permanece um fim 'em si'. Para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história etc autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade. (LUKÁCS, 2003:107).

Ao conceber a superação deste isolamento específico como necessário para apreender a realidade contraditória capitalista, Lukács verifica a existência efetiva de elos entre uma “uma exposição histórica isolada” e a “história universal” (2003:312). Desde que superada a visão parcial desta realidade, o autor infere que a exposição da essência do processo social pode ser compreendida nos isolamentos apresentados no plano da empiria, na medida em que se cumpra a exigência da superação do fragmento compondo assim um momento referente ao método capaz de elucidar o real movimento da totalidade. Ressalte-se que a totalidade social capitalista, na medida em que pressupõe a cisão das próprias atividades sociais perante a imposição de uma divisão social que lhe é específica, efetiva uma apreensão fragmentada à consciência do indivíduo moderno. Logo, ao considerar os “fatos históricos”, bem como a necessidade de ampliar seu significado, inclusive admitindo a impotência que os mesmos, *per si*, possuem de elucidar a realidade posta a ser desvelada, constatamos, a partir da análise lukacsiana, que tais “fragmentos da realidade”

têm de permanecer numa facticidade bruta e incompreendida, visto que toda possibilidade de compreendê-los realmente, de perceber seu verdadeiro sentido, sua real função no processo histórico, tornou-se *sistematicamente* impossível com a renúncia do método a um conhecimento da totalidade. Mas a questão da história universal

(...) é um problema de método que surge necessariamente em toda exposição até do menor capítulo da história, do menor recorte. Pois a história como totalidade (...) não é nem a soma simplesmente mecânica dos acontecimentos históricos isolados, nem um princípio histórico. (...) A totalidade da história é, antes de tudo, ela mesma um poder histórico real – ainda que inconsciente e por isso desconhecida até hoje -, que não se deixa separar da realidade (e, portanto, do conhecimento) dos fatos históricos isolados, sem suprimir também sua realidade e sua facticidade. Ela é o fundamento último e real de sua realidade, de sua facticidade, portanto, da verdadeira possibilidade de conhecê-las, mesmo como fatos isolados. (LUKÁCS, 2003:313).

Admitindo a perspectiva de Lukács (2003) para erigir os procedimentos em relação ao método desta pesquisa, consideramos que assumir a particularidade sem se ater ao âmbito da reprodução da totalidade social culmina na incompreensão da *objetivação real* desta. Por essa razão, em não se atendo à razão de ser das formas de objetivação social capitalista, tal compreensão fará de todo e qualquer objeto histórico uma

mônada imutável, excluída de toda interação com as outras mônadas – concebidas da mesma maneira -, e à qual as características que ela possui em sua existência imediata parecem estar ligadas como propriedades essenciais simplesmente insuperáveis. Embora tal mônada conserve uma unicidade individual, ela é apenas uma mera facticidade, um simples modo de ser” (LUKÁCS, 2003:315)

Torna-se essencial que, no cerne da impossibilidade de compreender a essência das formas sociais inerentes à sociedade determinada pelo capital, estabelece-se uma inconsciência enquanto forma de ser da consciência necessária à efetividade desta realidade¹. Esta forma de consciência inconsciente se conforma em uma relação de necessidade com as abstrações que se derivam dessa forma social, referindo-se ao ocultamento de suas relações fundamentais de modo a não se reportarem a sua universalidade. Disso resulta o seu caráter fetichista que implica na impossibilidade de se reconhecer o real conteúdo social, no qual as formas de

¹ Essa forma de consciência está atrelada à apreensão “do desenvolvimento desse processo que ela mesma efetua como um processo que lhe é exterior, submetido a leis e que ela só pode experimentar de modo passivo.” (LUKÁCS, 2003:163).

consciência, por reportarem a determinações abstratas, conformam uma *objetivação fantasmagórica* inacessível à compressão do indivíduo².

Esta dissertação, portanto, ao se por o objetivo de compreender esta reprodução social em suas determinações a partir de um de seus fragmentos, traz a necessidade de alcançar as mediações que permitam reconhecer os nexos entre fragmento e totalidade na sociedade capitalista atual. Sendo assim, a Vila Nova Esperança constituirá para nós uma expressão do sentido da reposição dos termos da reprodução dessa totalidade. Nessa medida, a mera existência da Comunidade que esta pesquisa se põe a discutir não é suficiente para alcançar o objetivo aqui proposto, pois há que centrar-se nas relações as quais esta realidade específica, enquanto fragmento, está imersa e determinada pela totalidade do processo social. Dessa forma, o movimento presente no texto se consolida a partir desse pressuposto, no qual os processos analisados possuem não uma eventualidade, mas uma relação de *necessidade* com a reprodução da totalidade social. Por essa razão, nos direcionamos a superar o plano imediato, pois “(...) a realidade imediata não pode (...) ser dada imediatamente em suas formas estruturais verdadeiras. Estas devem ser primeiro buscadas – e o caminho que leva à sua descoberta é o caminho do conhecimento do processo de desenvolvimento histórico como totalidade” (LUKÁCS, 2003: 316). Esta perspectiva concernente ao método é necessária para superar a aparência desta realidade, seu imediatismo à consciência³.

É imprescindível, assim, realizar um percurso que não diz respeito à abstenção do imediatismo, pois o mesmo, assim como a mediação entre fragmento-totalidade, são momentos de um processo dialético (LUKÁCS, 2003). Assim, há que se considerar que a realidade possui sua dimensão *imediata* com a qual nos

² Por essa razão, a consciência inconsciente remete a uma racionalidade irracional posta às costas dos indivíduos, a qual se caracteriza enquanto uma 2ª natureza, nos termos de Marx e Lukács. A compreensão desta exige o reconhecimento de que os homens, ao superarem e diluírem os “elos ‘naturais’, irracionais e ‘efetivos’”, criaram, por outro lado, na realidade por eles produzida, “uma espécie de segunda natureza, cujo desdobramento se lhes opõe com a mesma regularidade impiedosa que o faziam outrora os poderes naturais irracionais.” (LUKÁCS, 2003: 272).

³ Nessa direção, o autor, a respeito dessa aparência, alega que esta “surge dos hábitos de pensar e de sentir do simples imediatismo, no qual as formas imediatamente dadas dos objetos, sua existência e seu modo de ser imediatos aparecem como o que é primeiro, real, objetivo, enquanto suas ‘relações’ se mostram como algo secundário e meramente subjetivo”. (LUKÁCS, 2003:316).

depararmos, sendo a saída desse *immediatismo* a necessária produção do objeto. Nesse ponto, Lukács afirma que isso

“pressupõe que as formas de mediação nas quais e pelas quais é possível sair do immediatismo da existência dos objetos dados *são mostradas como princípios estruturais e como tendências reais do movimento dos próprios objetos*. Em outras palavras, a **gênese intelectual** e a **gênese histórica** coincidem, segundo seu princípio.” (LUKÁCS, 2003:318-9, grifo do autor, grifo nosso).

A impossibilidade desta coincidência citada pelo autor se efetiva a partir das formas do pensamento burguês, as quais, por se assentarem no fetiche do capital – e, por isso mesmo, incapazes de superá-lo – adquirem o que Lukács (2003) denomina de cisão entre a gênese intelectual e a gênese histórica de modo a fragmentar a realidade em retalhos, em *facticidades* das quais não se apreende a essência do movimento da realidade histórica⁴. Sob esta perspectiva, o mundo imediatamente dado é apreendido tão somente por uma estrutura de leis a qual remete à dinâmica formal do objeto, distanciando-se assim de constituir sua produção real. Trata-se, assim, da imprescindibilidade da construção crítica do objeto, que culmina por “*retornar ao mesmo immediatismo – conceitualizado, mas apenas de forma direta – com o qual o homem comum da sociedade burguesa depara em sua vida cotidiana.*” (LUKÁCS, 2003:319).

Destarte, o esforço que assumimos nesta primeira seção parte da necessidade de superar a perspectiva imanente ao pensamento burguês, impossibilitado de construir as mediações necessárias à compreensão da sociedade da qual ele mesmo faz parte. Torna-se essencial reconhecer que tal incapacidade de constituir um caminho teórico a respeito da sociedade burguesa em sua essência não constitui uma mera casualidade, mas afirma-se pelo próprio sentido do pensamento burguês, o qual não atinge as mediações necessárias para tanto devido “à aceitação das formas secundárias de objetividade, à permanência no nível da representação simplesmente imediata”. (LUKÁCS, 2003:320-1). Eis o ponto que leva o chamado pensamento burguês, devido a sua incapacidade em construir antinomias às quais “o pensamento tinha que chegar”, a ontologizar os fundamentos

⁴ “(...) no curso do desenvolvimento do pensamento burguês contribuiu cada vez mais fortemente para separar esses dois princípios [gênese intelectual e gênese histórica]. Pudemos constatar que, em vista dessa dualidade no método, a realidade decompôs-se numa quantidade de facticidades que não podem ser racionalizadas e sobre as quais foi lançada uma rede de ‘leis’ puramente formais e vazias de conteúdo”. (LUKÁCS, 2003:319).

de onde erigem tais antinomias, a tê-las de antemão e compreendê-las como facticidades inquestionáveis; é nesse plano que “o pensamento burguês relaciona-se diretamente com a realidade.” (LUKÁCS, 2003:321). Cria-se assim, a partir dessa perspectiva burguesa, a consciência atrelada à imediatividade, deixando por realizar a compreensão crítica da sociedade burguesa. Lukács explicita essa questão nos seguintes termos:

(...) o que devia ser deduzido e compreendido com o auxílio da mediação torna-se o princípio aceito e declarado como valor da explicação de todos os fenômenos: a facticidade inexplicada e inexplicável da existência e do modo de ser da sociedade burguesa adquire o caráter de lei eterna ou de um valor cultural de validade intemporal. (LUKÁCS, 2003:321).

Sob a perspectiva aqui assumida, superar o imediatismo sugerido pela estrutura da sociedade burguesa, como afirma Lukács, “não significa de modo algum estar insatisfeito com essa experiência e querer modificá-la abstratamente.” (2003:327), caminho percorrido, segundo a exposição do autor, pelo chamado marxismo vulgar. Recorrer a essa perspectiva significaria assumir um “juízo de valor, um desejo, uma utopia” (ibidem, 327) e deve ser reconhecido como o ponto nevrálgico dessa vertente que procurou constituir o marxismo sem se atentar à necessária constituição das mediações da realidade que procurava compreender. Recai, por conseguinte, na afirmação da própria realidade que se pôs a criticar⁵. O dever, enquanto vontade de utopia presente no marxismo vulgar, não se coloca à superação do imediatismo, restando a esta vertente do pensamento o dilema ressaltado por Lukács:

“ou ela permite que a existência – absurda – da empiria permaneça inalterada e confira ao dever um caráter meramente subjetivo, ou precisa pressupor um princípio que transcenda o conceito tanto do ser quanto do dever.” (LUKÁCS, 2003:328).

O imediatismo colocado pela empiria apenas será superado com a compreensão de que o que ela nos apresenta não pode ser tratado como fragmento

⁵ “(...) justamente pelo fato de a intenção do sujeito de não aceitar tal e qual sua existência empiricamente dada adquirir a forma do dever é que a forma imediatamente dada da empiria recebe uma confirmação e uma consagração filosóficas: torna-se filosoficamente eterna.” (LUKÁCS, 2003:327).

desconexo à totalidade social a qual ela corresponde, mas sim a ela atrelado e determinado⁶. Tal tarefa se consolida com a construção da mediação, que, segundo Lukács, não é “algo trazido de fora (subjetivamente) para os objetos, não é um juízo de valor ou um dever confrontado com o ser, *mas é a manifestação de sua própria estrutura objetiva.*” (2003:330-1). Esta perspectiva apenas é possível através da superação da própria consciência burguesa⁷. Insere-se aqui o método dialético como aquele capaz de superar as formas reificadas de consciência, pois o mesmo

“(...) distingue-se do pensamento burguês não apenas pelo fato de ele ser capacitado para o conhecimento da totalidade, mas por este conhecimento ser possível somente porque a relação do todo com as partes tornou-se fundamentalmente diferente daquela existente no pensamento reflexivo. (...) a essência do método dialético – a partir desse ponto de vista – consiste no fato de que a totalidade está compreendida em cada aspecto assimilado corretamente pela dialética e de que todo o método pode desenvolver-se a partir de cada aspecto.” (LUKÁCS, 2003: 342-3).

Os pressupostos do método dialético nos permitem construir o caminho para que a Vila Nova Esperança se constitua enquanto um objeto de análise da totalidade social, do seu real movimento e de suas contradições fundantes. Contém, assim, em si, a universalidade desta realidade que nos propomos desvelar. Por essa razão, a realidade por nós apresentada, concebida dialeticamente,

não é uma parte de um todo mecânico, que poderia ser composto de tais partes (o que nos levaria a conceber o conhecimento como uma progressão infinita). *Esse aspecto isolado deveria ser visto como aquele que contém a possibilidade de desenvolver, a partir dele, todo o conteúdo da totalidade.* Contudo, isso só ocorre se o aspecto for mantido como aspecto, isto é, concebido como ponto de passagem para a totalidade; se aquele movimento para além do imediatismo, que transformou o aspecto do processo dialético (...) não se detiver num estado de paralisação, num novo imediatismo. (LUKÁCS, 2003:344) (grifo nosso)

⁶ “Ir além da empiria só pode significar (...) que os objetos da própria empiria são apreendidos e compreendidos como aspectos da totalidade, isto é, como aspectos de toda a sociedade em transformação histórica” (LUKÁCS, 2003: 330).

⁷ “Mas isso só pode manifestar-se e elevar-se à consciência como consequência do abandono da atitude errônea do pensamento burguês para com os objetos. Pois a mediação seria impossível se a existência empírica dos próprios objetos não fosse já uma existência mediada, que assume a aparência do imediatismo somente porque – e na medida em que –, por um lado, falta a consciência da mediação e, por outro, os objetos (principalmente) são arrancados do complexo de suas determinações reais e colocados num isolamento artificial.” (LUKÁCS, 2003:331).

Como sugere Lukács, uma análise efetiva e concreta do *fato* se consolida tão somente a partir do seu fundamento social. Portanto, circunscrever um fragmento de forma desconexa ao movimento da totalidade social, ignorar as leis a que está submetido no âmbito da reprodução social capitalista moderna, é aqui descartado como possibilidade de método, pois isso envolveria a supressão das leis a que remetem esta forma de sociabilidade⁸.

Tal opção de método admite a existência do *fato* unicamente como uma perspectiva imanente à própria sociedade capitalista e à consciência fetichista por ela exigida. Dessa forma, o fato imediato se apresenta como verdade e obscurece as determinações sociais que lhe atribuíram seu sentido. Lukács expressa essa questão nos seguintes termos:

Se nas 'leis' ainda é possível descobrir um vestígio da atividade humana, ainda que freqüentemente isso se manifeste numa subjetividade falsa e reificada, a essência do desenvolvimento capitalista, que se tornou estranha e inflexível para o homem e se transformou numa coisa impenetrável, *cristaliza-se no 'fato' sob uma forma que faz dessa rigidez e dessa alienação um fundamento da realidade e da concepção de mundo que é totalmente evidente e está acima de qualquer dúvida.* (LUKÁCS, 2003:369). (grifo nosso).

Consiste, pois, em uma necessidade do método posto a compreender a essência da realidade, verificar os fatos dados, aparentemente independentes e isolados, *encerrados em si mesmos*, como aspectos que reportam à reprodução de um todo social abrangente de modo a superar a sua aparente autonomia. Todavia, não nos convém compreender a aparência dessa autonomia como um “‘engano’ a ser ‘corrigido’ pelo materialismo histórico”, como alerta Lukács (2003:424), mas sim como “a expressão intelectual e categorial da estrutura social e objetiva da sociedade capitalista.” (idem). Portanto, todos os fragmentos, postos sob tendências aparentes de autonomia na sociedade capitalista, devem ser desvelados sob a independência mútua que os determina, “em sua coordenação e subordinação à totalidade da estrutura econômica da sociedade.” (2003:425-6). Sendo assim, nossa perspectiva se pauta na direção de buscar “o caráter processual de cada um dos fenômenos” (LUKÁCS, 2003:368), considerando que, para torná-los compreensíveis

⁸ É pela validade desta argumentação que devemos, portanto, realizar uma exposição nas páginas seguintes sobre os termos a que se referem tais leis.

e válidos a uma teoria crítica social, os mesmos deverão ser considerados em processos e relações os quais não apenas qualificam, mas também determinam essa sociedade. Assim, elucida-se que “os fatos nada mais são do que partes, aspectos do processo como um todo, destacados, isolados artificialmente e cristalizados” (LUKÁCS, 2003:368), os quais, por eles mesmos, inviabilizam a compreensão dos fundamentos sociais que nos dirigimos a desvelar.

A realidade deve ser compreendida para além daquilo que ela nos apresenta, cabendo, nessa direção, verificar “o processo como a verdade das coisas”. Disso depreende-se, nas palavras de Lukács, “*que às tendências de desenvolvimento da história cabe uma realidade superior à dos ‘fatos’ da mera empiria*”. (363). (grifo do autor). A esse respeito, o pensamento burguês não se aproxima dos processos reais, pois suas “determinações isoladoras da reflexão” são resultados da impossibilidade de relacionar as formas singulares à “justaposição da simultaneidade histórica”, tampouco à “sucessão de seus eventos.” (372), o que inclui necessariamente a ausência de categorias que permitam desvelar a razão de ser do movimento da sociedade. Nesse ponto, reforçamos que os fenômenos aparentes e suas determinações situadas no plano da totalidade social precisam ser compreendidos no cerne de um problema categorial. Isto porque, como enfatiza Lukacs,

“quando a ligação dos fenômenos individuais torna-se um problema categorial, então todo problema categorial passa a ser novamente metamorfoseado em problema histórico mediante o mesmo processo dialético, num problema da história universal, que aparece simultaneamente (...) como problema de método e de conhecimento do presente.” (2003:372)

A incapacidade de compreender as reais relações fundantes da sociedade capitalista deve-se à potência engendrada pelas formas de objetividade que se atrelam à produção de formas de consciência presas à ilusão fetichistas (LUKÁCS, 2003). O ocultamento das relações e dos fenômenos opera com a supressão no nível da consciência do caráter histórico do capital, o que inclui fetichizar – e, portanto, inverter – a lógica nele contida. Essa ocultação, menciona LUKÁCS,

“se torna possível somente pelo fato de que todas as formas de objetividade, nas quais o mundo aparece necessária e imediatamente

ao homem na sociedade capitalista, ocultam igualmente, em primeiro lugar, as categorias econômicas, sua essência profunda, como formas de objetividade, como categorias de *relações entre os homens*; as formas de objetividade aparecem como coisas e relações entre coisas.” (LUKÁCS, 2003:87)

Nessa direção, devemos destacar que a supressão do caráter histórico da forma social capitalista imanente à consciência advém da própria natureza da objetividade fantasmagórica. E pelo reconhecimento de que as “determinações reflexivas das formas fetichistas de objetividade têm por função justamente fazer aparecer os fenômenos da sociedade como essências supra-históricas” (LUKÁCS 2003:86), devemos recuperar a construção teórica que desvele sua razão de ser. Coube a Marx o percurso de, através da crítica à economia política, superar a aparência posta pelo processo social através da exposição dos nexos e das determinações da sociedade capitalista, de modo a apontar as forças sociais que se impuseram às costas dos próprios homens. Ao desvelar a essência da realidade social moderna, Marx transcende o *fato* e alcança a universalidade a qual remete esta forma social. Por essa razão, compreende a forma-mercadoria como a universalidade a qual remetem os fragmentos dessa totalidade social. As próximas páginas concentram-se em reter, dentro dos limites desse texto, alguns dos termos da exposição de Marx em relação às categorias econômicas fetichizadas no interior do capitalismo e as contradições que as acompanham.

1.2 Mercadoria e o processo de troca.

A mercadoria, apreendida pela sua materialidade e o seu caráter útil, acaba por velar o seu real sentido e as determinações que a efetivam enquanto tal. Nela se coloca uma determinação que está para além da sua materialidade e que se apresenta como o cerne de toda a sociabilidade derivada do capital. Produto do trabalho tornado abstrato, no tempo desprendido a sua produção estará a medida da grandeza abstrata que lhe confere seu caráter social e metafísico: o valor⁹.

⁹ A construção do argumento de Marx evidencia nesta abstração a efetividade do capital, abstração esta que determina a sociedade na medida em que o trabalho abstrato, enquanto dispêndio de trabalho humano, surge como fundamento da sociabilidade erigida sob a *forma-capital*.

Nas mercadorias está presente o caráter social do trabalho, pois é através delas que a relação entre os produtores se efetiva, com a importante consideração de que esta relação é extrínseca a eles, posta nos objetos dos quais são seus produtos do trabalho. Por essa razão, é necessário sempre se ater à importante asserção de Marx a esse respeito.

A forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 1988:71).

No âmbito desta forma social assentada na forma mercadoria, da qual Marx deriva o fetichismo da mercadoria como inversão necessária a sua efetividade, as relações dos trabalhos privados se estabelecem tão somente a partir da troca entre produtos do trabalho, sendo necessária a forma de consciência fetichista que insere os produtores dotados de subjetividade, quando na realidade se apresentam objetivados num processo de reificação¹⁰, ao passo que reside nos produtos a real subjetividade determinante desta sociedade.

Compreender a essência da mercadoria inclui concebê-la enquanto objetividade do valor, que constitui um pressuposto a priori da sua produção e, portanto, do seu duplo caráter social. Assim, o seu valor de uso está submetido à condição de equivalência do trabalho privado capaz de conferir-lhe a especificidade em relação à permutabilidade com todos os demais produtos do trabalho¹¹.

Diante da troca a que se destinam os produtos do trabalho, esta permutabilidade aparece como sendo condição natural da mercadoria, quando na

¹⁰ Este ocultamento não se trata, pois, de uma questão arbitrária ou ocasional; trata-se da consciência necessária à efetividade desta sociedade. Para Lukács, nas possibilidades desta consciência reificada, as formas de existência do capital “se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque nelas se esfumam, a ponto de tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens entre si e com os objetos reais, destinados à satisfação real de suas necessidades. Tais relações são ocultas na relação mercantil imediata. O caráter mercantil da mercadoria, o modo quantitativo e abstrato da calculabilidade aparecem aqui sob sua forma mais pura. Sendo assim, para a consciência reificada, esta se torna, necessariamente, a forma de manifestação do seu próprio imediatismo, que ela, enquanto consciência reificada, não tenta superar.” (2003:211).

¹¹ “O que somente vale para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias, a saber, o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos do trabalho.” (MARX, 1988:72).

realidade ela é estabelecida por se constituir de trabalho privado abstraído de suas diferenças. Assim, a troca, ao aparecer como sendo um elemento natural advindo da própria mercadoria, quando na realidade é um dado histórico e lógico, acaba obscurecendo a real determinação desta: a de ser corporificação geral do trabalho abstrato¹². Trata-se, dessa forma, de observar, nas palavras de Marx, que os trabalhos concretos são

O tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional, porque nas relações casuais e sempre oscilantes de troca dos seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça. (MARX, 1988:73).

Nesses termos, em que pese o duplo caráter do trabalho no âmbito de sua dimensão concreta e abstrata, é importante ressaltar que a determinação e o sentido desta reprodução social estão nesta última, de modo que a riqueza material não deve se confundir com valor. Isto se revela na medida em que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho se direciona a reduzir o *quantum* de trabalho contido nos processos de trabalho privados, movimento que se traduz pela alteração quantitativa de bens produzidos, mas não pela produção efetiva de valor. Assim, o aumento da força produtiva do trabalho tem como fundamento o trabalho abstrato, estando a forma por ela assumida atrelada ao trabalho concreto. O excerto de Marx é elucidativo neste sentido.

Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. *Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de algum modo o trabalho representado no valor.* Como força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se a abstração da sua forma concreta útil. (MARX, 1988:53). (grifo nosso)

¹² Esta questão refere-se a aspectos das formas de consciência necessárias à reprodução do capital. Nos termos de Marx, consistem nas “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias.” (MARX, 1988: 73)

A determinação contida nesta relação entre trabalho abstrato e desenvolvimento das forças produtivas aponta para a constante necessidade de produzir o valor objetivado nas mercadorias no processo produtivo mediante a redução do seu tempo socialmente necessário. Esta questão se torna crucial, pois, como se verá mais adiante, a efetividade dos capitais individuais se dá a *posteriori* do processo de trabalho, momento em que surge a equiparação do tempo de trabalho individual com o tempo de trabalho socialmente necessário como um dado imanente ao processo de produção capitalista, para que assim ele, o valor-capital, realize-se no mercado.

Esta questão, que remete à realização do valor no processo de troca, no âmbito da circulação de capital, será retomada mais de perto neste texto, embora não seja possível expô-la em toda a sua complexidade. Cabe, perante os limites dessa dissertação, avançar na discussão proposta, expondo que o capital não se define exclusivamente como a produção de valor, mas também como a produção e a realização de um valor que se valoriza, processo cujas bases foram objeto de compreensão, nos termos de uma *desfetichização* realizada por Marx, em relação ao excedente de valor advindo no processo de produção. Assim, as determinações postas no movimento da troca diante do processo representado na equação $D - M - D'$ devem ser objeto de análise para avançar no objetivo desta exposição.

1.3 Força de trabalho e mais-valia. Produção e valorização de valor.

A equação $D - M - D'$ aponta para um processo de troca iniciado com certa quantia monetária que, ao adquirir mercadorias e trocá-las, adquire uma quantia monetária acrescida. A leitura tão recorrente na Economia Política Clássica criticada por Marx incitava que a ampliação monetária desse processo de troca advinha do plano da circulação, pelo comprar para vender mais caro. Constituiu um dos momentos d'*O Capital* por à vista o real processo de produção deste montante ampliado como sendo extraído do próprio processo de exploração do trabalho. Isso significa que $D-M$, o momento inicial da equação, corresponde à compra de uma mercadoria cujo valor de uso é a qualidade de produzir valor. A única mercadoria que apresenta tal qualidade é a força de trabalho.

A mercadoria força de trabalho deve ser compreendida como um pressuposto historicamente determinado e sugere que as condições de existência do capital são históricas e lógicas e que “não estão inteiramente presentes com a circulação de mercadorias e dinheiro. Ele [o capital] surge onde o proprietário de meios de produção e de vida encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta condição histórica abrange uma história mundial.” (MARX, 1982:138-9). Isso infere recorrer às determinações postas na produção desta força e trabalho¹³ que, como mostra Marx, não foi algo casual e arbitrário, mas sim posto e determinado pelo movimento desta totalidade¹⁴.

O trabalhador não detentor da propriedade dos meios de produção não tem controle do produto daquilo que produz, uma vez que ele vende o direito de uso da sua força de trabalho por outrem possuidor da propriedade dos meios de produzir¹⁵. Logo, a este último está garantido o controle da produção pelo fato de ser proprietário dos meios objetivos necessários a esta. Portanto, o conceito de capital, além de incluir o dinheiro que se presta à compra da mercadoria força de trabalho, deve englobar também aquele dirigido à compra dos meios de produção, que compõe as condições objetivas para produzir e também para sujeitar o trabalho daqueles deles despojados. Assim se efetua a oposição do trabalho pretérito, objetivado nos meios de produção, com o trabalho presente, potência de trabalho

¹³ As categorias do capital não existem a priori e por isso Marx realiza um percurso analítico para compreender a formação destas ao descrever o processo de acumulação primitiva de capital, a partir da qual se criam as condições à efetivação deste. Assim, o “processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados”. (MARX, 1985: 262). A esse respeito, é importante frisar que a acumulação primitiva de capital não deve ser vista sob o viés cronológico, como uma mera etapa entre várias do capitalismo: “Ao invés de resultado histórico, é fundamento histórico da produção especificamente capitalista” (MARX, 1985: 195).

¹⁴ É importante ressaltar que a questão da formação da força de trabalho no Brasil é problemática, pois ela não segue a razão de ser do percurso em que ela se constituiu nos países industrializados. Portanto, ela deve ser analisada nos termos da modernização que aqui se estabeleceu e os limites imanentes a este processo em relação à incorporação da força de trabalho mobilizada. Alguns apontamentos a esse respeito serão traçados no decorrer desta dissertação.

¹⁵ “Ao vender essa sua única mercadoria, e visto que ela é inseparável de sua pessoa física, o trabalhador insere a si mesmo e a ela num processo parcial, produzido mecânica e racionalmente, que ele já descobriu pronto, acabado e funcionando sem ele, e no qual ele é inserido como mero número reduzido a uma quantidade abstrata, como um instrumento específico mecanizado e racionalizado.” (LUKÁCS, 2003:336)

inerente ao trabalhador¹⁶. Trata-se da oposição entre o trabalho morto e o trabalho vivo, que compõe objeto de análise na medida em que se desloca o foco da circulação para o processo de produção, através do qual aparece a formação da mais-valia com o consumo da força de trabalho.

A partir da aquisição da força de trabalho, o processo produtivo a incorpora e a associa aos meios de produção, estando nesta esfera (da produção) o seu valor de uso posto a produzir mercadorias sob a determinação da forma-valor, não residindo nesta produção nenhuma ligação com o valor desta força de trabalho. É necessário reconhecer, portanto, o valor e o valor de uso da mercadoria força de trabalho para avançar na compreensão do processo de produção do valor.

O valor da força de trabalho remete, como toda mercadoria, ao tempo socialmente necessário para produzi-la, traduzindo-se no tempo necessário à produção dos meios de que precisa o trabalhador para manter-se enquanto tal e exercer sua jornada de trabalho. O valor de uso da força de trabalho implica na capacidade que esta possui de, quando consumida pela relação produtiva capitalista, produzir mercadorias cujo valor estaria para além do valor pago pelo uso da força de trabalho que a produziu. Marx é enfático a respeito deste valor que a força de trabalho é capaz de produzir, estando nele presente a peça-chave para se chegar, de fato, ao processo de valorização: “que seja preciso meio dia de trabalho para mantê-la [a força de trabalho] viva durante 24 horas, não impede o trabalhador de nenhum modo de trabalhar um dia inteiro. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas diferentes.” (MARX, 1982:159).

É necessário, inclusive, enfatizar que o processo de valorização envolve a produção, por parte da força de trabalho, de mais valor que aquele pago no ato da aquisição do seu valor de uso¹⁷. Por isso, se o processo de formação do valor “durar

¹⁶ Como bem lembra Lukács, “na sociedade capitalista o passado reina sobre o presente (2003: 363)”. Tal referência remete à amplitude das relações sociais que estão sob o invólucro da mercadoria. Portanto, a esse respeito convém notar que o processo de reprodução dessa sociedade, se, por um lado, se efetiva sem se remeter à consciência de si, e, por outro é determinado por suas leis imanentes e cegas, também se revela “em todas as suas formas imediatas de manifestação como o domínio do passado sobre o presente, como o domínio do capital sobre o trabalho.” (2003: 363).

¹⁷ Devido, ainda, ao processo de produção derivar-se na forma dinheiro, bem como tê-la como pressuposto no movimento D-M-D', abstrai-se da consciência a possibilidade de conceber o processo de exploração do trabalho

só até o ponto em que o valor pago pelo capital à força de trabalho é resposta por um novo equivalente, então ele é simples processo de formação de valor. Se o *processo de formação de valor durar para além deste ponto, então ele se torna processo de valorização.*” (MARX, 1982:161). (grifo nosso).

O processo de trabalho, sob a égide do capital, deve ser dirigido a remunerar os montantes investidos no processo produtivo, fazendo que o valor produzido pela força de trabalho esteja acima do aplicado na aquisição dos meios de produção e na aquisição dela mesma. Isto advém do tempo de trabalho excedente, que é o mais-trabalho objetivado, no qual a mais-valia é criada¹⁸. Nestes termos, o processo de produção efetua-se como processo de reprodução na medida em que

a contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. (MARX, 1985: 195)

No momento anterior ao processo produtivo, os detentores dos meios de produção e aqueles deles despojados aparecem mediados por uma aparência de igualdade devido ao caráter fetichista inerente às relações sociais determinadas pelo capital. Esta igualdade, que na realidade é fundamentada pela desigualdade, permite a relação entre capitalista e trabalhador aparecer enquanto relação entre iguais, pois nela ambos se inserem como permutadores devido ao fato de, na esfera da circulação, a força de trabalho ser posta pela aparência de equivalência em relação ao montante por ela pago. Nesse ponto, é importante reconhecer que a igualdade constitui um momento da desigualdade, pois ela está circunscrita à realidade posta por esta última, na qual o trabalhador, em sua condição de indivíduo livre, surge com vista à utilização pelo capital de acordo com suas demandas de valorização.

como fundamento do processo de valorização. “a produção de mais-valia por meio do valor não é[ser] apenas expressa como alfa e ômega do processo, mas expressamente na reluzente forma dinheiro”. (MARX, vol III, 44).

¹⁸ Trata-se de enfatizar que o resultado do trabalho, enquanto riqueza concreta, não define o capital, como muitas vezes interpretou a economia política. Essa questão, ancorada na materialidade, inclusive por vertentes do marxismo operário, acabava compreendendo o capital como sendo a expressão fenomênica da relação de exploração do trabalhador pelo capitalista. Procuraremos elencar alguns apontamentos acerca desta perspectiva e de seus problemas no decorrer desta dissertação.

O pagamento à força de trabalho, realizado pela mais-valia anteriormente extraída no ciclo anterior, aponta para o real conteúdo e sentido da valorização: não a troca de equivalentes, mas sim de uma apropriação integral do produto do trabalho, sendo que a porção deste é o fundamento da compra futura de força de trabalho. Neste plano, o método desenvolvido por Marx permite reconhecer a efetividade de uma ilusão que põe o capital como produtor de mais-valia, ao passo que, na realidade, trata-se da força de trabalho, enquanto seu momento, aquela que lhe fornece o excedente produzido. Portanto, não se constitui a relação capital-trabalho como uma casualidade; trata-se, e isso é necessário sempre enfatizar, de uma *relação de necessidade* entre os seus termos.

A mobilização de capital para a produção se distingue pela sua função no interior do processo produtivo. O capital posto à aquisição de bens necessários à produção, cuja grandeza de valor não é alterada neste processo, é chamado de *capital constante*. Já o capital utilizado para a compra da força de trabalho é aquele que passa por uma mudança de sua grandeza – compõe o chamado *capital variável*. Estando neste último a potência de extração de um sobretrabalho, é imane ao capital o impulso voltado à exploração da força de trabalho, cujo sentido é “sugar a maior massa possível de mais-trabalho com sua parte constante, os meios de produção” (MARX, 1982:189). Neste sentido, afirma Marx, “o capital é trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar”. (MARX, 1982:189).

Deve-se observar que o capital deve repor constantemente o trabalho como o oposto a si, o que infere a reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria capaz de produzir valor e da impossibilidade conferida a ela de deste se apropriar. Pairam aqui os termos de uma reprodução dos pressupostos do movimento de valorização.

O valor é o nexo que compõe o interior do capital, e que determina todas as formas de existência postas em seu movimento. O conteúdo de seu movimento é ele próprio, sendo por ele exigida uma forma social para assim compor o processo no qual ele se efetiva. Por essa razão, o capital deve ser compreendido como um movimento no qual ele estabelece o domínio das condições de sua própria reprodução, ou seja, conforme até aqui exposto, de efetivar seu processo de

valorização. No bojo disto, o dinheiro e a mercadoria são formas de existência do próprio capital das quais ele se transmuta no seu processo de valorização. Como este processo remete a si mesmo, pode-se considerá-lo como autovalorização, pois como ressalta GRESPAN (1999:124), a determinação do capital está em seu movimento “unicamente por si enquanto finalidade de si.” Portanto, a lógica do capital dirige a produção para o aumento do valor, sendo da sua natureza a apropriação de todos os momentos para realizar esta lógica que o identifica enquanto tal.

1.4 A medida e a desmedida do capital. Finitude e inifinitude da acumulação

A expressão D-M-D' pressupõe o dinheiro e a mercadoria como pilares da constante troca de forma para a produção de um valor maior posto no início da equação. Este movimento define o capital enquanto tal e deve ser apreendido como o movimento dele próprio, cujo sentido é, através do valor inicial, criar um valor excedente, como explicitado anteriormente. Nesta direção, o processo de autovalorização é estabelecido pelo movimento de “auto-repulsão” do capital, pois o valor inicial apenas se insere neste processo de modo a criar um valor excedente, o qual dele se difere. Mas é exatamente a criação do distinto ao valor inicial que define o capital enquanto capital. Dessa forma, “ele se determina, se relaciona consigo através da relação negativa com o outro que potencialmente ele contém em si. E a auto-repulsão é justamente o momento negativo desta sua auto-relação”. (GRESPLAN, 1999:126).

Assim, o capital somente se põe e se repõe através da sua relação com a mais-valia, o sobrevalor extraído do processo produtivo do qual o capital é sujeito. Todavia, o movimento do capital, se por um lado aponta para a sua auto repulsão, por outro põe a sua unidade “pela identidade qualitativa da forma-valor dos dois extremos do circuito D-M-D'”(GRESPLAN, 1999:127). Há, através da incorporação da mais-valia e da supressão de sua diferença pelo capital inicial por ele próprio, o princípio de um novo ciclo, que se estende de forma contínua pela extração de mais-valia. Disso, Gresplan observa que

o momento negativo da auto-repulsão se converte e se completa no momento positivo da capitalização. Se inicialmente a diferença quantitativa prevalece sobre a identidade qualitativa, depois esta identidade, retomada através daquela diferença, a suprime, para finalmente prevalecer no ponto de partida de um novo circuito. (GRESPLAN, 1999:127)

É pelo seu caráter autorrepulsor que o movimento do capital é o movimento de acumulação ampliada. Este movimento, por se realizar através da dimensão qualitativa e quantitativa da relação entre capital e mais-valia, se efetiva pela tendência à acumulação ilimitada do dinheiro, cujo sentido repousa na homogeneidade qualitativa inerente a este. Todavia, esta questão esbarra na limitada quantidade de valor acrescentada ao ciclo, apesar do ensejo de realizar infinitamente a potência da acumulação. Por isto, é possível traduzir a acumulação como o impulso permanente e inerente ao movimento do capital, cuja ausência de medida está circunscrita ao seu fim em si mesmo. Esta *infinitude da acumulação* é posta pela superação do momento de autorrepulsão, pois não há fora de si limites para conter a acumulação uma vez que esta se efetiva pelo domínio da fonte de valor. Portanto, o movimento do capital é definido por uma lógica desmedida pela infinitude do processo de acumulação se revelar enquanto sua razão, que se pauta no fim e início da sua equação (D-M-D'), pois estes são qualitativamente idênticos e quantitativamente diferentes. A partir disso concebe-se que a medida do capital está nele mesmo, ou seja, no seu alcance para adquirir os meios de produção e força de trabalho necessários ao ciclo seguinte.

Reduzir o valor da força de trabalho significa diminuir o valor dos meios necessários à subsistência do trabalhador, o que ocorre através do revolucionamento das técnicas de produção, resultando, assim, da ampliação da força produtiva do trabalho. Nestes termos a extração de mais-valia não se dará tão somente com o domínio dos frutos do trabalho, mas haverá uma extração de mais-trabalho em escala ascendente pela diminuição do tempo de trabalho necessário à reposição do trabalhador. Por conseguinte, a *mais-valia relativa* surge deste movimento que reduz ao mínimo o tempo de trabalho necessário através da constante revolução das condições de produção. Marx compreende o estabelecimento desta forma de mais-valia na passagem da subsunção formal do

trabalho para a subsunção real do trabalho¹⁹. Enquanto a mais-valia absoluta se efetiva na medida em que a propriedade dos meios de produção não está ao alcance do trabalhador e este tem de submeter-se ao capital fazendo parte dele próprio, a mais-valia relativa já parte deste domínio sobre a totalidade das condições do processo produtivo pelo capital, pois esse controle lhe confere a capacidade de organizar o processo de trabalho de modo a ampliar sua produtividade. Este avanço dos meios e dos processos de produção marca a subsunção efetiva do trabalhador frente às condições materiais do processo produtivo, as quais passam a deter o controle do trabalho, cujo papel do trabalhador será o de seguir o ritmo já de antemão estabelecido pelos capitalistas²⁰. É importante ressaltar que os investimentos voltados ao progresso material e técnico do trabalho são assegurados pela própria extração de mais-valia na qual “o progresso infinito” da acumulação de capital adquire então uma base real através da determinação recíproca entre o investimento da mais-valia e a ampliação das condições materiais para a produção de sua forma relativa”. (GRESPLAN, 1999:135).

A infinitude da acumulação faz da mais-valia, enquanto uma quantia limitada de sobrevalor, um limite inerente ao processo de acumulação, assim como também o é a transposição deste. Assim, está posto na lógica da reprodução do capital fazer do limite de extração da mais-valia uma barreira a ser transposta, superação esta que revela o sentido posto pela valorização do valor e, assim, repõe-na enquanto processo diante da constituição do novo ciclo do capital, sempre movido pela infinitude da acumulação que o define.

Somente é possível ao capital fazer do seu limite uma barreira a ser superada pela capacidade que ele possui de domínio das condições de produção.

¹⁹ A subsunção formal do trabalho ao capital está circunscrita à dominação do capital das condições de existência de atividades a ele pré-existentes, no qual as relações de extração do trabalho excedente assumem uma ruptura, sem haver, no entanto, alterações no tocante ao processo produtivo. Nesse momento de domínio sobre o trabalho, a ampliação da jornada de trabalho é utilizada de modo a produzir trabalho excedente em níveis crescentes, que Marx intitulou *de mais-valia absoluta*. A partir do crescente desenvolvimento das forças produtivas, frente aos limites postos pela própria jornada de trabalho, há a redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho concomitantemente à ampliação do sobretrabalho extraído, compondo, assim, a *mais-valia relativa*. Sobre essa questão, ver MARX, 1985 e 1985b.

²⁰ Cabe frisar que a referência aos capitalistas nesses termos deve ser acompanhada com a determinação abstrata deste modo de produção que sobre eles incide. Desconsiderando este ponto, torna-se lugar comum cair na argumentação dos sujeitos funcionais da qual se desdobram perspectivas revolucionárias do trabalho e do trabalhador, como alega Robert Kurz. A esse respeito este texto procura lançar algumas considerações, sobretudo nas seções 2.4 e 2.5.

Nestes termos, é o capital, enquanto sujeito no processo produtivo, e, assim, determinante em relação às condições de produção, que revela o limite como barreira ao seu processo de valorização, e que, portanto, põe o próprio capital como medida de si. Esta medida, ausente em tudo o que lhe é externo, define o capital na direção de que ela se estabelece pela desmedida do seu impulso à acumulação.

Todavia, é importante sublinhar que este movimento desmedido também deve ser apreendido na impossibilidade de fazer do limite uma barreira a ser superada pelo capital. Nesta direção, como enfatiza Grespan,

se a desmedida que caracteriza o progresso infinito da acumulação define, num primeiro sentido, a medida da autovalorização, esta também pode levar ao aparecimento de uma desmedida num segundo sentido, de perda de referência do processo de valorização no valor produzido sob condições capitalistas. Com isso, é 'descoberto o fundamento da sobreprodução, a contradição fundamental do capital desenvolvido' que aparece como 'base imanente para as crises'. (GRESPLAN, 1999)

A desmedida apresentada acima somente pode ser compreendida atendo-se à relação constitutiva do capital, o que se traduz pela sua relação necessária com o trabalho vivo, através da qual o valor emerge como a sua substância. Este trabalho não objetivado, pertencente ao capital pelo ato da compra da força de trabalho, é incorporado pelo capital como seu momento, de onde este se apresenta como totalidade formalmente estabelecida, pela qual ele adquire as condições de sua autovalorização e se constitui, assim, como sujeito neste processo. Assim, é fundamental compreender a relação do capital com o trabalho vivo como uma relação de necessidade, pois o valor se efetiva na medida em que o valor de uso da força de trabalho encontra no processo produtivo a possibilidade de se realizar.

Nestes termos, o trabalho vivo é incorporado como momento do capital por ser apreendido negativamente, isto é, ele se constitui como um momento da totalidade do capital por ser excluído das condições objetivas de se realizar, por si e para si, sendo que daí resulta sua sujeição ao capital. Disso infere-se que não seja possível ao trabalho vivo “rebaixar o capital a seu momento, compondo por seu lado uma totalidade por si mesma determinada, já que é despossuído dos meios materiais para produzir, ao se defrontar com a riqueza objetiva enquanto

propriedade alheia que o domina.” (GRESPLAN, 1999:139). Mas ele também surge sendo positivamente apreendido enquanto fonte viva do valor, momento pelo qual o trabalho vivo se efetiva como a substância do capital. Esta substância, uma vez determinada pelo capital, não constitui, por seu turno, sujeito. Destarte, nas palavras de Grespan,

Se ele [o trabalho vivo] é incluído formalmente na totalidade do capital a fim de criar valor para este e valorizá-lo, ele também constitui toda a 'substância' do valor e da riqueza de que é composto o próprio capital. Ele compõe também uma totalidade do ponto de vista substancial. (GRESPLAN, 1999:140)

Esta totalidade substancial, fruto do trabalho vivo formalmente subsumido ao capital,

Não se apresenta como algo determinado por si, que englobaria o capital como seu momento. Sua 'existência subjetiva, portanto não se manifesta enquanto tal. A 'substância' do valor não se determina como 'sujeito', como totalidade auto referente pelo lado do trabalho, mas pelo do capital que subordina formalmente o trabalho vivo.(GRESPLAN, 1999:140)

Uma das dimensões da contradição imanente ao capital, segundo a leitura de Grespan(1999) da obra de Marx, reside no fato de o trabalho constituir-se como momento necessário em seu processo de autovalorização, ao passo que, inclusive, é, simultaneamente, excluído da possibilidade de compor-se como totalidade, expressando um dos termos da contradição constitutiva do capital. Esta contradição se revela na medida em que o capital, em seu processo de autovalorização que lhe define e lhe substancia pelo dispêndio de trabalho vivo, nega à força de trabalho elevar-se a sujeito. Assim, a apreensão positiva do trabalho “como atividade criadora de valor é necessário como momento do capital, mas deve ser negado por este enquanto possibilidade de constituição de um todo no qual ele mesmo fosse mero momento.” (GRESPLAN, 1999:141).

1.5 Relação crítica do capital: contradição capital-trabalho e os termos de sua crise

Na medida em que a subsunção real do trabalho progride, implicando em dispêndios cada vez maiores voltados à aquisição de meios de produção de modo a ampliar a produtividade do trabalho, ocorre uma diminuição relativa do capital voltado à aquisição de força de trabalho. No entanto, como Marx afirma, “a mais-valia não surge das forças de trabalho que o capitalista substitui pela máquina, mas, ao contrário, das forças que empregou com ela. A mais-valia surge apenas da parte variável do capital.” (MARX, 1985:31)²¹. Assim, o aumento da produção de mais-valia ocorre diante da tendência posta pelo próprio capital à diminuição relativa da fonte de valor e de mais-valia. Marx expõe esta questão nos termos de uma contradição imanente à extração de mais-valia relativa.

Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores. (MARX, 1985:31)

Desta forma, o processo geral de valorização está atrelado a duas variáveis: à taxa de mais-valia e à massa de mais-valia. Esta última refere-se ao número de trabalhadores utilizado por determinado capital e provém da proporção que o capital constante e variável assume no processo produtivo. Já a primeira, a taxa de mais-valia, diz respeito à proporção entre o trabalho necessário e o trabalho excedente²².

Neste ponto, é importante observar que o aumento da taxa de mais-valia se faz pela diminuição do número de trabalhadores, pois a diminuição do tempo de

²¹ “Toda mais-valia, qualquer que seja a forma particular de lucro, renda etc, em que ela mais tarde se cristalice, é, segundo sua substância, materialização de tempo de trabalho não-pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve em sua disposição sobre determinado quantum de trabalho alheio não-pago.” (MARX, 1985: 124)

²² A taxa de mais valia é calculada pela proporção que a mais-valia assume perante o trabalho necessário a sua produção. Por isso, levada ao limite, a extração de mais-valia relativa se efetiva com a aplicação de maquinaria posta ao processo produtivo de modo ampliar a distância entre o mais-trabalho e o trabalho necessário. No entanto, isto tende a diminuir a base efetiva sob a qual recai a exploração do trabalho, devido ao aumento da aplicação em capital constante frente ao capital variável. Marx se detém a esta questão no Livro I, Tomo II d’ *O Capital*. (1985)

trabalho necessário para a extração de mais-valia relativa se traduz pelo aumento do capital constante em relação ao capital variável. Assim, a contradição imanente ao capital se desdobra a partir do seu movimento de reprodução de forma indelével, pois o capital, ao se apresentar como sujeito e negar à força de trabalho a possibilidade de se constituir um todo, reduz esta a um mínimo, mesmo que o tempo de trabalho ainda constitua a medida de riqueza, da sua substância. Nisso, se, por um lado, o capital amplia a mais-valia relativa, por outro lado ele coíbe a base para sua valorização²³. Na oposição destas duas medidas (número de trabalhadores e taxa de mais-valia) surge, portanto, a expressão da contradição que enriquece o significado da sua desmedida.

A criação de meios de produção que correspondem a dispêndios de capital cada vez mais expressivos e que implicam na constante redução do capital variável no processo produtivo, leva a necessidade de criar valor e de manter o valor como valor já criado. MARX, em uma passagem importante dos Grundrisses, afirma que o capital

pretende medir pelo tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas, e circunscrevê-lo aos limites exigidos para conservar enquanto valor o valor já criado. As forças produtivas e as relações sociais (...) aparecem para o capital apenas enquanto meio, e são para ele somente meio, para produzir a partir de sua base acanhada. De fato, porém, elas são as condições materiais para fazê-lo ir pelos ares (MARX apud GRESPAN, 1999:145).

O capital, exposto aqui como força totalizante capaz de incorporar todas as formas de existência para si de modo a efetivar o seu movimento de autovalorização, não se faz sem expor as determinações que o negam, que o contradizem. Assim, torna-se necessário expor alguns momentos da determinação inerente à forma contraditória em que o capital se constitui de modo a compreendê-lo não somente na sua expansão no âmbito da acumulação ampliada, mas também como crise de sua reprodução.

²³ Apesar de a reprodução capitalista estar assentada em uma ampliação do número de trabalhadores devido à expansão dos capitais individuais, é necessário destacar que a relação entre o capital variável e capital constante não retira a tendência que se anuncia com o aumento da composição orgânica do capital, o que implica no peso cada vez mais do último (capital constante) sobre o primeiro (capital variável.)

A crise, portanto, expressa o capital em sua relação de autonegação, que deve ser compreendida como uma imanência que fundamenta o capital através da sua própria desfundamentação. Trata-se de uma lógica que define o capital através do impulso à ampliação da riqueza abstrata a partir da exploração do trabalho, mas que, diante deste impulso, acaba por concretizar as bases que o impedem de levar a cabo esta exploração. Assim, ela é fruto de um dado objetivo, pois “abstraindo-se as condições externas que podem eventualmente associar-se a esta potência inerente à natureza do capital para colaborar com ele ou enfraquecê-la, esta disposição tende a tornar-se efetiva a partir de si mesma.” (GRESPLAN, 1999:150).

O impulso inerente em si para ampliação da extração da mais-valia determina o desenvolvimento das forças produtivas²⁴, o que se efetiva expressando a lógica contraditória imanente ao capital. Este desenvolvimento aponta para a contradição do capital presente na redução da própria fonte de valorização: o trabalho vivo. Assim, é preciso pontuar que o significado de crise está pautado nos termos que sugerem uma *dessubstancialização* do capital, a partir da qual sua expansão não poderia ser considerada tão somente enquanto acumulação ampliada, mas também enquanto crise, haja visto que a exploração do trabalho, base da sua substância, sofre uma redução relativa no âmbito da sua reprodução. Trata-se, portanto, “da negação do capital pelas tendências desenvolvidas por ele mesmo, trata-se da autonegação do capital, contraposta a sua autoposição.” (GRESPLAN, 1999:149).

A respeito deste raciocínio, KURZ (1993) alega que a crise do capital se expressa com a crise da exploração do trabalho, referindo-se aos termos acima em torno de uma tendência à diminuição da massa de mais-valia, cujos efeitos se fizeram sentir em grande medida com a revolução microeletrônica no século XX. Apesar de esta crise resultar numa exploração cada vez menor da força de trabalho,

²⁴ Sob a rubrica do capital, o desenvolvimento das forças produtivas se expande como não poderia deixar de ser, de forma até então não vistas. Por essa razão, Marx compreende o capitalismo como um estágio em que se criam bases materiais para a superação dessa própria sociedade. Lukács (2003) recoloca esta questão em sua obra, pautando-se em situações de grandes embates e frentes de lutas operárias no início do século XX. Apesar do esforço dos autores em relação a ruptura histórica, o século XX trouxe uma série de questões que recaem na problematização de tal superação. Insistiremos nesta dissertação na perspectiva de que uma superação dessa forma de sociabilidade e do modo de produção capitalista requer a superação da abstração trabalho, superação esta que deve ser problematizada face à amplitude das relações reificadas contemporâneas. Faremos uma menção a esta questão na seção 2.5, bem como no decorrer dos capítulos 3 e 4.

esta crise se revela enquanto uma crise categorial, e não pode, portanto, ser compreendida tão somente no âmbito de uma crise do emprego. Nisso, a contradição do capital está posta em todas as suas formas de ser, inclusive nas atividades exercidas por aqueles que não estão mais postos à reprodução ampliada da riqueza abstrata. São, na realidade, formas diversas pelas quais a crise se expressa e que devem ser analisadas como as possibilidades dos indivíduos se reproduzirem enquanto *sujeitos monetários sem dinheiro*. Isso inclui considerar que no atual contexto histórico, a negatividade do capital revela-se em sua amplitude nas inúmeras formas de ser do trabalho.

Portanto, o tempo de trabalho, compreendido como a média abstrata pela qual se fundamenta a sociedade capitalista, permanece enquanto determinante, inclusive diante da crise do seu fundamento, ou seja, a negação da própria exploração de trabalho. A efetividade das determinações postas à reprodução capitalista envolve o estabelecimento de uma forma de consciência que não supera esta “natureza” erigida pelo e para o capital, inclusive frente à manifestação de sua crise imanente. Diante da afirmação da forma-valor e do consequente avanço das forças produtivas, se estabelecia uma “segunda natureza”, cujo sentido residia no estabelecimento da forma de consciência necessária à reprodução da sociabilidade pautada no dispêndio de trabalho abstrato²⁵. Por ser necessária à reprodução social capitalista, essa consciência está posta fundamentalmente na potência do fetiche imanente a esta sociedade. Kurz (2004) expõe esta questão nos seguintes termos:

à medida que as forças produtivas mediante a industrialização e cientificização, rompem a coação e a prisão da 'primeira natureza', passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução da mercadoria torna-se uma 'segunda natureza', cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da 'primeira natureza, apesar de sua origem puramente social. (KURZ, 2004:21).

²⁵ O baixo desenvolvimento das forças produtivas impunham ao homem atividades as mais diversas como a forma de mediação para a satisfação de suas necessidades. É nesse plano em que a 1ª natureza está circunscrita, enquanto que a 2ª natureza refere-se à forma necessária de consciência frente à reprodução social determinada pela abstração-valor.

Esta questão refere-se à forma tautológica a que o valor se refere a si mesmo, forma esta que determina a produção no cerne da sociedade capitalista. A esse respeito, Kurz alega que

O processo de produção deixou de 'extinguir-se' no valor de uso, apresentando-se como *autovivência do dinheiro*, como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e autorreflexão tautológica do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e, portanto um fenômeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que se tornou independente, e o produto concreto, sensível, com expressão da abstração inerente ao dinheiro. (KURZ, 2004:23).

1.6 A circulação do capital e suas figuras: as passagens necessárias e críticas do capital.

Conforme procuramos expor em páginas anteriores, as formas de consciências efetivadas na sociedade capitalista não são passíveis de capturar a universalidade do capital. Presas sempre à parcialidade dos momentos que constituem o movimento deste, são formas de consciência necessárias no interior da reprodução de suas categorias²⁶.

A análise de Marx ultrapassa essas formas de consciências e percorre um caminho lógico para compreender o capital em sua universalidade. Portanto, busca superar os momentos que aparecem como a totalidade do movimento de reprodução. Nessa direção, Marx, ao colocar o capital na sua condição fluída da circulação, perfaz o movimento do capital como sendo aquele pautado nas passagens das formas necessárias para efetivar-se enquanto tal. Assim sendo, para além da produção de mais-valia, o capital necessita dessa característica: ser circulante e se transmutar em suas diversas formas. Marx, nesse sentido, afirma que “o processo de circulação do capital” é a “interrupção contínua, abandono de um

²⁶ Acrescente-se que a realização da valorização do capital, ou melhor, sua rotação, por iniciar-se sob a mesma forma com a qual termina, dinheiro que sobre a rubrica do capital gira para gerar mais dinheiro, não aparece como um processo.

estágio, ingresso no seguinte; abandono de uma forma, existência em outra; cada um desses estágios não só condiciona o seguinte, mas simultaneamente o exclui.”(MARX, vol III, pg76).

Este processo ressaltado por Marx refere-se ao processo cíclico conformado pelo processo de produção e de circulação do capital, constituído pela fórmula $D - M \begin{smallmatrix} \text{FT} \\ \text{MP} \end{smallmatrix} \dots P \dots M' - D'$. O primeiro estágio, representado por D-M, refere-se à aquisição de mercadorias por parte do capitalista – força de trabalho (FT) e meios de produção (MP); o segundo, assinalado por P, indica o consumo produtivo das mercadorias compradas no processo anterior, cujo resultado é, pela lógica do processo, produção de valor maior que aquele despendido no seu início; e o terceiro, $M' - D'$, sintetiza o momento no qual a venda da mercadoria a converte em dinheiro. O primeiro e o terceiro constituem o tempo de circulação, enquanto que o tempo de produção é definido pela permanência do capital enquanto capital produtivo²⁷.

Ao considerar o tempo global de circulação do capital, no qual este passa pelas suas metamorfoses necessárias, Marx revela a não coincidência entre o tempo de produção e o tempo de trabalho. Assim, “não ocorre (...) nenhuma valorização do capital produtivo enquanto ele se encontra na parte de seu tempo de produção que excede o tempo de trabalho, por mais inseparável que seja a execução do processo de valorização dessas suas pausas.²⁸” Há, ainda, uma contradição inerente ao processo de circulação global, pois “tempo de circulação e tempo de produção excluem-se mutuamente. Durante seu tempo de circulação, o capital não funciona como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valia” (MARX, 1985:91). Por isso, o processo de produção corresponde a um momento cessado até o processo de circulação se efetivar, estando seu retorno condicionado ao tempo deste. Por essa razão,

²⁷ “Assim como o tempo de circulação do capital constitui uma parte necessária de seu tempo de reprodução, assim também o tempo durante o qual o capitalista compra e vende, ainda pelo mercado, é uma parte necessária de seu tempo funcional como capitalista, isto é, como *capital personificado*.” (MARX, 1985:95).

²⁸ O tempo no qual o capital assume a forma de capital produtivo, posto à utilização das mercadorias (força de trabalho e meios de produção) para a valorização do valor, não representa tão somente o tempo de valorização do capital, pois o tempo de produção não coincide com o tempo de trabalho, embora este esteja naquele contido. Trata-se de apontar que o capital é movido a fazer de todo o tempo da produção em tempo destinado à exploração da força de trabalho.

“a expansão e a contração do tempo de circulação atuam como limite negativo sobre a contração ou a expansão do tempo de produção ou da amplitude em que um capital de dada grandeza funciona como capital produtivo.(...) O tempo de circulação do capital limita, portanto, em geral seu tempo de produção e, por isso, seu processo de valorização. E limita o mesmo especificamente em proporção a sua duração.” (MARX, 1985:91)

Na esfera da circulação, constituída pelas fases da transmutação da forma-dinheiro para forma-mercadoria e da forma-mercadoria para a forma-dinheiro, a realização da forma valor encontra sempre certos limites à sua realização, sobretudo naquele em que a mais-valia se realiza²⁹ ($M' - D'$, ou seja, a passagem da forma-mercadoria para a forma-dinheiro). Neste momento de exposição do capital, observa-se a contradição inerente ao seu processo de circulação geral, pois “a mudança de estado custa tempo e força de trabalho, não para criar valor, mas para realizar a conversão de uma forma em outra” (MARX, 1985:95). Assim, as passagens das formas-valor estão condicionadas a atividades que não se traduzem como atividades produtivas, pois não produzem mais-valia no seu sentido substancial. O próprio desdobramento do capital pressupõe, nessa direção, as atividades improdutivas de que necessitam para as suas metamorfoses³⁰. MANDEL, a respeito dessas atividades improdutivas oriundas da reprodução do capital, menciona que “quanto mais barata a mercadoria, isto é, quanto menor o tempo de trabalho despendido em sua produção, tanto maiores serão os custos de supervisão e reparos comparativamente aos custos de produção”. (MANDEL, 1982:271).

Há que considerar, no âmago desta proposição, a tendência à formação de capital ocioso, o que significa a formação de capital excedente na forma monetária sempre inclinado à busca de valorização. Na medida em que esses capitais atingem proporções significativas, como exemplo do ocorrido após meados do século XX, eles “penetrarão cada vez mais áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia”. (MANDEL, 1982:272). É no cerne dessa constatação que

²⁹ Marx cita no tocante a essa questão a natureza perecível das mercadorias, a qual restringe a realização das mesmas: “O limite do tempo de circulação do capital-mercadoria pela deterioração do próprio corpo da mercadoria é o limite absoluto dessa parte do tempo de circulação ou do tempo de circulação que o capital-mercadoria enquanto capital mercadoria pode descrever.” (MARX, 1985:93).

³⁰ A esse respeito, KURZ sinaliza para a sobredeterminação do trabalho improdutivo sobre o produtivo no momento atual do capitalismo após a terceira revolução industrial, ou terceira revolução tecnológica, nos termos de Mandel. Reconhece-se, todavia, a dificuldade e a necessidade de estudos que se debrucem acerca do trabalho produtivo e improdutivo.

compreendemos a importância assumida pelo setor de serviços, cuja expansão depende de “uma grande diferenciação do consumo, e especialmente do consumo dos assalariados e da classe operária³¹.” (MANDEL, 1982:273). Sob esses argumentos, a difusão inquestionável do consumo não nos aparece como uma reposição indelével dos termos da reprodução capitalista, mas sim de sua crise.

1.7 Concentração e centralização de capital: as contradições no cerne na monopolização do capital.

A crise do capital, exposta nas páginas anteriores ao seu processo produtivo, não se restringe a este momento. Nessa direção, ela deve ser apreendida também no plano da circulação do capital, na realização deste diante da concorrência, onde a mais-valia extraída, objetivada na mercadoria, é posta no mercado com vista a sua realização. No âmbito da sua circulação, os capitais individuais se deparam com as leis férreas da produção capitalista, no qual a média social de todos os trabalhos se apresenta como baliza. Nesses termos, a produção da mais-valia não leva, necessariamente, à efetivação desta, pois os capitais individuais são determinados pelo dispêndio de tempo social, cuja média não se apresenta antes do momento da circulação e definirá quais capitais poderão realizar a mais-valia neles contida e a respectiva proporção desta realização. Por esta razão, a concorrência revela a efetividade de cada capital individual a *posteriori* do processo produtivo.

O processo de acumulação de capital se efetiva na medida em que desdobra a sua concentração, ou seja, como um processo que reproduz a relação capital-trabalho através da reposição das categorias desta relação ampliadamente. Todavia, como salienta Marx, “a acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela

³¹ Fazendo referência aos países centrais, Mandel alega que, embora a ampliação do consumo dos trabalhadores se faça como uma necessidade dos desdobramentos da contradição do capital, “o modo de produção capitalista não pode (...) aumentar esse consumo à mesma taxa do aumento da produtividade do trabalho.” (279) Esta questão aparecerá mais adiante na dissertação, pois a ampliação do consumo, mesmo em países periféricos como o Brasil, não desloca nem suprime as contradições a que se chegou a reprodução capitalista.

fragmentação de capitais antigos.” (MARX, 1985:196) Portanto, “se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais.” (Idem).

AGLIETTA (1979:192), fazendo referência a esta questão, observa que “a lei da acumulação de capital imprime ao fracionamento dos capitais autônomos uma tendência geral à concentração.” Nessa direção, depreende-se que “as forças produtivas estão dispersas e os processos de produção não estão coordenados, de forma que o caráter social dos produtos apenas se manifesta a *posteriori*, nas relações de troca”. Assim, “se deduz que os capitais autônomos se caracterizam pela ausência de um plano comum para sua valorização” (1979:192). Neste ponto, é necessária uma observação, pois a “ausência de um plano comum” para a valorização ressaltada pelo autor deve fazer referência à consciência abstrata pela qual perpassa os inúmeros capitais individuais³², pois ela impõe a estes a busca do menor dispêndio de trabalho no interior do processo produtivo diante do constante avanço da produtividade do trabalho. Embora sirva como horizonte, essa busca não é suficiente para ampliar a produtividade de todos os capitais na mesma proporção.

Nesses termos, AGLIETTA, pautado em Marx, explicita o capital em sua tendência à centralização partindo do processo de concentração, pois a expansão do capital global o leva a uma distribuição de capitais pela repulsão provocada pela concorrência. Trata-se, aqui, de um processo no qual os capitais individuais se encontram diante da “supressão de sua autonomia individual”, bem como da “expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores³³.” (MARX, 1985:196). Portanto, a centralização advém de um processo onde não há uma ampliação do capital social,

³² O poder do capital possui sua dimensão fenomênica nos “proprietários de capital, que não visualizam a função social da sua atividade e não se preocupam com ela”, sendo que “o princípio e a função do capital só podem ser realizados de maneira inconsciente”. (LUKÁCS, 2003:162, grifo nosso)

³³ Assim, a centralização deve ser entendida como um desdobramento da concorrência em termos extremos, onde a concentração de capital já não ofereceria as condições necessárias para a reposição de um número significativo de capitais individuais. Além disso, Aglietta alega que o significado de centralização de capital perpassa, por fim, pelo “efeito do processo geral de desvalorização de capital sobre o fracionamento dos capitais, mediante o qual o movimento da acumulação global encontra novas condições para seu futuro desenvolvimento.” (AGLIETTA, 1979: 196).

mas sim uma repartição dos capitais formados. Por essa razão, ela se distingue, nas palavras de Marx, da concentração porque

pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou *pelos limites absolutos da acumulação*. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração. (MARX, 1985:196)

Marx atribui à centralização do capital uma função de complementar a acumulação, muito embora ela não se constitua em um processo de ampliação do capital social. Na realidade, a centralização surgiria para recompor os pressupostos da acumulação, “ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações³⁴.” (MARX, 1985:197). Entretanto, ao passo que a centralização “reforça e acelera os efeitos da acumulação”, ela “amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso diminuem a demanda relativa de trabalho. (MARX, 1985:198)³⁵.

Os capitais individuais devem ser compreendidos como o centro convergente dos meios necessários à valorização do capital. Essa convergência, aliás, deve ser progressiva, culminando no processo de concentração de capitais, que tende a se efetivar na medida em que a busca de valorização implica em uma “mudança técnica da composição dos meios de produção, que eleva a quantidade de valor do capital necessário para dirigir a produção, e, portanto, para percorrer o ciclo completo de valorização,³⁶” (AGLIETTA, 1979:195) mudança que aponta para a

³⁴ Nessa direção, AGLIETTA menciona que a centralização apresenta-se como o “meio que permite regular (ordenar) essa desvalorização e realizar uma continua transformação das condições de produção, ao tempo que se reduzem as consequências negativas das eliminações brutais de capital”. (AGLIETTA, 1979: 196).

³⁵ Neste sentido, a determinação da expansão do capital reside na maior composição orgânica do capital, que até pode ser acompanhada de uma ampliação da necessidade de trabalho, embora tenha-se que observar o volume proporcional de investimentos em capital variável e capital constante, tendendo a decair os montantes voltados ao primeiro em relação ao segundo. Marx explicita isso nos seguintes excertos: “Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional a ele (...). Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente.” (MARX, 1985:199).

³⁶ Sendo assim, com “o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais.” (MARX, 1985: 196.)

sujeição dos capitais individuais às leis cegas da acumulação e, como já apontado anteriormente, à economia relativa de trabalho vivo.

Assim, observa-se que o capital individual está sujeito às determinações abstratas do movimento da reprodução do capital geral. A produtividade do trabalho, como a forma de despendar cada vez menos trabalho, é um dado inexorável à reprodução dos capitais individuais para a concorrência no mercado. O desenvolvimento das forças produtivas está posto na medida em que se desdobra este movimento da busca pela redução do tempo de trabalho imanente ao processo produtivo. Por esta razão, há que considerar o desenvolvimento das forças produtivas conduzido pela média de trabalho formada a *posteriori* que “retroage para definir a validade dos trabalhos que a formaram.” (ALFREDO, 2010:8)

Nessa direção, a concentração de capitais se refere ao processo que amplia os fatores quantitativos necessários à reposição do capital individual enquanto tal, mas este nível se define após o estabelecimento da média social. Assim, o processo de centralização se estabelece a partir desta média social em sua relação com os inúmeros capitais individuais, e se define pela diluição de “inúmeros capitais individuais por absorção, enquanto que outros são reagrupados por fusão ou consolidação”. (AGLIETTA, 1979:196) Destarte, a realocação do capital formado se consolida porque apenas alguns capitais ultrapassam o nível da produtividade média dos capitais. Aliás, tal realocação apenas se efetiva porque se mostra como a forma possível de auferir taxas de lucros impossíveis diante de uma produtividade do trabalho ascendente. Assim sendo, aqueles capitais menos produtivos serão incorporados pelos mais produtivos.

Cabe, no entanto, ressaltar que o momento histórico ao qual o processo de centralização do capital adquire uma posição central no âmago da reprodução social é deflagrado aos últimos decênios do século XIX com a emergência dos monopólios frente à sobreacumulação de amplas levas de capitais no decorrer da fase imperialista do capitalismo. (LÊNIN, 1987). Não sem razão, Lênin, partindo das condições econômicas na transição do século XIX para o XX, verifica que “a concentração, atingindo um certo grau do seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, (...), diretamente ao monopólio.” (ibidem, p.17). Por essa razão, o autor identificava neste período que “o nascimento dos monopólios, como consequência

da concentração da produção, é uma lei geral e essencial do atual estágio de evolução do capitalismo.” (ibidem, p.20). Assim, “a concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas.” (ibidem, p.25).

Lênin discerne a respeito das mudanças objetivas em torno do capitalismo no início do século XX de modo a desvelar a sua fase imperialista como aquela marcada pela “socialização integral da produção” (LÊNIN, 1987:25), na qual os bancos passam a assumir um papel central ao associarem-se aos monopólios³⁷. Diante dessas novas condições em que a reprodução do capital passa a se efetivar, o autor reconhece que elas condicionariam “os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral.” (ibidem, 25). Na medida em que se ampliava o desenvolvimento das forças produtivas e o papel do capital financeiro no âmbito da reprodução geral, o capitalismo foi engendrando demandas no tocante à centralização e ao domínio de mercados que destinavam ao oferecimento de matérias-primas às suas operações.

O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopolistas tornam-se sólidos quando reúnem apenas em suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo. (...) quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias. (LÊNIN, 1987: 81-2).

Inclusive, foi um marco do capitalismo neste momento imperialista a exportação de capitais às colônias ou mesmo a países independentes com herança

³⁷ Neste ponto, devido às proporções com que os bancos se integram aos monopólios, cabe a reflexão de Kurz sobre a função do capital financeiro no interior da reprodução global: “Atrás da superacumulação cíclica espreita a superacumulação estrutural, através da qual são atingidos os limites internos objectivos do modo de produção. A crescente importância estrutural da superestrutura do crédito financeiro é a forma de reacção do sistema ao real processo de desvalorização que avança pé ante pé. O crédito em grande escala não significa senão a antecipação do valor ou da mais valia ainda não produzida, que é lançada para um futuro cada vez mais longínquo.” (KURZ, 2012).

colonial, a exemplo do Brasil³⁸. Lênin alertava a respeito das inúmeras formas que as áreas sob o jugo dos países imperialistas foram se incorporando às demandas exigidas pela fase imperialista do capitalismo no século XX³⁹.

A partir da análise de Mandel (1982), o processo de centralização de capitais diante da terceira revolução tecnológica, que de diferencia do período imperialista clássico abordado por Lênin (1987), se afirma como o desdobramento da contradição no interior da elevação vertiginosa da produtividade do trabalho alcançada neste novo padrão produtivo. É no cerne deste processo que se aprofunda o processo de centralização internacional do capital, pois, segundo o autor, verifica-se esta produtividade incompatível com a escala nacional, não só “por causa dos limites do mercado interno, mas também por causa do enorme volume de capital necessário à produção”.(MANDEL, 1982:223). Se a monopolização do capitalismo na sua fase imperialista se atrelava à busca por fontes de matérias primas, no momento que Mandel se esforça a compreender – intitulado da fase do *Capitalismo Tardio* –, ela esteve atrelada ao desdobramento da redução do tempo de rotação do capital fixo condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas no interior da terceira revolução tecnológica. Nas palavras de Mandel,

o menor tempo de rotação do capital fixo e aceleração tecnológica determinam a busca de novos produtos e novos processos de produção que envolvem riscos inerentes à expansão do capital, por causa das enormes despesas necessárias à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos, e exigem o máximo em produção e vendas para as mercadorias recentemente fabricadas. (MANDEL, 1982:224).

Não sem razão, no decorrer da década de 1930 e 1940, diante das dificuldades econômicas inerentes a este período, as contradições se reverberam em uma produção cada vez mais crescente do departamento II da economia dos

³⁸ No que concerne ao caso do Brasil, Silva demonstra a proporção assumida por capitais ingleses na economia brasileira na virada do século XIX para o XX. Nas suas palavras, “o valor total dos investimentos ingleses no Brasil elevaram-se já em 1900 a, aproximadamente, três vezes o valor das exportações e mais de dois terços do produto interno líquido”. (1995: 32).

³⁹ “O capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política. (...) naturalmente aquilo que dá ao capital financeiro as maiores ‘comodidades’ e as maiores vantagens é uma submissão *tal*, que implica, para os países e povos em causa a perda da sua independência política.” (LÊNIN, 1987: 81)

países industriais, frente ao anseio de “acelerar a inovação tecnológica, pois a redução de outras fontes de mais-valia resulta inevitavelmente numa busca contínua de ‘rendas tecnológicas’ que só podem ser obtidas através da incessante renovação tecnológica⁴⁰” (MANDEL, 1982:135). Por essa razão, surgem novos elementos que redefinem a realização do capital e alteram a divisão internacional do trabalho no cerne das mudanças do padrão produtivo ditadas pela terceira revolução tecnológica.

Neste sentido, a superprodução latente de bens de consumo na época do capitalismo de livre concorrência e o capital excedente em estado latente da era do imperialismo dão lugar, na fase do capitalismo tardio, à superprodução latente de meios de produção enquanto forma predominante das contradições econômicas da economia capitalista, embora evidentemente combinada com essas duas outras formas. (MANDEL, 1982:135)

Mandel identifica um processo de divisão internacional do trabalho em que os países situados na periferia do capitalismo se inserem, após o revolucionamento promovido pela terceira revolução tecnológica, de forma ainda determinada pela necessidade de reprodução do capital a nível mundial. Dessa forma, em que pesem nuances dos países periféricos na forma de inserção na economia mundial, o fato é que a industrialização dos países que conseguiram levar a cabo um processo de industrialização, o fizeram de modo específico e não superaram os condicionamentos objetivos da reprodução capitalista após meados do século XX. Nas palavras de Mandel, é importante reconhecer que esta acumulação de capital industrial dos países periféricos, no apogeu das décadas de 1950 e 1960 fora aquela em que se manteve “em média um ou dois estágios atrás em termos de tecnologia ou do tipo de industrialização predominante nas metrópoles [países centrais].” (1982:260).

Não seria possível traçar todos os pormenores da reprodução do capital a nível mundial na primeira metade do século XX. Nosso objetivo de resgatar essas questões pontuais em torno da expansão mundial capitalista reside em discutir

⁴⁰ A respeito das rendas tecnológicas, Mandel alega que as mesmas são “superlucros derivados da monopolização do progresso técnico – isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo da produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões do investimento mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante.” (MANDEL, 1982:135).

alguns dos termos a que esteve condicionada a consolidação da industrialização brasileira. Portanto, coube-nos para pontuar nas páginas seguintes que tal processo não deixa de se efetivar sem as contradições que definem o capital enquanto tal. Nessa direção, o próximo capítulo trará questões que verificamos como pertinentes para discernir alguns pontos a respeito do processo e das contradições que se fizeram presentes na modernização brasileira. O terreno sob o qual nos debruçaremos nas páginas seguintes corresponde à modernização específica do Brasil, a qual compreendemos no interior da crise pela qual a expansão do capital se efetiva. Trata-se de um esforço em trazer à tona alguns elementos que marcam o estabelecimento da economia urbano-industrial brasileira e sua relação com a reprodução da força de trabalho envolvida neste processo, de modo a tecer uma possível interpretação à luz de alguns preceitos apontados neste capítulo.

Capítulo 2

(...) “a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como a crise de um sistema de relações entre os homens, dentro e entre as unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos à base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma única realidade, de uma totalidade sócio-econômica: o modo de produção capitalista.”

Ernest Mandel

2. Modernização Periférica no cerne das contradições capitalistas.

Robert Kurz, no livro *O colapso da modernização*, chamava atenção para os desdobramentos dos processos que impeliam a reatualização de bases produtivas dos Estados Nacionais. Seus argumentos ressoaram de forma polêmica e na maioria das vezes foi refutado pelas ciências humanas em geral devido à crítica que procurava expor a falência do movimento modernizador presente, não apenas nos países da periferia, mas também naqueles tidos como centros capitalistas prósperos. A prerrogativa central presente na obra estava em assentar os termos da modernização sob a determinação negativa do capital e expor seus desdobramentos como resultado histórico e lógico de uma sociedade fundamentada nas contradições imanentes ao capital bem como nas formas de consciência que dele se derivam.

O que procuraremos chamar atenção nesta seção refere-se à necessidade de se ater à essa negatividade constitutiva do capital como determinante na forma de ser da modernização do Brasil. Esta perspectiva, longe de prescindir das abordagens clássicas a respeito da modernização brasileira, deve estabelecer um debate e constituir através dele apontamentos da crítica que pensamos ser crucial para uma leitura contemporânea dos processos trazidos pela presente pesquisa. Ressaltamos que aqui se encontram os apontamentos possíveis de serem expostos neste momento da nossa reflexão, o que implica na impossibilidade desta dissertação de mestrado reter todos os meandros do debate necessário. As reflexões aqui auferidas, bem como os questionamentos derivados do esforço levados a cabo nessa pesquisa, não encerram o movimento a que se puseram; pelo contrário, comportam um momento particular da reflexão, que sempre deverá ser revisto e enriquecido à luz do que a realidade nos apresentar.

Uma vez compreendido como crítico o processo de modernização do Brasil, nossos argumentos se pautam na reprodução da força de trabalho a ele mobilizado como uma dimensão da sua expressão e, portanto, crítica. Logo, trata-se de compreender o estabelecimento da força de trabalho, bem como sua reprodução na metrópole, não apenas nos termos de uma superexploração do trabalho, lugar comum a que remete a análise de importantes autores, mas de compreender desdobramentos outros na crise fundante do processo de modernização. Desse

modo, o esforço nesta seção em diante concentra-se em compreender essa modernização em algumas de suas particularidades como formas de ser da universalidade a que correspondem. O capítulo anterior procurou expor a dimensão negativa do capital como aspecto que não apenas não deve ser ignorado em relação à compreensão dos desdobramentos das relações capitalistas, mas a retêm como determinante. Dessa forma, surge a necessidade de discutir os temas da expansão crítica do capital e a modernização efetivada no Brasil, cujos termos estariam assentados na *modernização periférica*. Sob esse prisma, procuraremos apresentar elementos de uma possível leitura a respeito do percurso específico de industrialização que não culminou na superação da condição do atraso em relação às forças produtivas, buscando, por fim, expor alguns dos limites da modernização e do pensamento a ela atrelado. Isto constitui uma das possibilidades para traçar alguns dos caminhos da crítica a qual se dirige esta dissertação.

2.1 Estado e superação do subdesenvolvimento.

Celso Furtado, ao considerar a conjuntura econômica brasileira até meados do século XX, admite que apenas uma ação estatal incisiva, a exemplo da deflagrada no Japão ou na Rússia czarista, seria capaz de por em marcha, de fato, um processo de industrialização em países situados na retaguarda da acumulação capitalista como o Brasil. Esboçada na primeira metade dos anos 90 do século XIX, mas logo apartada das prioridades políticas nos anos subsequentes, o atraso em relação à realização de tal política econômica foi atribuído por Celso Furtado (2008) como a razão de o Brasil chegar ao último quartel do século XX como uma economia subdesenvolvida. Delegar ao Estado a condição *sine qua non* do desenvolvimento econômico, nos termos de uma industrialização da economia, consistiu um dos nós a que se chegaram inúmeros autores, em que pesem suas diferenças de percursos teóricos. Vejamos, pois, alguns desses que levam Celso Furtado a assumir no Estado a condição de indutor do desenvolvimento e os problemas que daí surgem sob o ponto de vista de sua intervenção na realidade periférica capitalista e dos nossos referenciais teóricos.

Furtado apresenta uma teoria econômica que busca compreender e agir no interior do subdesenvolvimento, que seria uma forma específica do desenvolvimento econômico capitalista. Para ele, a condição de país subdesenvolvido possui suas raízes em uma economia estabelecida em dois sistemas econômicos distintos, na qual se sobrepõe a impossibilidade da tecnologia responsável pelo setor mais dinâmico incorporar a totalidade de capital e trabalho disponíveis. Assim, o autor define as estruturas subdesenvolvidas como “sistemas híbridos, constituídos por setores ou departamentos com comportamentos específicos”(FURTADO, 2009:174). Nessa direção, uma estrutura econômica dos países ditos subdesenvolvidos⁴¹ define-se, segundo Furtado, como

aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento. (FURTADO, 2009:173).

Através deste argumento, o autor divide esta realidade híbrida em dois setores: o primeiro seria o departamento desenvolvido, no qual prevalece a tecnologia moderna, cujo epicentro situa-se na indústria, enquanto o segundo corresponde ao departamento atrasado, fruto remanescente da estrutura pré-capitalista.

Assim, essa leitura de Furtado perpassa pela subutilização de fatores de produção como um elemento pertencente às relações pré-capitalistas, compondo um dos traços fundamentais da economia subdesenvolvida. O setor moderno, embora presente nesta forma de ser do desenvolvimento econômico, é insuficiente para incitar as alterações nas suas estruturas econômicas basilares, pois os

⁴¹ Para Celso Furtado, a emergência do desenvolvimento econômico pautado na indústria na Europa consistiu em um fato histórico capaz de exercer influência em todas as partes do globo. Essa influência advinda do dinamismo nascente da indústria reverberou em distintas direções. A primeira delas é aquela na qual ocorre na própria Europa com a desorganização da economia pré-capitalista e a “progressiva absorção dos fatores liberados em um nível mais alto de produtividade.” (FURTADO, 2009:160). Neste processo, podem ser observadas duas etapas distintas: a primeira foi marcada pela liberação de mão de obra mais rápida que a absorção, enquanto que na segunda a disponibilidade desta mão de obra sofreu uma redução drástica, corroborando para o desenvolvimento da tecnologia com vista a “manter a flexibilidade do sistema, para que os fatores se combinem em proporções compatíveis com sua oferta.” (FURTADO, 2009:160). Excetuando-se os processos ocorridos nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, “o descolamento da fronteira econômica européia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica” (2009:164).

desdobramentos por ele deflagrados no sistema da economia subdesenvolvida diferem substancialmente daqueles realizados nos sistemas econômicos desenvolvidos. Isto porque, com o aumento do setor desenvolvido e a consequente incorporação de técnicas mais avançadas, verifica-se uma ampliação das inter-relações entre as inúmeras atividades econômicas. Por conseguinte, as implicações do aumento deste setor no interior dos países industriais desenvolvidos são totalmente distintas das que ocorrem no interior dos países subdesenvolvidos. Enquanto nas economias desenvolvidas europeias o acréscimo de técnicas mais complexas foi progressivo, nas economias subdesenvolvidas elas corresponderam a um salto abrupto das formas mais arcaicas para as formas mais proeminentes de produção. Nas palavras do autor, nos países desenvolvidos estas modificações, por serem graduais, “repercutem muito pouco na estrutura de inter-relações do sistema econômico” (FURTADO, 2009:176). Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a expansão do setor desenvolvido insere necessidades de insumos e de produtos manufaturados dos quais o interior da própria economia não é capaz de colocar no mercado, pois o percurso de modernização destes países envolveu a incorporação de técnicas de fora, as quais já se encontravam muito desenvolvidas frente às condições de produção típicas da economia subdesenvolvida. Esse percurso do crescimento econômico típico dos países subdesenvolvidos resulta, tendencialmente, na elevação do coeficiente de importações.

A respeito dos percursos distintos envolvidos na industrialização das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou melhor, do centro e da periferia⁴², Furtado constata que nos países centrais, “os que comandam o processo de industrialização, o ponto de partida era um progresso tecnológico que assume a forma de transformação nos processos de produção, na oferta”. (2008: 157). Pelo

⁴² A divisão internacional do trabalho estabelecida pelo capitalismo industrial seria a responsável pela designação centro-periferia segundo os argumentos formulados pela CEPAL (BIELSCHOWSKY, 2000). É no cerne dessa divisão que surgem duas regiões distintas em relação aos níveis de estágio de desenvolvimento, pois fora desigual o progresso técnico estabelecido nessas duas regiões. Logo, em relação ao desenvolvimento do progresso técnico, chega-se à conclusão de que este “foi mais rápido no centro, em seus setores industriais, e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão dos seus sistemas produtivos. Na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo.” (BIELSCHOWSKY, 2000:16).

contrário, nos países da periferia a industrialização parte-se da demanda constituída no interior da economia, que deve ser sanada, sobretudo, com as importações. Nessa direção, importar no contexto destes países significa retroalimentar a simplificação já colocada pelo lado da oferta, “porque ao importar desloca uma produção artesanal que já preexistia, bem ou mal.” (FURTADO, 2008:158). Sendo assim, conclui-se que “com a entrada na civilização industrial, essas economias dinamizam-se primeiro do lado da demanda para, depois, desenvolver a sua oferta.” (FURTADO, 2008:160-1).

Assim, a consolidação do setor de substituição de importações deve ser ressaltada como um problema às economias subdesenvolvidas, pois se torna crucial que as inversões nesse setor “cresçam com intensidade superior a das inversões nos setores que já produzem, há tempo, para o mercado interno.” (2009:202). Todavia, continua o autor, “se se aumentam os recursos à disposição dos empresários, é natural que eles prefiram intensificar suas inversões nas linhas já tradicionalmente estabelecidas.” (ibidem). Seguindo esta perspectiva, disso resultou a permanência de inversões em determinados setores, a exemplo do têxtil, em países como o Brasil. Por essa razão, uma das questões envolvidas no processo de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, nas formulações de Furtado, aponta para a necessária “reorientação das inversões objetivando reduzir o coeficiente de importação” (2009: 203) de modo a garantir que estas “provoquem as modificações estruturais requeridas pelo desenvolvimento.” (2009:203).

Entretanto, cabe elencar os caminhos que as economias subdesenvolvidas traçaram para atingir um grau de maior complexificação econômica. Nesses termos, a industrialização periférica para Furtado assume três formas possíveis: a primeira corresponde à industrialização ligada diretamente à exportação de produtos primários (a); a segunda seria atrelada diretamente às importações (b); e terceira constitui-se a partir da ligação direta ao mercado local (c). A terceira forma de industrialização, a (c), ligada diretamente ao mercado interno, é a única que o autor apresenta no sentido de constituir um processo de industrialização de fato nacional. Apesar da segunda (b) assumir a condição de transformar estruturalmente as bases da indústria interna, é apenas a (c) que admite um

interesse nacional e que acena para a possibilidade de subverter a ordem mundial imposta pelos países centrais, sobretudo a Inglaterra no final do século XIX e início do XX. Seu argumento, pautado na teoria econômica do desenvolvimento, assim refere-se ao processo de industrialização periférica:

Na evolução do capitalismo industrial, vários países passaram a barreira, tornaram-se desenvolvidos no sentido de que formaram um sistema industrial autônomo, negaram-se a aceitar o modelo inglês de divisão internacional do trabalho e passaram a comandar o seu próprio processo de industrialização. Nesses países, o tipo (c) dominou nessa época, concorrendo diretamente com os ingleses e, a partir daí, esteve em condições históricas de definir um projeto nacional. Quase sempre os interesses do país se confundiram com os desse grupo. Isto necessariamente leva à autonomia nacional. (...) Os países chamados subdesenvolvidos são aqueles onde esse processo não se deu. (FURTADO, 2008:169).

Com essa consideração, admite-se que, por não acessarem recursos externos, as indústrias inseridas no movimento (c) recorrem com constância ao Estado (FURTADO, 2008). No limite, “somente quando dominam o Estado é que estas indústrias dão o salto” (2008:170) capaz de uma ruptura com o subdesenvolvimento. Nas economias nacionais em que esse processo não se consolidou, houve um direcionamento, alega Furtado, da indústria para constituir “um caráter de complemento externo” e, portanto, “não se formou como sistema autônomo”. (2008: 170).

Pode-se destacar a presença do Estado no ordenamento de um projeto industrial apenas a partir de 1930, quando o desenvolvimento industrial passa a ser concebido e orientado por políticas públicas no âmago da crise pela qual passava o setor agroexportador, embora sejam ainda diminutas para a racionalidade que a transição de uma economia agrária para industrial solicitaria (FURTADO, 2009)⁴³. Isto porque o processo de industrialização esbarrava em inúmeras insuficiências, desde as estruturais às setoriais, sendo que estas últimas, derivadas daquelas, estavam envoltas à ausência de produtos intermediários e de equipamentos. Além

⁴³ Furtado cita a desvalorização da moeda na década de 1930 como uma iniciativa indireta sobre a industrialização, pois a mesma funcionava como fator de expansão da indústria que se constituía nas primeiras décadas do século XX. Somente a partir da década de 1940 o Estado entra em cena com uma política direta para promover a substituição de importações, a qual sofrerá, no entanto, o problema “da falta de uma adequada orientação dos investimentos” (2004: 211). Alguns aspectos do problema da substituição de importações ainda serão tratados nesta seção.

disso, a despeito de sua crise, o setor exportador detinha ainda um papel importante, pois, após o incipiente desenvolvimento do setor industrial nos anos 30, “a formação de capital estava atada à capacidade para importar⁴⁴” (2009: 213), questão da qual se desdobram as dificuldades de levar a cabo o processo nos anos 50. Os empecilhos deste momento histórico serão deslocados com a entrada forçada e maciça do Estado na promoção das estruturas necessárias a sua superação, conforme se verá nas páginas seguintes.

Importa por ora reter, para avançar na discussão, que o esforço de Celso Furtado para compreender as especificidades das economias subdesenvolvidas foi concebido no cerne do problema do desenvolvimento econômico não só brasileiro, mas latino-americano em geral. Assim, convém compreender os argumentos de Furtado como presentes na problemática em que se centram as discussões e as políticas econômicas concebidas pela CEPAL, cujo princípio histórico-estruturalista pautava-se na “ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana.” (BIELSCHOWSKY, 2000:16). Essa perspectiva pode ser assinalada, de modo geral, como o paradigma desenvolvimentista no contexto latinoamericano⁴⁵. (BIELSCHOWSKY, 2000).

Estas especificidades da formação da economia brasileira, tornadas necessárias para compreender os processos inerentes às economias subdesenvolvidas, bem como para por em práticas ações na direção de uma diversificação produtiva, a qual inclui necessariamente a industrialização, compõem

⁴⁴ O papel do setor agroexportador na economia nacional fundamentava a flutuação da taxa de câmbio como a possibilidade de mediar os grandes compromissos financeiros externos do Estado brasileiro, pois “o comércio exterior condicionava a situação financeira do governo e, indiretamente, a estabilidade política.” (FURTADO, 2009:205). Apesar disso, o crescimento das indústrias não foi suprimido pela tendência à desvalorização constante do câmbio. Pelo contrário, num primeiro momento, nos anos 20 e 30 do século XX, esta política econômica consolidou-se espontaneamente, nas palavras de Furtado, como uma “política protecionista que supriu a inexistência de uma orientação definida nesse sentido” (FURTADO, 2009:208). No entanto, num momento posterior, com os anseios sobre um desenvolvimento industrial sólido e robusto, sobretudo nos marcos da década de 40 para a de 50, os impasses continuam em outros patamares. Nas palavras de Furtado, trata-se de uma “situação peculiar de desequilíbrio entre a capacidade de importar e o volume de importações necessárias para manter operando as instalações existentes e o correspondente volume desejado de investimentos”. (2009:212)

⁴⁵ Apesar da história real se alterar do ponto de vista do desenvolvimento econômico das nações latino-americanas, pode-se dizer que a finalidade e o enfoque metodológico do qual parte o pensamento de autores ativos da CEPAL, como Furtado, manteve-se no decorrer dos decênios que se seguiram a sua fundação. (BIELSCHOWSKY, 2000)

de forma geral o esforço teórico da CEPAL. O contexto da inquietação intelectual promovido pela constituição da instituição estava circunscrito historicamente, pois o mesmo se desdobra com o decorrer das décadas de 30 e 40, período em que houve o crescimento de indústrias perante o conhecido processo de substituição de importações, capaz de impor novos elementos na vida econômica do país, incluindo formas de conceber o próprio desenvolvimento econômico tendo como horizonte a superação do subdesenvolvimento⁴⁶. O ideário nacional desenvolvimentista assume suas feições e busca racionalizar os processos de modo a firmar a condição de país industrial. Por essa razão, se nas décadas que se seguem o processo de surgimento das indústrias ganha fôlego, isso se deve ao lugar assumido pelo planejamento econômico, que passou a ser “visto como o procedimento indispensável à racionalização de um processo de industrialização espontâneo e anárquico que, subitamente, teria passado a ocorrer nas estruturas produtivas atrasadas das economias do continente” (BIELSCHOWSKY, 2000: 15.) Ao fim da década de 1940, a CEPAL sistematiza esse esforço da periferia capitalista na América Latina.

Não seria possível resgatar todos os meandros do pensamento cepalino neste texto. O objetivo deste breve resgate consiste em expor as matrizes em que se desenrolam, a partir da década de 1950, o projeto de constituição do desenvolvimento de economias, a exemplo da brasileira, inseridas na periferia do sistema capitalista global. Importa reter o papel do Estado na reflexão e na indução deste processo, que a partir desse momento passa a assumir para si o papel centralizador no interior da modernização das economias nacionais que efetiva a transição de país agrário-exportador para urbano-industrial⁴⁷.

⁴⁶ O pensamento cepalino não compreende o subdesenvolvimento como uma etapa anterior e necessária à condição de países desenvolvidos. Furtado (2009) e tantos outros pensadores da CEPAL procuravam pôr em evidência os percursos específicos dos países situados na periferia do capitalismo mundial, a ponto de revelar “um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico.” (BIELSCOWSKY, 2000:22). No entanto, no interior de suas formulações, denotava-se como pano de fundo o pressuposto da “necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento” (2000:25). Sendo assim, o horizonte ao qual se atêm tais prerrogativas situa-se em incitar uma forma específica de desenvolvimento econômico no interior do capitalismo do século XX.

⁴⁷ Vale mencionar que a importância deste resgate se deve aos problemas envoltos à mobilização da força de trabalho diante da especificidade da modernização e industrialização periférica brasileira.

Queremos destacar a partir destas considerações que a acumulação industrial, norte do planejamento no contexto do nacional desenvolvimentismo, se consolida de uma forma específica e aponta contradições inerentes ao processo de modernização periférica. O Estado, chamado a instalar as estruturas e os setores de bens de produção não constituídos no bojo do processo de transição de país agrário-exportador para urbano-industrial⁴⁸, nos oferece alguns elementos importantes a esse respeito. Neste ponto, trata-se de uma aproximação com o processo que Mello (2009) designa como *industrialização retardatária*, a qual nos oferece elementos importantes para expor alguns termos desta modernização levada a cabo pela periferia capitalista.

Mello caracteriza o processo efetivo de industrialização apenas com a constituição de forças produtivas que componham as bases materiais da reprodução do capitalismo. Deve advir, logo, da consolidação de um “departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital” (2009: 80). Nessa direção, em se tratando da situação histórica do desenvolvimento brasileiro na década de 1950, a questão que move o autor refere-se ao momento particular da constituição efetiva de um processo de industrialização, que adquire uma condição específica devido às determinações tanto sob o ponto de vista nacional, dado seu ponto de partida, a economia agroexportadora, como mundial, devido à dominação global do capitalismo monopolista⁴⁹.

As razões, portanto, para a ausência da consolidação de um amplo setor de bens de produção nos países periféricos, a exemplo do Brasil, não se fundamenta, sob a ótica do autor, a partir da falta de demanda, ou mesmo de

⁴⁸ Na leitura de PEREIRA, embora o processo de substituição de importação constitua o princípio da industrialização do país, ele próprio não é suficiente para levar a termo uma industrialização ampla. Isto porque, nas suas palavras, “se examinarmos a pauta de importações do Brasil, verificaremos que as mercadorias que continuamos a importar dificilmente poderão ser produzidas economicamente no Brasil ou então – e este é o problema principal – exigem investimentos grandes, que os empresários nacionais, mesmo os grandes empresários, não estão em condições de financiar” (PEREIRA, 1968, 141). Esta questão aparecerá nos parágrafos seguintes.

⁴⁹ “Não basta (...) admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária”. (MELLO, 2009:80).

inadequações da orientação do processo de substituição de importações⁵⁰. Ao reposicionar o problema, Mello identifica a monopolização realizada no plano dos mercados industriais como o processo que insere um padrão advindo da Segunda Revolução Industrial para a indústria pesada, sobretudo a siderúrgica, o que desdobra em uma mudança no tocante às complexas matrizes tecnológicas, bem como para o aumento tanto das dimensões físicas do empreendimento, quanto em relação ao investimento inicial⁵¹. Com este dado, chega-se ao argumento de que um país como o Brasil não apresentava condições monetárias de mobilizar e concentrar capitais de modo a investir neste setor, haja vista a insuficiência da economia brasileira canalizar recursos para constituir um amplo setor de bens de produção. Alcançam-se, assim, as razões da indústria nascente diretamente da economia cafeeira constituir-se, eminentemente, de empreendimentos voltados à produção de bens dirigidos ao consumo, a exemplo das indústrias têxteis, de fácil instalação e passíveis de serem adquiridas com os recursos escassos disponíveis.

Não por acaso a constituição da indústria pesada no Brasil, capaz de sustentar um processo amplo de industrialização nacional, foi promovida pela ação estatal em consonância com o projeto de diversificação e modernização das bases produtivas. Dadas as insuficiências engendradas pelo próprio movimento de acumulação nacional, coube à dimensão estatal levar a cabo o desenvolvimento percorrendo as lacunas deixadas no percurso de uma economia periférica⁵². Octavio

⁵⁰ Há um movimento dirigido à compreensão da função do processo substitutivo de importações na industrialização brasileira que discorre desde as insuficiências da orientação do Estado nas inversões necessárias às modificações estruturais – leitura presente em Furtado (2009) – ao esgotamento do próprio modelo, pois seria incapaz de impulsionar a internalização da produção de alguns produtos, dadas as demandas financeiras aquém das possibilidades nacionais, como apontava Pereira (1968).

⁵¹ Assim, há que se contrapor à leitura na qual a dependência em relação aos países centrais, posta em relação ao monopólio das técnicas, seria superada como um desdobramento social imanente ao processo de industrialização. Apesar de a tecnologia aparecer como problema, num primeiro momento, à continuidade dos saltos correspondentes ao desenvolvimento industrial, ela seria incitada pela própria dinâmica deste, segundo esta perspectiva. Em Cardoso (1960) encontramos o argumento no tocante a esta questão: “É verdade que o próprio impulso de industrialização cria, naturalmente, condições para a superação deste estado de coisas, desenvolvendo o gênio inventivo no País e engendrando choques de interesse com países altamente industrializados que os têm forçado a diminuir as pressões contra a industrialização das áreas atrasadas.” (CARDOSO, 1960:40).

⁵² A esse respeito convém ressaltar a intencionalidade presente no Plano Nacional de Desenvolvimento constituído em momento posterior com o intuito de promover a diferenciação produtiva a qual apresentou impactos significativos em alguns setores industriais, como no de bens intermediários e de energia. Todavia, a superação histórica da problemática da produção do departamento I não se completava, pois a internalização e a diversificação da indústria de bens de capital ainda encontrava grandes empecilhos, sobretudo nos setores

Ianni expressa essa questão nos termos de um desequilíbrio no tocante ao desenvolvimento econômico, que acaba por impor ao Estado novas tarefas na esfera econômica e social. Por essa razão, reconhece que o ápice dos impulsos destinados às indústrias, no momento considerado decisivo na metamorfose do Brasil agrário em industrial, deflagrou um desequilíbrio setorial, cujos resultados couberam à política estatal posterior solucionar⁵³. Não seria possível, ainda sob a leitura do autor, assumir condição distinta, pois “o sistema de livre concorrência abandonado a si mesmo não propicia a distribuição ótima dos recursos produtivos disponíveis”. (IANNI, 2004:52) Sob esse prisma, o autor detecta uma insuficiência técnica e diminuta experiência empresarial conjugado ao ainda “pequeno tamanho do mercado e reduzidas proporções dos capitais.” (2004:52). Nessa direção, a política econômica do Estado terá como norte a alocação de capitais, força de trabalho e de técnica, buscando suprir a escassez de tais fatores de produção em setores essenciais para superar os desequilíbrios gerados pelo movimento da economia nacional até então. Por essa razão, o capital, enquanto o maior problema sob a ótica de Ianni, foi privilegiado nas políticas econômicas, culminando, inclusive, na opção pela entrada de grandes grupos multinacionais a partir da década de 1950. O excerto do autor expõe o sentido assumido pela ação do Estado.

Como a mão-de-obra é abundante ou disponível nos segmentos marginais da economia nacional e como a técnica se encontra disponível nos países mais industrializados, a máquina estatal foi posta a trabalhar concentradamente na área do fator escasso. Muitas vezes, o capital estrangeiro teve privilégio que criaram outras distorções. (IANNI, 2004:52)

Esses preceitos do planejamento estatal já se tornavam explícitos em 1944 quando da criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), numa primeira tentativa ordenada e sistematizada de um planejamento à esfera nacional. Como bem pontua Ianni, o CNPIC “exprime as inquietações nascentes em face das flutuações e desequilíbrios manifestos na economia

mais dinâmicos, pois nestes as “fortes barreiras à entrada resultantes do controle da tecnologia e das escalas de produção constituíam uma limitação à desconcentração dessa indústria em direção à periferia.”(CARNEIRO, 2002:69).

⁵³ “De fato, a incessante intervenção governamental na vida econômica é o resultado de uma configuração estrutural específica das nações que ingressam decidida e aceleradamente na etapa da industrialização. De um lado, há a necessidade de romper ou, ao menos, redefinir determinadas vinculações coloniais, que impedem a capitalização no país.” (IANNI, 2004:24)

nacional.” (2004:54). Todavia, a racionalidade que se procura inserir no movimento da economia encontra dificuldades para superar o que Pereira (1968) chama de *Círculo Vicioso Estrutural do Subdesenvolvimento Brasileiro*, o qual deve ser compreendido como resultado da dinâmica própria da economia brasileira pautada na industrialização a partir do processo de substituição de importações. Primeiramente, segundo o autor, os custos de produção elevados das empresas compunham um quadro geral da industrialização induzida pela substituição de importações, dificultando o estabelecimento de produtos industrializados como a necessária pauta para as exportações brasileiras⁵⁴. Acresça a essa questão que se consolidar como exportador de produtos industrializados consistia em uma premissa para a superação do atraso econômico do Brasil sob o ponto do vista do autor, inviabilizada pela questão citada anteriormente. Em segundo lugar, havia uma implicação direta sobre a força de trabalho mobilizada por esta industrialização, pois a mesma se fez com a importação de tecnologia estrangeira. Assim sendo, a indústria que aqui se firmava tinha como parâmetros a alta produtividade da indústria dos países centrais – amparadas no que a economia política denomina tecnologia capital-intensiva⁵⁵. Por essa razão, contendo em si o sentido de poupar mão de obra, estas indústrias reduziam em termos relativos a demanda que possuíam por força de trabalho, deixando em relevo os problemas da industrialização brasileira no tocante à necessidade por trabalho⁵⁶.

A amplitude deste problema reside em uma forma combinada de desemprego disfarçado com a de desemprego aberto – termos amplamente utilizados na econômica política⁵⁷. Enquanto o primeiro refere-se a uma oferta

⁵⁴ Nas palavras do autor, “a principal distorção causada pelo processo de substituição de importações residia na instalação de empresas produzindo a custos elevados. Isso era possível porque a proteção tarifária tornava desnecessária a adoção de critérios administrativos de eficiência. O resultado era a adoção de técnicas e equipamentos obsoletos, o uso de práticas administrativas insustentáveis, o desrespeito aos princípios das economias de dimensão, que tornavam impossível qualquer significativa participação do Brasil no comércio internacional de manufaturados.” (PEREIRA, 1968:197)

⁵⁵ “Pode-se afirmar que não havia alternativa para a industrialização nacional. Não tínhamos capacidade técnica para desenvolver ou mesmo adaptar às nossas condições a tecnologia estrangeira. (...) a tecnologia poupadora de mão-de-obra, a tecnologia capital-intensiva, apropriada para os países desenvolvidos, revela-se também ser a única viável para o Brasil.” (PEREIRA, 1968:197-8)

⁵⁶ “Resultou daí que os investimentos industriais no Brasil caracterizam-se por copiar a tecnologia estrangeira e, portanto, por serem capital-intensivos, apresentado, portanto, uma baixa da capacidade de absorção da mão-de-obra nacional.” (PEREIRA, 1968:198)

⁵⁷ “Ao desemprego disfarçado que sempre existira, proveniente de uma oferta ilimitada de trabalho a partir do

constante de força de trabalho advinda do campo, o segundo pauta-se no desenvolvimento ancorado em técnicas cada vez mais poupadoras de mão de obra. Ambas as formas denotam um processo de industrialização que não abarca a mão de obra a ele disponibilizada, cuja reflexão econômica se fez de modo a inferir sobre a necessidade de uma articulação racional das variáveis econômicas, interessando-nos sublinhar aqui a proposição que se fez em relação à busca de uma tecnologia específica para, no caso de um país como o Brasil, prover uma redução significativa do desemprego⁵⁸. Nesse ponto, admitimos a pertinência de reconhecer essa dimensão poupadora de trabalho da modernização periférica de um país como o Brasil enquanto um dado que é inerente à condição que o mesmo assume no sistema capitalista, pois, em que pesem os intentos burocrático-estatais para constituir um modelo econômico no qual a maior parte do contingente de força de trabalho fosse posto no desenvolvimento, visualiza-se a exacerbação da negatividade inerente a este processo. Ainda assim, a proposição a respeito de uma forma de tecnologia capaz de incorporar o montante de força de trabalho no Brasil e que simultaneamente se fizesse competitiva com um nível global de produtividade parece não questionar o próprio sentido da tecnologia inserida nos processos produtivos. Apesar das amplas questões que se derivam no âmbito da consolidação da indústria na economia brasileira, o que procuramos reter da exposição até aqui são dois aspectos essenciais à essa modernização: o papel do Estado, como a mediação das passagens requeridas pelo estabelecimento de uma economia urbano-industrial e o problema da força de trabalho no interior deste processo de modernização.

setor rural, somou-se o desemprego tecnológico aberto, causado pela baixa relação trabalho-capital dos novos investimentos motivada pelo esgotamento das oportunidades de substituição de importações.” (PEREIRA, 1968:198).

⁵⁸ Entre outras questões no tocante à superação da condição de subdesenvolvimento, Pereira elenca inúmeros pontos, dos quais ressalta-se a ênfase posta “no desenvolvimento de uma tecnologia especial, de forma que os investimentos sejam menos poupadores de mão-de-obra, e nesses termos se possa encaminhar a solução do problema do desemprego”. (PEREIRA, 1968: 210).

2.2 A regulação capital-trabalho no cerne da modernização periférica.

Francisco de Oliveira em *Crítica à razão Dualista* promoveu um debate de ampla envergadura com algumas das acepções aqui apresentadas em linhas gerais. Sua crítica se fundamentava, sobretudo, a respeito da insuficiência da interpretação dualista cepalina em relação à compreensão da condição de subdesenvolvimento, assentada na oposição formal de um setor atrasado e outro moderno da economia. Para tanto, procurou expor uma forma específica de desenvolvimento capitalista engendrado por uma articulação de ambos, de modo a estabelecer uma unidade cuja razão de ser não seria desvelada pelo pensamento dualista.

A crítica de Oliveira permitia verificar o plano da ação do Estado no estabelecimento de uma nova articulação dos fatores postos à produção na transição do Brasil agrário-exportador para urbano-industrial, residindo na regulação da relação capital-trabalho a condição essencial para estas transformações da economia brasileira. O posicionamento do Estado a este respeito fora essencial às transformações vivenciadas pela economia brasileira, no sentido de constituir a indústria o centro da economia.

Nesta direção, o autor ressaltava que o salário mínimo se estabeleceria para manter um nível de remuneração reduzida quando comparado ao patamar possível em uma relação direta dos empregadores com os trabalhadores. Sob este prisma, a criação deste mínimo estava circunscrito à nova realidade que surgia, onde a acumulação urbano-industrial era induzida e reforçada através de um imenso exército industrial de reserva e um nivelamento abaixo do real custo da força de trabalho regulamentado pela criação do salário mínimo. Por isso, a partir do estabelecimento da legislação trabalhista, há um impulso à acumulação “caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira” (2003:39), na qual a regulação da relação capital-trabalho aparece como a forma de se efetivar a transição da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial. Portanto, a leitura do autor procura os nexos entre o modelo de acumulação e os preços pagos à força de trabalho estabelecidos através da mediação do Estado, a partir dos quais seria possível verificar a intrínseca relação

entre a industrialização brasileira e o rebaixamento dos salários destinados aos trabalhadores com a imposição do salário mínimo nos anos 30 do século XX.

A substituição dos preços do “velho mercado” para os “preços sociais” – preços estes envoltos à ação incisiva do Estado nos condicionamentos à nova realidade social⁵⁹ – se efetivava de modo a garantir as bases para o novo contexto nacional, assumindo a indústria um papel protagonista. Esta conjuntura presente após a década de 1930 até o governo Kubistchek compreendia uma mudança decisiva do Estado em relação a funções exigidas pelo posterior momento: o nacional desenvolvimentismo. Neste ponto, Oliveira (2003) expõe os termos sob os quais se engendraram esse momento:

regulando o preço do trabalho, (...) investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. (OLIVEIRA, 2003:41).

Esta passagem, interpretada como a ruptura do automatismo do mercado, engendrou uma reorientação da economia nacional que só poderia ser levada a cabo pelo Estado. Assim, reconhecem-se os esforços em mediar esse processo intervindo na

fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. (OLIVEIRA, 2003:40).

O sentido da ação do Estado, portanto, de romper com o movimento automático da economia nacional, bem como de promover um distinto arranjo das forças sociais – muito embora haja nuances em relação às interpretações que se fazem do Estado no interior desse processo –, é uma premissa da qual partem

⁵⁹ “Os ‘preços sociais’ podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia.” (OLIVEIRA, 2003: 40)

aqueles que pretenderam compreender os termos do desenvolvimento brasileiro. Oliveira reconhece este movimento na sua similaridade com a passagem das economias capitalistas para economias socialistas. Em suas palavras,

O processo guarda alguma analogia formal com a passagem de uma economia de base capitalista para uma economia socialista. No período de 'transição', não apenas não funcionam os automatismos econômicos da base anterior como, mais que isso, *não devem funcionar*, sob pena de não se implementar a nova base. Por essa razão, os mecanismos de mercado devem ser substituídos por *controles administrativos* cuja missão é fazer funcionar a economia de forma *não-automática*. (OLIVEIRA, 2003:41)

Há de considerar, inclusive, que tal movimento, na situação específica brasileira, se conforma com a política econômica do Estado em consonância com a vinda de uma reserva de trabalho morto dos países centrais, representando não apenas a transferência da tecnologia possível aos países periféricos, mas, sobretudo, uma determinação posta à reprodução capitalista global. Isso foi interpretado por OLIVEIRA como a superação de momentos inerentes ao modelo de industrialização clássica, pois este processo ocorrera com desdobramentos específicos em países de modernização tardia. Em suas palavras, aqui no Brasil,

(...) na verdade, o processo de reprodução do capital 'queima' várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho. Este fator, somado às leis trabalhistas, multiplica a produtividade das inversões; por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural – mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irreversível os rendimentos do capital em relação ao trabalho. (OLIVEIRA, 2004:67)

Esta asserção de OLIVEIRA realça a perspectiva de que a industrialização brasileira seria aquela baseada no enorme distanciamento dos rendimentos ao capital e ao trabalho, quadro que somente pode ser alterado com “uma demanda de força de trabalho várias vezes superior ao crescimento da oferta.” (idem, 67) Todavia, a transferência de capital constante, cujo resultado seria a queima de etapas, expõe os limites deste processo, pois ela “reduz o circuito de realização interna do capital”, tornando “o efeito multiplicador real da inversão mais *baixo que o efeito potencial* que seria gerado no caso de uma realização interna total

do capital.” (idem) É essa leitura que permite Oliveira (2003) identificar uma participação desequilibrada da indústria no Produto e na estrutura do emprego.

Além de produzir esse grande descompasso entre os rendimentos do capital e do trabalho, essa expansão da indústria no pós anos 30 requeria uma divisão interna do trabalho que não fora estabelecida pelo percurso de modernização das bases produtivas nacionais, redundando em características próprias à constituição da realidade social e econômica brasileira. Tal insuficiência foi responsável pelo *boom terciário*, caracterizado pelo crescimento horizontal dos serviços. É nesse setor que foi compreendida a inserção de uma parte significativa da força de trabalho de modo a constituir uma das bases da acumulação urbano-industrial. Nas palavras de Oliveira (2004), esses serviços eram formados

sem quase nenhuma capitalização, à base do concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de por fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços. (OLIVEIRA, 2004:68)

Esta questão ilustra um dos aspectos do fio condutor da análise de Oliveira, que consiste em oferecer elementos de uma relação imbricada entre o suposto “setor atrasado” com o “setor moderno” da economia brasileira. Na esteira deste raciocínio, tal relação, longe de ser combatida no terreno político, foi incitada e constitui a base pela qual esta modernização se efetivou. Assim sendo, os baixos rendimentos da força de trabalho disposta ao setor terciário estavam no cerne de uma política pública que via os serviços podendo “ser atendidos em níveis de capitalização bastante inferiores à indústria para o que a *oferta abundante de mão-de-obra constituía* não somente garantia, mas motivação.”(idem, pg 68). Soma-se a isso o fato do processo de industrialização no Brasil, incapaz de absorver parte significativa da força de trabalho presente nas grandes cidades, mobilizadas para servi-lo do trabalho necessário, tomar impulso com uma gama de serviços promovidos por indivíduos não inseridos no setor secundário. OLIVEIRA compreende isso como “demandas nascidas na própria expansão industrial”, nas quais a parcela da população não envolvida diretamente com a produção industrial, entrava em cena com um mosaico de “serviços espalhados pelas cidades,

destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e ateliês de serviços pessoais.” (OLIVEIRA, 2004:68-9).

Uma questão que deve ser considerada nesse argumento de OLIVEIRA corresponde à circulação de mercadoria e seu sentido no âmbito da acumulação global. Oliveira não se concentra neste problema, pois os serviços de intermediação, concretizados no Brasil em parte por este enorme contingente de força de trabalho concentrado nas metrópoles, se efetivam ainda segundo as leis objetivas do capitalismo⁶⁰. Por essa razão, a expansão dos serviços, que Oliveira desvela como estando atrelada à forma pela qual um número expressivo da força de trabalho situada na metrópole se insere no mundo do trabalho, pode ser compreendida como o suporte necessário à acumulação urbano-industrial em um país periférico. Resta, no entanto, segundo o argumento que procuramos aqui desenvolver, situar tais serviços no plano da crítica reprodução social capitalista e suas expressões no bojo da modernização periférica brasileira.

Na primeira seção, procuramos inicialmente problematizar a questão, através de considerações a respeito das passagens formais necessárias à realização da mais-valia no mercado. Nisso, a exposição de Marx aponta para a distinção entre o trabalho posto na mudança formal da mercadoria – sobretudo a passagem $M - D'$ – e o trabalho destinado à manutenção, aumento ou preservação da mercadoria. Assim, atividade capitalista e assalariada não implica necessariamente atividade produtiva, pois para tanto é necessário recorrer ao sentido que a mesma assume no processo de reprodução global do capital.

A questão principal nesse ponto está em uma função assumida por estes serviços que constituem a forma de ocupação de um significativo quantum da força de trabalho disponibilizada à economia urbano-industrial. Oliveira os interpreta como uma forma de transferência de valor presente em um mecanismo particular de

⁶⁰ “Conviria perguntar se a produção de serviços de intermediação ou de publicidade, por exemplo, não representam, também, *trabalho socialmente necessário para a reprodução* das condições do sistema capitalista, entre as quais a dimensão da dominação se coloca como das mais importantes: dificilmente se poderia contestar que não; ela faz parte, inclusive, da reprodução da mercadoria que distingue o capitalismo de outros modos de produção: da mercadoria *trabalho*”. (OLIVEIRA, 2004:54)

acumulação no interior da modernização brasileira⁶¹. Entretanto, como pontua Mandel:

Não há nenhuma razão plausível para que a troca de serviços pessoais por rendimentos, à medida que não leva à produção de mercadorias, deva tornar-se subitamente produtiva apenas porque é organizada como atividade capitalista e executada por trabalho assalariado. (MANDEL, 1982: 283).

Se por um lado Oliveira desvela a função deste contingente de força de trabalho como uma característica importante no interior do processo de expansão capitalista no Brasil, é necessário, por outro lado, pontuar que o conteúdo ao qual se reportam tais serviços, diferentemente das conclusões do autor, reside, sob nosso ponto de vista, no caráter crítico de uma modernização retardatária, que se realiza exigindo uma considerável gama de atividades intermediárias.

Portanto, essa comercialização de mercadorias que a força de trabalho encontra como forma de ocupação para sua sobrevivência nas grandes cidades, os “custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que são postos fora dos custos internos de produção e reforçam a acumulação nas unidades centrais do sistema” (OLIVEIRA, 2004:69), devem ser compreendidos à luz de um processo em que já se estabelece por bases críticas, fundamentado pela crise do trabalho. Sendo assim, o que a nossa perspectiva procura expor é que esse percurso da industrialização na periferia do capitalismo elucida um momento particular da crise determinante da reprodução do capital.

Dessa forma, as matrizes tecnológicas serem revolucionadas não nos países de modernização tardia, mas nos países centrais, nos trazem problemas da ordem da reprodução global do capitalismo. Portanto, há que se problematizar a “imensa reserva de trabalho morto” trazida à periferia mundial. Não se trataria de uma queima de etapas, como expõe OLIVERIA, mas um dado crucial dessa modernização específica que, sendo retardatária, não consegue se estabelecer com os mesmos níveis de produtividade já atingidos nos centros do sistema e, mesmo assim, de modo a reforçar a crise que é determinante a este processo, se efetiva com padrões poupadores de mão de obra.

⁶¹ “(...) os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese”. (OLIVEIRA, 2004:57).

A exposição de Oliveira nos é pertinente porque discorre sobre características do processo de modernização que vislumbramos importantes no reconhecimento de uma inserção periférica no sistema capitalista global. O que queremos chamar atenção aqui é que a especificidade do processo de industrialização brasileira, constantemente advertidas suas diferenças em relação aos países industriais centrais pelos autores aqui citados, não deve obscurecer os fundamentos dessa inserção periférica. Neste ponto, o descompasso entre nações, em relação às forças produtivas, deflagrou nos países “atrasados” ações que só puderam se efetivar através do Estado na busca de uma superação histórica de sua condição. Kurz (2004b) expõe este percurso como modernização retardatária, cujo mote foi, como os autores anteriormente mencionados reconhecem, o de estabelecer a conexão destes países com os mercados mundiais de forma rentável diante daqueles situados na dianteira do processo de acumulação global.

Na descrição que Oliveira realiza sobre o *Ornitorrinco*, compreendemos que o autor realiza uma caracterização do Brasil no ápice desta crise da qual o esforço desenvolvimentista não foi suficiente para superar. Podemos verificar, portanto, que os processos que o levaram a modernizar suas bases produtivas não se puseram a superar contradições inerentes à reprodução do capital. Trata-se de verificar que no interior do estabelecimento da indústria, as contradições deflagradas por este movimento circunscrito a um país periférico, reportam às contradições já ampliadamente desdobradas no interior do próprio capital. Isso se põe como crucial mesmo diante do argumento da expressividade alcançada pelo setor industrial no país, como sugere Mamigonian, devido ao fato do mesmo passar do 14º PIB em 1965 para o 8º PIB em 1984, e atingir no momento atual, inclusive, o posto de 6º maior PIB do mundo. A industrialização, por atingir um estágio de consolidação ampla, no sentido de comportar todos os ciclos do processo de substituição de importações, como aufere a leitura de Mamigonian (1995), deve ser objeto de discussão sobre os termos em que foi efetivada tendo como parâmetro que a mesma compõe um momento da reprodução do capitalismo global.

O desenvolvimento dos mercados nacionais e sua realização integrada à escala mundial, sobretudo no último quartel do século XX, se deram pela coexistência de países em diversos níveis de produtividade e rentabilidade. Por isso,

para as economias periféricas, expostas à concorrência mundial, a possibilidade de concorrer a um lugar de êxito apenas foi possível levando ao limite a contradição capital-trabalho em que se assenta o processo de acumulação. Inclusive, a grande oferta de mão de obra barata, uma das características dos países periféricos no pós 2ª Guerra Mundial para atração de investimentos, deixou de ter validade após o último quartel do século XX. KURZ expõe esta questão nos seguintes termos.

A tendência deste século ao aumento da intensidade do capital (...) desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra 'barata' do Terceiro Mundo, fechando com isso, porém, para o próprio Ocidente, uma saída exteriorizante de sua crise por meio da exploração daqueles ominosos mercados. Quanto menos o Terceiro Mundo conseguia acompanhar a corrida da produtividade, tanto menos pôde sua economia levantar pelo menos os investimentos indispensáveis para o próprio desenvolvimento e os mercados internos, e tanto menos interessante tornou-se ele para investimentos estrangeiros diretos, por parte do capital ocidental. Passou a depender de créditos do sistema bancário ocidental e das instituições internacionais. (KURZ, 2004:160)

O argumento da pesquisa aqui em questão inclui algumas considerações acerca das políticas dirigidas ao salto histórico de países que procuraram adquirir as bases pelas quais os países centrais competiam na economia de mercado. Na realidade, para se compreender os limites inerentes às políticas de recuperação histórica capitalista, não se pode deixar de pontuar que a reprodução social capitalista passa necessariamente pela concorrência dos capitais, significando assim que os lucros não são repartidos entre os capitais individuais de forma proporcional “à mais-valia produzida por cada capital variável, mas sim em proporção à massa total de capital acionada por cada empresa individual”. (MANDEL, 1982:370). Nessa direção, MANDEL explicita os termos da desigualdade entre os capitais a respeito da apropriação da mais-valia produzida.

o capital que aumenta a produtividade média do trabalho com o uso de mais maquinaria apropriar-se de uma parte da mais-valia produzida por capitais considerados 'atrasados' em termos de produtividade do trabalho. O capital fluirá dos setores com uma taxa de lucro abaixo da média para setores com uma taxa de lucro acima da média. (MANDEL, 1982:370).

As disparidades históricas em relação à formação das economias capitalistas nacionais não se fazem sem deixar de evidenciar este movimento

ressaltado anteriormente. Os países atrasados, diante da impossibilidade de competir no mercado mundial, a não ser de forma periférica, almejavam, através dos inúmeros planos de desenvolvimento, alcançar o nível mundial de produtividade que concedia aos países centrais êxito nas relações de troca. Inclusive, foi através do crédito que a reatualização das suas bases produtivas, com vista a se manterem de forma competitiva no âmbito mundial, se fez possível. Por essa razão, a modernização periférica da qual trata KURZ tem a necessária ação do crédito na conformação das forças produtivas dos países em questão. Ainda assim, a produtividade que ditava a reprodução social não era possível de ser atingida por tais países e, logo, a busca pela rentabilidade crescente no mercado mundial não foi alcançada com as dívidas contraídas, reforçando a falência das premissas nacionais-desenvolvimentistas em que se sustentavam, que procuraram sua manutenção no sistema produtor de mercadorias, constantemente obscurecida pelo fetiche assumido pelos constantes planos de desenvolvimento.

Sob nossos pressupostos, a crise conjuntural que marcou a entrada dos anos 80 do século XX apenas pode ser compreendida em sua essência caso se detenha essa dimensão crítica do processo de modernização. Campanário e Kowarick (1994) alcançam os termos de uma industrialização cujas bases se demonstravam deficitárias em relação ao nível global, haja visto que o processo de substituição de importações se realizou enquanto uma *complementação industrial*. Nas palavras dos autores, tal crise é deflagrada devido ao

esgotamento do modelo técnico-industrial gerado pelo processo substitutivo de importações, que se baseou muito mais na complementação industrial – protegido da competição externa e dominado internamente por cartéis ou grandes empresas estatais – do que na sua dinamização para competir. A complementação da matriz produtiva ocorreu em todos os setores, que encontram-se crescentemente ameaçados por novos padrões de competitividade, alimentados por três condicionantes: qualificação de recursos humanos em todos os níveis, difusão de tecnologias modernas, e novas formas de cooperação do trabalho, tanto no âmbito da empresa como setorialmente. Os novos padrões de competitividade requerem menor preço, maior qualidade e diferenciação de produto, características pouco frequentes no passado recente da economia brasileira. (1994:56-7).

Se a expansão da indústria, sobretudo após os anos 50, já oferecia sinais de uma mobilidade do trabalho que não se fazia para inserir produtivamente a força

de trabalho, - muito embora, é verdade, obscurecida tanto pelo crescimento econômico, como pelo dualismo do moderno-arcaico – os anos 80, diante de uma reconhecida crise dos países da periferia, apontam para um processo de uma recuperação histórica, sob a determinação lógica do capital, que não se efetiva a não ser como ilusão fetichista de desenvolvimento. Por essa razão, o desenvolvimento das forças produtivas datado do último quartel do século XX, pontuado por Kurz (2004a e 2004b) como uma das expressões da crise da sociedade moderna, deve ser apreendido não apenas como uma determinação da condição sempre reiterada de periférico no capitalismo mundial, mas como um limite objetivo ao que se propunha o plano do pensamento e da reflexão desenvolvimentista. No entanto, como bem salienta Kurz, o crescimento do pós-guerra, cessado há décadas e sem fôlego para se manter, ainda servia de base para a esperança de que o sistema produtor de mercadorias pudesse atingir novos surtos de crescimento⁶². Nesse sentido, os indícios cada vez mais presentes de uma crise do capitalismo mundial seriam abafados com a promessa de um impossível retorno histórico de prosperidade econômica durante o fordismo⁶³, criando assim uma ilusão de superação⁶⁴ da sua crise imanente.

Frente à ausência de recursos financeiros para dar impulso a todas as etapas do processo de modernização das bases produtivas, pois no momento

⁶² O crescimento do pós-guerra sinalizado por KURZ possui suas bases nas formas de racionalização da produção sob a égide do fordismo. Este, compreendido na economia massiva de tempo, não implicava na racionalização de modo a desaparecer a força de trabalho no processo produtivo, “mas antes a sua própria execução foi por assim dizer racionalizada.” (KURZ, 2004b: 22) Aliás, este “enorme salto que a racionalização permitiu em nome da produtividade levou a uma ampliação da produção tão forte que se necessitava não de menos, mas de mais trabalhadores.” (KURZ, 2004b: 22-3). Logo, a prosperidade do fordismo estava assentada no fato de que “pela primeira vez massas gigantescas de força de trabalho entravam no cálculo de rentabilidade desse processo de valorização da economia de mercado.” (KURZ, 2004:24).

⁶³ Remeter à questão do fordismo na periferia do capitalismo aponta para problemas que não podemos contemplar nesta pesquisa. Cabe, por ora, citar o modo de regulação pressuposto no fordismo como algo que não fora estabelecido plenamente em países periféricos. Por essa razão, mesmo que o fordismo, ao nível da organização do trabalho na planta da fábrica, tenha alcançado em alguma medida a periferia, o mesmo não pôde se generalizar nos termos em assumiu no centro para a periferia. Todavia, Lipietz (1988) insiste em transformações sociais nestes países no cerne da substituição de importações, mas que assumem o que o autor chama de *subfordismo*, pois tratava-se de “uma *caricatura* de fordismo, uma tentativa de industrialização de acordo com a tecnologia e o padrão de consumo fordiano, mas *sem* as condições sociais, nem do lado do processo de trabalho, nem do lado do padrão de consumo de massas.” (LIPIETZ, 1988:78, grifos do autor)

⁶⁴ Como alega Kurz, esta perspectiva, em que pesem as distintas abordagens, se legitima através de “teorias do desenvolvimento” que buscavam um “modelo correto para a modernização e a industrialização das economias nacionais”. Essas teorias foram “formuladas no horizonte da problemática da recuperação do atraso histórico e, nessa medida, dentro do horizonte da ascensão histórica do modo de produção da economia de mercado”(KURZ, 2010).

anterior – no contexto agrário exportador – não se constituiu a acumulação de capital necessário para os saltos demandados pelo contexto histórico, o ciclo das dívidas foi inevitável⁶⁵, e isto implica na ligação estreita entre endividamento e a constituição das forças produtivas no cerne do processo de modernização periférica. Portanto, os entraves à internalização de todos os momentos necessários a fomentar o desenvolvimento industrial puderam se fazer tão somente através do endividamento do Estado⁶⁶, o que se apresenta não apenas como uma especificidade, mas, sobretudo, um sentido inerente a essa modernização como periférica. Ainda hoje as dívidas repercutem em suas receitas, sendo que os juros, dadas as dificuldades de amortizá-los, inserem uma pressão constante nos seus balanços de pagamentos, gerando muitas vezes a demanda por novos empréstimos, culminado, assim, em dívidas que se reiteram⁶⁷. Essa questão se torna ainda mais nevrálgica se levarmos em consideração que estas são oriundas da instalação de estruturas que não lhes permitem concorrer de forma competitiva no mercado mundial na atualidade⁶⁸, pois como a “técnica de produção progride sem cessar nos

⁶⁵ CARNEIRO (2002) menciona que um dos momentos inerentes ao processo de industrialização brasileiro diz respeito à demanda de um sistema de financiamento. Isto porque, nas suas palavras, “os volumes de capital necessários aos investimentos e os prazos de maturação cada vez mais dilatados exigem um sistema financeiro complexo”. Por essa razão, conclui que a superação aos condicionantes externos de desenvolvimento recai em outra problemática, pois “a incapacidade do sistema financeiro doméstico em prover créditos em volumes e prazos demandados pelas atividades em crescimento faz que esses financiamentos dependam do sistema internacional, recriando a dependência” (CARNEIRO, 2002:38).

⁶⁶ Reduzir as dívidas deste momento à implantação do departamento I seria por demais simplificador. No entanto, não dispomos de elementos suficientes para apontar as relações entre crédito e a instalações das infraestruturas necessárias à efetivação de todos os momentos pertinentes à acumulação urbano-industrial. Tal questão constitui uma ampla agenda de pesquisa, que aponte a função do crédito nas etapas da modernização periférica.

⁶⁷ Kurz fala dos riscos de uma desindustrialização endividada nos países periféricos onde se efetivou um processo de industrialização para exportação. Além de sofrerem as medidas defensivas na forma de subvenções e protecionismo dos países centrais, continua pesando “o montante crescente de juros e amortizações dos créditos dissipados há muito tempo, de modo que as exportações industriais e agrárias têm de ser malbaratadas até chegarem a condição cada vez mais absurdas” (...) Disso podem resultar a “desindustrialização daqueles países em que as estruturas industriais extremamente bem-vistas, mas construídas sobre areia, estão decaindo sob pressão crescente da concorrência”. (KURZ, 1992:163-164). Ainda a partir deste endividamento externo, é possível observar a derivação de uma dinâmica de dívida interna, sob a qual países periféricos, como o Brasil, se reproduzem proferindo títulos da dívida interna, altas taxas de juros e, assim, atração de capital fictício. Sob esta condição, atribui-se a tais países o título de emergentes, aqueles que supostamente estariam no *front* da periferia capitalista.

⁶⁸ Oliveira (2003) nos fala dos padrões de acumulação que nas duas últimas décadas do século XX se firmavam como hegemônicos na economia mundial. Tratam-se daqueles oriundos da 3ª revolução industrial, pautados nos conhecimentos técnico-científicos, trancados nas patentes e responsáveis pela máxima descartabilidade e efemeridade. O autor fala das consequências desse cenário para os países periféricos. Em primeiro lugar, eles “podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica” (...). Além disso, a

países industrializados e não nos países que estão procurando se desenvolver, o atraso tecnológico é incessantemente repost”(SINGER, 1979: 104).

2.3 Crise do desenvolvimentismo como um momento da reprodução capitalista na periferia.

A exposição realizada até aqui reconhece o capitalismo a partir de sua crise constitutiva, que não deve se confundir com suas expressões, apreendidas como crises cíclicas e passageiras. Mesmo em se admitindo os limites presentes nesta dissertação, o esforço aqui consiste em abordar o problema da crise do trabalho no cerne da modernização periférica a partir da negatividade inerente ao próprio movimento do capital. Realizar tal debate sugere que o movimento necessário para a realização de mais-valia no mercado, cujas possibilidades são ditadas pela concorrência, desatou um movimento que nega o próprio fundamento da sociedade capitalista, pautada na exploração da mais-valia. Trata-se, logo, de conceber uma realidade social em que a produtividade alcançada, seguindo os princípios da concorrência, expressa-se como a forma negativa da própria lógica da mercadoria ⁶⁹.

MANDEL (1982:369) lançava-se, a respeito da validade destes argumentos, a seguinte questão no início da década de 1970 do século XX: “a regulamentação governamental da economia, o 'poder dos monopólios', ou ambos, podem revogar para sempre, ou de maneira durável, a operação da lei do valor?”. Esta pergunta remetia diretamente às leituras que desde então compreendiam o capitalismo a partir das contra-tendências de suas leis constitutivas, isso quando não viam a invalidade destas. Portanto, de um lado, no caso afirmativo para a sua questão, conceber-se-ia que “o curso da economia não é [seria] mais determinado pelas leis objetivas de desenvolvimento da produção capitalista, atuando por trás

acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela (...) “isso exige um esforço de investimento sempre além do limite das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa”. (OLIVEIRA, 2003:139).

⁶⁹ “O rápido desenvolvimento das forças produtivas na era do capitalismo tardio começou historicamente – no decorrer da terceira revolução tecnológica – a abalar até mesmo o fundamento principal do modo de produção capitalista, qual seja, a produção mercantil generalizada.” (MANDEL, 1982:401).

das costas dos homens, mas sim pelas decisões conscientes, planejadas ou arbitrárias, dos monopólios e do Estado.” (MANDEL, 1982:369). Sob esta perspectiva, não estariam em leis irrevogáveis da economia as determinações das crises e das recessões, mas sim, de forma subjetiva, nas escolhas e nos equívocos dos dirigentes da economia e da política. Por outro lado, todavia, considerando que a regulamentação da economia pelo Estado e monopólios entraria em cena como um esforço para conter e, no limite, adiar os desdobramentos da lei do valor, então a determinação desta lei está posta, de modo que “o desenvolvimento a longo prazo da 'sociedade industrial' ocidental continuará sendo governado pelas leis do movimento do modo de produção capitalista descobertas por MARX” (MANDEL, 1982:370).

A afirmação da questão levantada por Mandel delimita em grande medida os percursos pelos quais passaram a crítica de parte significativa do marxismo, bem como daquela traçada até os dias atuais. Distanciando-se do fundamento do campo histórico que corresponde à modernização, não pondo o acento no percurso teórico necessário para desvelá-lo e “deixando a essência ou substancialidade categorial da formação histórica da sociedade por refletir, portanto também por criticar,” (KURZ, SUBSTÂNCIA), conceberíamos esta realidade perante a desapareição de suas leis constitutivas. No entanto, insistimos na vigência das leis abstratas que fundam a sociedade capitalista, de modo que a contradição imanente ao capital permanece imanente a sua forma social correspondente. O argumento de Mandel explicita os termos contraditórios não superados a que nos referimos.

Todo *boom* de investimentos leva à supercapacidade e à superprodução. Toda aceleração na acumulação de capital acaba por levar à desvalorização do capital. Toda tentativa feita pelo empresário para aumentar ‘sua’ taxa de lucro, forçando uma baixa nos custos de produção, leva, no final, a uma queda da taxa média de lucro. Se em última instância a racionalidade econômica é considerada economia de tempo de trabalho – poupança de trabalho humano – então a contradição inerente ao capitalismo entre a racionalidade parcial e a irracionalidade total ressurgue no paradoxo de que compulsão de poupar a maior quantidade possível de trabalho humano na fábrica ou na empresa leva a um desperdício crescente de trabalho humano na sociedade como um todo. (MANDEL, 1982:357).

Nesta direção, as décadas finais do século XX apontam para uma crise que deve ser considerada nas determinações ínsitas à reprodução social sob o invólucro da mercadoria, e não a escolhas políticas ou à retirada do Estado na arena do aclamado desenvolvimento. No caso brasileiro, tornou-se lugar comum compreender a crise dos anos 90 como uma crise da diminuição do Estado na reprodução econômica e social do país. Caiado (2004) compreende a nova divisão internacional do trabalho ao fim do século XX e seu consequente abalo em economias nacionais como a brasileira a partir da forma inadequada pela qual o Brasil se inseriu no cenário econômico mundial dos anos 90. Esta inserção e todos os malefícios dela advindos são interpretados frequentemente como escolhas, argumentando, pois, que a política econômica nesse momento “consolidou a opção por uma inserção subordinada do país à nova (des)ordem internacional, pondo uma pá de cal no modelo desenvolvimentista” (CAIADO, 2004:66-67). Sendo assim, nessa ruptura com o desenvolvimentismo “a busca da equidade deu lugar ao conceito de eficiência econômica, o emprego passou a ser menos importante que a competitividade e o Estado se retirou de arenas estratégicas, ampliando as bases para a retomada de fluxos de capital internacional”(CAIADO, 2004:67).

Sob este argumento, entrava em cena o chamado padrão neoliberal e todos os seus desdobramentos em um país periférico como o Brasil. Como procuramos argumentar anteriormente, a crise econômica que se deflagra entre a década de 1970 e 1980 é por nós interpretada como uma consequência do próprio desenvolvimentismo que não fora capaz de “manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento de produtividade” (CARNEIRO, 2002: 309). Assim, o modelo de crescimento econômico levado a cabo diante de uma crise, cuja compreensão esteve circunscrita ao debate entre a defesa ou ataque ao Estado, definiu a forma específica da concorrência como o elemento propulsor do processo na passagem da década de 1980 e 1990 (CARNEIRO, 2002), indicando uma ruptura com as condições criadas pelo movimento nacional desenvolvimentista. Seguindo os preceitos desse modelo que visavam explicitamente a concorrência mundial, as medidas neoliberais tiveram o impacto de “obrigar os agentes mercantis a uma modernização acelerada de suas estruturas produtivas, de maneira a realizar a integração ativa do Brasil à economia mundial e a recuperação da acumulação

capitalista.” (CAIADO, 2004:68). Como consequência desse processo, “os agentes privados, que deveriam ser os novos organizadores da economia nacional e os catalisadores da integração à economia mundial, viabilizando um novo avanço da acumulação capitalista no Brasil, não conseguiram responder à altura” (idem, 2004:73).

Para além desse debate entre desenvolvimentismo *versus* neoliberalismo e todas as implicações da qual não expusemos neste texto, sugerimos aqui que a crise no cerne da reprodução global na década de 1970 evocou o neoliberalismo como uma postura radical do mercado na vida econômica enquanto um contraponto à regulação estatal, mas que, na realidade, trata-se de uma forma de ser da própria regulação. O chamado neoliberalismo, concebido pela via de uma *desregulamentação de mercados*, não se abstém do Estado, como não poderia deixar de ser, enquanto horizonte da ação política. Para Kurz, trata-se de pontuar tal desregulamentação no contexto da economia global como uma “manobra objetivamente condicionada, pondo em funcionamento mecanismos que adiaram por mais de duas décadas a 'barreira interna do capital', por meio de uma economia de bolhas financeiras sem precedentes” (KURZ, 2011.).

Sob essa perspectiva, a reprodução do capital, cujos termos se efetivam no plano de sua insubstancialidade (KURZ, 2011), recorre às ações do Estado de forma enfática, sobretudo diante de amplas levas de capital levadas à diluição frente a crises sucessivas das bolhas financeiras. O fato importante desse novo momento histórico, compreendido desde o último quartel do século XX até os dias atuais, refere-se não às somas avultantes presentes na reprodução econômica global – reconhecidas por inúmeras fontes – mas à qualidade dessa ficcionalização da economia. É nesse ponto que se torna crucial reconhecer não a ausência de Estado e de sua regulação como os pontos determinantes dessa autonomia atingida pelo movimento D-D'; trata-se de observar os elos sempre desconsiderados entre o sistema financeiro desenfreado e a dessubstancialização da economia real, nos termos tratados por Marx como ressalta Kurz. (2011). Sendo assim, as crises financeiras tornadas cíclicas seriam as expressões de que “o problema subjacente de valorização real não foi superado, mas apenas deslocado das bolhas financeiras de volta ao crédito público”. (KURZ, 2011). Portanto, não residiria no Estado a

possibilidade de superação, mas a ele condiz parte do problema, uma vez que as determinações da crise desdobram inclusive na crise do Estado.

A ausência de uma teoria do Estado e da crise com precisão em *O Capital* não fomentou a discussão a respeito de sua essencialidade para levar a cabo a crítica à economia política; pelo contrário, as leituras advindas d' *O Capital* centraram-se em grande medida no aspecto sociológico da luta de classes, diluindo as categorias necessárias à continuidade do projeto de Marx em relação à crítica à economia política. Seguindo tal construção, a teoria crítica do valor, sendo Kurz um dos maiores expoentes, procura apontar caminhos passíveis de se compreender a reprodução do capital a partir da crítica às suas categorias. Neste ponto, a revolução microeletrônica corresponde ao desdobramento das contradições desta forma social, suscitado a partir dos limites da sua própria reprodução, efetivando o que Kurz argumenta como dessubstancialização da reprodução capitalista. Em se desconsiderando isso, o Estado, ao ser vislumbrado como a instância capaz de mediar e superar o condicionamento objetivo posto pelo próprio capital, permeia de forma contundente a consciência considerada engajada politicamente. Nos termos de Kurz (2011), para tal abordagem,

o Estado capitalista teria plena competência para dominar a crise e para voltar a pôr em funcionamento a valorização do valor com a sua intervenção. É precisamente esse postulado que terá de ser posto à prova nos próximos anos, não só teórica, mas também empiricamente. (...) Com isso (...) se mostra que as teorias do Estado da esquerda contêm, no contexto de sua redução sociológica, uma crença na estatalidade, em parte explícita e em parte velada, que permanece categorialmente não declarada, ou cuja fundamentação surge de preferência implícita. Trata-se aqui, por um lado, da relação de poder ou de dominação estatalmente institucionalizados e, por outro, da objectividade negativa do 'sujeito automático'; em sentido estritamente econômico, trata-se da relação entre Estado e dinheiro. (KURZ, 2011.)

Esta consideração de Kurz parte das análises de inúmeros caminhos partilhados pela intelectualidade assentados na centralidade do político e do Estado. São inúmeros os percursos realizados nesta direção e assinalamos aqui a insuficiência em discorrer acerca das nuances e da complexidade pela qual percorrem tais debates. Cabe a nós, no âmbito dessa dissertação, discutir alguns dos elementos presentes nas proposições acerca de formas de mediação política

desta sociedade e em alguma medida alguns de seus desdobramentos. Fazemos referência a este peso do político, pois ele delimitará de modo decisivo amplas abordagens a respeito das periferias urbanas e da reprodução da força de trabalho no interior dos problemas sugeridos pela modernização brasileira, questão que em grande medida constitui o norte dos capítulos 3 e 4 desta dissertação.

2.4 Estatismo e Monetarismo no sistema produtor de mercadorias. Fundo público e seus limites no cerne da reprodução social capitalista.

Os problemas advindos da modernização periférica que procuramos aqui expor se atêm à crise que acompanha a expansão do capital e alguns dos seus aspectos em relação à modernização brasileira. Todavia, para assumir tal perspectiva, é necessário problematizar alguns dos caminhos frequentemente realizados pela crítica social acerca da modernização. Às considerações da perspectiva do político enquanto dimensão pretensamente mediadora do processo geral de reprodução do capital, exposta nas páginas anteriores, devem se somar a uma aproximação com as implicações das leituras dessa hegemonia do político em relação ao deslocamento da contradição capital-trabalho para o *fundo público*. Ainda, resta-nos, por fim dessa seção, elencar alguns pontos a respeito da determinação da luta de classes na reflexão que se reporta ao movimento de reprodução do capital. Expor em alguma medida estes argumentos, por serem decisivos nos debates acerca da modernização periférica e de seus desdobramentos, pois que retira-nos a apreensão do real sentido da crise contida no capital, é crucial para pontuar o terreno sob o qual devemos incidir a compreensão da reprodução da força de trabalho no capitalismo periférico.

Em se admitindo uma crise do capital, torna-se importante e necessário expor em que medida esta dimensão imanente é apreendida pela reflexão a respeito do capitalismo. Para Lukács, “quanto mais a crise econômica do capitalismo avança, mais claramente se manifesta essa unidade do processo econômico, *apreensível também na prática*.” (2003:182, grifo do autor). Todavia, no decorrer do século XX, essa dimensão crítica do capital, cada vez mais fetichizada no interior do processo

de reprodução social, deixou de ser determinante nas elaborações teóricas, as quais acabaram, muitas vezes, através do sentido afirmativo de suas formulações a respeito do capitalismo, preterindo-se, necessariamente, dos pressupostos da sua crise imanente.

O Estado de Bem Estar social permeou decisivamente as inúmeras formas de ser do pensamento da periferia do capitalismo. Isso significa dizer que muitos aspectos específicos concebidos em relação ao percurso de modernização no Brasil tiveram como horizonte a luta política como um vir a ser do próprio capital, residindo em uma concepção distributivista dos termos a que se refere sua forma social. Sob esse ponto de vista, perdeu-se o parâmetro da necessária crítica ao capital e suas categorias basilares, de modo que se demarcou um campo de discussão afirmativo em relação a esta forma de sociabilidade. Tal concepção incide na compreensão a respeito da força de trabalho e sua reprodução repondo, assim, uma consciência que não apreende a crise do trabalho em seus termos substanciais, tal qual procuramos expor a partir da aproximação com a Vila Nova Esperança nos próximos capítulos. O Estado, não sendo compreendido como uma dimensão do próprio capital e da sua forma social, é visto incisivamente como a mediação passível de engendrar uma superação de supostas mazelas do capitalismo periférico.

Sob esse prisma, a luta por direito no interior do Estado, levada a cabo por uma política concebida exterior à contradição capital-trabalho nos termos contemporâneos, surge como uma proposição expressiva de parte da literatura das ciências sociais. Seguindo esta perspectiva, Francisco de Oliveira em *Direitos do anti-valor* se estabelece como um grande expoente dessas formulações. Nessa medida, o autor sintetiza a emergência de um fundo público, ao conformar o financiamento consentido pelos principais grupos sociais e políticos e marcado por grande abrangência e estabilidade, frente à constituição de uma esfera pública, como um marco do atual momento por ser um pressuposto à acumulação de capital e à reprodução da força de trabalho. Ele, o fundo público, sinalizaria as reais possibilidades de reprodução a partir dos anos 30 do século XX, na medida em que se tornou “um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo

concorrencial.” (OLIVEIRA, 1997:21). Nisso, o fundo público teria se tornado estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital porque, “tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar as novas possibilidades de progresso técnico abertas”. (OLIVEIRA, 1997:31).

Este argumento sinaliza a imprescindibilidade da reprodução, tanto do capital, quanto da força de trabalho, em relação ao financiamento oriundo do fundo público. A valorização do valor não se realizaria apenas por si só, pois teria de reportar-se ao fundo público para assim concretizar suas possibilidades de reprodução enquanto valor que se valoriza, dado todo o desenvolvimento das forças produtivas no decorrer do século XX. Ainda, a reprodução da força de trabalho teria de ser compreendida em sua ligação cada vez mais estreita aos bens e serviços sociais públicos – ou seja, ao *salário indireto*, fruto da crescente participação do fundo público na reprodução social. É dessa forma que Oliveira o interpreta, pela sua participação necessária à reprodução do capital e da força de trabalho, e se efetivar, respectivamente, como *anti-valor* e como *anti-mercadoria*. Sob esse escopo, retira-se a determinação da relação capital-trabalho no capitalismo atual e insere a necessidade de refletir as categorias do capital e do trabalho através das suas relações com a esfera pública⁷⁰.

Nesta direção, o argumento do autor apresenta o fundo público como o meio de *desmercantilização* da força de trabalho, uma vez que o salário indireto, enquanto anti-mercadoria, seria um componente inexorável da sua reprodução⁷¹. Disso resultaria para o autor a impotência de pensar a tendência da redução da taxa de lucro segundo apontou Marx. Neste sentido, ele apareceria como antivalor,

⁷⁰ “(...) essa contradição entre um fundo público que não é *valor* e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor. O valor, não somente enquanto categoria central, mas práxis do sistema, não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente reportar-se a outros componentes; no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização.” (OLIVEIRA, 1997: 29).

“funcionado dentro do sistema capitalista, mas negando-o e já anunciando um dos limites da forma mercadoria⁷²” (OLIVEIRA, 1997:64).

A respeito da discussão sobre desmercantilização da força de trabalho, BURAWOY (1990) foi um dos grandes expoentes para esse debate ao estabelecer diferenças entre os aparelhos políticos no tocante à regulação dos conflitos inerentes à produção. Esses aparelhos políticos, na medida em que medeiam a relação capital-trabalho, definem o que o autor identifica como *regimes fabris*. O primeiro regime fabril corresponde ao regime de produção despótico, onde o processo de trabalho é regulado exclusivamente pela coação econômica do mercado, sendo que “a dependência dos trabalhadores em relação aos ganhos em dinheiro está inscrita na sua subordinação ao Licurgo fabril” (BURAWOY, 1990). No decorrer do século XX, ganha força a mediação política do Estado nas relações do trabalho, o que caracteriza o regime de produção hegemônico. Nele, a intervenção estatal promoveria uma *desmercantilização* da força de trabalho na medida em que faria do trabalhador um indivíduo cada vez menos dependente do mercado e da empresa. Esse momento para o autor corresponde à emergência do Estado de Bem Estar Social, e sugere que, após a sua crise, alavanca-se um novo regime fabril despótico, sobre as bases do hegemônico; trata-se do regime despótico-hegemônico. Neste momento atual, “os *interesses do capital e do trabalho* continuam sendo concretamente coordenados, mas onde o trabalho costumava receber concessões com base na expansão dos lucros, ele, agora, faz concessões com base na lucratividade relativa dos capitalistas entre si – isto é, dos custos de oportunidade do capital” (BURAWOY, 1990).

Em que pesem as inúmeras questões que os argumentos de Burawoy destacam, importa aqui reter a importância daqueles no tocante à

⁷² Ainda, o autor concebe no movimento da constituição do antivalor a obsolescência do fetiche da mercadoria, uma vez que a força de trabalho se destituiria enquanto mercadoria. Em suas palavras, a des-mercantilização desta “opera no sentido de anulação do fetiche: cada vez mais, a remuneração da força de trabalho é transparente, no sentido de que seus componentes são não apenas conhecidos, mas determinados politicamente. Tal é a natureza dos gastos sociais que compõem o salário indireto, e a luta política se trava para fazer corresponder a cada item do consumo uma partida agora correspondente dos gastos sociais. Não há fetiche, neste sentido; sabe-se agora exatamente do que é composta a reprodução social” (OLIVEIRA, 1998: 35). Num caminho radicalmente oposto, nossa leitura vislumbra que a potência do fetiche da mercadoria está para além de quaisquer ação e mediação política. Na realidade, o fetiche possui papel determinante na reprodução crítica do capital na atualidade sendo que ele está posto nas inúmeras formas de consciência demandas por esta reprodução social.

desmercantilização da força de trabalho, pois esta se torna uma premissa, mesmo que implícita, em parte de expressiva literatura das ciências humanas de forma geral. A leitura de Oliveira contempla em grande medida esta perspectiva⁷³, e torna-a como o cerne da análise, chegando, inclusive, a conceber um capitalismo plenamente domesticado pela política. Sob este ponto de vista, o autor infere que na constituição do Estado do bem estar social se situam os fundamentos da negação do capitalismo: o *anti-valor* e a *anti-mercadoria*. Por essa razão, haveria uma ruptura com a emergência do *Welfare State*, a partir do qual adquire papel central a função do fundo público no interior da reprodução do capital e da força de trabalho⁷⁴. Sendo assim, se o capitalismo ainda não foi superado enquanto modo de produção, pode-se dizer que isso se deve aos marcos críticos da forma mercadoria que ainda não foi superada. Os problemas do capitalismo atuais se revelariam na medida em que, pela não superação da forma mercadoria, esse “sistema desativa forças produtivas numa escala sem precedentes ao ter que passar pelo crivo valor, e esse impõe limites, que se traduzem em desemprego e exclusão.” (OLIVEIRA, 1997:69). No entanto, diante do argumento do autor tais condicionamentos da forma mercadoria são vistos ainda pela desarticulação dos “sujeitos históricos” que conformam a arena pública, na conjugação de forças políticas em seu interior.

Pelo fato de a abstração a partir da qual Marx desvela a sociabilidade sob o capital não ser mais posta como a mediação social, OLIVEIRA é levado a compreender que a contradição fundamental do capital se desloca para o plano do Estado e da luta política no seu interior. No entanto, o argumento pelo qual esta pesquisa se erige permite-nos conceber que o capital, em sua contradição fundamental, encontra entraves a sua própria reprodução por conta de seu movimento negativo, de modo que as mediações do Estado não estabelecem seus limites, pois estas ações, em que pesem o jogo de forças das quais decorrem, são

⁷³ Sob a escala da metrópole, a luta por bens de consumo coletivos, bem como de direitos ao trabalhador, também tiveram grande influência deste pensamento e compôs o mote veemente das elaborações acerca dos problemas da urbanização típica do Brasil nos anos 70 e 80 do século XX. O próximo capítulo procurará apresentar algumas questões a respeito destas formulações.

⁷⁴ Nesse sentido, o chamado Estado-providência, não é compreendido como neutro, mas sim “um espaço de luta de classe, onde o território de cada peça – no caso, de cada direito – são previamente mapeados e hierarquizados”. (OLIVEIRA, 1997:39). Por essa razão, a constituição da esfera pública, tem como base este Estado, no qual fica patente “a construção e o reconhecimento da alteridade, do outro, do terreno indevassável de seus direitos, a partir dos quais se estruturam as relações sociais.” (idem).

determinadas pelo movimento do mercado. Por essa razão, nosso esforço nesta pesquisa procura refletir sobre o papel do Estado diante da crise que acompanha o capital e discorrer brevemente a respeito do seu real sentido na reprodução social contemporânea. Neste ponto, se torna necessário questionar, inclusive, a liquidez da circulação monetária do atual momento da qual advém o próprio financiamento público, pois as somas de dinheiro possuem cada vez menos correspondência com a exploração efetiva de trabalho; a liquidez do Estado no capitalismo contemporâneo, portanto, deve ser considerada em alguma proporção no movimento fictício do dinheiro, o que incide, inclusive, em problematizar a promoção de bens e serviços sociais pelo Estado, pois as bases desta podem estar atreladas ao movimento D-D'.

Nessa direção, é crucial compreender Estado e mercado como instâncias inerentes ao “campo histórico” compreendido por KURZ como o sistema produtor de mercadorias, sendo que a efetividade de ambos está diretamente atrelada à reprodução deste, mas que assumem posições hierárquicas distintas no seu interior. O mercado possui um peso estrutural determinante, pois as ações político-estatais necessitam do meio inerente ao mercado, ou seja, do dinheiro. Todas as ações do Estado passam pela financeirização, e isso deve ser considerado com a problemática de criação de dinheiro por parte do Estado, o que implica na dependência estrutural de que “a sociedade civil ganhe uma quantidade suficiente de dinheiro no mercado” (KURZ, 1997:103). Nesse sentido, como Kurz (1997:103) alega, o

Estado entra em contradição consigo mesmo, na medida em que os seus ordenamentos e atividades, por um lado, não tem outra finalidade senão fomentar o sistema de mercado da produção de mercadorias no seu território e mantê-lo em funcionamento. Por outro lado, o Estado precisa retirar o dinheiro necessário para o financiamento precisamente dessas atividades do processo do mercado, restringindo, assim, a economia de mercado e agindo, por conseguinte, contra a sua própria finalidade, precisamente para cumpri-la.

Cada vez mais o Estado, sendo acionado pelos desdobramentos do sistema produtor de mercadorias, necessita de dinheiro para dar conta dos custos oriundos da reprodução social dirigida pelo capital. Contudo, a quantia de recursos

monetários disponíveis não se amplia na mesma proporção, o que pode constituir o fundamento dos elos do Estado com uma reprodução da economia fictícia. Dessa forma, o “Estado não mais se financia, portanto, só com os impostos, que ele cobra graças à sua pretensão de soberania e graças ao seu monopólio da força, mas toma dinheiro emprestado dos seus cidadãos, como um participante comum no mercado financeiro⁷⁵”. (KURZ, 1997:105).

Destarte, o argumento de KURZ chama atenção para o fato das supostas vias alternativas ao sistema produtor de mercadorias corresponderem a formas de ser deste.

O mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo “campo” histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho. Não importa quão inimigos sejam os dois pólos, eles não poderão, por sua natureza, existir exclusivamente para si enquanto existir o “campo” histórico, que os constitui na sua oposição. Esse “campo” é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a economicização abstrata do mundo. (KURZ, 1997:93)

É por isso que se deve considerar a expansão do financiamento do Estado, mesmo consentido por grupos e garantido através de lutas sociais, como um desdobramento da economia de mercado capitalista e que não retira e nem desloca a sua contradição fundamental. Pelo contrário, trata-se de observar que

quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se o modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida. Estamos, portanto, diante de uma relação iniludivelmente recíproca. (KURZ, 1997: 95-6)

Ao Estado foram atribuídas diferentes possibilidades à sua ação para reposição das categorias do sistema produtor de mercadorias, cujas nuances Robert Kurz interpreta como formas de *estatismo*, as quais não se deixam confundir com o seu oposto, e por isso necessário, *monetarismo*. Nesses termos, o sistema produtor

⁷⁵ O endividamento estatal a serviço do financiamento público deve ser compreendido diante da lógica contraditória do próprio capital, pois se o Estado “quisesse financiar por meio de impostos todos os gastos que se tornaram necessários para sua atividade, fatalmente arruinaria a economia de mercado e destruiria com isso seu próprio fundamento.” (KURZ, 1997:131). Nessa direção, compreende-se aqui um limite objetivo às articulações políticas no interior do fundo público.

de mercadorias determinava a finalidade da ação política estatal de acordo com a sua lógica, bem como o alcance de suas ações deveriam estar em consonância com aquela. A isso se deve o rigor da ação do Estado na resolução dos resíduos feudais e de sua participação da acumulação primitiva do capital. Assim, ele assume historicamente

já em sua primitiva forma moderna nascente, absolutista, burguês-revolucionária e ditatorial, por um lado, o papel de parteira do sistema produtor de mercadorias e, por outro, torna-se componente imanente deste último; do ponto de vista institucional ele serve, por outro lado, para assegurar as condições que apóiam o capitalismo e, por outro, é promovido à instância reguladora que interfere ativamente no processo de reprodução do trabalho morto, tão logo os setores 'improdutivos' da infra-estrutura. (KURZ, 2004:40)

É necessário frisar, portanto, que o princípio da reprodução do sistema produtor de mercadorias não é a liberdade absoluta de mercado. A história moderna corresponde a “um movimento ondulatório de elementos constituintes antagônicos na história da modernização burguesa”, no qual “constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas⁷⁶”. (KURZ, 2004a: 39) Nisso, há um condicionamento mútuo entre Estado e mercado, “não como complementação idealmente equilibrável de elementos sociais civilizatórios, mas sim como institucionalização de um antagonismo violento” (*Idem*) e como expressão da contradição inerente à forma social moderna, de modo que “as imposições do mercado e a burocracia estatal são duas faces da mesma moeda.” (KURZ, 2004b:100). Por não levar o papel do Estado no âmbito da reprodução capitalista e, conseqüentemente, de sua crise, muitas são as leituras que, como a de OLIVEIRA (1997), reafirmam a ação político-estatal⁷⁷ como o vir a ser daquilo que se contrapõe ao capital.

⁷⁶ A esse respeito, o Keynesianismo surgiu como uma forma de ser de um estatismo circunscrito ao século XX. Seu surgimento se deu na medida em que se procurava solucionar o problema da crise de 1929, e sugeria que a falta de demanda pode ser um desdobramento da própria economia. A solução para este contexto de baixa demanda solucionar-se-ia, de acordo com Keynes, com medidas macroeconômicas, chamando assim o Estado a agir na direção de reestabelecer a demanda a níveis ascendentes. Criou-se, logo, o problema do descompasso entre emissão de moeda e a produção real: “O resultado foi uma inflação meteórica e uma crise generalizada das finanças estatais. Com essa nova crise, no início dos anos 80, o keynesianismo foi definitivamente sepultado.” (KURZ, 2009e)

⁷⁷ Não se trata de reduzir essas perspectivas a apologias ao Estado. As ricas elaborações de Oliveira, por exemplo, remetem à luta no interior do Estado, através de estratégias das mais complexas e que reverberam em formas de luta de classes basilares à leitura política e sociológica contemporânea. No entanto, o que queremos

Logo, há de reconhecer a dimensão estatal do fim em si mesmo como um polo da universalidade da riqueza abstrata que encontra limites, pois a mesma restringe-se a uma base territorialmente definida, estando nesses limites territoriais amplas barreiras à sua ação posta como irrestrita. Já o outro pólo – o monetarista, ou aquele da “mão invisível”, se preferir – detém em si a condição da universalidade irrestrita da riqueza abstrata. Seu alcance não se delimita territorialmente e adentra em todos os poros da sociedade, desde à concorrência a qual são submetidos os capitais às formas de consciência que a ela se atrelam. Essa perspectiva leva ao reconhecimento dos dois pólos enquanto as faces de um mesmo processo, muito embora a instância abstrata e fantasmagórica do valor prevaleça e determine a razão de ser do pólo estatista, necessário, mas não suficiente para ultrapassar as leis férreas do mercado para as quais opera⁷⁸. Desse modo, a construção teórica pretensamente crítica se fez circunscrita ao embate entre estatismo e liberalismo enquanto formas de mediações às leis insuperáveis da reprodução capitalista, sintetizadas desde as acepções liberais anglosaxãs do século XVII e XVIII, passando pelos aparatos políticos erigidos no contexto francês, até a construção do Estado enquanto ente levado ao limite pelos alemães já no século XIX⁷⁹. Cabe-nos perceber este último como um fio condutor do movimento com que países na retaguarda do sistema produtor de mercadorias procuravam estabelecer-se no mercado mundial, salvaguardando as nuances as quais necessitam ser desveladas. Nessa direção, é importante verificar o processo de modernização brasileira como o

chamar atenção aqui são os limites objetivos aos quais essas lutas referem-se em se considerando as leis fundamentais do capital.

⁷⁸ “Do ponto de vista imediato, o lado estatal do princípio do fim-em-si abstracto parece ser 'mais forte', o que provocou repetidamente a ilusão de um 'comando político' sobre o lado da concorrência de mercado. A esta ilusão se submeteram também o idealismo alemão e todos os posteriores expoentes da 'modernização atrasada' (...). Mas nenhum território de nenhum Estado nacional pode reproduzir-se autonomamente sob condições capitalistas; pelo contrário, no plano material está sempre dependente de relações externas no mercado mundial. A dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas imposto pela concorrência não pode ser contida em fronteiras estatais; ela faz do mercado mundial um *a priori* e impõe, no sentido duma maior liberdade de acção dos burgueses proprietários na concorrência no mercado interno, mas mais ainda nas relações econômicas externas, através da 'coação tácita' da concorrência do mercado mundial.” (KURZ, 2011).

⁷⁹ “Tendo como pano de fundo as diferenças de desenvolvimento histórico e ideológico, assim se diferencia a contradição entre estatismo e liberalismo no tratamento da contradição da 'vontade geral' transcendental, do seu 'sujeito automático' e da autofinalidade da 'riqueza abstracta', em referência à estrutura de duplicação imanente de Estado e economia, nomeadamente nestas três versões: primeiro, a *redução funcional* liberal anglo-saxônica da estatalidade face à 'liberdade' do mercado e da sua 'mão invisível'; segundo, a colocação autônoma francesa da forma política; e, terceiro, a definição alemã de uma 'imediatidade do Estado', como resultado da totalidade capitalista em si estatalmente mediada.” (TESES DO ESTADO, Ponto 11, 3º§)

processo que se atrela ao estatismo na direção de reforçar o desenvolvimento das forças produtivas⁸⁰, quando seus padrões e dinâmica já estavam estabelecidos mundialmente; trata-se, portanto, de um processo específico, uma modernização retardatária, como buscamos expor nas páginas anteriores. (KURZ, 2004).

Por fim, as páginas dessa seção têm como objetivo apontar para a necessidade de desvelar as determinações postas à sociedade capitalista ao recorrer à lógica do capitalismo em seus nexos internos e aos fundamentos circunscritos a um núcleo temporal do qual não se pode perder de vista. Posicionam-se, assim, a dirigir uma crítica à sociabilidade fundada na abstração valor cuja reflexão sobre si se vê cada vez mais distante dos seus fundamentos. Sob esse prisma, Kurz explicita o momento atual em sua paralisia teórica devido às esquerdas da modernização,

cujos programas se limitavam à capacidade de desenvolvimento do capitalismo, sendo por isso categorialmente imanentes, ou seja, pressupunham ontologicamente o contexto basilar da forma do trabalho abstracto, da forma do valor, do sujeito automático, da estatalidade e da dissociação sexual, pretendendo apenas 'interpretá-lo de maneira diferente'. Essa interpretação pôde entroncar numa contradição interna da teoria de Marx, a saber, no Marx como teórico da modernização, positivo, do desenvolvimento capitalista não esgotado, ao passo que o Marx crítico categorial foi em grande parte escondido. A teoria "progressista" da modernização não apenas tomou como ponto de partida o "ponto de vista" imanentemente sociológico do "trabalho abstracto", como trabalho assalariado e sujeito funcional capitalista, mas também permaneceu refém das formas de pensamento e da relação com o mundo da razão capitalista do iluminismo, a qual foi invocada pelo marxismo do movimento operário como "herança burguesa" e ainda assombra, modificada, as suas versões pós-modernas. O entendimento do Estado faz parte dessa herança. Por isso trata-se aqui de se livrar desse "legado" e de submeter a uma nova crítica à constituição do Estado, bem como a sua reflexão burguesa afirmativa." (KURZ, 2011, teses do estado 11º Parágrafo).

Atendo a essas considerações, nossa exposição nesta dissertação, heterodoxa em relação às formas de conceber a modernização, procura não perder de vista as contradições fundamentais desta realidade social. Por essa razão, nosso

⁸⁰ "Uma vez que o idealismo estatista da 'ideologia alemã' constituiu o primeiro paradigma da 'modernização atrasada', transformada em burocracia estatal com efeitos de longo alcance, o pensamento 'nacionalista', como mistificação da 'imposição do valor' e da constituição da 'vontade geral', entrou, não em toda a parte, mas em algumas regiões mundiais, conforme as tradições culturais e as orientações ideológicas, mais ou menos claramente na constituição do Estado e da nação." (KURZ, 2011, Pará. 11)

objetivo aqui se consubstancia na medida em que efetiva uma crítica à modernização, o que deve se deter essencialmente a suas determinações objetivas. Por essa razão, faz-se ainda necessário problematizar o lugar da luta de classes sob os nossos pressupostos.

2.5 Modernização e seus problemas no terreno da luta de classes.

A perspectiva de Kurz a respeito da crítica à modernização que se refere às suas categorias internas no sentido de reafirmá-las nos surge como pertinente e nos permite problematizar o sentido da centralidade atribuída ao trabalhador em muitas vertentes da reflexão marxista. Nelas, concebia-se que a classe trabalhadora – categoria social constituída pelo capital, sujeitada à lógica do trabalho abstrato e ao movimento tautológico do valor – poderia se estabelecer como sujeito em sua relação com o mundo objetivo. Disso surgiram os argumentos que elevaram a luta de classes como o embate necessário a ser levado a cabo pela teoria do qual se efetivaria – a depender de suas prerrogativas centrais – desde concessões do capital para com o trabalho até a revolução socialista.

Diante desta questão em relação ao lugar da luta de classes na sociedade capitalista, as reflexões de Lukács denotam um rigor de método proposto a uma interpretação e uma superação dessa sociedade diante das contradições que se desdobravam no início do século XX. A contribuição de Lukács à exposição de método a partir da obra de Marx constitui umas das grandes referências que se põem construir o conhecimento a respeito desta forma de sociabilidade. A potência de sua crítica compõe um esforço de ampla envergadura para compreender o percurso proposto por Marx em relação à compreensão da essência da sociedade moderna. Sua leitura procurava trazer os problemas concernentes à sociedade capitalista que se colocavam a seu tempo (décadas de 1910 e 1920) sob a luz do materialismo histórico dialético contido nas obras de Marx. Dado o contexto de implosão de revoluções e de mobilizações por parte de proletariados por toda Europa, suas reflexões se colocam a pensar aquele momento e a superação da formação social capitalista a partir da ação do proletariado⁸¹.

⁸¹ Não se pretende aqui problematizar a obra do autor, tarefa impossível de realizar nesta pesquisa. Isto

Neste ponto, a leitura de Lukács apresenta a classe do proletário como aquela capaz de fazer-se coincidir sujeito e objeto, único elemento capaz de levar a termo a sociedade capitalista. Dessa forma, estaria nele contida a possibilidade do estabelecimento efetivo do *reino da liberdade* presente na exposição de Marx. Assim, tal devir histórico, implica em uma passagem na qual “as relações objetificadas entre os homens (...) começam a restituir seu poder *ao homem*” (2003:173) e que apenas pode ser engendrada através da consciência do proletariado a respeito de si e de sua missão histórica. Ademais, a abertura histórica sinalizada pelos elementos inerentes ao ‘reino da liberdade’ não pressupõe uma via pacífica, mas sim um contexto de crise social vivenciada cotidianamente. Nas palavras de Lukács,

Quando o instante da passagem ao ‘reino da liberdade’ é dado de modo objetivo, isso se manifesta com mais precisão no fato de as forças cegas impelirem para o abismo de uma forma realmente cega, com uma violência cada vez maior e aparentemente irresistível, e apenas a vontade consciente do proletariado pode proteger a humanidade de uma catástrofe. Em outros termos, desde que a crise econômica final do capitalismo entrou em cena, *o destino da revolução (e com ela o da humanidade) depende da maturidade do proletariado, da sua consciência de classe.* (LUKÁCS, 2003:174, grifo do autor)

Lukács sublinha que esta consciência histórica real, atrelada à sua totalidade social, reporta-se tão somente ao proletariado, muito embora enfatize que se trata de uma possibilidade contida na razão desta classe⁸². O sentido do proletariado enquanto classe na sociedade capitalista está posto, nos termos de Lukács, “na tendência a concretizar e a superar cada vez mais a universalidade abstrata da manifestação do princípio social.” (ibidem, 346) A estrutura fundamental

remontaria, inclusive, a discernir a respeito do movimento da obra de Lukács e das exigências do momento histórico sobre o qual o autor se debruçava e seu engajamento em relação a uma superação do capitalismo. O que procuramos é elencar elementos que nos auxiliem a tecer algumas considerações a respeito do movimento de uma importante interpretação marxista, de modo a apontar a perspectiva que assumiremos neste texto.

⁸² O argumento de Lukács, ao inserir o proletário no cerne de uma ruptura histórica, não concebe tal transformação de forma imediata. As ações que marcam as classes sob a égide do capitalismo ocorrem sob um distanciamento em relação ao dado imediato, embora haja distinções decisivas tanto em relação aos objetos postos como a razão de ser da ação como em relação à consciência de quem conduz a ação. Sob o ditame do pensamento burguês, todo distanciamento reporta o objeto ao cálculo racional, ao passo que para o proletariado, o “distanciamento, essa superação do imediatismo significa a *metamorfose da objetivação dos objetos da ação.*” (LUKÁCS, 2003:351).

da reificação pela qual se conformam todas as suas formas sociais institucionais e burocráticas “só se torna evidente e só pode se tornar consciente *na relação de trabalho do proletariado*.” (LUKÁCS, 2003: 346, grifos nossos).

O capitalismo possui a particularidade de transformar a totalidade das relações entre os homens em relações puramente sociais. (LUKÁCS, 2003). É no cerne dessa socialização pelo próprio capital que o proletariado se situa, advindo, assim, nas formulações de Lukács, a sua condição de estabelecer-se enquanto sujeito e superar a objetivação fantasmagórica inerente à sociedade capitalista. Isto porque, afirma o autor, a

metamorfose do trabalho em mercadoria elimina, por um lado, tudo o que é ‘humano’ da existência imediata do proletariado e, por outro, o mesmo desenvolvimento anula em medida crescente tudo o que é ‘natural’, toda relação direta com a natureza partindo das formas sociais, de tal modo que, justamente em sua objetividade distante da humanidade e mesmo inumana, o homem socializado pode revelar-se como seu núcleo. E é nessa objetivação, nessa racionalização e coisificação de todas as formas sociais que aparece claramente, pela primeira vez, a estrutura da sociedade constituída a partir das relações dos homens entre si. (LUKÁCS, 2003: 354)

A possibilidade de apreensão do sentido desta sociedade, a constituição da consciência do processo social fundante da sociedade capitalista para Lukács (2003) atrelava-se, necessariamente, ao proletariado. Desprovido de “ideal a realizar”, a consciência do proletariado seria a “expressão de uma necessidade histórica”, a “contradição do desenvolvimento social que se tornou consciente”. (LUKÁCS, 2003:356). Levar ao limite esse processo de superação histórica – que, ressalte-se, o autor sempre adverte não se tratar de algo mecânico e casual – implica ao proletariado não a consciência de um objeto oposto a si, mas “a autoconsciência do objeto, *o ato de tornar-se consciente modifica a forma de objetivação do seu objeto*.” (LUKÁCS, 2003:357).

A exacerbação das leis da reprodução social, vivenciada pelo proletariado no período de trabalho e “como momento em que sua consciência surge como consciência da mercadoria” (ibidem, p.357), coloca a questão fundamental da luta de classes a partir das circunstâncias em que a superação da consciência

reificada vem à tona e sobrepuja o imediatismo posto⁸³. Enquanto a violência presente na luta de classes, sendo “o ponto em que o racionalismo capitalista se torna irracional, em que suas leis deixam de funcionar” (ibidem, p.358), é apreendida pela burguesia como o “prosseguimento imediato da sua vida cotidiana” (idem), para o proletariado, “o uso da violência e sua eficácia, sua possibilidade e seu alcance dependem do grau em que o imediatismo da existência é superado” (ibidem, p.359). Todavia, pontua Lukács, “a possibilidade dessa transcendência e, portanto, a extensão e a profundidade da própria consciência, é um produto da história.” (ibidem, 359). Tal consciência não está dada, mas deve ser “alcançada por diversas mediações, sobre o todo da sociedade, e na clara intenção de realização das tendências dialéticas do desenvolvimento⁸⁴” (LUKÁCS, 2003:359). De qualquer modo, o autor ressalta o sentido revolucionário imanente do proletariado, no qual reside “a *possibilidade* de dar outro *rumo* à própria evolução, explorando *conscientemente* as tendências existentes”. (ibidem, p.553) Vislumbra-se, assim, a tendência à consciência social⁸⁵, que superaria a inconsciência das leis que regem a sociabilidade do capital.

O esforço de Lukács no sentido de compreender a forma pela qual a superação do capitalismo se efetivaria inseria necessariamente um sujeito capaz de, mesmo no interior da objetivação necessária a essa forma social, levar a termo a emancipação humana. Todavia, se a superação da reificação, sob a leitura do autor, apenas seria possível através da “conscientização das contradições imanentes do próprio processo” (2003: 391), torna-se crucial reconhecer que essa noção de sujeito da história atribuída ao proletariado deve ser revista, pois os desdobramentos do século XX culminaram em destituir os termos em que se apresentavam a potência social desta classe à teoria na transição dos anos 10 para os anos 20 do século XX. Se não há uma possibilidade real, efetiva e, nos termos de Lukács, “abstrata de uma

⁸³ “(...) o problema da *violência* como o ponto em que as ‘lei eternas’ da economia capitalista falham e se tornam dialéticas, obrigando a entregar à ação consciente dos homens a decisão sobre o destino do desenvolvimento”. (LUKÁCS, 2003:358, grifo do autor).

⁸⁴ “E a série das mediações não pode chegar ao seu termo de maneira imediata e contemplativa, mas tem de orientar-se por aquilo que é qualitativamente novo e que brota da contradição dialética: tem de ser um movimento mediador do presente para o futuro.” (LUKÁCS, 2003:359).

⁸⁵ “Esse novo rumo traduz-se na regulamentação consciente das forças de produção da sociedade. Querer isso *conscientemente* é querer o ‘reino da liberdade’ e dar o *primeiro passo consciente* na direção da sua realização.” (LUKÁCS, 2003:553).

ascensão individual à classe dominante” (2003:347), há que considerar o ensejo de fazer parte do mundo do consumo, de ascender às classes superiores no tocante ao poder de compra por parte dos indivíduos na sociedade atual⁸⁶.

Isto não significa por em xeque a densidade com que o autor realiza a exposição do método dialético, pois o mesmo se atenta para um processo de reificação que se constituiria na direção contrária da coincidência do proletário como sujeito e objeto da história⁸⁷. A questão que se coloca, desse modo, é redimensionar o alcance do processo de reificação nos desdobramentos das contradições inerentes à sociedade capitalista que perfizeram a história após o fervor dos movimentos trabalhistas do início do século. Por essa razão, os limites da classe enquanto superação foram se manifestando na medida em que a objetivação necessária do capitalismo engendrou formas fetichistas em amplos momentos da vida social, bem como na supressão relativa sua própria exigência por trabalho. Dessa forma, a luta política atrelada à causa trabalhista, que surge como forma de mediar a luta de classe no pós 2ª Guerra até a década de 70, envolveu conquistas sociais no cerne do direito cujo sentido não suprime o conteúdo da reprodução capitalista no âmbito da crise do último quartel do século XX, inclusive os desdobramentos no plano de uma suposta consciência de classe. Pautar-se, assim, em um debate circunscrito a prerrogativas dessas lutas reverbera-se em análises que encontram obstáculos objetivos para repor um passado de concessões ao trabalhador⁸⁸. De tal contexto surgem abordagens diversas no tocante ao que se convencionou de *crise da sociedade do trabalho*, derivadas da crise cuja manifestação se dá em torno do trabalhador que perde significativa capacidade de articulação política e de promover os ganhos que lhe couberam no passado fordista.

⁸⁶ Lukács salienta o surgimento de uma “consciência de status”, a qual se constitui em uma obstrução ao surgimento da consciência de classe. A questão que se coloca para nós a esse respeito vai na direção de apontar os inúmeros “status” que se podem atribuir à não consolidação da consciência de classe. Talvez seja importante aqui a concepção de cidadão e todos os seus desdobramentos como a forma mais efetiva de fetichizar uma sociedade que não tem consciência de si mesma.

⁸⁷ O capítulo “A reificação e a consciência do proletariado” constitui um momento importante em que o autor insere questões acerca de um processo de reificação que se ampliava para outros aspectos da vida social e que, portanto, revelava um limite constantemente repostado à emancipação da forma social capitalista. Nossos argumentos aqui apresentam alguns desses momentos da análise de Lukács no decorrer desta dissertação.

⁸⁸ Referimo-nos aqui especificamente aos países centrais, cujo Estado de Bem Estar Social deflagrou um processo de concessões ao trabalhador. No entanto, podemos dizer que tal processo aparece na periferia capitalista como um ensejo explícito e implícito da teoria que se inclinou a compreender as relações específicas dessas formações sociais.

O que nos surge como fundamental desse momento da crise da sociedade do trabalho refere-se à crise do trabalho abstrato, ou seja, aos termos substanciais do capital. Isto implica reconhecer a contradição do capital no cerne da negatividade do trabalho, contradição esta levada ao limite de modo a reduzir relativamente a exploração efetiva de trabalho e sua participação na reprodução global do capitalismo. É esse o quadro ao qual nos referimos, sendo uma expressão deste a impossibilidade do trabalhador se portar enquanto sujeito da história.

Por essa razão, o caminho que traçamos não se vincula ao plano de uma ontologia do trabalho para compreender o atual contexto de crise ou mesmo supostas formas de contestações a esta. Trata-se, portanto, de não recorrer ao argumento de Antunes assentado na centralidade do trabalho na vida e na reprodução social. Para o autor, a crise da sociedade do trabalho abstrato adquire sentido apenas quando circunscrita à “redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto” (1999:215), o que não retira a potência contida na classe enquanto negatividade. Seu argumento, portanto, vai à direção de que, em que pese a crise do trabalho, não poderíamos alegar o fim da regulação do trabalho abstrato no âmbito da reprodução social, pois, a asserção em torno da “necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a consequente necessidade de expandir sua parte constante” não deve nos levar a concluir que “eliminando completamente o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo.” (ANTUNES, 2005:34).

Sob esses preceitos, Antunes desdobra a ideia de que, mesmo submetida à alienação pertinente ao sistema produtor de mercadorias, a esfera do trabalho possuiria, ainda, um poder emancipatório, capaz não só de questionar a sociedade vigente, mas também de provocar mudanças sociais concretas. Portanto, Antunes (1999: 182) infere que, “numa sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá desestruturado o capital”. Sua acepção ontológica do trabalho⁸⁹ coloca o direito ao trabalho como a possibilidade de confrontação e de superação da sociedade capitalista. Nesse sentido, o autor menciona, por fim, a possibilidade de

⁸⁹ “O trabalho se apresenta como a chave analítica para a apreensão das posições teleológicas mais complexificadas, que se pautam não mais pela relação direta entre homem e natureza, mas sim por aquela que se estabelece entre os próprios seres sociais. O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, protoforma do ser social, porque possibilita a síntese entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social”. (ANTUNES, 1999: 156)

“um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho, *no* trabalho e *pelo* trabalho” (ANTUNES, 2003:216, grifos do autor).

Na leitura de Antunes, apesar das formas contemporâneas das relações do trabalho na atualidade, identificadas nas suas feições fragmentadas e precarizadas enquanto um desdobramento das contradições que acompanham o capital, a razão de ser desta crise o permite conceber, ainda, um sujeito presente na classe trabalhadora. Isto porque o autor não se detém à dimensão dessa identidade contraditória constituinte do capital, pois, sob a ontologia do trabalho, leva ao limite a centralidade do trabalho e, por conseguinte, do trabalhador, em um contexto de confronto ao capital⁹⁰.

Assumimos aqui a perspectiva de Kurz, pois a abordagem de Antunes parte da luta de classes e se centra nas possibilidades que a obra de Marx confere ao conflito capitalista-trabalhador, elevando-o à categoria central sob a qual a crítica social deve se constituir e, por isso, se torna incapaz de reconhecer as determinações inerentes à reprodução do capital, sendo a sobredeterminação do trabalho improdutivo um dos seus maiores desdobramentos, bem como o reforço de formas reificadas de consciência necessárias à efetividade desta forma social. Portanto, esta vertente baseada na ontologia do trabalho, centrando-se na exploração do empregador para com o trabalhador cujo sentido é dele extrair mais-trabalho de que necessita para reproduzir a si enquanto classe, se torna o eixo da análise de modo a concentrar-se “inteiramente no antagonismo dos sujeitos funcionais dentro desta forma-fetichismo” (KURZ, 1997:332). Para além dessa abordagem que se atém à relação empregador-empregado e que ilustra a contradição produção social-apropriação privada, é necessário reconhecer um plano que não esteja vinculado à diferença quantitativa no interior da forma-mercadoria. Isso envolve observar que “não se trata mais da diferença quantitativa da massa apropriada, mas da qualidade formal da apropriação”, perspectiva que nos faz inferir

⁹⁰ “(...) vivendo em uma sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, os sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista.”(ANTUNES, 1999: 216)

que a qualidade da “apropriação privada não é idêntica à contradição de classes dos sujeitos funcionais no seio da forma-mercadoria” (KURZ, 1997:333).

O trabalho, levado a cabo pela ontologia da qual ANTUNES é um grande porta-voz, leva-nos ao debate que KURZ problematiza nos termos de um duplo Marx, pois o reconhece atrelado, em determinados momentos de sua obra, a uma abordagem moralista da exploração capitalista, e em outros, atento às leis abstratas e determinantes da acumulação de capital. Há, na teoria de Marx, questões tributárias de um modelo iluminista e, logo, submetido à projeção do indivíduo enquanto sujeito e norteador da história, sob as rubricas da ontologia do trabalho, da injustiça posta na mais-valia não paga e na propriedade privada, postas ao subjetivismo inerente ao embate de classes, do qual residiria a força de mudança histórica. Nesses termos, o capital, como KURZ enfatiza,

não indica uma relação social, mas um aglomerado de riqueza material, que uma classe pode tirar à outra, e cuja forma social não merece mais consideração. Dinheiro e Estado aparecem, assim, como objectos neutros, pelos quais se luta e, de certa forma, como despojos que cabem a uma ou a outra classe; de modo que o proletariado legitima-se moralmente nesta luta, como portador do 'trabalho', contra os parasitários "rendimentos sem trabalho" dos capitalistas. (KURZ, 2009b)

Contudo, a amplitude da obra de MARX se revela sobretudo na sua crítica objetiva ao capital, ao desvelar o capital enquanto abstração real, possível de se efetivar tão somente com a sua forma fetichista de ser. Trata-se do MARX que pouco serviu a muitas das teorias do século XX e que é chamado a dar respostas após a falência da suposta crítica do movimento operário. MARX, nesse plano, não encontra respaldo na ontologia do trabalho, pois a questão fundamental repousa na

própria forma social do valor, que é comum às classes em luta e a primeira causa do antagonismo de seus interesses. Tal forma é "fetichista", porque constitui uma estrutura sem sujeito, "por trás das costas" de todos os envolvidos, na qual eles são conjuntamente submetidos ao incessante processo cibernético de uma transformação de energia humana abstracta em dinheiro. (KURZ, 2009b).

Assim, o primeiro MARX apenas compreende o movimento de luta contra o capitalismo baseado no embate de classes e, logo, apreendidas de forma

fetichista, as concepções que daí se derivaram constituíam um “motor interno de desenvolvimento do próprio sistema capitalista” (KURZ, 2009b). No entanto, tais concepções eram suprimidas pelo próprio MARX ao desvelar o capital enquanto sujeito automático, sendo que, nesta direção, o dispêndio de força de trabalho devia ser compreendido como um movimento tautológico, no sentido de que seu fim está em si mesmo, como foi tratado na primeira seção desta dissertação. KURZ argumenta a esse respeito:

O facto de o trabalho produzir novo trabalho só não aparece como o absurdo que é porque a *diferença de forma* do trabalho em seus diversos estágios de agregação social turva essa realidade para a consciência acrítica e diariamente enredada no trabalho abstracto. O trabalho abstracto é o fetichismo do trabalho como tautológico fim em si mesmo. (KURZ, 2009d).

A razão de ser do capital aparece como sendo aquela contida na quantidade expressa no mais-trabalho oriundo da extração de mais-valia no processo de acumulação ampliada. Todavia, sua essência encontra-se numa lógica qualitativa, que fornece o suporte para aquela, cujo conteúdo se refere, como Kurz (2009d) ressalta, a uma “forma cega e inconsciente, em termos de desenvolvimento *material* das forças produtivas e de cientificização do processo social reprodutivo. É justamente este processo cego de ampliação gradual e dinâmica de todas as possibilidades humanas que mais corresponde à expressão hegeliana ‘astúcia da razão’”. Trata-se de pontuar o capital sob o prisma da infinitude da acumulação que lhe define, como já apontado anteriormente neste texto.

A recorrente leitura da esquerda se prende a uma perspectiva que não leva em consideração a *determinação da forma social*, a qual é distinta da *forma técnico-material da divisão do trabalho*. O trabalho concreto, ao surgir como o fundamento da crítica a ponto de não permitir o reconhecimento do trabalho abstrato como o princípio do movimento tautológico do valor, bem como das formas fenomênicas deste último, acabam por fetichizar a análise⁹¹.

⁹¹ Em relação aos limites desta crítica marxista, torna-se importante mencionar HIRSCH (1977) por visualizar uma crítica possível às interpretações de Marx intituladas por ele de “economicistas”, pois sob este prisma via-se “a luta de classes como exterior ao movimento do capital.” (1977:96). Assim, segundo ele, desconsiderava-se a relação social que constitui o fundamento do processo de acumulação e as leis que nele estão presentes como o resultado “da luta constante a que se entregam o trabalho assalariado e o capital no processo de produção, e cujos efeitos fornecem, por sua vez, condições novas para o desenvolvimento ulterior das lutas”

André Gorz (1988) retém, num primeiro momento, o que aqui procuramos expor, pois procura sublinhar a insuficiência da perspectiva advinda da leitura de Marx em relação ao desenvolvimento das plenas capacidades do indivíduo mediante a dominação científica da natureza. A redução do trabalho necessário, ao não resultar no livre desenvolvimento da individualidade, mostraria a insuficiência do pensamento atrelado a esta vertente marxista. A construção de seu argumento aponta para os limites do marxismo tradicional, pois a objetividade crítica posta pelo próprio capital seria um dado indelével ao último quartel do século XX. Assim, a crise do trabalho não poderia ser pensada sem a dimensão abstrata que a define, o que permitiria conceber um trabalho em vias de desaparecimento. Nessa direção,

O trabalho que desaparece é o trabalho abstrato, o trabalho em si, mensurável, quantificável, separável da pessoa que o 'fornece', suscetível de ser comprado e vendido no 'mercado de trabalho', em suma, o trabalho mercadejável, o trabalho-mercadoria, inventado e imposto pela força e com muita dificuldade pelo capitalismo manufatureiro a partir do fim do século XVIII. (GORZ, 2004:67)

A revolução microeletrônica apontaria para os limites da sociedade do trabalho, pois agora a produção se efetiva com a dispensa de trabalho. No entanto, se GORZ chega a identificar este dado inerente à crise do trabalho, sua análise não supera a condição atribuída ao plano do político. Dessa forma, sob sua leitura, há uma alternativa histórica a partir dos próprios limites colocados pelo desenvolvimento das forças produtivas com a 3ª revolução industrial através da redistribuição do trabalho disponível. Isso se efetivaria com a diminuição geral do trabalho destinado a cada indivíduo na sociedade, o que, por sua vez, tende a ampliar sobremaneira o tempo de não-trabalho. Portanto, “uma nova relação, invertida, entre o tempo de trabalho e o tempo disponível tende, então, a se estabelecer: as atividades autônomas podem tornar-se preponderantes com relação à vida de trabalho, a esfera da liberdade com relação à esfera da necessidade” (GORZ, 2007:95). Para o autor, este seria o momento em que se abre a possibilidade de um revés histórico; o trabalho, enquanto estafa e atividade que subjuga quaisquer outras, se conformaria em uma atividade subjugada às demais –

(HIRSCH, 1977: 97). A leitura de HIRSCH é um exemplo que contempla a materialidade e não se atém às determinações abstratas do capitalismo.

o reino da liberdade estaria determinando o reino da necessidade. Isso porque, como o próprio autor afirma, “o tempo da vida não tem mais de ser gerido em função do tempo de trabalho” (2007:118).

As proposições de Gorz, portanto, demarcam a afirmação do terreno do político no plano da reprodução social a partir da concepção de uma ação política, exigindo “um projeto de sociedade que ultrapasse a setorização dos interesses por meio de uma visão – uma 'utopia' – capaz de emprestar um sentido à terceira revolução industrial, isto é, uma finalidade e uma orientação cheias de esperança e não mais inquietações túbias” (GORZ, 2007:101). Portanto,

As únicas finalidades não econômicas, pós-econômicas, suscetíveis de dar sentido e valor às economias de trabalho e de tempo são as finalidades que os indivíduos buscam em si mesmos (...) A vontade política capaz de realizar tais finalidades não repousa sobre nenhuma base social pré-existente e não pode apoiar-se sobre nenhum interesse de classe, sobre nenhuma tradição ou norma em vigor, passada ou presente. Essa vontade política e a aspiração ética que a nutre não podem fundar-se senão sobre elas próprias: sua existência supõe, e deverá demonstrar, a autonomia da ética e a autonomia do político. (GORZ, 2007: 101)

A matriz existencialista presente em GORZ não o permite observar que o sentido do tempo liberado pelo revolucionamento das forças produtivas é aquele em que os indivíduos são liberados negativamente, o que implica no necessário nexo destes com o mundo de trabalho para adquirir algum montante da forma monetária, pois o trabalho abstrato, mesmo diante da crise, permanece como o nexo interno desta forma de sociabilidade. GORZ, apesar de alcançar a expressividade da crise do trabalho a partir da revolução microeletrônica, não considera o sentido abstrato atrelado à produção e, logo, sua crítica não reconhece a negatividade inerente ao próprio capital. Por essa razão, visualiza uma sociedade pós-capitalista, baseada ainda no trabalho. Não estaria, neste ponto, retornando ao argumento de MARX do salto histórico produzido pelo próprio desenvolvimento capitalista, inserindo um projeto político para tal transição? Ao pensar uma redistribuição do tempo de trabalho ainda necessário para toda a sociedade, que se reduz indefinidamente nas últimas décadas do século XX, GORZ não reconhece as determinações ainda postas pela reprodução do capital e por isso as supostas atividades subjugadas ao

reino da liberdade, só estão inseridas neste horizonte histórico como fetichismo de superação. No âmbito desta questão, KURZ (2004b) menciona os limites da perspectiva de GORZ.

É uma pena que em GORZ estas atividades autônomas, cuja matriz não é [seriam] a forma-mercadoria, sejam diretamente dependentes do dinheiro, uma vez que ele sugere, através de um modelo de subvenção (estatal), a redução da jornada de trabalho com plena compensação salarial. Com isso, o pressuposto tácito é a acumulação bem-sucedida de capital e a posição do próprio país como ganhador no mercado mundial, ou seja, seria, em última instância, uma subvenção às custas dos perdedores no resto do mundo. Na crise, este modelo é insustentável. (KURZ, 2004b: 104).

Sob as bases capitalistas, não é possível erigir nenhum projeto de sociedade que ultrapasse as determinações imanentes ao capital; não é possível conceber uma sociedade pós-capitalista, pois a razão de ser desta sociedade não foi superada. Os referenciais morais pelos quais se constroem um ideal de sociedade obscurecem a crítica social possível e necessária. Assim, dirigimos esta pesquisa para apontar as formas de consciência imanentes a esta sociedade, pois somente deste modo é possível não atrelar a produção do conhecimento no sentido da legitimização dos fundamentos da relação-capital. Sobre essa questão, Kurz (1992:211) alerta para a “ameaça da crítica social, depois de perder toda a orientação prática e teórica, oferecer-se aos aparatos de emergência como fornecedora de legitimização, suprimindo assim a si mesma, na função de crítica social, em vez de suprimir a economia fetichista”. Trata-se do pragmatismo recorrente da atualidade, do qual esta pesquisa não apenas exclui como possibilidade de compreender os limites da sociedade contemporânea, como também procura traçar a sua forma fetichista de ser.

Assim, a atual crise, que muito se atribui ao trabalho, deve ser vista para além de uma sociabilidade fundada no e pelo trabalho. Deve-se ater ao elemento lógico e contraditório que fundamenta a sociedade capitalista; trata-se de observar o capital como uma realidade social crítica, na qual subsumem todas as possibilidades da sociedade a meros coágulos de valor. Isso implica superar a coincidência da luta contra o capitalismo com a luta para o trabalho, além de compreender as determinações que fazem do capital sujeito e da sociedade objeto ao inserir em

questão o fetiche da mercadoria enquanto algo que necessita ser desvelado para, assim, emergir uma crítica à realidade posta à reprodução do capital.

Por fim, as páginas desta seção procuraram deter-se a aspectos decisivos para a compreensão da realidade que nossa pesquisa se pôs a desvelar. Portanto, a modernização periférica, no caso específico da brasileira, é aqui apreendida a partir da razão de ser da expansão do capital, o que implica considerar a negatividade que lhe define, inclusive no interior desse processo. Dessa forma, o mote da nossa exposição procura delinear um processo *cego de crise*, tal qual Kurz descreve em suas obras, determinado pelo movimento crítico e, logo fetichista, do capital, e fundamento da modernização aqui apreendida como periférica. Assim sendo, o político não aparece como o outro do capital, mas como a reiteração de seus pressupostos, da mesma forma que o trabalho não deve ser visto como o confronto ao capital, em uma leitura recorrente a partir da centralidade da luta de classes. Portanto, as resistências ao capital e às suas formas de objetivação não estão dadas nessa pesquisa pelo político e pelo trabalho a nós apresentados. Atentamo-nos para estas questões, pois nos cabe um diálogo com as leituras que se aproximaram da exploração de trabalho na periferia capitalista, bem como da reprodução da força de trabalho, desconsiderando em grande medida a dimensão crítica do processo de reprodução do capital. Caberá uma proximidade com a Vila Nova Esperança, na sua particularidade, para estabelecer a que termos remetem a reprodução da força de trabalho no contexto de uma crise do capital, na especificidade trazida pela periferia do capitalismo na metrópole de São Paulo.

Capítulo 3

“Nos dias de hoje, o que ascende ao horizonte? A automatização, como futuro da aplicação de conhecimentos à produção, a ciência tornada força produtiva(...), direta e imediatamente. Entre a informação, objeto de ciência, e o próprio conhecimento, há uma relação estreita, a despeito de não coincidirem. A informática e o automático andam juntos, se sustentam. Por isso, o que ascende ao horizonte é o não-trabalho.”

Henry Lefebvre

3. Superexploração do trabalho e periferias urbanas.

O debate intelectual no Brasil a partir dos anos 40 do século XX, centrado, como enfatizado anteriormente, na compreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista nacional, bem como na busca de suas virtualidades – tendo como norte a industrialização – se pôs a refletir acerca das condições da exploração da força de trabalho. Desvelar as funções desta no cerne do processo produtivo se apresentava como fundamental para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento econômico nacional no âmbito das mudanças qualitativas do padrão de acumulação registrado nesse período: o movimento de uma economia agrário exportadora para a urbano-industrial.

A partir da consolidação da indústria enquanto centro da acumulação de capital nacional, o crescimento acelerado da economia brasileira em meados do século XX, com destaque para o momento posterior intitulado de *Milagre Econômico*, foi compreendido no bojo do incremento da produtividade do trabalho das empresas, ao passo que o rendimento do trabalhador abarcava cada vez menos este crescimento do produto interno bruto. Nas palavras de Camargo et al. (1982:64), “a elevação gradativa da produção interna, longe de significar uma melhoria generalizada das condições de vida da população, implicou em grande parte no reforço da capacidade de acumulação das empresas”. Acrescentam, ainda, que

“na medida em que a produção por trabalhador (produtividade do trabalho) cresceu, a partir de 1968, a taxas superiores a 5% ao ano, enquanto o salário mínimo real evoluiu a taxas, via de regra, negativas, foi possível às empresas apropriarem-se da totalidade dos ganhos de produtividade obtidos, elevando dessa forma o nível do excedente gerado.” (CAMARGO et al, 1982, 64).

Assim, tendo em vista essa situação salarial, as condições da reprodução da vida da força de trabalho em São Paulo, município que condensava grandes implicações do crescimento da indústria desse momento, chamava atenção para a relação de pobreza com o desenvolvimento industrial brasileiro. Dessa forma, a exposição da classe trabalhadora a situações precárias na metrópole paulistana inseria o problema do salário dos trabalhadores urbanos incapaz de prover a própria

reprodução destes, o que se conjugava à insuficiente oferta de bens de consumo coletivos no cerne de inúmeros debates. São Paulo, sendo em grande medida o *lôcus* que permitia compreender o sentido da reprodução da força de trabalho pela sua expressividade econômica a nível nacional e, conseqüentemente, pelo contingente de força de trabalho inserido nas atividades industriais, apontaria a expansão capitalista e seus elos com a má condição de vida dos trabalhadores, nos termos que Kowarick (1993) reconhece como “espoliação urbana”.

O crescimento econômico do município de São Paulo, principalmente a partir da industrialização da década de 1950, bem como a expansão urbana a ele inerente, foram compreendidos no bojo do dinamismo pautado na super-exploração dos trabalhadores que, de acordo com KOWARICK, deixavam em evidência um “progresso apoiado na pauperização daqueles que leva[va]m adiante as engrenagens econômicas” (1983:56). Dessa forma, havia que se considerar um processo de urbanização no qual a produção das periferias paulistanas se efetivava enquanto um momento pertinente à acumulação de capital industrial frente aos elos desta com a (re)produção da metrópole de São Paulo, assumindo, assim, esta produção e reprodução periféricas, a reposição do trabalho destinado a este processo. Estes espaços revelavam, até mesmo através de sua paisagem, os traços do modo de acumulação típico dos países de modernização tardia que “não transformou as drásticas condições de existência” (KOWARICK, 1983:57) de expressiva parcela da população trabalhadora. A autoconstrução aparece como um elemento onipresente nesses espaços da metrópole por se apresentar como a possível forma de o trabalhador resolver os problemas envolvidos no custo de habitação inalcançável pelo seu salário⁹² (MARICATO, 1982). Nessa direção, as formulações sobre a periferia urbana assentavam-se na reposição da relação capital-trabalho, o que implicou conceber o capital produtivo como determinante das definições dos espaços da metrópole através da relação específica com o trabalho em que se assentava. Assim, a periferia urbana, enquanto o espaço da força de trabalho no interior deste debate, era produzida para e pela reprodução do capital ao dispor o trabalho necessário à efetividade deste movimento.

⁹² A abordagem de Maricato (1982) constitui um esforço de compreender a formação desse espaço específico que se conformava para e pela força de trabalho, no cerne de um processo que a autora intitula como *proletarização do espaço*, processo este que se intensifica com a industrialização da década de 50.

Assim, os termos em que se situava a análise das periferias urbanas paulistanas, no cerne da forma específica de relação do capital com trabalho na modernização brasileira – no caso, da superexploração do trabalho, base da expansão capitalista no país – foram dirigidos a compreender um crescimento econômico específico, cujas bases estavam intimamente ligadas a um processo de expansão da economia em que se impossibilitava à força de trabalho a reprodução das condições objetivas essenciais a sua reprodução na metrópole. De acordo com Oliveira (2003), possui um papel decisivo para este quadro histórico a disposição de um contingente extensivo de força de trabalho posto a esta industrialização nacional, bem como o estabelecimento da legislação trabalhista e a nova função assumida pela agricultura economia brasileira⁹³.

As leituras de KOWARICK (1993; 2009), a respeito da constituição das periferias, pontuam as nuances do estabelecimento destes espaços produzidos a partir da necessária reprodução da força de trabalho em termos urbanos, que na realidade comporia a espacialização de processos pertinentes ao momento da modernização da metrópole. No início do desenvolvimento industrial nacional, que assumiu em São Paulo sua maior amplitude, incluía a expansão dos bairros dirigidos à moradia da classe trabalhadora. Já a partir dos anos 70, esta expansão é caracterizada pelo *padrão periférico de ocupação do solo urbano*, designação ao espraiamento dessas moradias em direção a inúmeros pontos da região posteriormente denominada de Grande São Paulo. Esta forma de reprodução da metrópole ocorria, sobretudo, pelo “próprio avanço da industrialização, que se espalhou por novos núcleos, seguindo os eixos ferroviários e, posteriormente, os rodoviários.” (KOWARICK, 2009:26).

Ao detectar as formas precárias de reprodução da vida do trabalhador no contexto da espoliação urbana, foram amplas as leituras que buscavam promover a

⁹³ Sob a leitura de Oliveira (2003), o salário mínimo se estabeleceria para manter um nível de remuneração inatingível sob a relação dos empregadores com os trabalhadores. A criação deste mínimo estava circunscrito à nova realidade que surgia, no qual a acumulação urbano-industrial era induzida e reforçada através de um imenso exército industrial de reserva e um nivelamento abaixo do real custo da força de trabalho regulamentado pela criação do salário mínimo. Por essa razão, com o estabelecimento da legislação trabalhista há um impulso à acumulação “caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira” (2003:39) a partir da qual a regulação dos fatores capital e trabalho aparece como a forma necessária de se efetivar a transição da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial. Nesse sentido, a dinâmica da agricultura assume a função, entre outras, de fornecer os bens de consumo com preços pertinentes ao baixo nível de renda dos trabalhadores urbanos. (Ver OLIVEIRA, 2003)

necessária mobilização da força de trabalho a respeito de seu espaço de moradia e de trabalho, conjugação que correspondeu ao mote de diversos movimentos ligados à esquerda. Houve uma rica elaboração teórica sobre esse momento da constituição da periferia metropolitana e os processos nela envolvida tributária dessa preocupação com a reconhecida *espoliação urbana* e a busca de emancipação social, da qual se derivaram os termos de uma luta de classes que se espraiou do terreno fabril e visualizava na luta pela cidade o cerne do embate entre classes⁹⁴. O esforço teórico residia em compreender a condição assumida pelo grande contingente populacional que se dirigia às grandes cidades, debate em que não sem razão faria do morador ou “cidadão” categorias centrais da discussão (ARANTES, 2009), não significando o abandono do proletário, mas o reposicionamento do problema, haja vista uma realidade na qual, longe do trabalhador industrial compor a regra, o desdobramento do processo econômico denotava que as formas de inserção econômica da força de trabalho se davam em grande medida em serviços que correspondiam a estratégias de sobrevivência.

Erigia-se um debate a respeito da condição desse trabalhador enquanto morador da cidade que não oferece os bens de consumo indiretos que seriam cruciais a sua reprodução – no caso, o salário indireto, provido pelo Estado através do fundo público. Apesar de nuances sobre esta questão, o fato é que, em linhas gerais, há a convergência do problema assentado em uma modernização periférica que, além de levar ao limite a exploração do trabalho, não assume os custos da reprodução da força de trabalho na forma do salário indireto. Marca, assim, um redimensionamento da luta de classes, pois a mesma incluiria questões em torno de bens inerentes à vida urbana, partindo, portanto, do morador-trabalhador da cidade em busca de serviços e de condições de vida que não se são ofertados.

Esta realidade urbana do capitalismo periférico não se efetivava com a presença maciça do proletário industrial, mas sim a partir de uma série de atividades designada de serviços nas quais expressiva parcela da força de trabalho encontrava a forma de inserção no mundo do trabalho. A perspectiva de Oliveira suscita a

⁹⁴ “O conflito na fábrica ganha as ruas, encontra a solidariedade popular e, ao generalizar-se, lança o germe da organização popular nos bairros, o germe de movimentos populares que irão surgir a partir de 1980 e questionar a prefeitura, os órgãos públicos, exigindo água, luz, esgoto, asfalto, transportes, escolas, enfim, tudo aquilo que a espoliação urbana retira dos trabalhadores em favor do processo de acumulação capitalista.” (BAVA, 1994: 254)

periferia da metrópole constituída, inclusive, enquanto lócus dos muitos trabalhadores que se inseriam nestas atividades diversas – atividades estas, sublinhe-se, *demandadas pela industrialização*, as quais ficaram a cargo da própria organização desta enorme quantidade de força de trabalho mobilizada para e pela modernização nacional. Nas palavras de Oliveira, tal parcela dos serviços assumidos por parte significativa da força de trabalho estabelecida nas grandes cidades partia do

talento organizatório de milhares de pseudo-proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de pôr fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços. (OLIVEIRA, 2003:68)

A compreensão das periferias urbanas e dos condicionantes envolvidos à reprodução da força de trabalho realizada a partir de uma forma de ser do trabalho, no caso, da sua superexploração, específica à modernização periférica brasileira e exposta por uma extensa literatura, sobretudo no pós anos 70, deve dialogar com os objetivos dessa seção: traçar alguns aspectos importantes em torno da condição assumida pela força de trabalho no momento atual, bem como apontar alguns problemas que daí se derivam, em se considerando as críticas bases da reprodução social capitalista levadas a cabo pela modernização bem como da urbanização que lhe acompanha.

Nessa direção verificamos a necessidade de realizar um contraponto às leituras recorrentes atreladas à superexploração do trabalho como categoria capaz de subsidiar a compreensão necessária às periferias urbanas. Não se trata de alegar a inexistência desta exploração do trabalho levada ao limite, mas também de reconhecer a imanência da dimensão poupadora de trabalho do próprio processo. Sendo assim, queremos chamar atenção que a industrialização na periferia do capitalismo teria como desdobramento a exposição da crise que lhe fundamenta, qual seja a dispensa de trabalho derivada da produtividade alcançada com o desenvolvimento das forças produtiva. Assim, referir-se à periferia espoliada pela superexploração do trabalho inclui necessariamente expor um processo em que muitos dos indivíduos não são incorporados enquanto força de trabalho na acumulação capitalista no seu sentido substancial. Nessa direção, tornar-se-ia

necessário identificar uma crise do trabalho que no Brasil se expressaria, inclusive, pela dispensa de trabalho, dispensa esta que foi muitas vezes obscurecida frente ao aspecto fenomênico do crescimento econômico e pela interpretação de um extenso exército industrial de reserva atuando como rebaixamento da remuneração à força de trabalho. A esse respeito, partindo do esgotamento do *Milagre Econômico* – período que, longe de explicitar os termos da modernização, os obscurecia – KOWARICK identifica na passagem da década de 1970 para a de 1980 um marco do conteúdo deste momento do desenvolvimento capitalista nacional e sua expressão, na metrópole paulistana.

A mudança radical que se abre com os anos 1980 reside no fato de que, antes, a expansão econômica gerou uma quantidade de empregos que em certa medida contrabalançou a queda dos níveis de remuneração, ao passo que, com o avançar da década, não só se acentuou o grau de pauperização, como também *muitos nem mesmo conseguem se transformar em mercadoria superexplorada* por um capitalismo que se atola no pântano da recessão: no final de 1983, (...) o nível de emprego industrial voltou a ser semelhante ao imperante em 1973, num contexto em que continuou acentuado o incremento demográfico da Região. (KOWARICK, 2009: 21, grifo nosso).

Kowarick identifica nesta asserção a dimensão do problema que devemos nos debruçar, pois, embora reconheçamos pertinência das relações de trabalho estabelecidas sob a perspectiva da superexploração da força de trabalho, verificamos a necessidade de refleti-las sobre a dimensão da negatividade do capital presente no seu movimento em seus amplos desdobramentos. Nesta perspectiva, também não compreendemos as inúmeras possibilidades criadas e recriadas pela força de trabalho destinadas a sua reprodução na metrópole em uma relação direta com a reprodução ampliada, mas como uma expressão de um processo de reprodução do capital assentado na negatividade do trabalho. Portanto, as mesmas devem ser vistas como a ação possível de uma parcela cada vez mais expressiva da população paulistana que, não possuindo perspectiva de ingresso ou retorno ao setor produtivo – mas que nem por isso escapa da forma monetária imposta pela lógica capitalista – procura recursos monetários através de atividades diversas destinados ao consumo daquilo que se impõe como necessário pelo mundo-mercadoria. Ademais, a partir dessas atividades, chega-se à necessidade de discutir o conteúdo da reprodução social em um momento no qual o capitalismo alcançou,

nas palavras de Robert Kurz (2004:184), “seus limites e já não consegue integrar em sua lógica expressiva parcela da população mundial”.

Passadas algumas décadas do período de intensificação da industrialização de São Paulo, um elemento que se apresenta como representativo deste processo da formação e reprodução periférica da metrópole na atualidade é a existência de inúmeras formas de ocupações cujo sentido é a reprodução dos indivíduos moradores nas próprias periferias. Desta maneira, reconhecemos que a periferia paulistana, no cerne de uma modernização periférica, não deve ser concebida como o *lócus* estrito da força de trabalho mobilizada à reprodução ampliada. As iniciativas que fazem uso da própria moradia, como os bares, as bombonieres e lanchonetes nos espaços da residência, bem como aquelas que usufruem do espaço da calçada e da rua para a venda de produtos variados, de preços sempre módicos, e os serviços prestados à vizinhança, compõem importantes formas em que significativa parcela da força de trabalho insere-se no mundo do trabalho. O sentido destas atividades ocasionais na reprodução social constitui um dos elementos cruciais para o avanço da compreensão da periferia metropolitana.

Isso implica, pois, pôr sob outro prisma o problema da exploração da força de trabalho na metrópole de São Paulo. E é exatamente por constituírem em grande medida mais “*estratégias de sobrevivência do que inserção produtiva*”, como alega Pochmann (2000), que tais atividades nos levam a problematizar a própria periferia a partir das formas contingenciais em busca de algum ganho monetário. Através delas reconhecemos um momento em que o trabalho já “não chega a constituir sua positividade (...) como fonte viva do valor” (DAMIANI, 2004:28), sendo elas expressão da crise pela qual nossa pesquisa se referencia. Todavia, estas atividades aparecem de forma a não revelarem as suas reais determinações. Assim, são apresentadas no bojo do desemprego, da informalidade⁹⁵, da ausência de

⁹⁵ Seguindo o percurso aqui exposto, cabe salientar que a designação de informais para as atividades presentes nesta dissertação não se apresenta de modo a desvelar os processos pelos quais a reprodução da força de trabalho na metrópole se efetiva. Tratam-se, na realidade, antes de serem desregulamentadas, de atividades submetidas à forma-mercadoria, sobre as quais as determinações da reprodução do capital incidem. Nesta direção, o dualismo inserido na denominação formal-informal, legal-ilegal, regulamentada-desregulamentada, não atinge uma perspectiva crítica desta sociabilidade regida pelo capital, a qual ensejamos traçar algumas notas nesta dissertação.

políticas públicas e, para encerrar esta lista que seria longa, do desenvolvimento selvagem do capitalismo nacional. Não nos atemos a tais adjetivações, pois as mesmas, entendemos, deixam, muitas vezes, de apreender o capital a partir da sua razão de ser. Cabe-nos superar as formas pelas quais estas atividades são apresentadas, pois não são formas extrínsecas à reprodução do capital, tampouco consequências das escolhas “conscientes” em relação ao desenvolvimento econômico; na realidade, são formas de ser do capital que expressam a sua crise constitutiva, exigindo assim compreender a expansão do capital não somente pela acumulação, mas, sobretudo, pela sua crise de acumulação, como buscamos discorrer nos capítulos anteriores.

Nesta direção, nossa leitura busca enfrentar um problema ao pôr em relevo as expressões críticas da relação-capital contemporâneas, pois verificamos que uma leitura distributivista entorno da cidade e das condições da força de trabalho que nela se reproduz contribui para não descortinar as razões de ser dos processos sociais acerca das periferias urbanas. Achamos pertinente este caminho para constituir uma interpretação da Vila Nova Esperança em um contexto de crise que exige uma crítica às categorias e aos processos fundantes desta forma de sociabilidade.

3.1 Crise do trabalho e o problema do debate envolto às periferias urbanas.

O reconhecimento da negatividade do capital se faz necessário, sob o ponto de vista desta pesquisa, para desvelar a essência das relações que, em um contexto de modernização periférica como a brasileira, se reproduzem na metrópole paulistana apontando, inclusive, os termos contraditórios em que esta se processa. Por essa razão, compreendemos que, diante de uma reconhecida crise do desenvolvimentismo e de todos os seus desdobramentos, o campo conceitual criado sob a razão de mobilizar o esforço crítico e teórico na direção de “superar as mazelas da sociedade e trazer as maiorias, desde sempre relegadas às fimbrias da modernização capitalista, ao universo de uma cidadania ampliada” (TELLES, 2010:

63) não fora suficiente para levar a cabo o projeto que ele mesmo se colocara. Embora sejam inúmeras as faces do debate no interior da expansão capitalista no Brasil a partir dos anos 50 do século XX – e, por isso, impossível de expô-las nesta dissertação -, as considerações a respeito do problema da superexploração do trabalho e da espoliação urbana situam em alguma medida a virtualidade contida no interior do diálogo suscitado pelos problemas urbanos engendrados no estabelecimento e na expansão da economia urbano-industrial no país. A transição dos anos 80 para os anos 90 abalou em grande medida o terreno sob o qual o projeto nacional se constituía. Nesse sentido, como auferi Telles,

Isso que se convencionou chamar de desregulação neoliberal em tempos de globalização, financeirização da economia e revolução tecnológica, pode ser lido como a desmontagem do diagrama de referências que conferia sentido, dava ressonância e qualificava a potência política das ‘mil faces’ do problema urbano. O que antes foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas, a ‘questão urbana’, parece ter sido esvaziado de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo o solo social das questões então em debate. (TELLES, 2010: 65)

A consideração de Telles surge como pertinente a respeito do propósito geral a que nos propusermos nesta dissertação, pois o terreno em que se assentaram as formulações que envolviam periferias urbanas, reprodução da força de trabalho e exploração do trabalho, no contexto da produção intelectual entre as décadas de 70 e 80 do século XX, não seria suficiente para sustentar a crítica à sociabilidade capitalista. Dessa forma, a especificidade da modernização periférica brasileira não deve ser compreendida apenas na porção diminuta do salário indireto – ou na luta pelo fundo público, na abordagem de Oliveira (1997)⁹⁶. Nessa direção, cabe reconhecer que o desdobramento político advindo da espoliação urbana⁹⁷ não

⁹⁶ A crise dos referenciais pelos quais a análise social do Brasil dos anos 70 e 80 do século XX se efetivava cria inúmeros riscos às leituras contemporâneas. Dentre estes riscos, fazendo uso ainda da leitura de Telles, está a inclinação de se deter a um “presente inteiramente capturado pelas urgências do momento”, de modo a não nos restar “mais do que a sua gestão cotidiana, sem conseguir escapar do círculo de giz traçado entre a denúncia estéril e o pragmatismo, quando não a razão cínica, que apenas afirma o que está posto, de tal forma que aparece nada nos restar senão gerir o que nos é dado a viver no presente imediato”. (TELLES, 2010: 65). Dessa forma, “é o próprio espaço da crítica que se esvai.” (idem) Sabemos da dificuldade, mas nos direcionamos a construir um caminho que remeta ao sentido deste espaço da crítica do qual expõe a autora.

⁹⁷ Conforme Telles, “a ‘espoliação urbana’ ganhava tradução política nos ‘novos movimentos sociais’ com suas reivindicações por equipamentos e serviços de consumo coletivo nas distantes e precárias periferias das grandes cidades.” (TELLES, 2010: 79)

suprimiu o sentido da reprodução social. Portanto, a leitura acerca dos rumos e implicações da luta de classes deve ser reequacionada no momento atual. E é pela questão urbana ter assumido contornos cada vez mais atrelados à dimensão da luta de classes, conforme exposto nas páginas anteriores, que devemos nos aproximar do arcabouço atrelado a tal perspectiva de modo a, através do diálogo, contribuir com a construção de uma perspectiva distinta. Neste ponto, as formulações de Castells (2000) adquirem uma condição importante por situarem os problemas com os quais dispomo-nos a dialogar.

Na leitura de Castells (2000), a organização social, sendo transformada através da luta de classes, possui o seu aspecto político, inclusive aquele atrelado ao Estado, sempre redimensionado a partir deste embate. A compreensão da questão urbana para o autor (2000: 351), questão esta amparada no problema das formas espaciais, atreladas eminentemente à “lógica interna da reprodução da força de trabalho”, o faz conceber a política urbana como a dimensão necessária para se alcançar e redimensionar os termos essenciais desta sociedade⁹⁸. Reforcem-se, inclusive, sob esse ponto de vista, que o os problemas urbanos, sob a mediação política, se assenta em bases sociológicas do embate entre classes. Nessa direção, Castells procura inserir a questão urbana nos termos de um embate em que o indivíduo transforma a si a ao ambiente em vive no cerne da “luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho.” (2000: 181). Assim, o autor concebe o espaço urbano como uma estrutura social determinada pela sociedade a que o mesmo corresponde – por essa razão, uma *forma social* particular, como define o autor. Buscando superar as bases culturalistas e historicistas acerca do problema incitado pelo espaço urbano, Castells desloca a questão para termos sociológicos,

cujo tema central é a ação contraditória dos agentes sociais (classes sociais) mas cujo fundamento é a trama estrutural que constitui a problemática de toda sociedade – quer dizer, a maneira pela qual uma formação social trabalha a natureza, e o modo de repartição e de gestão, e portanto de contradição, que decorre disso. (CASTELLS, 2000: 190).

⁹⁸ “O âmago da análise sociológica da questão urbana está no estudo da política urbana, isto é, da articulação específica dos processos designados como ‘urbanos’ no campo da luta de classes e, por conseguinte, na intervenção da instância política (aparelho de Estado) – objeto, centro e mecanismo da luta política.” (CASTELLS, 2000: 351)

Os problemas urbanos assentados no plano da reprodução da força de trabalho seria um momento da exposição acerca “das formas de articulação entre as classes, a produção, o consumo, o Estado e o urbano.” (CASTELLS, 2000: 549). Discorrer, pois, acerca da problemática urbana nesses termos implicaria o reconhecimento da impossibilidade de ater “o processo de consumo sem o ligar à acumulação do capital e às relações políticas entre as classes.” (CASTELLS, 2000: 551).

A unidade urbana para Castells “apresenta uma determinada especificidade em termos de residência, em termos de ‘cotidianidade’. Ela é, em suma, o espaço cotidiano de uma fração delimitada da força de trabalho.” (CASTELLS, 556-7). Para nesta força de trabalho e sua reprodução a questão central sob a qual se delineiam as reflexões de Castells, as quais a apresentam na dimensão do consumo coletivo e do consumo individual. O autor procura sinalizar sob quais aspectos do consumo da força de trabalho, coletivo ou individual, se estruturam as unidades urbanas. Nas suas palavras, para desvelar o peso a ambos, é preciso ter em conta o nível em que se organizam, pois “na medida em que o grau de socialização objetiva do processo é avançado, a concentração de meios de consumo e sua interdependência são maiores, a unidade de gestão do processo é mais forte” (CASTELLS, 2000: 557). O consumo coletivo desta força de trabalho adquire uma condição estruturante na sociedade na medida em que se reforça a necessidade de articulação dos processos sociais. Por essa razão, sublinha o autor:

Podemos, portanto, retraduzir em termos de reprodução coletiva (objetivamente socializada) da força de trabalho a maioria das realidades conotadas pela noção de urbano e analisar as unidades urbanas e os processos aí apreendidos enquanto *unidades de reprodução coletiva da força de trabalho, no modo de produção capitalista*. (CASTELLS, 2000:557). (grifo nosso)

Sendo assim, a estrutura social a que se refere o nível do urbano, para Castells, é definida através das especificidades em que se estabelece o processo de consumo coletivo. A partir disso, reconhecemos o âmago da questão urbana trazida por Castells posta no desdobramento da contradição capital-trabalho, cujos termos estariam assentados na luta de classes. Sendo assim, a questão que tal raciocínio implica nos coloca os meios coletivos de consumo em sua relação direta com a

especificidade da força de trabalho que o movimento busca reproduzir, reiterando inclusive a contradição de classe situada no interior desta estrutura social⁹⁹.

Castells problematiza, todavia, o conteúdo específico da questão urbana em realidades distintas dos países situados no centro da economia capitalista. Sob o seu ponto de vista, a análise que realiza não trás reflexões adequadas à compreensão de países periféricos, nos quais a reprodução da força de trabalho atinge questões outras. Em suas palavras, na periferia do capitalismo,

onde os ‘problemas urbanos’ remetem frequentemente à chamada problemática da ‘marginalidade’, isto é, da não exigência, do ponto de vista do capital, de reprodução de uma boa parte da população que está *estruturalmente fora da força de trabalho e cujo papel não é senão ser requisitada como exército de reserva*. (CASTELLS, 2000: 560-1, grifos nossos).

O fato é que a análise de Castells, tendo como pano de fundo a luta de classes em relação à estrutura urbana, atribui aos movimentos sociais a condição de auferir rupturas no interior da sociedade capitalista a partir de meados do século XX atrelando-se a aspectos distributivistas. Sob esse aspecto, como momentos necessários às mudanças nesta sociedade, o autor elenca não só a reunião de diversas frentes de luta social, não apenas urbanas, mas também a “modificação, local ou global, da relação de forças políticas, geralmente traduzida na composição e orientação das instituições políticas.” (ibidem, 566). Torna-se explícita, portanto, a condição atribuída ao Estado e ao sentido da Social Democracia, cuja problematização nosso texto procurou realizar: aquela que lhe atribui a condição de provedor de direitos sociais, mas que, por isso mesmo, não surge como a superação de si e da sociedade da qual é inerente, mas sim da constante reafirmação da lógica e da contradição a ela subjacente. Verificamos, assim, que a abordagem de Castells mesmo não se apresentando de modo a contribuir para uma leitura do nexos social determinante do capitalismo, se transpôs à compreensão da modernização periférica, no caso a brasileira. Por isto, a centralidade que o mesmo insere à política deve ser compreendida nos limites a que nossa discussão procurou retratar nas seções anteriores.

⁹⁹ “Se se parte da análise que temos efetuado, centrar-se-á, antes de mais nada, sobre a análise dos meios coletivos de consumo, estudando-os de modo diferencial segundo o tipo da força de trabalho que é preciso reproduzir e as contradições de classe que nele se exprimem de maneira específica.” (CASTELLS, 2000:563).

A exposição sucinta da obra de Castells se consubstancia na direção de apresentar o sentido ao qual se reportavam as abordagens acerca da reprodução da força de trabalho no Brasil expostas aqui em linhas gerais. Trata-se de compreender o debate realizado nas décadas seguintes ao impulso à industrialização brasileira a respeito das condições de reprodução da força de trabalho como aquele que dirigia suas críticas à esta modernização que não expandia as conquistas sociais e institucionais almejadas. Neste sentido, nossa leitura do amplo debate a partir deste impasse refere-se aos indícios de um processo incompleto e insuficiente de desmercantilização da força de trabalho na modernização brasileira – elemento presente, mesmo que implícito, nas formulações tributárias deste momento e da problemática nele contida.

Harvey (1982) também tangencia estas questões ao enfatizar o consumo da classe trabalhadora como um desdobramento necessário à efetividade do processo de reprodução do capital. A questão é que, insiste o autor, este processo se complexifica na história do capitalismo, de modo a tomar contornos de uma coletivização do consumo no cerne da reprodução da força de trabalho. O controle de tais demandas, segundo sua leitura, recai sobre o Estado, que procura orquestrá-lo em consonância com as exigências da acumulação capitalista¹⁰⁰. Sua análise centra-se em um contexto particular, pois se reserva a refletir a forma pela qual se expressa o conflito entre capital-trabalho na personificação classe burguesa-trabalhador nas sociedades dos países situados no centro do capitalismo mundial. Portanto, sua discussão parte de uma realidade específica, mas assim como a leitura de Castells, revela em alguma medida os termos a que se dirigiram, de um modo geral, as abordagens a respeito da luta de classes e dos problemas urbanos no bojo da modernização periférica.

Queremos chamar atenção para esses momentos das obras de Castells e Harvey, pois eles evidenciam o pano de fundo ao qual se delineia a produção

¹⁰⁰ “As demandas da classe trabalhadora por saúde, habitação, educação e serviços sociais das mais variadas naturezas são usualmente expressas através de canais políticos; o governo arbitra essas demandas e procura conciliá-las com as exigências da acumulação.(...) Os sistemas capitalistas têm evoluído cada vez mais no sentido da coletivização do consumo por causa da necessidade, claramente compreendida pelas políticas fiscais keynesianas, de administrar o consumo segundo os interesses da acumulação. Pela coletivização, a escolha do consumidor é traduzida, da anarquia descontrolada da ação individual, para a área aparentemente mais controlável da ação estatal.” (HARVEY, 1982:18-9)

intelectual sobre a cidade e o consequente problema da força de trabalho e sua reprodução diante de um país de modernização tardia como o Brasil. Para Arantes (2009) a questão urbana a que Castells se debruça se traduz como o “processo mesmo da reprodução social da força de trabalho. Nessa perspectiva, a cidade surge enquanto o espaço da vida cotidiana, na qual se concretiza a esfera de consumo, distinto dos estritos espaços da produção”. Esta passagem – do terreno fabril para a cidade – capta em alguma medida a essência das mudanças sociais vivenciadas no século XX, conforme apontaremos a seguir. No entanto, ao não se reportar exclusivamente ao solo fabril, não significa que as contradições fundamentais desta sociedade foram superadas. Pelo contrário, cabe-nos apontar um percurso para se chegar às formas de manifestação contraditórias desta sociedade, o que não se fundamenta em um conflito entre trabalhadores e o Estado, - tal qual a leitura de Oliveira (1997) procura levar a cabo – cujo sentido está “na definição do patamar de reprodução social da força de trabalho ou, noutros termos, do nível de ‘salário indireto’ promovido pelos serviços públicos.” (ARANTES, 2009).

Em suma, lançando mão destes pressupostos, esta modernização periférica brasileira teria como específica a si o fato do salário indireto compor uma proporção diminuta frente à necessidade da reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, prover a força de trabalho moradora das cidades dos bens de consumo coletivos necessários a sua reprodução mostrava-se inviável na condição própria da modernização do Brasil, o que demandaria estratégias políticas, necessariamente populares, para engendrar mudanças substanciais. Nesse ponto, remetendo à produção intelectual da década de 70, especificamente de Lucio Kowarick, Arantes alega que o urbano periférico nessas formulações aparece como “a negação da reprodução de trabalho em patamares aceitáveis”; “é, pois, sua dilapidação de forma espoliativa”.

Tal leitura compreendia a luta de classes, vista apenas através do solo fabril, como insuficiente para compreender a reprodução do capitalismo em meados da década de 50 com a intensificação da urbanização. Nesses termos, a concretude da transformação qualitativa da luta de classes dava-se com o estabelecimento das periferias urbanas, diante da luta pela reprodução da vida promovida pela força de trabalho mobilizada por esta modernização em seus termos periféricos. Trata-se,

pois, de um debate circunscrito historicamente ao qual se inserem questões cruciais no âmago da modernização retardatária.

Necessitamos, pois, identificar a qual dimensão remete o esmorecimento do projeto colocado por tal perspectiva. Nossa leitura se atrela ao necessário reconhecimento dos limites à política no interior da modernização sob as leis férreas e abstratas da forma valor¹⁰¹. Desse modo, a luta por um vir a ser a partir da luta política não pode ser compreendida de forma desconexa ao movimento da economia capitalista. Reside aí o elo que apresenta a condição histórica a qual não se pode perder de vista. Caso contrário, recairemos sob o risco de admitir a implosão do projeto político exposto nas páginas anteriores como arbitrariedade política. Desse modo, para além de ações subjetivas, pautadas nas relações políticas que se articulariam tendo como parâmetro um projeto de sociedade, verificamos nas condições objetivas da reprodução capitalista o próprio fundamento da perda de fôlego das promessas contidas no âmago das proposições advindas das leituras que aqui expusemos. Isto posto, se as bases do projeto de uma generalização de melhores condições de vida da força de trabalho nas grandes cidades do Brasil esmoreceram, verificamos a necessidade de reconhecer a dimensão crítica em que se estabelecem este processo de modernização retardatária. A parcela significativa da força de trabalho urbana que compunha o chamado exército industrial de reserva, ao atingir a amplitude que assume na década de 1980 e 1990¹⁰², requer uma crítica em direção a compreender os processos cujo ensejo político não retira o sentido a que se põe nesta modernização. Trata-se, como apontado em páginas anteriores, de um sentido posto à modernização própria, qual seja o de poupar trabalho na medida em que se

¹⁰¹ Não se trata de indicar a ausência de conquistas de direitos por parte da mobilização dos trabalhadores e dos moradores da cidade, indicação que a história dos movimentos sociais faria cair por terra. Tampouco se compõem aqui julgamentos morais ou pessimistas em relação às lutas políticas frente às condições objetivas da reprodução social. A questão que nos aparece como pertinente é o da mediação sempre pretendida diante da arena política, mas que não faz cessar o movimento não apenas automático da reprodução social, mas também às costas dos indivíduos.

¹⁰² Telles, a respeito do contexto social nesse período, elenca uma série de *deslocamentos* que denotam a escala em que o suposto exército industrial de reserva passa a assumir. Nas suas palavras, os deslocamentos mais expressivos seriam aqueles “da indústria para os serviços, do assalariamento para o trabalho informal, do emprego para o desemprego, do mercado para uma nebulosa de situação em que transitam os sobrantes entre as atividades domésticas e a chamada economia de sobrevivência, mas sempre com o selo de uma pauperização crescente.” (TELLES, 2010: 78).

estabelece sua razão de ser. Esta é uma das dimensões que podemos elencar da crise a que reporta necessariamente a modernização.

Por essa razão, a luta pelos direitos, no cerne da reivindicação por garantias representadas pelo salário indireto, no processo compreendido como desmercantilização da força de trabalho, não encontra formas de superar o sentido posto às costas dos indivíduos, como apontava Marx. Aliás, o engajamento por melhores condições destinadas à reprodução da força de trabalho obscurece as leis subjacentes ao movimento de reprodução social exatamente pela função que esta assume no processo de reprodução do próprio capital. A respeito da imprescindibilidade da força de trabalho no processo de reprodução do capital, Marx afirma o seguinte no Livro I d'O Capital:

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, pg 188, Vol II).

Ainda sob a leitura de Marx, torna-se necessário considerar esta reprodução da força de trabalho diante de um permanente aumento da produtividade do trabalho. Para visualizar isto, é necessário reconhecer que a ampliação da massa de meios de produção possui uma dupla função no interior do processo produtivo. O aumento de matérias primas é uma *consequência* desse processo de uma produtividade crescente do trabalho, enquanto que a entrada ascendente de maiores meios de produção como maquinarias é uma *condição* do processo. Todavia, afirma Marx,

condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou *no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos*. (p.194, Vol II, grifo nosso)

Com o aumento da produtividade do trabalho, observa-se que “não apenas se eleva o volume dos meios de produção” utilizados pelos trabalhadores,

“mas cai o valor deles em relação com seu volume.” (ibidem, 195). Nesse ponto, queremos chamar atenção que o fundamento da reprodução ampliada do capital constitui o próprio fundamento de uma crise no sentido da negação posta ao próprio movimento de exploração de trabalho. O movimento de acumulação capitalista, ao pressupor uma contínua e ininterrupta reposição do processo produtivo com a mais-valia extraída anteriormente¹⁰³ – o que implica em uma crescente concentração de capital – se efetiva com a determinação da concorrência de capitais, através da qual o desenvolvimento capitalista insere sempre patamares crescentes para manutenção e ampliação dos capitais individuais, elemento já apontado no capítulo 1 dessa dissertação. Isso inclui um processo que reforça o aumento da composição orgânica no âmbito da reprodução do capital global. De acordo com Marx, ao passo que a centralização de capital consiste em uma possibilidade dos capitais expandirem a escala de suas operações, ela simultaneamente amplia e acelera “as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho.” (MARX, 198, Vol II). Disso desdobra-se que o processo é marcado, necessariamente, por uma reconfiguração produtiva em que “uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas¹⁰⁴.” (198).

Diante dessa questão, a queima de etapas da qual Oliveira (2003) detecta como sendo uma particularidade essencial da industrialização brasileira, suscita um problema que para nós, segundo a exposição até aqui realizada, surge como pertinente: a questão em torno dos termos do estabelecimento da relação capital-trabalho circunscrita a essa modernização específica, cujo sentido procuramos compreender no desdobramento crítico imanente à contradição fundamental do capital.

¹⁰³ “A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia.” (MARX, 195).

¹⁰⁴ “A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador.” (198)

No entanto, alguns elementos observados por Oliveira referentes ao estabelecimento da indústria no Brasil não deixam de nos ser pertinentes. Exemplo disso é o argumento em relação ao trajeto que apartava-se da pressão efetuada pela força de trabalho para incitar as mudanças tecnológicas no processo produtivo¹⁰⁵. Por essa razão, as análises que daí se derivavam tinham como cerne da questão um afastamento abissal entre o montante monetário destinado ao capital e aquele destinado à força de trabalho¹⁰⁶. Daí resultava que, salienta o autor, para crescer o rendimento ao trabalho haveria de ter uma “demanda de força de trabalho várias vezes superior ao crescimento da oferta”. (OLIVEIRA, 2003:67)

Ainda, nessa mesma direção, a queima de etapas mencionada anteriormente se processa reduzindo um potencial de ampliação do circuito de realização interna do capital, do que resultaria em um impacto negativo na expansão dos empregos¹⁰⁷.

A despeito disso, nosso posicionamento, como mencionado no início deste texto, assume uma condição heterodoxa, inclusive, por partir de outra perspectiva a respeito desse processo sobre o qual Oliveira centrou seus esforços. E esta ruptura com seu raciocínio¹⁰⁸ ocorre sob dois aspectos centrais. O primeiro consiste em uma dimensão importante do processo de acumulação urbano-industrial brasileiro, pois, mesmo que assentado sob uma forma específica de trabalho, no qual há um aumento exponencial da mais-valia relativa, o compreendemos no interior da lógica do capital que tende a poupar trabalho e, logo, produzir uma superpopulação relativa em patamares que devem servir como sendo o próprio sentido contido na reprodução do capital diante a produtividade que o mesmo

¹⁰⁵ “(...) o processo de reprodução do capital ‘queima’ várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho.” (OLIVEIRA, 2003:67)

¹⁰⁶ “(...) o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural –, mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos de trabalho.” (OLIVEIRA, 2003:67).

¹⁰⁷ “Por outro lado, se é verdade que a compra de equipamentos, v.g., de tecnologia acumulada, ‘queima’ etapas da acumulação, ela também reduz o circuito de realização interna do capital, o que tem, entre outras, a consequência de tornar o efeito multiplicador real da inversão mais *baixo que o efeito potencial* que seria gerado no caso de uma realização interna total do capital. É óbvio que um dos multiplicadores afetados, nesse caso, é o do emprego direto e indireto. (OLIVEIRA, 2003:67, grifo do autor)

¹⁰⁸ Cabe ressaltar que não se trata de um questionamento invalidando as proposições de Oliveira, mas sim de problematizações a partir do rico debate promovido pelo autor devido à pertinência de suas questões levantadas no texto em questão.

engendrou. O segundo refere-se à expansão do emprego com a ampliação do circuito de realização interna de capital, pois mesmo com a possibilidade de um acréscimo pela demanda de trabalho pela via da expansão dos mercados, isso não retiraria a contradição que lhe fundamenta.

Como constatava Marx, “os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos”. (199, vol II). Isso pode implicar no aumento de absorção de trabalhadores no âmbito da ampliação do capital em geral, o que, no entanto, deve ser visto sempre na sua relação com o capital constante, a qual aponta para o sentido de um decréscimo relativo da parte variável no interior do processo produtivo. Por essa razão, o movimento de reprodução do capital, na medida em que se amplia, tende a reduzir a base pela qual efetiva a exploração da força de trabalho em relação ao total investido. Simultaneamente, não há o cessar do crescimento da população; pelo contrário, o desdobrar dessa reprodução ampliada expõe cada vez mais aqueles que não encontram possibilidade de venda da sua força de trabalho. Por essa razão, afirma Marx, “a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.” (199, vol II).

O surgimento, logo, de uma população trabalhadora excedente deve ser apreendido como um produto inerente à própria expansão do capital, constituindo, inclusive, quando do momento de expansão do capital industrial do século XIX até o terceiro quartel do século XX, uma das bases pelas quais a reprodução de capital se efetiva. Ela constituía um exército industrial de reserva, de onde advém a força de trabalho solicitada pelas necessidades de valorização. Por essa razão, Marx insiste que a expansão do capital, mesmo pautada no aumento da sua composição orgânica, pode se desdobrar em setores que subitamente podem surgir e se mostrarem lucrativos, além de poder apresentar uma prosperidade acima da média para os quais a superpopulação estará disponível. Ela consiste, portanto, em uma “margem de segurança” às demandas que por ventura possam surgir da expansão capitalista. É este o ponto, no entanto, que devemos procurar superar, pois não estamos nos referindo à produção de uma parcela que tende a ser explorada pela

expansão capitalista, mas, pelo contrário, de indivíduos que buscarão subterfúgios nos meandros da circulação da forma monetária de capital para a reprodução de si enquanto *sujeitos monetários sem dinheiro*.

Encontramos na leitura do próprio Marx elementos para superar a perspectiva de um exército industrial de reserva que se põe infinitivamente à acumulação. Isto porque a tendência posta na própria reprodução dos capitais é a capacidade de pôr em movimento um quantum de trabalho cada vez maior com um mesmo dispêndio de capital variável; ainda, expõe Marx, isso representa que “o acréscimo do capital variável torna-se então *índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados*.” (203). Marx suscita isto no seguinte excerto:

por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores. (ibidem, p.203)

Como constata Marx, na proporção que cresce a força produtiva do trabalho, “o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda por trabalho.” (203). Esse processo envolve uma relação entre a força de trabalho empregada e aquela parcela redundante, pois, como salienta, o sobretrabalho

da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (ibidem, 203).

É necessário considerar que o processo no qual se fundamentam as relações dos capitais individuais, assentadas nas leis da concorrência, já correspondem na atualidade a uma produção de um exército industrial de reserva para além de um patamar “adequado” ao movimento da acumulação ampliada, pois elas mesmas tornam “a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o

despotismo do capital.” (ibidem, 206). Portanto, o problema em que se situa o debate da superexploração do trabalho aparece de modo a ser redimensionado ao considerar a dimensão poupadora imanente ao movimento de modernização¹⁰⁹.

De acordo com o que expusemos nas páginas anteriores, o movimento de reprodução do capital no cerne da modernização periférica envolve uma mobilidade do trabalho que não culminou em uma inserção produtiva, devido ao momento específico em que este processo está circunscrito. Trata-se, em outras palavras, de verificar a pertinência da consideração de Damiani, uma vez que não haveria uma derivação automática do trabalho produtivo a partir do processo de acumulação primitiva¹¹⁰.

Nota-se, portanto, que estes espaços intitulados de periferia nos dias atuais não se definem como bairros-dormitório nos termos em que foram compreendidos a partir da superexploração do trabalho. Embora ainda não possamos afirmar em que medida o momento de formação desta periferia paulistana remeta diretamente ao trabalho produtivo¹¹¹, é fato que, na atualidade, a periferia revela as bases pelas quais o processo de modernização brasileira, presentes na metrópole de maior magnitude econômica, se efetiva e não deixa de mostrar as suas críticas bases. Assim, se esta modernização fora marcada pela superexploração da força de trabalho – entendida aqui no contexto de uma recuperação histórica e, portanto, retardatária –, cujo sentido estaria no salário insuficiente a repor a força de trabalho enquanto tal, isto não deve obscurecer o sentido reprodução do capital, inclusive na periferia do capitalismo: a produção de uma superpopulação relativa.

Apesar de insistir neste aspecto da modernização brasileira, achamos essencial refletir a respeito da amplificação do terreno em que se fundamentam as relações econômicas capitalistas. Referimo-nos às questões envoltas ao

¹⁰⁹ Não sem razão, Davis(2006), atendo-se às condições de reprodução desta força de trabalho nas grandes metrópoles, faz menção de uma massa *permanentemente supérflua* ou *humanidade excedente* para suscitar a magnitude do problema.

¹¹⁰ “A ideia é a da acumulação primitiva, sempre renovada, no interior do processo do capital, da qual não deriva, necessariamente, o trabalho como atividade produtiva.” (DAMIANI, 2008: 229-30). A questão de acumulação primitiva, contudo, trás uma série de dificuldades em relação à pertinência desta com a modernização periférica brasileira que não pudemos contemplar nesta pesquisa.

¹¹¹ Esta questão se refere à leitura de ALFREDO e SILVA em relação aos conteúdos do processo de industrialização brasileira. Na perspectiva dos autores, através da problematização da lógica pela qual permeia este processo de industrialização periférica, seria possível verificar que o trabalho já se estabeleceria enquanto crítico desde a sua formação. Ver ALFREDO e SILVA (2008)

aprofundamento das relações fetichizadas no interior deste processo que permeiam amplos momentos da vida social. Aliás, há que reconhecer que a urbanização ínsita a este processo, insere questões essenciais no âmbito da reprodução desta força de trabalho na metrópole paulistana que se situa para além do campo da oferta de bens de consumo coletivo. Trata-se de, mais uma vez, apontar um caminho distinto do traçado por Oliveira (1977), pois as contradições inerentes à modernização do Brasil não repousariam no interior do Estado, mas se expandem frente à amplitude alcançada pela reprodução social capitalista.

Se a cidade foi o espaço por excelência do conflito de classes entre burguesia e proletariado, a urbanização da economia e da sociedade amplia esse espaço; se essa urbanização tem no Estado capturado pela burguesia internacional-associada seu principal agente e simultaneamente seu principal obstáculo, esse espaço não apenas se amplia: *se redefine para colocar no centro da contradição o próprio Estado.* (OLIVEIRA, 1977:75, grifo nosso)

Recorrendo a uma perspectiva que busca problematizar o posicionamento de Oliveira (1977, 2003), a dimensão da crise do trabalho fundamentada no interior do próprio capital não poder ser compreendida sem a consideração das formas de objetivação que dela se desdobram. Sendo assim, torna-se crucial reconhecer as determinações dessa mesma reprodução crítica do capital no âmbito da reprodução social que se efetiva em planos para além daquele pautado na esfera produtiva capitalista em seu sentido estrito, bem como das contradições do Estado. Portanto, queremos chamar atenção para o fato de a expansão capitalista abarcar todos os momentos da vida social engendrando a reprodução de relações de produção, como infere Lefebvre. Desse modo, a crise do capital deve ser compreendida, conforme insiste o autor (LEFEBVRE, 199-, 1991), na incorporação de inúmeros momentos da reprodução da vida social, culminando, inclusive, em formas de consciência que apontam a potência da crise que fundamenta tal movimento.

Nessa direção, trata-se, ainda, de reconhecer a incorporação do espaço ao âmbito da reprodução das relações de produção. Sendo assim, na medida em que o espaço compõe uma dimensão necessária à reposição dos termos desta sociedade, há o movimento que tende a obscurecer o sentido que o mesmo adquire na reprodução social. Nesta direção, Lefebvre insiste nesta forma em que o espaço se apresenta às ações pontuais de tecnocratas, às suas estratégias, compondo-se

como um espaço instrumental, o qual, por não ser considerado na análise, não foi admitido na sua potência de velar as contradições que se espraíavam nos poros da sociedade capitalista. Lefebvre (199-) identifica esta dimensão instrumental do espaço na medida em que ele objetiva e dissimula as contradições da realidade, pretendendo uma coerência e uma coesão no sentido de regular a reprodução social. A potência da consideração do autor tende a desvelar um espaço que se insere na reprodução social no âmbito da *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Por essa razão, torna-se importante ressaltar que

(...) o espaço, ao mesmo tempo funcional e instrumental, vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo. Pode-se dizer que ele é o meio e o instrumento, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, da sociedade burocrática de consumo dirigido. (23)

A centralidade com que o consumo aparece nas leituras apresentadas nas páginas anteriores, na perspectiva de Lefebvre, a qual achamos pertinente incorporar na análise, desvela o sentido na produção da cidade em um momento específico, aquele circunscrito ao capitalismo concorrencial do século XIX. Isso porque o problema neste contexto residia, sobretudo, em o capitalismo “re-produzir materialmente seus meios de produção (máquinas e forças de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra no mercado.” (199-: 24). Por essa razão, a realidade da cidade possuía elos rígidos com os problemas do consumo, enquanto complemento à produção. Não obstante, o argumento que procuramos constituir busca redimensionar este sentido a partir de uma cidade que insere problemas novos no âmbito da reprodução social capitalista. Isto porque, conforme Lefebvre pontua,

(...) a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, **através do espaço inteiro**. (LEFEBVRE, 199- : 24, grifo do autor, grifo nosso).

As asserções de Lefebvre nos direcionam a reconhecer que a reprodução social capitalista ultrapassa os termos basilares das abordagens contempladas neste capítulo em se tratando de uma questão envolta ao urbano. Sendo assim, compreender a reprodução da força de trabalho a partir da metrópole de São Paulo, como pretendemos, além de reconhecer a dimensão crítica no sentido de poupar trabalho, ínsita à modernização, deve ultrapassar o terreno do espaço produtivo propriamente dito, pois a crise do capital se pôs em todo e qualquer momento da reprodução da vida moderna. Por essa razão, nas páginas seguintes buscamos realizar uma aproximação com a realidade da Vila Nova Esperança de modo a contribuir com o propósito de nossa dissertação.

3.2 Vila Nova Esperança no contexto de reprodução da metrópole paulista.

“Homens que acompanhavam uma ação de demolição da companhia de habitação paulista no extremo oeste da capital ameaçaram com armas moradores que tentaram resistir à intervenção.

O episódio ocorreu em 17 de março na Vila Nova Esperança, uma invasão dos anos 1970 encravada numa área de preservação ambiental.

A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) enviou técnicos ao local para derrubar parte das 500 casas da área.

Os moradores resistiram e os técnicos foram embora. Homens que os acompanhavam, no entanto, permaneceram no local e começaram a discutir com as pessoas.

No meio da confusão, esses homens sacaram armas, similares às usadas por policiais, e apontaram para os moradores. As cenas acabaram registradas em um vídeo (...). Nas imagens, é possível ver um desses homens usando também spray de pimenta.

A CDHU reconhece no vídeo sua equipe, que aparece junto aos homens armados, mas não confirma se todos, incluindo os homens armados, estavam a seu serviço.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de maio de 2011).

Reconhecer a determinação crítica a que se situa a reprodução da força de trabalho na metrópole de São Paulo envolve também situar o problema do urbano que incide sobre a periferia, superando aquele pautado na ausência de bens coletivos. Por essa razão, é necessário frisar aqui que o debate acerca da reprodução periférica da metrópole de São Paulo se realiza também no cerne do

papel que assume a propriedade privada, como bem pontua Bolaffi (1982)¹¹². Dessa forma, a periferia urbana paulistana também é compreendida como um desdobramento da função constantemente reiterada do mercado imobiliário na economia urbana e da especulação que lhe corresponde, o que lhe redefine incessantemente. Tal processo culmina, assim, na expulsão dos indivíduos que não podem pagar o preço solicitado pelo mercado formal de terras na metrópole¹¹³.

Este processo pode ser identificado em inúmeros estudos acerca da metrópole, pois a mesma é marcada por esse permanente e ininterrupto processo da busca de alocação de capitais pelo setor imobiliário. Volochko (2011) expõe, a respeito disso, o importante papel que as periferias urbanas adquiriram no âmago da dinâmica do mercado imobiliário, o qual tende, diante da escassez de empreendimentos que resguardecem os interesses dos grandes capitais do setor com relação ao lucro, buscar novas estratégias frente a sua crise específica, dirigindo-se à busca de grandes glebas na metrópole, redefinindo em grande medida os espaços periféricos de São Paulo¹¹⁴.

Nossa pesquisa, ao se propor expor os termos críticos a que se assenta a reprodução da força de trabalho na metrópole de São Paulo, verifica a pertinência dessa questão. Por essa razão, a Vila Nova Esperança, favela a partir da qual as páginas seguintes procuram enriquecer os termos de nossa compreensão sobre o movimento da reprodução social, nos aponta não apenas os subterfúgios de *sujeitos monetários sem dinheiro*, mas também as implicações cotidianas derivadas da

¹¹² “O padrão periférico de crescimento decorre da existência de mecanismos econômicos que conferem ao solo urbano funções econômicas alheias à sua utilidade intrínseca enquanto bem natural e ao papel que deveria desempenhar na composição e na organização do espaço requerido para as atividades públicas ou privadas da população.” (BOLAFFI, 1982:58).

¹¹³ Por essa razão, periferia não se refere a uma questão geométrica do urbano, mas “a setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda.” (BOLAFFI, 1982:57).

¹¹⁴ Volochko(2011) discorre acerca das tendências que as construtoras assumem na atualidade diante da cooptação das classes mais baixas, cujo anseio passa pela aquisição da casa própria. Assim, aponta as inúmeras interfaces deste complexo processo, que desvela um movimento determinado não pelo sonho da aquisição da residência, mas pelo movimento do mercado imobiliário, do qual decorre a produção de loteamentos de grandes proporções. Diante da ampla contribuição que o autor oferece à compreensão da reprodução das periferias, achamos pertinente lançar um questionamento a respeito do movimento de valorização do capital imanente a esta expansão imobiliária, em se considerando sua dimensão crítica, inclusive no setor da construção. A dissertação de Couto (2011) vai nessa direção e contribui para problematizar o sentido da reprodução do setor imobiliário na metrópole de São Paulo.

própria expansão crítica da metrópole¹¹⁵. Trata-se de verificar as determinações de tais processos, de modo a desvelar momentos críticos da reprodução social a partir deste fragmento que conforma a Vila Nova Esperança.

Nessa direção, nosso esforço inclui, necessariamente, desvelar as formas de violência implícitas do processo econômico as quais são naturalizadas no decorrer da reprodução da vida e que por isso não deixam de compor o cotidiano da comunidade em questão. Essas formas de violência não se restringem aqui às precárias condições de vida na metrópole, mas se ampliam às violências naturalizadas que reportam à consciência fetichizada produzida e reproduzida pelo movimento do capital. Essa questão torna-se central na discussão que prossegue neste texto, pois, uma vez que “as leis da economia dominam toda a sociedade”, elas “são capazes de impor-se como ‘leis naturais puras’, em virtude de sua potência puramente econômica, ou seja, sem o auxílio de fatores extra-econômicos.” (LUKÁCS, 2003:423).

A determinação crítica do processo turva à consciência as coações e violências, não apenas físicas, a exemplo da ocorrida na Vila Nova Esperança no dia 5 de maio de 2011 por indivíduos armados, pois as mesmas aparecem sob uma derivação automática da lei. Como se verá no decorrer do próximo capítulo, o embate judicial engendra inúmeras formas de violência e revela, inclusive, que as formas possíveis de consciência não as superam no interior deste processo.

Deste contexto, inúmeras atividades no cerne do cotidiano dos moradores reportam-se à forma monetária como possibilidade de sanar as demandas das custas judiciais vindas do embate jurídico que exporemos nas páginas seguintes. Assim, a determinação abstrata da sociedade capitalista se impõe sob inúmeros contextos e situações que devem ser compreendidos no cerne de uma objetivação fantasmagórica, como alerta Lukács ao se referir às formas exteriores aos indivíduos e que afirma a reificação como o nexo social necessário à efetividade das relações sob o invólucro da mercadoria. Desta forma, verificamos que compreender os termos da reprodução da força de trabalho na contemporaneidade inclui necessariamente o

¹¹⁵ O sentido de uma expansão crítica da metrópole possui duas faces que não as compreendemos como sendo mutuamente excludentes: desde à *urbanização crítica*, da qual Damiani (2006, 2008) deriva a impossibilidade do urbano para todos, à uma crise determinante da constante alocação de capitais que se conformaria no interior de um processo o qual não necessariamente corresponderia à valorização do espaço, mas de sua precificação, haja vista sua crise de valorização. (COUTO, 2011).

reconhecimento da potência das formas fetichistas desdobradas no interior dos processos aos quais está imersa.

As formas de urbanização de periferias que requerem o momento atual devem ser lidas como um desdobramento da própria crise. No caso da Vila Nova Esperança, as possíveis demandas de uma suposta reurbanização ecologicamente correta, como se verá, reportam à abstração da contradição pela qual permeia o momento¹¹⁶. Isto porque o urbanismo se coloca a mistificar a crise do trabalho e, nessa direção, amparada inclusive na jurisdição correspondente a esta forma social, se põe tão somente a reiterar a crise social e suas determinações abstratas.

Assim, para desvelar aspectos do processo social e contribuir com sua crítica necessária, não devemos partir de índices ou de qualquer aspecto fenomênico para discorrer a respeito da dimensão da reprodução da força de trabalho na metrópole na atualidade, a exemplo de bens de consumo coletivos a ela dirigidos. Há que se redimensionar, assim, o ponto de partida que propõe Torres e Marques (2001) no tocante a essa questão, pois os mesmos sinalizam para as melhorias da condição de vida dos moradores da periferia da metrópole a partir dos anos 80 devido à expansão da atuação do Estado¹¹⁷. Com isto sugerem uma mudança necessária de referenciais para se compreender a pobreza urbana presente nas periferias, pois “os investimentos realizados nas últimas décadas elevaram as condições médias da infraestrutura das periferias, reduzindo em muitos casos os diferenciais entre elas e as regiões habitadas pelas camadas mais ricas da população.” (TORRES&MARQUES, 2001:50). Tal perspectiva assume o argumento

¹¹⁶ Esta questão não retira o papel assumido pelo pesquisador aqui aproximado com a realidade dos moradores na direção de ir à busca de possibilidades para um desfecho de “garantias” ou “direitos” aos moradores. Inserimos aspas em relação a garantias ou direitos porque compreendemos que a permanência dos moradores ou o seu deslocamento sob os auspícios do poder estatal não suprimem as contradições das quais procuramos expor nesta dissertação. Aliás, os conflitos e os embates entre alguns indivíduos da própria comunidade apontam para amplas dificuldades dos moradores se constituírem enquanto Comunidade no interior de uma consciência social monetarizada frente a processos que lhes escapam. Diante dessas situações, nossas ações na Vila Nova Esperança buscaram a não expropriação truculenta dos moradores, embora o contexto em que a mesma está imersa implica em inúmeras dificuldades nessa direção. O fato é que buscamos construir um conhecimento que indique os fundamentos destas relações a que estão sujeitos, apresentando momentos da nossa vivência com os moradores e seu movimento político. Pairam nesta questão algumas dificuldades desta pesquisa, que consistem em construir a Vila Nova Esperança enquanto um objeto passível de apresentar a universalidade das categorias as quais reporta esta forma de sociabilidade, em que pesem as ações que porventura se puseram ao pesquisador como um caráter contingencial diante da situação dos moradores.

¹¹⁷ Este espraiamento das ações Estado ocorre, segundo os autores, tanto em ações mais gerais, em relação à expansão de serviços de educação e de saúde, como através de programas mais específicos voltados, sobretudo, à urbanização de favelas. (TORRES e MARQUES, 2001).

aqui refutado de uma sociedade cujo embate essencial se situa no plano do Estado e da luta política em seu interior. Além disso, há que se por o acento nos processos em curso da (re)produção do espaço urbano, nos quais o movimento de urbanização se faz em consonância com o mercado imobiliário em direção às periferias. Sob o aspecto fenomênico assumido pelo urbano, mistificado a partir de índices, não é possível descortinar as determinações que incidem sobre a reprodução das periferias urbanas na metrópole de São Paulo. Sendo assim, a partir de considerações quantitativas sobre o padrão urbano nas periferias, é possível tão somente alcançar a apreciação de espaços em que o contexto de vida da população se aproxima à pauperização, sendo as médias sociais, ampliadas em muitos quesitos nas últimas décadas, meios que omitem os condicionamentos objetivos e as subjetividades possíveis a partir dos indivíduos inseridos nestes lugares da metrópole. A partir de tais ponderações, Torres e Marque (2011) mencionam espaços que conformariam *hiperperiferias*, os quais estariam localizados entre as periferias cada vez mais “integradas em termos urbanos” e apresentariam agravantes em relação a riscos ambientais¹¹⁸. (Ver Torres e Marques, 2001, pg.50-52). Não nos surge como pertinente, diante da interpretação que procuramos erigir, descrever a Vila Nova Esperança no contexto de hiperperiferias.

Muito embora TORRES e MARQUES revelem em alguma medida os problemas envolvidos na compreensão da relação centro-periferia¹¹⁹, a abordagem dos autores está posta na ausência ou na aquisição de serviços urbanos e coletivos de certos espaços da metrópole, perspectiva que se mostra distinta daquela que

¹¹⁸ Na concepção dos autores, enquanto “a maior parte da população das atuais periferias está mais integrada (...) os grupos sociais habitantes das hiperperiferias aparentemente passaram da ‘dependência à irrelevância’” (TORRES&MARQUES, 2001:65). Esta pesquisa não procura seguir esta premissa que sugere a integração de uma parcela da população concomitante à não-integração de uma outra parcela, ou até mesmo uma ‘integração frágil’, como inferem TORRES e MARQUES. Na realidade, aquilo que os autores designam como integração/não-integração são aqui compreendidas como as formas de ser de uma inserção no mundo do trabalho (e no urbano?) e expressam as formas críticas pelas quais os indivíduos estão determinados frente à atual reprodução social crítica na periferia do capitalismo.

¹¹⁹ Referimos-nos aqui ao argumento que Pinho (2010) busca construir devido à determinação da crise da reprodução social e seu desdobramento em relação à metrópole de modo a destituir a relação centro-periferia consubstanciada na interpretação das periferias superexploradas e apartadas da própria cidade. Nas palavras do autor, “o processo que procura pensar que os espaços periféricos estariam em todos os lugares, afirmando a explosão do centro através das policentralidade pela metrópole, na verdade vem revelar o processo mais amplo de perda de potência de um pensamento que afirma a relação centro-periferia na metrópole”. (PINHO, 2010:113).

baliza nossa análise. Isso porque tanto as melhorias urbanas ressaltadas pelos autores em relação às periferias, bem como a pauperização de inúmeros indivíduos nas intituladas *hiperperiferias*, devem ser, segundo o raciocínio que nos fundamenta, concebidos diante das determinações inerentes à reprodução capitalista¹²⁰; na realidade, é imprescindível compreender as formas fenomênicas do processo social, pois, assim como a urbanização das periferias surge como uma tentativa de mistificar a crise do trabalho e se efetiva tão somente em razão de ser desta – a exemplo das melhorias de serviços coletivos apontadas pelos autores –, a reprodução da pobreza nestas, nas suas múltiplas estratégias para inserção no mundo do consumo, é também uma das formas de manifestação da crise que necessita ser apreendida como determinante do processo social. Este é o nexo ao qual nossa exposição não deve perder de vista.

Discorrer, portanto, sobre as periferias urbanas na atualidade remonta necessariamente às demandas monetárias colocadas à reprodução desta parcela social no âmago desta modernização periférica. Essas exigências, para além de qualquer vontade ou consciência, compõem as determinações objetivas que a reprodução do capital insere aos moradores em questão, que são compreendidos nesta dissertação como *sujeitos monetários sem dinheiro*. As páginas seguintes trarão situações que demarcam formas possíveis de auferir dinheiro frente às imposições da reprodução social e seus desdobramentos. Além disso, as formas de consciências que se derivam da busca por dinheiro, inclusive diante de sua escassez, serão compreendidas como a reiteração do princípio desta sociedade no interior da abstração valor neste contexto específico.

A realidade trazida pela Vila Nova Esperança se constitui de intrincadas relações que não seriam jamais cabíveis de inserir em sua totalidade nessa dissertação. A propósito, isto não compõe o nosso objetivo aqui. O esforço centra-

¹²⁰ Em MARQUES E TORRES (2000), a descrição do que viria a constituir as periferias das periferias, ou hiperperiferias, reporta-se ao que os autores chamam de riscos sociais, residenciais e ambientais, riscos estes derivados de um contexto de pobreza sem a perspectiva de ascensão social. De acordo com os autores em questão, estas condições “talvez ainda mais graves que as descritas nas ‘periferias da espoliação urbana’ são cercadas por condições médias relativamente elevadas para os padrões periféricos tradicionais, indicando um padrão de segregação mais complexo, mais difícil de conceituar e medir, mas nem, por isso menos injusto”. Cabe-nos reter aqui a importante consideração a respeito de que se trata de uma ruptura com as chamadas ‘periferias da espoliação’ pois elas corresponderiam a outro momento. No entanto, torna-se crucial buscar as mediações que determinam a constituição destes espaços da metrópole e o sentido posto na reprodução da vida dos indivíduos aos quais eles se reportam para além de uma forma de ser supostamente injusta.

se, pois, em alcançar alguns dos elementos desta realidade a nós apresentada de modo a enriquecer a compreensão dos termos em que se situa a reprodução periférica da metrópole a partir de processos sócio-espaciais de São Paulo, que correspondem a particularidades em que a reprodução social crítica se estabelece na contemporaneidade. Para tanto, partir das contradições apontadas no âmbito da reprodução da vida e do movimento político de seus moradores atendo-se às condições objetivas da reprodução da consciência neste processo surge como a possibilidade de iniciar uma discussão em direção a tal propósito.

Capítulo 4

“A natureza fornece um álibi àqueles que querem fugir das contradições ou dissimulá-las.”

Henry Lefebvre

“A natureza é uma categoria social. Em outras palavras, aquilo que, num determinado estágio do desenvolvimento social, é considerado natureza, o modo como é constituída a relação dessa natureza com o homem e a forma sob a qual ocorre o confronto deste com aquela, ou seja, o que a natureza deve significar quanto à sua forma e ao seu conteúdo, à sua extensão e à sua objetividade, é sempre condicionado socialmente.”

Georg Lukács

4. Periferias urbanas e crise do trabalho. Reprodução crítica da força de trabalho a partir da Vila Nova Esperança

A leitura atrelada à dimensão da luta de classes presente na obra de Marx não se põe enquanto uma crítica efetiva à sociabilidade constituída sob a abstração valor. Portanto, o intuito desta exposição, até aqui, revela-se na medida em que se reconhecem os limites desta forma social como sendo postos pelo próprio capital. Nesses termos, a reflexão de ALFREDO (2010) revela-se fundamental, pois ela admite que

o problema de uma consciência crítica leva necessariamente ao reconhecimento de que a lógica categorial do capital define uma relação necessária cuja efetividade é a negação de sua condição categorial, sendo a crise do trabalho a forma mais expressiva desta razão irracional. (2010:10)

Portanto, uma vez não superado aquilo que fundamenta esta sociedade, não há devir possível de se estabelecer que não seja posto pela crise objetiva do capital¹²¹ que procuramos desvelar. Por isso, “a busca de uma forma posterior de sociabilidade não se configura como crítica, visto que evita o conhecimento da forma pela qual a contradição e a negatividade do capital para com ele mesmo se expressa, inclusive não revelando a sua crise imanente.” (ALFREDO, 2010:10).

Assim, não é possível compreender a periferia de São Paulo sem observar as contradições que a produziram e a reproduzem diante de uma expansão do capital que não se fez tão somente reproduzindo a si ampliadamente. A contradição movente desta realidade se revela, pois, na medida em que o desdobramento do capital faz da ampliação da sua capacidade de explorar trabalho coincidir com a impossibilidade desta mesma exploração. É no cerne desta contradição, expressa a partir do desenvolvimento das forças produtivas impelido à ampliação da extração

¹²¹ Por essa razão, não se trata do “pessimismo catastrofista”, definição dada à teoria da crise de Robert KURZ por Luiz Bresser PEREIRA. As concepções de KURZ se construiriam, na leitura de PEREIRA, a partir de abstrações a-históricas. Tal destituição da validade da potência da abstração-valor se justifica para Pereira afirmar que o socialismo apenas poderá se estabelecer “desde que crescimento da produtividade continue a ocorrer e a importância estratégica do trabalho qualificado e do desenvolvimento tecnológico continue a aumentar em relação à importância do capital, do trabalho morto.” (2010)

da taxa de mais-valia e que, simultaneamente, reduz a massa de mais valia capaz de se por à reprodução ampliada, que a crise do trabalho deve ser analisada.

Traçamos uma interpretação, com os argumentos expostos nesta dissertação, de que o salto industrial vivenciado por São Paulo, a partir dos anos 50, se efetivou deixando em evidência a constituição de uma periferia que não é tão somente aquela da superexploração da mão-de-obra. As implicações disso iriam, segundo o argumento aqui exposto, para além da constatação da existência de um exército industrial de reserva - não são referenciados aqui aqueles que pressionam para baixo os salários daqueles empregados, pois se tratam dos indivíduos que, em um numero expressivo, mobilizados enquanto força-de-trabalho, não se inseriram no mundo de trabalho para pôr em movimento a reprodução ampliada enquanto vendedores de sua força de trabalho. O horizonte desses indivíduos se constituiu, em grande medida, a prestação de serviços, muitas vezes na própria comunidade em que residem, além da venda de artigos de ínfima quantia monetária, o que revela um processo de modernização cuja mobilidade do trabalho não se fez para inserir uma parcela da força de trabalho produtivamente, no sentido da exploração efetiva de mais-valia. Com isso, queremos pontuar que a chamada condição informal advinda desta situação seria apenas uma das formas pelas quais as determinações deste processo se expressam. Assim, é preciso reconhecê-la, a suposta informalidade, nas suas formas de inserção econômica possíveis para abarcar alguma quantia de dinheiro; trata-se de apontar que as estratégias de sobrevivência são permeadas pela forma-mercadoria e só se efetivam na medida em que possuem a forma de consciência a ela inerente, o que destitui a noção de informalidade como pertinente.

Sob este contexto, buscamos tecer algumas considerações acerca das relações envoltas à (re)produção da periferia paulistana e seu sentido diante da reposição dos termos contraditórios desta sociedade. Para tanto, elementos que nos auxiliam a caminhar nesta exposição são trazidos pela aproximação com a realidade dos moradores da Vila Nova Esperança. Será a partir desta que teceremos considerações de modo a contribuir na direção da compreensão do conteúdo ao qual se refere a reprodução da força de trabalho e da reprodução periférica da metrópole.

4.1 As formas de ser do trabalho: uma aproximação com a Vila Nova Esperança

Passadas mais de três décadas desde o início do debate a respeito da espoliação urbana, a Vila Nova Esperança, no tocante a sua morfologia, se apresenta como a reiteração das periferias que serviam ao debate envolto às precárias condições do morador e trabalhador na metrópole. Encravada em um terreno íngreme, com ruas tortuosas e com asfalto improvisado, conforma-se nos limites dos municípios de São Paulo e Taboão da Serra. O número total de moradores é impreciso, no entanto, consta-se que corresponde a cerca de 500 famílias¹²². Há o atendimento por uma linha de ônibus duas vezes ao dia: às 7 e às 17 horas. Isso significa a quase sempre necessidade de caminhar cerca de um quilômetro e meio para se chegar ao ponto de ônibus mais próximo, no Jardim João XXIII. A instalação de equipamentos urbanos, como lombadas e o próprio ponto de ônibus, surgiram da iniciativa dos moradores. Serviços de creches, escolas e postos de saúde são sanados apenas fora das suas mediações. O fornecimento formal de água data de 2004, embora não tenha acompanhado a coleta de esgoto. Energia elétrica se apresenta com um problema cotidiano, pois seu provimento se dá através de gatos que percorrem, ao menos, cerca de um quilômetro de distância. Em relação ao lixo, devido às condições do arruamento, sua coleta não é realizada pelo caminhão, ficando à disposição dos moradores três caçambas insuficientes para o total de famílias; por essa razão, as mesmas estão sempre transbordando. Em relação às casas nela presentes, verificamos autoconstruções, desde as moradias elaboradas com madeira e materiais reutilizados diversos, àquelas levantadas com tijolos e concretos¹²³.

¹²² Trata-se de um número que certamente se aproxima com a realidade. A dificuldade de precisar este número se deve ao fato do total de famílias se alterar com certa constância e não haver a possibilidade deste controle. Segundo a líder da Associação dos moradores, há famílias que acabam entrando na Vila sem o seu conhecimento, através de artifícios diversos, como a construção nos limites da área ou a divisão de lotes já existentes, exemplos dos mais comuns.

¹²³ Estas diferenças revelam níveis distintos no interior da reprodução desta força de trabalho na metrópole. No geral, o tempo em que residem no local auxilia na ampliação de suas casas; quanto maior o tempo, mais dinheiro dos familiares destinado à casa. Para contribuir na ampliação da residência, o aumento dos números dos familiares, desde o casamento de filhos à chegada de parentes de outros estados, aparece como uma necessidade.

Foto 1 – Lombada construída pelos moradores na Av.Eng. Eiras Garcia para forçar a redução da velocidade dos veículos que trefegam pela via. Autor: Fernando Messias, fev/2011.

Foto 2 – Ponto de ônibus da Vila Nova Esperança construído pelos próprios moradores, exemplo das estruturas que advém de ações da Associação de Moradores. Autor: Fernando Messias, fev/ 2011.

Imagem 1 – Delimitação da Vila Nova Esperança. Fonte: Google Earth.

As feições que descrevemos da Vila Nova Esperança, constituída por volta da década de 70, segundo o relato de seus representantes¹²⁴, é um momento de apresentação que deve ser superado na busca de compreender as determinações desta realidade apresentada. Assim, a superação desta apresentação se faz na medida em que se revelam as mediações do estabelecimento desta realidade específica, em suas múltiplas faces e processos. Residem neste ponto inúmeras dificuldades na medida em que os aspectos formais tendem a velar suas reais determinações. A situação de ilegalidade e os conflitos que emanam da Comunidade tendem a inserir dificuldades amplas em relação ao reconhecimento dos processos fundamentais em relação ao seu estabelecimento. Todavia, nosso esforço está aqui exposto, mesmo que não tenha sido suficiente para trazer à tona todas as dimensões que a formação da Vila e os percursos de seus moradores envolvem. Fizemos de nossa atuação junto ao movimento dos moradores um momento de reflexão constante, que não se renunciou à aproximação

¹²⁴ A questão do momento da formação desta comunidade constitui um problema. No entanto traremos nas páginas seguintes algumas questões que nos permitem tecer algumas considerações a respeito dos dados imprecisos que nos surgiram.

com as condições as quais esses indivíduos estão submetidos na metrópole de São Paulo. Pelo contrário, conforme explicitamos nas páginas anteriores, nossa aproximação buscou lançar luz sobre o sentido e o conteúdo da reprodução social a partir dos elementos que a Vila Nova Esperança nos trouxe, atentando para não autonomizar suas particularidades, mesmo que assim elas a nós apareçam.

Foto 3 – Perspectiva da Vila Nova Esperança pelo único acesso, a Av.Eng. Eiras Garcia. Observa-se um emaranhado de fios referentes aos gatos dos moradores, bem como um acesso em aclive para as casas situadas em terreno mais elevado. O estabelecimento ao lado esquerdo dos degraus corresponde à borracharia do “Catatau”, que na realidade presta serviços os mais diversos em relação à manutenção de carros. Autor: Fernando Messias, Abril/2011.

A comunidade em questão compõe-se de elementos referentes às formas de ser da crise que acompanham a modernização periférica e a expansão da urbanização de São Paulo, a maior metrópole do país. Alguns deles serão trazidos para a discussão pretendida. Neste momento, trata-se de reconhecer as estratégias de sobrevivência das quais uma parcela significava parte para inserção no mundo do trabalho. Pôde-se constatar através desta pesquisa que as atividades remuneradas surgem em grande medida enquanto comércios e prestações de serviços gerais, sobretudo na construção civil e em casas de famílias, bem como aqueles atrelados a empresas terceirizadas de portaria e de segurança. A maioria

dos entrevistados é nordestina, cuja vinda a São Paulo ocorreu, sobretudo, na década de 1980.

O comércio local aparece como a forma de alguns dos moradores terem acesso ao dinheiro, e mostra que, frente à crise do trabalho, estes indivíduos foram constantemente recriando formas de sobrevivência cujo norte sempre foi a retenção de alguma parcela da riqueza na sua forma monetária. O exemplo de Vitória, moradora da Comunidade desde 1996, aponta esta questão. Chegando a São Paulo, em 1993, passou a trabalhar num comércio de material escolar. Quando se viu desempregada após 2 anos e, conseqüentemente, endividada, só lhe restava, segundo suas palavras, utilizar o seu conhecimento acerca da produção de artesanato adquirido quando vivia no estado da Bahia, pois já estava a um tempo significativo à procura de emprego. A partir do momento em que seu “negócio foi para frente”, de acordo com seu relato, Vitória recebeu convites para trabalhar diretamente em alguns estabelecimentos, mas recusou todos, pois via no “trabalho por conta” inúmeras vantagens comparadas ao “trabalho registrado”, pois este remete à incerteza de estar empregado ou não no dia seguinte, enquanto que com aquele era possível vender seus produtos, em momentos de grande procura, a vários estabelecimentos, bem como lhe oferecia o conforto de trabalhar em casa. Quando quitou suas dívidas, passou a investir na estrutura de sua casa, ampliando-a verticalmente, e fez da parte inferior da residência uma mercearia na qual seu esposo, desempregado desde muito tempo, passou a destinar dedicação integral a uma nova possibilidade de ampliar a renda familiar.

É importante observar no relato oferecido por Vitória que as formas de reposição desta sociedade estabelecem, mesmo na sua crise, a afirmação do trabalho sob diversos aspectos. A maneira pela qual Vitória concebe o trabalho sintetiza em grande medida aqueles que incorporam o trabalho nas suas formas que são inerentes neste momento; por isso, o suposto ato empreendedor, o trabalho para si, surge como a possibilidade de inserção no mundo que nada mais é que sua reprodução crítica. São sobre estes limites que o empreendedorismo desponta como uma aparente solução à crise do trabalho.

Desde 1982, quando veio para São Paulo, Maria do Amparo, que trabalhou duas vezes em empresas de confecção de roupas, denota um dos

caminhos possíveis a essa parcela social. Após a sua demissão entre 1987 e 1988 dessas empresas, não conseguiu mais se inserir no mercado de trabalho a não ser no serviço doméstico. Atualmente trabalha sábados e domingos como acompanhante de uma senhora que reside em Moema e tem procurado outras casas de famílias para trabalhar durante os dias úteis. O exemplo de Maria do Amparo é reiterado por inúmeras mulheres que encontram mecanismos para adquirir dinheiro através do serviço doméstico em outras famílias, sendo os serviços como diaristas uma das faces mais predominantes, e também flexíveis, desta prestação de serviço na atualidade.

Rosana, moradora do bairro desde a década de 90, sempre buscou meios para auxiliar na renda familiar a partir da própria casa, pois o que seu marido adquire como auxiliar de serviços gerais não é suficiente para a reprodução familiar. Antes conhecida como a quitandeira local, passou de um momento para outro a ser a cabeleireira, para o espanto inclusive da líder comunitária que nos acompanhava na apresentação da Comunidade e não tinha ciência desta mudança. “Frutas e verduras estragam muito rápido e tem muito prejuízo”, alega a senhora sobre a mudança repentina de sua ocupação. Todavia, como ela própria relatou, as dificuldades com a venda de produtos perecíveis saíram de cena para dar lugar às constantes faltas de luz que afligem a comunidade, pois os “gatos”, única forma de dispô-la de energia elétrica, não garantem energia elétrica de forma ininterrupta, o que culmina, muitas vezes, na suspensão da prestação dos seus serviços¹²⁵.

Todas essas formas de ser da chamada informalidade – as quais, insistimos, são manifestações da universalidade da forma-mercadoria – correspondem a uma maneira de incorporar quantias monetárias dirigidas à reprodução familiar. Na crise do trabalho, portanto, são as possibilidades da entrada destes indivíduos no mundo do consumo, que correspondem à forma pela qual a reprodução social se repõe nos termos atuais. Estas ocupações ocasionais não podem ser restringidas apenas à Comunidade aqui apresentada, pois, diante da diversidade pela qual a força de trabalho se repõe em uma metrópole como São Paulo, revelam a condição reiterada de indivíduos inseridos numa sociabilidade posta à circulação da riqueza abstrata, cuja determinação da sua forma-monetária

¹²⁵ A questão dos gatos compõe a última seção deste capítulo.

nos aparece como elemento fundamental nos dias atuais. Portanto, o imprevisto nestas condições apresenta-se como a forma possível de inserção econômica que, não raro se redefine subitamente na generalização da crise do trabalho.

Tendo em vista a circulação do capital e a sua predominância sob a forma-monetária, reconhecemos que resta a estes indivíduos, que já não possuiriam valor de troca nesta sociabilidade, captar dinheiro através de subterfúgios próprios, fato que na realidade possui a sua determinação na crítica reprodução capitalista contemporânea, para além de qualquer posição política. Por esta razão, verificamos que a crise da valorização do valor se expressa inclusive com a busca cotidiana, ocasional e constantemente recriada para obtenção de dinheiro. Além disso, o próprio movimento crítico do capital sugere constantes readequações no âmbito da própria reprodução da condição de *sujeitos monetários sem dinheiro*.

TELLES expõe inúmeras atividades que seguem o exemplo aqui citado. Sua análise compreende estas inúmeras atividades sob o escopo de *ilegalismos urbanos*, circunscritas aos “expedientes de que lança mão”, a força de trabalho, “para lidar com as urgências da vida” (2009:155). A pesquisa da autora revela com grande acuidade tantos outros meios para estes indivíduos adquirirem dinheiro¹²⁶. Inclusive, tais atividades devem ser vistas na medida em que a reprodução do capital se dá mobilizando “os pobres como consumidores, como clientes e também como passadores, fora das regras oficiais e ao largo das convenções comerciais” (TELLES, 2009:160).

Nossa leitura, todavia, parte de outro prisma em relação ao sentido dos “expedientes de sobrevivência” relatados pela autora. Enquanto que, para TELLES (2009), as atividades informais se repõem enquanto reprodução ampliada, a qual redefiniria o dito “setor informal” para repor a si, o argumento exposto aqui nos permite concebê-las como expressões da negatividade da relação-capital. Portanto, a recriação, por parte deste indivíduos, de múltiplas formas para se repor no mundo do consumo, diante de amplas *circunstâncias da vida*, podem e devem ser vistas a

¹²⁶ Ressalte-se a participação no tráfico de substâncias ilícitas e em grupos vendedores de DVDs piratas. Nossa pesquisa alcançou poucas atividades tidas como ilícitas, pois o termo “bico” aparecia de modo a obscurecer esta questão. No entanto, já chegamos a detectar essas questões em alguns relatos, os quais os entrevistados nos furtavam de saber mais detalhes sobre seus “bicos”.

partir “da fronteira de expansão do capital” (TELLES, 2009:161), com a ressalva de que elas apontam uma crise imanente desta sociabilidade por ele determinada.

Ainda sobre a perspectiva da autora, os circuitos informais da economia são considerados como um dado imanente à reprodução do capital em sua escala ampliada. Isto por conta dos fluxos intensos de mercadorias que demandam redes de comércio cada vez mais globais e circuitos econômicos de escalas diversas e, por conseguinte, a necessária mobilização de força de trabalho. No entanto, retornamos a afirmar que a valorização do capital não se confunde com a produção de mercadorias levada ao limite com o nível alcançado pelas forças produtivas no último quartel do século XX. Trata-se de observar os termos da contradição capital-trabalho diante do desenvolvimento das forças produtivas deflagrado pela determinação crítica da reprodução capitalista. É este o ponto que permite ALFREDO afirmar que

Com os investimentos postos no desenvolvimento das forças produtivas, a contradição entre *capital fixo* e *circulante* (fluido) desencadeia a necessidade de a sociedade como um todo se pôr como excessivamente consumidora, pois, a redução relativa da massa de mais valia produzida carece passar o valor do capital fixo num volume cada vez maior de produção de mercadorias, forma única, mas impossível, de o capital valorizar o valor posto como máquina e bens de produção (capital fixo). Desta maneira, quanto maior a proporção de capital fixo na sociedade da *Grande Indústria*, tanto maior a necessidade de matérias primas (capital fluido) para passar este valor do fixo nas mercadorias que lhe retornarão o valor investido. Diante desta exacerbação quantitativa, a sociedade capitalista deixa de se determinar pela produção para se produzir pelo consumo. (ALFREDO, 2010:15)

Isto nos chama atenção para o sentido posto pelo capital ao desenvolvimento das forças produtivas. Reconhecendo que este movimento assume-se enquanto aumento da composição orgânica do capital, “produtividade e improdutividade do capital se fazem como formas contraditórias e simultâneas de sua própria identidade.” (ALFREDO, 2010:13) Assim, não seria possível compreender as forças produtivas levadas ao limite a partir do fim do século XX como formas de ser da reposição ampliada do capital, pois como ressalta ALFREDO (2010:13), “tão mais produtivo é o capital, quanto menos capaz é de produzir valor. Se o seu sentido, isto é, estar em seu conceito, é desenvolver as forças produtivas,

a improdutividade é a forma de ser da sua condição produtiva.” (ALFREDO, 2010:13).

Por essa razão, a crise do trabalho aqui exposta apenas de forma fetichista pode se expressar como crise política do trabalho, na qual a crise deste encontraria sua razão de ser nas concessões políticas do trabalho ao capital no fim do século XX. Sendo assim, reconhecemos que uma leitura crítica deste momento não se torna possível deslocando a contradição fundamental desta sociedade para o âmbito do fundo público, como analisa importante parcela da literatura das ciências humanas. Por essa razão, as formas em que tal literatura pôde se estabelecer foram tão somente afirmando o capital em sua aparência no bojo do *Estado do Bem Estar Social* presente nos países centrais durante o pós 2ª Guerra Mundial até a década de 1980. Admitimos uma oposição ao argumento desta leitura, até mesmo porque os pressupostos do *Estado de Bem Estar Social* se diluem diante da exacerbação da crise que ele se pôs a velar¹²⁷.

A Vila Nova Esperança apresenta-nos os limites do processo intitulado de desmercantilização da força de trabalho, pois que, longe de compor uma necessária agenda de reivindicação política, tal processo deve ser lido criticamente no sentido de que não pode ser levado a cabo devido aos limites próprios à sociedade capitalista. Isto porque as condições às quais se encontram seus moradores, que denotam inúmeros elementos presentes nas ditas periferias da superexploração do trabalho e que seguem sendo reiterados – autoconstruções, ausência de saneamento básico, falta de bens de consumo coletivos etc –, revelam uma urbanização que se faz negando aquilo que ela própria se põe enquanto horizonte.

¹²⁷ O argumento de Souza (1999), alega que “uma das consequências funcionais do *welfare state* é a de socializar as responsabilidades pela reprodução da força de trabalho, tornando públicas relações antes limitadas à esfera privada e fazendo com que alocações de recursos antes decididas por critérios de mercado sejam determinadas politicamente”. Por essa razão, a transposição desta mediação política nos países periféricos na leitura do autor, atrelada ao dualismo social, ocorre de forma limitada. Nas suas palavras, “devido à dualidade no desenvolvimento, um *welfare state* limitado à elite, em vez de generalizar benefícios, drena recursos potenciais para a redistribuição e aumenta a desigualdade e a segmentação da sociedade, trazendo uma série de implicações políticas desfavoráveis, dentre elas uma resistência à constituição de um ‘compromisso’ entre capital e trabalho que está na base do *welfare state* de muitos países desenvolvidos.” (SOUZA, 1999:14). Souza discorre a respeito de *welfare state* à elite e acaba distorcendo, dessa forma, o sentido deste, pois, nas sociedades em que se estabeleceu, ele refere-se à generalização das condições sociais a maioria da população. Em que pesem nuances importantes nas leituras apresentadas a esse respeito nesta dissertação, o fato é que elas, de alguma forma, perpassam ou têm como horizonte da ação política a conciliação entre capital e trabalho, conciliação esta mistificadora do movimento da reprodução social capitalista e da modernização periférica.

Tratam-se dos termos da *urbanização crítica* de que trata Damiani (2006, 2008). Esta premissa, portanto, centra-se no fato do urbano não compor um mero lócus, mas se constituir como uma forma da própria expansão do capital, cujo desdobramento incide em inúmeros aspectos na reprodução da força de trabalho. Nessa direção, consideramos crítica a reprodução da força de trabalho por conta dos processos que a inserem negativamente no mundo do trabalho e, simultaneamente, sujeitam-na às formas em que se assume a reiteração do sentido da metrópole, do qual queremos chamar atenção para a redefinição de suas centralidades, resultando, na maioria das vezes, em pressões para retirada de favelas. Tal elemento se faz presente no atual contexto dos moradores da Vila Nova Esperança e insere, como se verá na próxima seção, o temor em relação à remoção de suas casas.

Apesar das condições atuais para a reprodução de vida dos moradores serem precárias e se situarem no limite em relação à saída forçada, a maioria não pretende abrir mão da Vila, exatamente por saberem das dificuldades de se estabelecerem nas proximidades¹²⁸. As ameaças judiciais, que serão tratadas na seção posterior, exacerbam esse processo em que as possibilidades de moradia, para esses indivíduos, segundo a lógica em que se assenta a reprodução da metrópole, se mostram tendencialmente para além do perímetro das mediações de onde estão estabelecidos, nas proximidades com o Rodo Anel Metropolitano Mário Covas. Essa é uma das razões das falas dos moradores quase sempre colocarem a preferência pela permanência no local diante das ameaças.

Dona Luiza, aposentada e com 70 anos, moradora da Vila Nova Esperança há cerca de 7 anos, mostra-nos algumas das razões que lhe faz querer permanecer. Ao apontar as melhores condições de vida na Vila Nova Esperança, tendo como parâmetro suas outras moradias em Osasco e no Rio Pequeno, a situação de sua família revela a que termos chegam as possibilidades de reprodução da vida na metrópole de São Paulo. Com inúmeros membros da família morando na Vila, Dona Luiza fora obrigada a construir seu barraco onde era possível: abaixo de uma encosta íngreme, cujo espaço lhe permitiu levantar 2

¹²⁸ Houve, no entanto, um número de cerca de 50 famílias que aceitaram o financiamento dos apartamentos da CDHU em Cotia. No entanto, há relatos de famílias que já se desfizeram do acordo, seja por não pagamento, seja pela transferência de sua unidade. Estas questões serão apontadas posteriormente.

cômodos com menos de 2 metros quadrados cada. Em um deles encontra-se sua cama, em outro os produtos que vende para os moradores da Vila, dentre eles bebidas, doces e tapiocas, sendo a comercialização desta última a forma em que “se virou” nos muitos momentos desde a sua chegada a São Paulo na década de 1960.

Nesse ponto, Dona Luíza expõe a séria doença de seu marido. Trata-se de um câncer facial, o que causa muito sofrimento a todos e impõe a necessidade de dinheiro para custear parte dos medicamentos. Somam-se ainda as demandas dos empréstimos bancários que foram realizados no início do tratamento. Por essa razão, ela destaca a impossibilidade de arcar com as despesas dos financiamentos que a CDHU destinou como opção aos moradores.

O exemplo de Dona Luiza, que nos mostra as péssimas condições do habitar na metrópole de São Paulo, além de revelar subterfúgios de reter dinheiro no interior da própria Vila, evidencia um movimento de alternância da moradia desta força de trabalho. O deslocamento que realizou do Rio Pequeno para Osasco e, em seguida, para a Vila Nova Esperança, mostra que em alguma medida as condições de moradia não estão mais vinculadas à exploração do trabalho, mas a uma sobrevivência que carece do dinheiro como mediação e não como circulação, seja dos moradores, seja do processo social como um todo. Logo, o argumento que buscamos construir leva a compreender estes processos na constante mobilidade desta população que se situa em grande nível de pauperismo na metrópole, o que não se esgota com seu estabelecimento na Comunidade, haja vista as ameaças de despejo a que estão submetidos seus moradores.

Dessa forma, queremos chamar atenção para o fato da ocupação da área que hoje corresponde à Vila Nova Esperança se conformar nessa busca constante do morar na metrópole, no momento em que a superexploração do trabalho não se constitui como a forma pela qual os moradores se repõem nesta sociedade. A família de Vitalmira dos Reis exemplifica esta questão. Hoje com 52 anos, Vitalmira sempre executou serviços domésticos em casas de famílias, enquanto que seu marido trabalhou até quando pode na construção civil, pois hoje se encontra seriamente debilitado. Hoje doentes, vivem com serviços esporádicos que lhes surgem e que não exijam deles grande esforço físico. Suas palavras em relação ao embate que ocorre na Vila Nova Esperança alcançam inúmeras questões:

“Eles não acham que os pobres merecem morar do lado da mata. Pra eles isso é milhões. Eu sei que isso vale milhões. Se fosse numa baixada ou não tivesse a mata, eles não ia tirar agente. Aqui você não vê água empoçada”.

Foto 4 – Perspectiva da Rua Paraíso. No primeiro plano, à direita, encontra-se o estabelecimento de Dona Luíza, situado ao lado de uma encosta íngreme, de modo que sua construção não segue o alinhamento das demais construções. Sob esta perspectiva da rua observa-se tanto casas de alvenaria, como de madeiras, sobretudo na calçada à esquerda. Outubro/2011

Há 14 anos na Vila Nova Esperança, dona Vitalmira relata que a casa que construíram é a única possibilidade de terem a mínima tranquilidade na vida com as doenças que acompanham tanto ela quanto seu marido. Dessa forma, seus relatos foram sempre carregados de choro e enfatizam grande esforço para levantar todos os cômodos da casa após a saída do aluguel nas mediações do bairro João XXIII. Saiu da Bahia para buscar melhores condições de vida, pois não havia emprego em seu município de origem e tampouco eram suficientes as colheitas que seu pequeno pedaço de terra lhe garantia. Por essa razão alega que “os baianos são sofridos sofreram lá e sofrem aqui. E agora querem tirar o que eu tenho!”. Todavia, a crença

religiosa aparece como a dimensão que lhe permitiu adquirir sua casa e aquela que vai consolidar a sua propriedade. Nas suas palavras, “o senhor me deu e agora ninguém me tira”, alegando que reza todos os dias e afirma que “ele”, o senhor, “não vai deixar que tirem o que construiu.” A religião evangélica da qual partilha dona Vitalmira aparece com força na Comunidade como uma forma avassaladora de sacralizar os termos da crise a que estão sujeitados. Ainda, sua fala apreende em alguma medida o sentido que discutiremos em páginas seguintes acerca das ameaças judiciais: a situação geográfica da Vila Nova Esperança na escala da metrópole de São Paulo.

A situação de Julia também é emblemática neste sentido. Há 20 anos em São Paulo, estabeleceu-se nas proximidades do bairro João XXIII em “casa de aluguel”. Adquiriu o lote na Vila Nova Esperança há 15 anos, pois era a única possibilidade de se livrar do aluguel nas proximidades, dados os preços altos. Ela ainda diz que, “*se 15 anos atrás não dava para comprar uma casa, hoje não dá nem se economizar toda a minha vida*”, referindo-se ao nível dos preços que atingiram os imóveis. Encontra-se hoje desempregada, situação que aproveita para tomar conta dos filhos pequenos. No decorrer de 2011 procurou montar uma barraca de frutas e verduras, mas abandonou este empreendimento pela única distribuidora de gás local. Mesmo diante da ausência de emprego formal e da impossibilidade de provar renda, alega que os funcionários da CDHU insistiram para que entrasse no programa de financiamento por eles oferecido.

As formas de inserção econômica, diversas e amplas a esta força de trabalho redundante no processo de reprodução do capital, compõem uma dimensão da crítica reprodução da forma de trabalho mobilizada negativamente pela modernização periférica. A sujeição ao processo econômico, todavia, incorpora inúmeros aspectos da vida dos moradores com os quais tivemos contato. Um delas revela-se nas exigências trazidas por um movimento de constituição de novas centralidades na metrópole, o que resulta, num primeiro momento, no impasse jurídico em torno da Vila Nova Esperança. Todavia, esse processo não se faz sem apontar as bases críticas pelas quais o movimento de reposição dos termos dessa sociedade se efetiva. Pretendemos traçar um percurso com o objetivo de verificar as brechas do cotidiano dos moradores que são invadidos pela lógica abstrata da

reprodução da sociedade capitalista. A seguir apresentaremos os problemas que emanam da ordem jurídica procurando oferecer uma interpretação para além de seu imediatismo, o que deve recorrer a tentativas de compreender a formação da Vila Nova Esperança.

4.2 A ilusão jurídica: os limites da lei na reprodução social capitalista.

“Num Estado moderno, o direito deve não somente corresponder à situação econômica geral e ser sua expressão, mas também ser uma expressão coerente em si mesma, que não se deixa abalar por contradições internas. E, para consegui-lo, reflete de maneira cada vez mais infiel as condições econômicas.”

Friedrich Engels

Em 2003, o Ministério Público de São Paulo moveu uma *Ação Civil Pública Ambiental* contra o Governo do Estado de São Paulo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU) e a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), com o objetivo de impedir as intervenções “antrópicas” na área de 1.545.355,40 metros quadrados, conhecida como “Fazenda Tizo”. Esta área, cujo título de propriedade é atualmente da CDHU, corresponde a uma área de proteção ambiental devido a disposições legais, e, como tal, não comportaria as alterações pretendidas pelos réus. À Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento seria destinada esta área como “objeto de direito de cessão de uso” e a mesma tinha o intuito de, conforme aponta a Ação, “implantar uma central integrada de abastecimento de São Paulo (CIASP) (...) podendo empreender, edificar, urbanizar, implantar, industrializar e comerciar” (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO, 2003: 3). Sendo assim, “com a implantação da CIASP, a CDHU compromete-se a transferir à CODASP o domínio do imóvel, a título oneroso.” (Ibidem, p. 3).

Essa ação contra as alterações da área foram fomentadas por comunidades vizinhas e levadas a cabo por Promotores do Meio Ambiente. Teve, ainda, as implicações contra ocupações, ou se preferir, invasões de moradores

“sem-terra”, como consta no documento, num fragmento dessa área em janeiro de 2002, como o próprio texto da Ação descreve. A partir destas “invasões” surgiu o suposto desdobramento para o meio ambiente se consolidar como uma das grandes motivações para a mobilização de parcela da população local preocupada em defender a natureza. Nesse ponto, o Poder Público agiu para garantir a manutenção do verde nessa área e, em dezembro de 2002, “houve a reintegração de posse da área invadida”. O representante da CDHU, ao noticiar o fato ao Ministério Público, alegou que “estava mantendo contatos para a recuperação dos danos ambientais decorrentes das invasões” (MPSP, 2003: 5). A Companhia comprometeu-se a realizar estudos para prever as medidas cabíveis com o objetivo de recuperar a área. Isso resultou em projeto de recuperação apresentado ao Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN).

Imagem 2 – Áreas “degradadas” e área destinada à construção do CIASP até 2006. À esquerda da imagem, o Rodo Anel Mário Covas. Na parte inferior à esquerda, condomínios de alto padrão, cujo acesso se dá Rodovia Regis Bittencourt e à direita, a Vila Nova Esperança seguida de uma gleba que está sendo envolvida em uma transferência de propriedade da Caixa Beneficente da Polícia Militar para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado. À esquerda da imagem, o condomínio Jd. Amaralina e o Jd. João XXIII. Fonte: Google Earth

Ocorre que, conforme incita a Ação do Ministério Público, a CDHU não sanou as demandas necessárias para recuperar a área invadida. Aliás, seu estudo

estava incompleto, embora estivesse de acordo no reconhecimento dos “atributos” ambientais da área degradada. Havia a necessidade, segundo o relatório do DEPRN, do pagamento de pendências administrativas, bem como de contemplar a totalidade das áreas degradadas, uma vez que “o projeto apresentado (...) abrangeu apenas uma das áreas, não fazendo qualquer menção à outra área”. Sendo assim, o DEPRN menciona que o projeto apresentado pela CDHU “sequer foi aprovado, estando carente de propostas de soluções para as relevantes questões ambientais tratadas nos autos.” (MPSP, 2003: 7).

A Ação do MP contra o Governo do Estado, a CDHU e a CODASP foi movida diante desse impasse em relação à manutenção dessa área remanescente de Mata Atlântica. São expostos inúmeros argumentos a respeito da riqueza ambiental da área e da sua imprescindibilidade à população local e nacional¹²⁹ que justificaria a institucionalização de um parque urbano de conservação ambiental. Por essa razão, a supressão parcial da Mata Atlântica, afirma a ação, “só seria admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, nos casos de absoluta necessidade de execução de obras de utilidade pública, hipótese não vislumbrada no caso em questão.” (Pg.14-5).

O amparo em relação à conservação da área perpassa a legislação tanto federal quanto estadual e municipal¹³⁰, além de pressões internacionais¹³¹. A amplitude de caminhos legais que culminam na intocabilidade neste fragmento de Mata Atlântica resulta em um argumento superficial, porém potente em relação à mobilização social e representativo do momento presente da reprodução social. Devido às exigências legais, portanto,

“(...) o Estado de São Paulo não pode se omitir em defender o meio ambiente, ainda que sob a justificativa de edificar na área um entreposto comercial, pois no conflito entre direitos, quais sejam, o direito de implantar um estabelecimento comercial em extensa área

¹²⁹ Ressalte-se aqui as menções ao desmatamento frenético a que foi submetida a Mata Atlântica no processo de crescimento de São Paulo, bem como a consideração de que ela, a Mata Atlântica, corresponde a um Patrimônio Nacional segundo a Constituição Federal (artigo 225, parágrafo 4º) e uma área de preservação permanente, de acordo com o Código Florestal (artigo 2º, lei 4771/68) (MPSP, 2003: p, 14)

¹³⁰ Em relação à esfera municipal, cite-se a Lei 10365/87, o Decreto 30443/89 e as diretrizes contidas no Plano Diretor (arts 58, 59 e 60) (MPSP, 2003: pg 17).

¹³¹ Conforme a própria Ação descreve, a UNESCO proclamou a Mata Atlântica como um “Reserva da Biosfera”, cabendo às várias instâncias do poder protegê-la.

de vegetação de Mata Atlântica, e o direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado (art. 22, 'caput', da C.F.) que efetive o alcance da dignidade da pessoa humana – fundamento da República, de acordo com art. I, III da C.F. - prepondera-se este último, afinal a preservação dessa região traz maior número de benefícios a toda população, em razão dos seus abrangentes efeitos climáticos, medicinais, etc., (...) do que um eventual prejuízo pela não construção do entreposto comercial na região.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO, 2003: 15-6)

Todas as amarras legais por si mesmas para proteção da área, defende a Ação, não são suficientes para garantir sua preservação efetiva. Por essa razão, seu tombamento se torna um instrumento que viabiliza os fins contidos nas leis supracitadas na ação, muito embora – cita o texto da Ação – a legitimidade de tal operação está presente nas ações da própria sociedade:

o reconhecimento do valor cultural desse bem, que se opera como tombamento, não é privativo do Legislativo ou do executivo, sua importância cultural e social emerge da sociedade e não apenas da criação da autoridade, podendo ser, legitimamente, realizado pelo judiciário. (...) como é dever da comunidade colaborar na preservação e proteção do bem ambiental cultural, ao magistrado, membro da comunidade, também incube esse dever, possibilitando o tombamento com força de coisa julgada. (ibidem, p.19-20).

Para reforçar o argumento, estava em andamento na época da elaboração da referida Ação um projeto de Educação Ambiental com a área promovido pela Sociedade Amigos de bairro do Parque Ipê, o que deixaria patente a necessidade da proteção da área, segundo o Ministério Público. Estas questões contextualizam brevemente o início do impasse jurídico a que enfrentam os moradores da Vila Nova Esperança.

A comunidade em questão, mesmo não sendo citada e sem ser alvo do início do imbróglio jurídico derivado da Ação do Ministério Público, acaba sendo alvo de retirada da área que tangencia o parque. Em 2006 a CDHU procura os moradores com o argumento de que necessitava cadastrar todos os moradores para urbanizar a área. Todavia, logo em seguida se descortinam as reais motivações para aproximação: a retirada de todos os moradores por força da sentença do juiz da 8ª Vara, onde se situa o processo.

O fato é que os argumentos contidos na Ação Civil Pública não se indagam e não se referem à propriedade de tais lotes, mas sim a respeito das ditas

duas “invasões” que de fato ocorrem em 2002. Somente depois de 2010, após todos os desdobramentos, o Ministério Público passou a afirmar que tais terras comporiam o montante de lotes que estão sob propriedade da CDHU, haja vista os processos anteriores que incidiram sobre as mesmas até chegar às mãos da instituição estatal¹³². O argumento levantado pelo Promotor do meio ambiente inclui essas terras no interior do próprio Parque Urbano de Conservação Ambiental e de Lazer, o Parque TIZO (Terras Institucionais da Zona Oeste), criado em 2006¹³³.

Neste contexto, a partir de 2008 foram incisivas as ações informais de funcionários da Companhia estatal na direção de retirar os moradores. Cotidianamente eram reiterados avisos de que seria melhor aceitar a saída pacífica a acordar com o trator passando em cima de suas casas. Eram ofertados financiamentos de um conjunto habitacional que seria entregue entre 2010 e 2011, além de possíveis cartas de créditos, que nunca surgiram nas opções efetivas elencadas pela Instituição.

Diante das ameaças constantes por parte de funcionários da CDHU, a Associação de moradores da Vila Nova Esperança buscou suporte junto a um grupo de advogados que redigiram um *Embargo de Terceiros*, de modo a impedir as ações e os constrangimentos que incidiam sobre as famílias¹³⁴. Portanto, solicitava ao juiz da 8ª Vara, na qual se situa o processo de origem, que lançasse mãos de medidas cabíveis para impedir a desocupação da Vila Nova Esperança, uma vez que a mesma não compunha a razão de ser da Ação Pública movida pelo Ministério Público. Além disso, ressaltava o direito à usucapião por parte dos moradores pelo fato de usufruírem tempo suficiente da posse das terras em questão¹³⁵.

¹³² Aqui repousa um momento difícil de constituir nesta dissertação. Trata-se das passagens da propriedade da terra até chegar o domínio da CDHU. Adiante faremos referência a esse problema.

¹³³ Decreto estadual nº 50.597, de 27 de março de 2006.

¹³⁴ De acordo com o Embargo de Terceiros, é verdadeiro que a CDHU, entre outros: “-inventa fatos”; “ameaça moradores”; “não se pronuncia oficialmente”; “não esclarece as condições da carta de crédito”; “não revela quais as intenções e propósito”; “pede para que os moradores assinem papéis em branco, tapando os verdadeiros dizeres”. Em entrevista a moradores pudemos constatar todos os elementos citados em inúmeras ocasiões.

¹³⁵ De acordo com o Pedido de Embargo, a propriedade das terras foi adquirida pela CDHU, mas isso ocorreu com o conhecimento da existência da Vila por parte da Companhia. Sendo assim, pela posse ser anterior à aquisição, compõe-se o direito adquirido dos moradores. A respeito dessa questão, porém, não estão claros os entremeios a que se sucederam as práticas e as leis que procuram abarcá-las. Apesar disso, dentro dos limites desse texto, buscaremos apontar o sentido a que se referem.

Após o esforço de solucionar esta situação fazendo uso dos aportes que a própria jurisdição poderia lhes servir, os moradores passaram a vivenciar situações que, longe de retirar o imbróglio jurídico ou de pelo menos a sua incidência na Comunidade, amplificaram os termos a que estão sujeitos. Compõe-se aqui um jogo de relações que se sobrepõem num emaranhado de relações expandidas no interior e para além do Estado e da legalidade. Muito embora nosso esforço alcance algumas das relações deste contexto intrincado, cabe aqui procurar o nexo aos quais remetem, o que requer um esforço para além de suas aparições e desvelar a razão de ser das mesmas.

Disso se derivam situações de ameaças de despejo, tentativas de articulação política, estratégias de arrecadação de dinheiro para arcar com as custas judiciais que podem revelar o sentido posto na reprodução da metrópole, em se considerando o cotidiano de moradores da Vila Nova Esperança. Isto posto, chegamos a questões que apontam caminhos para uma reflexão entorno da reprodução destes indivíduos a partir das determinações postas na reprodução da própria metrópole. Nossa reflexão admite, logo, que a periferia urbana reporta-se à universalidade do nexo social da qual esta pesquisa busca encontrar caminhos para compreender seus fundamentos e suas manifestações assentadas na contradição social não superada do mundo moderno. Seria subestimar o sentido da violência cotidiana, implícita e explícita, presente na vida dos moradores da Vila Nova Esperança, como sendo tão somente as condições precárias de suas moradias. Trata-se de verificar que a reprodução social capitalista, por ela mesma, realizada através da reiteração do cotidiano e da metrópole, amplifica tal processo. Por essa razão, alerta Damiani (2008):

a situação social é estritamente grave: nossa modernidade é uma hiper-modernidade. Realiza-se à custa de milhões de brasileiros proletarizados e as metrópoles contam, no drama do cotidiano e nos seus violentos acontecimentos, o limite da histórica vida humana. Somos atravessados pelo ritmo e as duras circunstâncias de uma atualização econômica arrasadora. A produção do espaço decifra e também é necessária para a compreensão do curto-circuito da historicidade da modernidade. (DAMIANI, 2008:56)

É por essa razão que nossa preocupação teórica aqui reside em captar a essencialidade do processo aqui exposto e vivenciado. Não obstante o esforço

político do pesquisador aqui em questão na busca da manutenção da comunidade, admite-se a validade das determinações da totalidade social postas às costas dos indivíduos¹³⁶. Assim, a Vila Nova Esperança constitui-se enquanto particularidade, mas revela a universalidade desta sociedade e da identidade negativa contida na expansão do capital. Reconhecemos, assim, a necessidade de compreender e de não se abster

“(...) da crise imanente ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, negativamente, tornadas forças produtivas do capital, derivadas em crise do trabalho e do capital; portanto, em transformações qualitativas importantes, no interior de um processo quantitativo exponencial de acumulação do capital” (DAMIANI, 2008:93).

A consideração dessa dimensão crítica no interior do próprio capital nos implica em verificar a urbanização, determinada e posta aos pressupostos daquele, reiterando e reatualizando o que Damiani (2008) expõe de *território urbano economizado*¹³⁷, como uma dimensão importante na qual o problema da Vila Nova Esperança se expressa. Nesse ponto adquire significativo alcance o argumento da autora a respeito de um processo amplo de proletarianização, pois o mesmo é exigido ao se reconhecer, simultaneamente à produção de uma massa de indivíduos fora do processo produtivo – haja vista sua dimensão negativa, da qual nossa pesquisa procura expô-la – as relações que se derivam pela afirmação do território capitalizado. Por essa razão, as pressões que recaem sob os indivíduos da favela em questão compõem, na realidade, as determinações da realização da metrópole, que, nos termos da crise pela qual se realiza, requer, necessariamente, uma mobilidade espacial de seus moradores. O mapa da próxima página procura situar o leitor a respeito dos arredores da Vila Nova Esperança¹³⁸. Desse modo,

¹³⁶ Por essa razão, convém reafirmar que “o plano não é o de fatos e acontecimentos difusos, sem nexos, mas a concepção determinante: a determinação de qualidade essenciais. A identidade definindo-se como unidade essencial consigo mesma.” (DAMIANI, 2008:79).

¹³⁷ “A produção social do espaço urbano constitui um seu território, que concentra momentos importantes da circulação do capital. O urbano não é um território neutro para os negócios capitalistas. É suporte – condição geral do capital –, com a infra-estrutura econômica e social ativa e relativa às suas necessidades; concentra parte significativa da produção industrial e dos demais momentos de sua realização; no limite, sintetiza forças produtivas do capital compatíveis e alimentadoras do processo e se faz força produtiva, inclusive, economiza-se enquanto tal: produz a urbanização como negócio.” (DAMIANI, 2008:235).

¹³⁸ Trata-se de uma leitura sem os devidos trabalhos de campo para se verificar todos os usos das áreas adjacentes. Por essa razão, devido à grande proporção da área em questão, a interpretação que realizamos, contida na próxima página, foi realizada no intuito de uma aproximação e, portanto, está sujeita a alguns erros

procuraremos nos aproximar de questões na direção de apontar uma interpretação possível a respeito do sentido da reprodução da metrópole e seus desdobramentos na Vila Nova Esperança.

quanto às indicações de usos e suas respectivas áreas. Os mais prováveis correspondem às áreas que inserimos como campos/matras, pois os mesmos podem estar incorporados por condomínios, fato impossível de observar pela imagem aérea. No entanto, a existência das mesmas indicam inúmeras potencialidades de utilização do verde nas adjacências da Vila Nova Esperança, sobre as quais necessitam de um exame mais minucioso. Ainda alertamos para os limites sempre presentes em classificações de uso do solo. Por fim, esperamos ter alcançado nosso objetivo modesto em relação ao mapa.

Elaboração: Rinaldo Gomes Pinho e Fernando Firmino Messias
 Fonte: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - 2006

4.3 Negação da Negatividade espacializada: a reprodução crítica da metrópole.

A forma do processo social se faz de forma contraditória, o que inclui a necessidade de compreender a dimensão que nega a si própria. Logo, compreender a propriedade em seu movimento de conformação de uma realidade capitalista, especificamente a partir do espaço urbano, implica em compreender os momentos em que a mesma é negada. Aqui, como Alfredo insiste, cabe considerar a posse “como força negativa” constituindo um “elemento que se refere à totalidade da propriedade”. (ALFREDO, 1999:53). Não estamos nos referindo, portanto, ao outro da propriedade, mas sim a um momento negativo da mesma, pois a racionalidade que trás em si carrega conteúdos cuja efetividade está atrelada a uma forma de violência e coação nas quais seu aspecto negativo se revela.

A propósito da propriedade privada da terra, Marx desvelou-a enquanto um tributo que incide diretamente no processo global de mais-valia, uma vez que ele exige o pagamento de uma parte do lucro do capitalista a quem detém o título de propriedade. Disso se desdobra, por conseguinte, em uma necessidade do montante de mais trabalho que se deriva do processo produtivo, o que expõe os nexos existentes entre as três classes – o capitalista, o proprietário da terra e o trabalhador –, as quais guardam uma identidade posta no valor¹³⁹.

Nesse ponto, ao proprietário da terra se transfere uma parcela da riqueza socialmente produzida. Não ocorre devido a uma casualidade, mas graças à propriedade da terra, por permitir a transferência da riqueza na forma de renda através do pagamento de um tributo a quem detém tal título. Isso é possível devido ao o monopólio da terra, que é uma condição ao processo produtivo.

Procurando por o acento na especificidade contemporânea da reprodução social capitalista e nos termos críticos a que remetem, verificamos a pertinência da potência da reprodução do urbano compor um momento particular no qual a crise do

¹³⁹ É necessário compreender a totalidade da sociedade capitalista no cerne dos seus elementos basilares: capital, terra e trabalho. Enquanto momentos subjacentes à reprodução social e pertinentes à consciência fetichista, reside no capital o surgimento do lucro, no salário o preço tido como justo à força de trabalho e na fertilidade da terra a renda a que cabe a seu proprietário. Essas relações, em sua aparência fragmentada e desconexa, assumem uma condição decisiva no âmbito da reprodução social capitalista no âmbito de uma sociedade constituída por classes.

capital procura se resolver¹⁴⁰. Isso implica que há na expansão de vetores imobiliários urbano na metrópole de São Paulo, frutos de uma dinâmica na qual a expansão da centralidade urbana aparece como possível amparo para capitais ociosos à espera de valorização¹⁴¹. Dessa forma, como alerta Damiani, “a produção de uma centralidade é, imediata e sensivelmente, a expropriação dos usos anteriores desse mesmo lugar” (2008:244-5). Sendo assim, o impasse jurídico na Vila Nova Esperança, na medida em que reflete possíveis expectativas na direção de reter uma parcela da riqueza socialmente produzida sob a renda auferível nas suas mediações, revela que “a produção do espaço atualiza a importância da mobilização da moderna propriedade da terra” (2008:245). Desse modo, diante dos conflitos vivenciados pela comunidade, é possível que se vislumbre os investimentos em sua relação direta com a propriedade da terra urbana na possibilidade desta auferir, assim, a uma ampliação de sua renda. Esta questão para nós é plausível porque a “propriedade urbana relaciona-se (...) à transferência de massas de renda para um determinado setor, privilegiando alguns grupos ou setores na obtenção destes benefícios na forma de dinheiro”. (ALFREDO, 1999:60).

As implicações desse raciocínio no cerne do objetivo desse trabalho são cruciais na medida em que ele refere-se à formação da propriedade privada da terra no urbano que se realiza apropriando parte da massa global de mais-valia. Isto porque a Vila Nova Esperança está inserida num contexto de reprodução da cidade que se faz subjacente ao fato da propriedade privada constituir-se em um elo no sentido de pretensa captação da mais-valia socialmente produzida. Se a Vila Nova Esperança está numa situação de uma centralidade metropolitana que se expande

¹⁴⁰ Couto tece considerações a respeito da reprodução do espaço urbano na sua relação constante de superar a crise imanente ao capital. Seu argumento procura evidenciar que a expansão do capital, no sentido de incorporar o espaço, efetivando-o enquanto mercadoria, não supera a crise pela qual o mesmo é incorporado ao processo de reprodução capitalista. Nas suas palavras, “as tentativas de estabelecer uma relação proporcional entre capitais ociosos e investimentos imobiliários tendem a coincidir com a própria expansão da crise – dinheiro que continua ocioso do ponto de vista substancial -, pela impossibilidade de ampliar a massa de valor na medida equivalente à forma-monetária circulante.” (COUTO, 2011:136)

¹⁴¹ A esse respeito, Lefebvre indicava, em 1970, que o setor “imobiliário foi, durante muito tempo, um setor subordinado, subsidiário; pouco a pouco tornou-se um setor paralelo, destinado à inserção no circuito normal da produção-consumo. Embora ele seja normalmente um setor compensatório, pode até tornar-se um setor principal se o circuito normal ‘produção-consumo’ arrefecer, se ocorrer recessão. Então *os capitais encontram no imobiliário uma espécie de refúgio, um território suplementar e complementar de exploração.*” (LEFEBVRE, 199-: 41, grifo nosso)

reproduzindo o setor imobiliário, os fatos denotam que os embates atuais ocorrem devido à condição assumida pelo fragmento da metrópole de São Paulo¹⁴².

Por haver um deslocamento entre a forma jurídica da propriedade privada (domínio) e o exercício de fato da mesma (a posse), há contradições do processo de reprodução da metrópole que se evidenciam a partir da Vila Nova Esperança. Aqueles que ocupam lotes perdem o direito à obtenção da renda que poderiam auferir enquanto proprietários. (ALFREDO, 1999). Nessa direção, Alfredo (1999) identifica a posse como o elemento que infringe o movimento de estabelecimento da propriedade na medida em que o domínio atrela-se à forma do processo e redefine a relação entre necessidade e satisfação. A posse, inclusive, surge como a possibilidade de negar a propriedade em face da abstração que realiza da renda possível. Estamos nos referindo, portanto, à constituição necessária da propriedade a partir de seus dois termos que tendem a deflagrar uma crise da mesma ao se autonomizarem. Nessa direção, Alfredo reconhece uma crise da propriedade no cerne dessa autonomização.

(...) o domínio juntamente com a posse produz a propriedade privada capitalista como acumulação de propriedade constituindo o não proprietário como face necessária deste processo cumulativo. A este não proprietário só lhe cabe a posse, descolada, portanto, do domínio. É neste momento, de independência da posse sobre o domínio, que ela se coloca como espacialidade contraditória à forma. Neste momento produz-se uma crise da propriedade. (ALFREDO, 1999:64)

A favela se constitui como uma ruptura do movimento de concentração da propriedade privada capitalista; se estabelece como uma *espacialidade negativa* nos termos de Alfredo (1999). Portanto, o processo de instauração da propriedade privada é cessado com a constituição da favela “de modo a separar o domínio da

¹⁴² “Atualmente, são reafirmadas as centralidades já existentes e constituídas novas centralidades. A direção sudoeste, que define o eixo de interesse imobiliário, recebe novas estruturas de apoio aos negócios em curso: as Operações Urbanas *Água Branca* (...) *Faria Lima* e *Água Espraiada*; a *Ponte Otacvio Frias de Oliveira*, interna à última operação urbana, ponte estaiada, conotativa de um novo “símbolo” da metrópole de São Paulo; o Rodoanel em seus trechos Oeste e Sul. Há estratégias de extensão de vetores de valorização metropolitanos, estimulando a renovação do Centro Histórico, como a *Operação Centro* e a constituição de vetor Leste de valorização, incluindo a reformulação de eixos viários, como a avenida *Jacu-Pêssego*, e uma nova Operação Urbana, *Rio Verde-Jacu*.” (DAMIANI, 2008:266). Na análise de Damiani, há a coincidência entre o movimento de expansão das centralidades e de valorização do capital nos setores imobiliários. Conforme já apontado aqui, verificamos a necessidade de reconhecer uma dimensão crítica deste processo, capaz, inclusive, de ser a sua reiteração pela expansão do setor imobiliário.

posse, pois coloca-se como uma espacialidade negativa à da propriedade privada capitalista”. (ALFREDO, 1999:66).

Frente a este duplo caráter da expansão da metrópole – qualitativo, em relação à redefinição dos usos, e quantitativo, por reportar à forma valor – a renda auferida pelo monopólio da propriedade diz respeito à acessibilidade em relação à centralidade que o mesmo contempla no interior do urbano. Assim, a ação do Estado enquanto planejador do espaço urbano tem como fundamento a realocação da riqueza produzida e almejada pelo setor imobiliário. Sua ação na produção do espaço está em consonância com a necessidade de determinados capitais auferirem os lucros potenciais vislumbrados através da metrópole e suas centralidades produzidas e recriadas. Dessa forma,

a produção do espaço metropolitano tem por objetivo, portanto, colocar as conquistas sociais do processo de desenvolvimento da sociedade como um todo dentro das esferas de estoque e solvência, por isso mesmo não se tratam de usos do espaço, mas principalmente de valores-de-uso, pois têm como finalidade a realização do valor-de-troca. (ALFREDO, 1999:69).

Se em Alfredo (1999) os problemas urbanos são apresentados no cerne da contradição posta na produção de um espaço em seu nexos com a produção e realização do valor, devemos ter em questão se a reprodução do capital através da reprodução do espaço não seria uma tentativa também fetichista de resolver a crise do capital para consigo mesmo. Tal questionamento é pertinente, embora impossível de contemplá-lo com os argumentos necessários¹⁴³ nesta dissertação. Não obstante, torna-se importante reconhecer por ora o sentido posto na reprodução da metrópole nos termos que nos são apresentados.

A favela consistiria em uma forma de ser negativa da propriedade privada. A partir do momento em que ela se torna um elemento que nega o sentido da expansão capitalista através da reprodução do espaço urbano, a contradição que a produz se eleva ao momento necessário de se instaurar a propriedade privada capitalista. Assim, as tentativas de retirada dos moradores se apresentam como um momento afirmativo da reprodução da propriedade e deve ser compreendida no cerne de uma política do espaço posta na reprodução dos termos contraditórios

¹⁴³ A esse respeito cabe salientar novamente a leitura de Couto (2011) nessa direção.

dessa sociabilidade. Inclusive, há que revelar esse momento no âmbito de uma crise da reprodução, da qual são expressões as inadequações legais deflagradas a partir a Vila Nova Esperança, inadequações estas que correspondem à contradição inerente à própria propriedade privada da terra. Disso resulta uma espacialidade que se engendra na reprodução contraditória da propriedade, da qual Alfredo desdobra enquanto uma *negatividade espacializada*. Produzida socialmente, tal espacialidade também deve ser concebida como meio, pois através dela se efetivam os embates e inúmeras estratégias, desde daquelas envoltas à reprodução da força de trabalho às do setor imobiliário. Assim, admitindo-se a Vila Nova Esperança nas contradições que lhe dão sentido e efetividade, fica patente reconhecer a dimensão espacial dos processos em que está determinado o fragmento a nós apresentado. Como bem observa Alfredo, “a propriedade deve ser encarada como um fenômeno que contenha em si uma dimensão espacial.” (1999:83). Isto insere a necessidade de compreender a propriedade privada no âmbito da produção e reprodução do espaço urbano. Trata-se, pois, de reconhecer este processo, de produção e reprodução espacial urbana, no seu aspecto prático-social em todas as situações que o mesmo envolve. Não se pode admitir essa expansão da propriedade urbana sem o embate posto por ela mesma através da negatividade constituída. Isso diz respeito à Vila Nova Esperança por ela mesma ser uma “contraposição negativa e necessária ao sentido cumulativo da metrópole” (ALFREDO, 1999:83) no cerne de uma modernização periférica.

O sentido particular assumido pela questão jurídica exposto nas linhas anteriores, ainda utilizando o argumento de Alfredo, se efetiva através da perda por parte da propriedade de sua identidade diante da separação entre a posse e o domínio. Essa dimensão contraditória da constituição da propriedade privada da terra se expressa na atualidade no caso da Vila Nova Esperança devido ao espraiamento, ainda em processo, da centralidade do vetor sudeste da metrópole¹⁴⁴. Damiani elenca os termos deste redimensionamento da metrópole, residindo na

¹⁴⁴ A exemplo da Avenida Água Espraiada, que constitui um “suporte físico e jurídico para a re-definição do valor-de-uso do entorno” (ALFREDO, 1999:57), o Rodo Anel, na mesma direção, mas em uma escala metropolitana, consistiu em um elemento que elevou os preços dos empreendimentos criando novas frentes de expansão e, inclusive, condições para a expansão da centralidade da metrópole.

implantação do Rodo Anel Mario Covas um de seus elementos decisivos na atualidade.

O Rodoanel Mário Covas, como sistema viário perimetral, projetado e em execução, desde os anos 1990, atravessa a metrópole de São Paulo e passa a demarcar o círculo de realização e renovação pontenciais de valorização econômica desta metrópole. Ele nos fornece a imagem do perímetro metropolitano que foi desenhado e está se implementando, formando um grande anel de valorização econômica do espaço (DAMIANI, 2008: 249-50)

O embate judicial torna-se evidente diante da posse constituir-se em uma impossibilidade do sentido contido na propriedade se efetivar. A posse dos moradores da Vila Nova Esperança, ao não ser condizente com a condição assumida por esse fragmento da metrópole na totalidade do processo social, é posta em xeque. Para Alfredo (1999), a posse insere outras formas de sociabilidade¹⁴⁵, cabendo à propriedade privada, para se impor, superar todas as formas que a negam enquanto nexos da reprodução da metrópole.

As incertezas em relação à transferência de moradia não se tratam do acaso, mas do próprio sentido posto na reprodução da metrópole, que se realiza, inclusive, através do âmbito jurídico e, por isso, demanda inúmeros trâmites a este atrelado. O fato é que se impõe uma mobilidade dos moradores, pois os mesmos estão, desde 2008, sujeitos a se mudarem para outros locais da metrópole, seja através das ações da burocracia estatal, seja através de suas estratégias individuais e familiares com a desapropriação do local. Esses desdobramentos enfatizam um plano importante dos processos aqui desvelados.

“Nestes termos pode-se generalizar a análise no sentido de não se tratar a propriedade privada capitalista exclusivamente a partir de sua aspecto jurídico, econômico e/ou político, mas pelo contrário, de compreender as constantes transferências de contingentes e mais contingentes da população residente na Metrópole de São Paulo como parte integrante e contraditória de sua constituição.” (ALFREDO, 1999:112).

¹⁴⁵ Alfredo (1999), no entanto, afirma que a posse, ao constituir-se enquanto negatividade da propriedade privada, ela própria está sujeita a um movimento em que tal condição é negada, de modo a conformar-se como a negação da negatividade contida em si. Esta questão será importante para as últimas considerações desta dissertação.

Por essa razão, Alfredo (1999) insiste na mobilidade social como elemento intrínseco ao processo contínuo de instituição da propriedade privada. Para o autor, tal mobilidade, nas feições violentas que a mesma assume em relação aos termos contraditórios da propriedade privada, acaba por repor tais termos ao reproduzir, em outros lugares da metrópole, a posse destituída do domínio – efetiva-se, assim, esta reposição da posse, a negação da propriedade privada.

O custo referido à retirada de favelas é dirigido necessariamente ao poder político, não recaindo nos setores econômicos que procuram se reproduzir pela expansão imobiliária através de lotes passíveis de edificação ou de suposta valorização com a retirada dos moradores de certas comunidades¹⁴⁶. Não se trata, porém, de toda e qualquer favela, mas sim aquelas em que sua situação geográfica defina-se pela expansão da centralidade a qual leva ao limite a negação da propriedade constituída pela efetividade da favela¹⁴⁷. Portanto, estamos diante de expressões da contradição da própria propriedade, cujo movimento a obscurece, não o suficiente para suprimi-la, e leva-a, a contradição, ao limite. É nesse ponto que Alfredo reconhece inúmeras faces em que essa contradição se manifesta, “pois a posse dos favelados sobre extensas áreas da metrópole, coloca-se como espacialidade contraditória ao próprio sentido metropolitano porque se apresenta como negação da forma.” (1999:101).

Nessa direção, as contradições que dizem respeito à forma de ser da propriedade privada são obscurecidas diante da reposição de seus termos, pois “o princípio e a função do capital só podem ser realizados de maneira inconsciente” (LUKÁCS, 2003:162)¹⁴⁸. No caso da Vila Nova Esperança, os bastidores do imbróglio jurídico, impossíveis de serem descritos em sua totalidade, fomentado por

¹⁴⁶ Até o momento da elaboração desta dissertação não foi possível vislumbrar instâncias privadas no movimento que busca a retirada da Comunidade. No entanto, isto não retira a possibilidade de articulações pessoais no interior dos processos em voga, desde as instituições envolvidas aos indivíduos atrelados ao poder judiciário.

¹⁴⁷ MARICATO (1996) expõe situações que, longe de excepcionalidades, conformam a regra a respeito de ocupações irregulares incitadas pelo próprio Estado. Cita, por exemplo, o incentivo à destruição de áreas de mangues em municípios litorâneos. Infere, a partir desse e de tantos outros casos, que “a ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado.” (MARICATO, 1996:65)

¹⁴⁸ Não se trata de não consciência, mas de uma consciência necessária e imanente à própria constituição do capital. Por essa razão, há que se discutir em páginas posteriores algumas das formas assumidas pela consciência no interior do processo social capitalista, a partir da Vila Nova Esperança.

formas de relações pessoais e institucionais violentas, é uma dimensão que se coloca de modo a inviabilizar a compreensão do sentido do movimento da realidade social que incide sobre a Comunidade em questão. O propósito aqui passa, portanto, pela superação dos nexos jurídicos enquanto uma dimensão constituída de modo a obscurecer a razão de ser da Vila Nova Esperança no interior da reprodução da sociedade capitalista.

Assim, convém ressaltar que a consciência necessária e, portanto, fetichista ao capital, se processa necessariamente diante da “separação entre os fenômenos da reificação e o fundamento econômico de sua existência” (2003:214), a qual é reforçada e levada ao limite com inúmeras manifestações da vida social. Um dos aspectos que nos chama atenção a partir do problema a nós apresentado refere-se à criação pelo próprio desenvolvimento capitalista de “um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse a sua estrutura.” (LUKÁCS, 2003: 214). Nesse ponto, Lukács, citando Weber, expõe com acuidade os termos a que se refere esse processo

Em oposição às formas muito antigas da aquisição capitalista, é específico do capitalismo *moderno* o fato de que a *organização* estritamente racional do *trabalho*, no âmbito de uma *técnica racional*, não surgiu nem poderia surgir *em parte alguma* no seio de sistemas políticos construídos de forma racional (WEBER apud LUKÁCS, 2003:215)

É crucial, portanto, reconhecer, nesta exposição, o desenvolvimento capitalista em sua dimensão legalista posto a racionalizar a totalidade dos fenômenos sociais que lhe pertencem. Como insiste Lukács,

surge uma sistematização racional de todas as regulamentações jurídicas da vida, sistematização que representa, pelo menos em sua tendência, um sistema fechado e que pode se relacionar com todos os casos possíveis e imagináveis. (LUKÁCS, 2003:216)

A prática do direito moderno, seja na sua tentativa de preencher as brechas jurídicas existentes, seja na sua pretensão de instaurar uma lógica em si, deve ser compreendida enquanto a “estrutura da objetivação jurídica moderna” e, enquanto tal ela seria “formalmente capaz de ser generalizada, bem como de se relacionar com todos os acontecimentos possíveis da vida e, nessa relação, ser previsível e calculável.” (2003:216). Sendo assim, discorrer sobre as relações

jurídicas envolve compreender o desenvolvimento destas no interior da própria razão de ser do capital e, por isso, apesar de assemelharem ao direito romano, tiveram de se fundamentar em preceitos passíveis de serem aplicados em âmbito universal e sem distinção (LUKÁCS, 2003). No cerne de tal sistematização jurídica requer-se necessariamente que quaisquer momentos da vida social apareçam como uma realidade acabada e “estabelecido[s] com precisão e, portanto, como sistema rígido.” (LUKÁCS, 2003: 217).

Tais pressupostos sob os quais se consolida o direito moderno – rigidez e completude, por exemplo – se colocam no sentido de contrapor-se à irracionalidade e à fluidez do direito presente em sociedades pré-capitalistas. Por essa razão, apenas é incorporado à reprodução social capitalista enquanto sistema jurídico que, atrelado à “essência do cálculo racional”, se fundamenta no “reconhecimento e na previsão do curso inevitável a ser tomado por determinados fenômenos de acordo com as leis [capitalistas] e independentemente do ‘arbítrio individual’” (LUKÁCS, 2003:218). Nessa direção, a pretensão totalizante do direito moderno deve ser admitida enquanto generalização da *forma mercadoria*.

Sendo assim, o engajamento ao qual se refere a adequação jurídica e sua tentativa de buscar a *verdade*¹⁴⁹ nos processos sob o invólucro das leis são, em si mesmos, uma reiteração dos termos a que estão sujeitos os moradores. Longe de se tratar de uma análise moral, o que queremos enfatizar é que a busca por recompor o histórico e as relações às quais deram origem à Vila sob a mensuração jurídica requerem, necessariamente, sob esse ponto de vista, manter subjacentes as determinações dessa sociedade. Desse modo, as formas de consciência possíveis, estabelecidas diante dos embates e dos conflitos deflagrados em tal contexto, reportam a este invólucro legalista, mesmo que ele próprio seja incapaz de mediar as relações sociais nos termos aos quais ele próprio reporta e sugere. Assim, o argumento a respeito dos limites a que está sujeito o direito no interior da crise da reprodução social capitalista nos parece cabível, de modo que a própria mediação pretendida encontra-se na impossibilidade de resolver inúmeras inadequações em

¹⁴⁹ Em entrevista com os advogados, a verdade apareceu muitas vezes como sendo o sentido que os processos buscavam. Todavia, em seus relatos sempre apontavam para os possíveis interesses de terceiros que provavelmente incidiam sobre a Ação Civil Pública e os julgamentos que o juiz fazia a respeito dos argumentos apresentados, que possuem, em grande medida, um papel decisivo no desfecho dos processos.

relação às práticas sociais, mesmo sendo acionada em momentos diversos da realidade.

Discorrer a respeito da relação necessária entre a reprodução capitalista e o direito possui inúmeros pontos que não são passíveis de serem contemplados nesta dissertação. No entanto, importa reconhecer que os aportes jurídicos, nos condicionamentos postos pela razão de ser do capitalismo, obscurecem inúmeros processos, a exemplo tanto das formas pelas quais se estabeleceram a propriedade das terras em questão, cuja propriedade, dizem os argumentos presentes nos trâmites da Ação Civil Pública, encontra-se sob o nome da CDHU, quanto à posse realizada pelos moradores reivindicada enquanto usucapião. Verificamos uma tentativa de adequação às normas jurídicas que não correspondem muitas vezes às práticas sociais, o que denota a insuperável incompreensão imanente à legislação a respeito dos processos sociais envoltos à reprodução da metrópole.

Nesse aspecto, consideramos por o acento inclusive na matriz do lote em que se situa a Vila Nova Esperança. Estamos nos referindo a terras que pertenciam à Delfim Crédito Imobiliário na década de 1970, empresa ligada ao Grupo Delfim que compunha a maior rede de captação de poupança e de crédito imobiliário do país e que detinha inúmeros imóveis, em inúmeras partes do país. Em uma transferência de dois lotes de terras para o Banco Nacional de Habitação, um dos quais engloba a parcela em que está a Vila Nova Esperança¹⁵⁰, com valor estimado de 9 bilhões de cruzeiros para quitar uma dívida de 70 bilhões de cruzeiros, as relações pessoais davam o tom de uma forma recorrente de logro em que títulos de propriedade entram em cena para compor jogos de favores. Dessa forma, o Grupo Delfim

propôs dar em troca ao BNH – numa operação totalmente estranha às finalidades deste – imóveis de sua propriedade, que entraram na operação pelo seu ‘valor potencial’ de mercado e não pelo seu valor real, se imediatamente comercializados. Ou seja, pela sua vultuosa dívida junto ao BNH – várias vezes maior que a de qualquer outra empresa de crédito imobiliário –, a Delfim ofereceu não os terrenos que tem hoje, pelo seu valor de hoje, mas pelo valor que eles poderiam vir a ter dentre de oito ou dez anos, se fossem neles realizados os projetos habitacionais previstos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1982)

¹⁵⁰ Esta gleba possuía 1 milhão e 597 mil e 692 m² e, se localiza na divisa entre os municípios de São Paulo, Osasco, Cotia e Taboão da Serra. O outro lote em questão situa-se na cidade do Rio de Janeiro, em Jacarepaguá, a dez quilômetros da Barra da Tijuca, como aponta a reportagem. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1982)

Esta operação inicialmente buscava garantir parcela da dívida, no entanto o Grupo Delfin solicitou uma avaliação da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP) de modo a calcular o valor em potencial dos dois terrenos envolvidos, o qual seria utilizado para sanar todo o montante devido. Os embates foram inúmeros no interior das instituições, porém houve, por fim, após a contestação dos valores dados como potenciais e a saída de inúmeros nomes do BNH, o fechamento do acordo contemplando o Grupo Delfin nesta transação. De acordo com a declaração do principal executivo do grupo na época, em 1982, havia o desejo do BNH em aumentar a oferta de imóveis para a classe média e, com a capacidade de construção do Grupo, essas áreas demorariam 50 anos para entrar no circuito da comercialização. Por essa razão, ratifica que “o negócio foi bom para todo mundo”.

Apenas tangenciamos brevemente um dos momentos das fraudes que compuseram as políticas públicas envoltas ao BNH e que o levaram a sua extinção nos anos 80 do século passado¹⁵¹. O fato descrito sucintamente nos parágrafos anteriores apenas realça alguns dos termos em que se realizaram transações de ampla envergadura envolvendo propriedades culminando em ônus ao Estado em prol de ganhos privados no mercado de terras. Recorrer, aliás, à formação da propriedade privada no Brasil já é um processo por si obscuro, que remonta a inúmeras estratégias de enriquecimento pessoal ilícito, amplamente utilizadas e dificilmente reconstruídas, haja vista as relações dos indivíduos envolvidos. Apesar do nosso limite em recompor o processo de aquisição por parte da Delfin dessas terras, o que queremos reter nessa questão refere-se à sobreposição de questões legais a ela atreladas e que não alcançam a complexidade do processo social, como insistimos.

Antes mesmo de servir como meio da transação da Delfin, a área em questão contava com a existência de uma fazenda de olarias, bem como o cultivo de inúmeras famílias que ali se estabeleceram e trabalhavam na fazenda. A entrevista realizada por COSTA (2006) à Dona Sebastiana, moradora desde 1950 das terras

¹⁵¹ Maricato ao tratar sobre o papel estratégico do BNH no estabelecimento da expansão das infraestruturas e de empreendimentos urbanos, alega que as ações desta instituição canalizavam quantias significativas de dinheiro público ao faturamento de empresas privadas. O grau de corrupção e de jogos de favores levam-na a crer que “a extinção do BNH em 1986 e o incêndio do seu arquivo, então no Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano, não foram acidentais.” (MARICATO, 1996:44-5)

que hoje compõem a Vila Nova Esperança e falecida em 2010, revela que as atividades ali desenvolvidas diziam respeito às roças de milho, cana e feijão, além de criações de galinha e de porco com vistas à reprodução familiar. (COSTA, 2006). Para o autor, as famílias que viviam na área eram comunidades constituídas a partir de “um modo de vida autônomo, com limitado desenvolvimento tecnológico para a época, envolvido em atividades de pequena escala como a agricultura, a coleta, além de manterem fracos laços econômicos com a cidade consolidada de São Paulo.” (COSTA, 2006:95). Tal consideração, no entanto, deve ser problematizada por dois pontos. O primeiro refere-se ao sentido que tais espaços assumem na dinâmica do crescimento da metrópole, no cerne da dinâmica que expôs Langenbuch a respeito dos *subúrbios rurais*¹⁵². O segundo ponto diz respeito à pressão que a expansão da urbanização exerceu nestes espaços, o que compreende a um movimento de incorporação dos mesmos à urbanização propriamente dita. Nesta última questão paira um momento importante do qual procuraremos tecer algumas considerações, em que pesem os poucos dados que nos chegam. De qualquer modo, é de grande relevância a indagação a respeito da forma pela qual a família de Dona Sebastiana, bem como a posse de seu terreno, entram no cerne da expansão da metrópole, redefinindo seus usos e seu sentido na totalidade desta realidade urbana específica.

Como a posseira do terreno faleceu em 2010, fomos à busca de informações de sua família. Pudemos constatar que no local, vivem em condições de pauperismo na Comunidade. Violeta, a única filha de Dona Sebastiana que reside no local, nos recebeu sem deixar espaços para muitas perguntas. Receosa diante do nosso interesse sobre a forma com que se deram os loteamentos, alegou que, por ser pequena quando os mesmos ocorreram, sabe pouco desta história. Segundo suas palavras, alguns homens chegaram armados e foram delimitando a área que passaria a ser de sua família. Esta informação foi uma das poucas que conseguimos obter do contato com Violeta.

¹⁵² Os subúrbios rurais constituem o termo de que lança mão Langenbuch (1971) para compreender as áreas rurais contíguas à metrópole e que possuíam razão na dinâmica desta. Em suas palavras, “há uma simbiose entre a metrópole e as áreas rurais mais próximas, caracterizadas pela organização e estrutura insinuadas. Assim é que os arredores rurais da cidade podem ser rotulados de ‘subúrbio’ visando distingui-lo das áreas rurais sitas a maior distância, e que já não encerram mais as relações funcionais e a estrutura que caracterizam aqueles”. (1971: 282)

O posicionamento do advogado da Comunidade situa o problema em uma venda informal das terras por parte da posseira. E por essa razão, em contato com os advogados que acompanham a situação da Comunidade, revelou-se que o problema jurídico se amplifica pela Dona Sebastiana ter vendido as terras informalmente, pois ela não formalizou a venda. De qualquer forma, a pobreza em que se situa sua família nos trás muitos questionamentos, haja vista que se reproduzem muito próximos a uma situação de pauperismo em um lote diminuto da Vila Nova Esperança.

Munidos deste argumento dos advogados, uma informação que nos surge como fundamental e que contribui para a compreensão da formação da Vila Nova Esperança refere-se à fala de alguns dos membros da Associação de Moradores que tiveram contato intenso com Dona Sebastiana antes de sua morte em 2010. Segundo os relatos ouvidos, a Dona Sebastiana não loteou suas terras, quem o fez foram seus 3 três filhos que hoje não residem no local. A forma pela qual este processo se operou envolveu a troca de lotes nas bordas da área por bens de consumo duráveis, a exemplo de geladeira e televisão. Essa evidência, juntamente com a fala de Violeta a respeito de homens chegando armados e delimitando até onde iriam suas posses, explicitam em alguma medida a violência do processo, tanto implícita, através da forma equivalente assumida pelos bens de consumo, quanto explicitamente, pela coerção armada, o que não deve se perder de vista sob o risco de se conceber economia capitalista separada da violência¹⁵³.

É importante reconhecer, pois, que, mesmo diante da ausência de dinheiro, a forma única a mediar as trocas se efetiva pela consciência monetária. Neste caso específico, de trocas de glebas das posses por bens de consumo, revela-se a instauração do anseio pelo consumo, sem, no entanto, de meios suficientes para realizá-lo. É por essa razão que não podemos deixar de verificar as famílias residentes dos subúrbios rurais sendo absorvidas pela racionalidade inerente à forma monetária do dinheiro, pois a realidade destes encontrava-se já determinada pela monetarização sugerida pela metrópole de São Paulo. Estamos, pois, pondo o acento em uma forma específica de reprodução desta economia

¹⁵³ Por essa razão, verificamos a pertinência de Lukács, pois “a separação radical dos conceitos de violência e economia é uma abstração inaceitável e é inconcebível em qualquer relação econômica que não esteja ligada à violência latente ou abertamente em vigor.” (LUKÁCS, 2003: 441).

monetária ao tratar da inserção no mundo do consumo da família de Dona Sebastiana. Sendo assim, verifica-se que a forma mercadoria, ao se universalizar, evoca a forma dinheiro inclusive na ausência do mesmo¹⁵⁴. Por essa razão, estamos falando de uma economia que não se reproduz necessariamente sob a materialidade, mas essencialmente sob a dimensão da consciência produzida e reiterada, de modo a tornar o que estiver ao alcance dos indivíduos passível de assumir a forma equivalente do dinheiro, diante da sua escassez.

As manobras encontradas pelos indivíduos sujeitados à economia capitalista para adentrar no mundo do consumo são as mais diversas e nossa pesquisa busca direcioná-las enquanto uma expressão crítica da reprodução da força de trabalho. Tais práticas representam, ainda, formas de lidar com as imposições burocráticas e jurídicas diante das exigências que lhes escapam, a exemplo das decorrentes do imbróglio exposto nas páginas anteriores. Nessa direção, a Vila Nova Esperança nos traz elementos da universalidade da forma mercadoria em amplos aspectos da reprodução da vida. Seguimos, assim, com momentos do cotidiano de seus moradores que nos permitam uma aproximação com os desdobramentos da crise e da consciência que lhe acompanha.

4.4 Cotidiano e reprodução crítica da força de trabalho

Nossas proximidades com inúmeros momentos da reprodução da vida dos moradores da Vila Nova Esperança foram estabelecidas em consonância com o engajamento da sua Associação na busca de soluções às exigências do plano do jurídico descritas nas páginas anteriores. Neste âmbito, os elementos que conformam nossas reflexões nesta dissertação foram se anunciando de modo a reconhecer a pertinência com que Lefebvre (1991) desvela o cotidiano na sua potência para descortinar importantes momentos da reprodução social a partir do

¹⁵⁴ Mandel (1982) observa esta determinação da forma mercadoria na forma de sociabilidade capitalista. Nas suas palavras, “se as relações entre capital e trabalho fossem totalmente abolidas *dentro* das empresas (pela sua transformação em cooperativas produtivas, por exemplo), mas a troca generalizada de mercadorias entre essas cooperativas ainda fosse mantida (isto é, compra e venda recíprocas dos meios de produção enquanto mercadorias), então haveria apenas uma questão de tempo para que a própria separação entre produtores e meios de produção se reproduzisse através da persistência desse elemento das relações de produção capitalistas.” (MANDEL, 1982:394)

século XX. Sendo assim, verifica-se o cotidiano trazendo implicações à reflexão que pretendemos, pois ele contém e se constitui da simultaneidade de relações que se ligam à reposição dos termos dessa sociedade moderna, no cerne da reprodução das relações de produção.

Lefebvre nos alerta para as inúmeras situações inerentes ao cotidiano como possibilidades de reter a essência dessa sociedade no plano da realização da vida dos indivíduos, inclusive em seus aspectos mais banais. Admite-se, portanto, que a efetividade do capital passa necessariamente por imposições que não são arbitrárias à vida social; por essa razão, “desde a generalização do mercado (o de produtos e o de capitais) tudo muda: as coisas, as pessoas, as relações, marcadas por esse caráter dominante que reduz o mundo à sua prosa.” (LEFEBVRE, 1991:37). Assim, há que se reconhecerem na amplitude do cotidiano as brechas pelas quais a racionalidade da reprodução social capitalista se estende de modo a determinar modos de uso e conformação de consciências, tendo sempre em vista a reprodução das relações que o sustentam. Assim, a reposição dos termos desta sociabilidade, em se referindo à crise que lhe define, esteve condicionada à reiteração da cotidianidade, implicando na redefinição da vida social sob os ditames da forma mercadoria.

No cerne dessa questão, Lefebvre, ao identificar uma crise que se amplifica e que incorpora aspectos outros da vida social, define este momento como *Estado Crítico* (LEFEBVRE, 2009). Tal momento circunscreve-se nas imposições de controle político sobre inúmeros aspectos da vida, na tentativa, sempre incompleta, de suprimir as expressões críticas dessa sociedade. Esta condição contemporânea da sociedade sustenta-se pelo que Lefebvre denomina de *ideologia da crise*, no sentido de também reiterar as bases pelas quais a mesma se sustenta. Por essa razão, afirma o autor, “a ideologia da crise obscurece e oculta o estado crítico, descartando a crítica do Estado. Redutora, ela leva a crise aos fenômenos econômicos considerados isoladamente, e não sintomaticamente”. (LEFEBVRE, 2009:145). Ademais, Lefebvre situa tal ideologia da crise como o esvaziamento e a perda de sentido que o termo crise deve elucidar. Por essa razão, neste contexto social “a crise é utilizada, prática e ideologicamente, portanto politicamente. O que é necessário denunciar hoje não é somente a subestimação da crise, mas também e

sobretudo sua utilização para ocultar o estado crítico.” (LEFEBVRE, 2009: 146)

Buscamos compreender a Vila Nova Esperança procurando superar os retalhos que abstraem o sentido crítico dessa forma de sociabilidade. Por essa razão, as qualificações acerca da crise, seja ambiental, seja do emprego, entre outras, e todas as tentativas na direção de saná-las, obscurecem a razão de ser dos processos a que estão sujeitos moradores e a Comunidade em questão. Seu cotidiano nos aproxima dos termos em que moradia, meio-ambiente e emprego surgem de forma desconexa e compõem álibis potentes na direção de sublimar as contradições da sociedade capitalista. Entretanto, uma vez desvelados, a crise que buscamos compreender nesta dissertação, a qual adquire dimensões amplas da vida social, surge como a possibilidade de tecer a crítica que buscamos constituir ao longo deste texto.

4.4.1 Movimento político e suas contradições

Os constantes problemas envoltos aos desdobramentos jurídicos inseriram novas questões para os moradores da Vila Nova Esperança. Se antes destes problemas a constituição de um movimento coletivo buscava a consolidação de serviços entorno de uma reurbanização da área, desde meados de 2008 o direcionamento da Associação de moradores se conforma, sobretudo, na tentativa de mediar a situação legal descrita nas páginas anteriores.

Na busca de auxílio em relação aos impasses jurídicos, a líder da Associação, através do diálogo com Meire, militante do movimento dos sem-teto de São Paulo, foi orientada a buscar ampliação do campo de ação da Comunidade participando das reuniões para a concretização de uma associação num âmbito maior – trata-se, no caso, de uma associação que abarcaria as dimensões do Distrito Raposo Tavares. Esta associação do Distrito envolve a mobilização de inúmeros bairros e comunidades do mesmo para estabelecer um movimento amplo, cujo interesse seria o de enfrentar “os problemas distritais promovendo e incentivando o desenvolvimento local”, conforme se apontava nas reuniões iniciais do movimento.

Os moradores da Vila Nova Esperança encontraram nas reuniões da constituição deste movimento distrital acolhimento às suas questões, sobretudo em relação aos indivíduos ligados ao movimento de reivindicação de moradia de São Paulo. Deste contexto em que se desdobra a ampliação das ações políticas da Vila Nova Esperança, chamam nossa atenção elementos representativos dos limites a que está circunscrita a relação da Associação do Distrito com a Associação dos moradores de Vila Nova Esperança. Sob nosso ponto de vista, no momento contemporâneo de crise estabelecem-se condicionamentos que permeiam as formas de consciência de modo a amplificar a incompreensão do processo social, deslocando, assim, suas relações basilares.

Neste ponto, referimo-nos à defesa incontestada do meio ambiente sob a rubrica do desenvolvimento sustentável¹⁵⁵, argumento defendido por muitos e que torna problemática a condição na qual se situam os moradores da Vila em questão no interior da União dos movimentos sociais do distrito. A defesa da manutenção dos moradores na área sob esse ponto de vista se mostra inconciliável com as pautas supostamente ambientais em voga que devem orientar toda a política pela qual o movimento, no nível do Distrito, procura se estabelecer. Apesar de o movimento estar em processo de consolidação, esse conflito aparece como sendo um ponto nevrálgico na mediação entre os interesses do movimento da Vila Nova Esperança e aqueles do Distrito Raposo Tavares.

Outra questão que anuncia os conflitos diz respeito à necessidade de captação de recursos, demanda indispensável para a implantação do projeto. Isto inclui a entrada de recursos financeiros advindos de grupos empresariais, os quais, segundo um membro do grupo, “não gostam de movimentos populares”, restando àqueles em busca de constituir a institucionalização das comunidades do distrito o necessário afastamento deste rótulo. Isso porque, ainda segundo este membro, “os movimentos populares afastam os empresários porque muitas vezes usam a violência” como formas de reivindicação política. O peso desta observação foi,

¹⁵⁵ Como questiona Rodrigues (2011), “Como ser contrário a que se preserve o mundo para gerações futuras? Como contestar que todos precisam de água, ar, alimentos, roupas etc. que os elementos da natureza precisam ser protegidos? Cria-se o ‘desenvolvimento sustentável’ como um mito, que deve ser compreendido a fim de se perceber como a ideologia dominante é imposta para que todos cuidem do “meio ambiente”. Forja-se, assim, o consenso.” (RODRIGUES, 2011:214).

ainda, potencializada, por ser realizada no momento da escolha do nome “União dos Movimentos Populares e Sociedade Civil do Distrito da Raposo Tavares” para a associação. Isto fez muitos dos membros que votaram nesta designação do grupo (metade dos presentes) questionar a validade do nome, haja vista a pertinência do argumento em relação à captação de recursos. Nisso, tomaram força os nomes atrelados à cidadania e ao desenvolvimento sustentável, o que revela em grande medida a forma do engajamento que a luta política deve assumir no momento atual¹⁵⁶.

O discurso do verde compõe uma forma de consciência necessária à sociedade contemporânea sob o título de desenvolvimento sustentável, no qual o meio-ambiente torna-se um ente ao qual todas as práticas sociais devem reportar sob a rubrica de um suposto ativismo. Neste sentido, admite-se aqui a pertinência Rodrigues (2011:211), pois, de fato, o “meio ambiente passa a ser o tema que obscurece a realidade da crise.” Porém, o raciocínio aqui norteado nos faz divergir da perspectiva da autora, pois pra ela a “crise não é [seria] do modo de produção, mas sim, provocada por ele”. (2011:2010). Assim, segundo nossos argumentos, a crise ambiental pode ser compreendida como uma das faces da crise social no âmbito da reprodução capitalista. Sendo assim, aquela seria um aspecto formal desta.

Assim, o meio ambiente surge como álibi tanto para a retirada da comunidade, bem como para a sua permanência. Na realidade, a lógica que determina os problemas ambientais, que estão no âmago do discurso do desenvolvimento sustentável, é própria da relação crítica do capital consigo mesmo, pois diante da sua crise de valorização, não há ecologismo que imponha limites a sua expansão, exatamente porque este impulso o define enquanto tal. Por isso, os indivíduos, abarcados por uma consciência que os repõem enquanto supostos

¹⁵⁶ Após algumas reuniões, ficou-se acordado o nome de “Associação de Projetos Integrados de Desenvolvimento Sustentável do Distrito Raposo Tavares”. A escolha revela uma forma de consciência que se atrela aos discursos do meio ambiente. Por essa razão, não estamos aqui dirigindo uma crítica moral aos indivíduos que incorporam esta forma de ser de um pensamento potente e que acaba, por conseguinte, em conceber uma reprodução capitalista harmônica. Aliás, muitas vezes os indivíduos que defenderam tal perspectiva mostravam-se engajados com a continuidade da Vila Nova Esperança, o que reforçam as contradições inerentes à prática no interior do discurso e de suas implicações políticas. Nas páginas a seguir serão apontadas algumas questões referentes ao problema do verde em relação às proposições desta dissertação, mas que necessitam de amplas pesquisas para revelar seu uso cada vez mais implicado na reiteração das bases críticas desta sociedade.

sujeitos, têm de agir em consonância com aquilo que se impõe como sustentabilidade ambiental. Não há quem se julgue inimigo da natureza, e dessa forma a questão ambiental deve ser incorporada de forma totalitária e acrítica, até mesmo porque a crítica que possibilita desvelar a razão de ser dos problemas em relação ao meio ambiente é aquela que atinge os limites do próprio capital.

Foto 5 – Vista da Av. Eng. Eiras Garcia na altura da Vila Nova Esperança. À esquerda encontram-se as únicas casas com endereço formal. São, portanto, aquelas que recebem as correspondências via correios para todos os moradores. À direita, a grade que cerca o Parque Tizo. Autor: Fernando Messias, Abr/2011

É no cerne deste discurso que as dificuldades para a manutenção da comunidade desataram a incorporação da sustentabilidade ambiental nas ações cotidianas das famílias moradoras. A manutenção dos limites do Parque com a Comunidade foi assumida pelos próprios moradores para mostrar um equilíbrio possível entre ambos. A Secretaria do Meio Ambiente passou a ser notificada sobre qualquer animal que por ventura apareça nas mediações da Vila. Isso se faz necessário, inclusive, para se contrapor a uma reportagem do Estado de São Paulo¹⁵⁷ de 2009 sobre a Comunidade e seus impactos no Parque Tizo que chamava atenção para uma cobra morta por um morador. Assim, a comunidade

¹⁵⁷ *Esgoto ameaça parque Tizo*. O Estado de São Paulo, 9 de março de 2009.

procurou assumir hábitos em suposta “harmonia” com a natureza local, pois se acredita que a continuidade da degradação ambiental seria o maior inimigo para a sua permanência. Além disso, com grande afincamento tem-se buscado um projeto de uma “ecovila”, no sentido de traçar parâmetros de uma urbanização em termos ambientais sustentáveis para a Vila Nova Esperança.

Os impasses em relação à continuidade remetem também a outros aspectos. Segundo a análise de Meire, ativista social do movimento por moradia de São Paulo, em relato de maio de 2011, as grandes pressões que atingem a Vila fazem necessárias muitas frentes de luta, pois as investidas da CDHU até então havia sido inúmeras no sentido de enfraquecer o movimento da Vila Nova Esperança. Todavia, o que mais debilita a possibilidade da manutenção dos moradores consistia, segundo a ativista social, à ação de um dos promotores do Meio Ambiente, o qual alegou, em audiência pública, se referindo aos moradores: “ou vocês sairão por bem, ou sairão por mal”.

Ainda, Meire faz uma observação digna de nota: “não há mais terras para a produção de moradias populares no Butantã”. Isso significa que, uma vez retiradas as famílias da Vila Nova Esperança, a dificuldade de realocá-las nas proximidades seria evidente. Provavelmente, elas teriam de se estabelecer em áreas mais longínquas, a exemplo de Cotia, conforme a proposta para 80 famílias oferecida pela CDHU. Jandira, Itapevi e Carapicuíba também são apontadas pela ativista do movimento dos sem teto como o limite para onde é possível essas pessoas constituírem suas moradias na porção oeste da metrópole paulistana¹⁵⁸.

Assim, diante deste contexto, o horizonte para Meire, em se considerando a não permanência da Comunidade, será aquele baseado na luta pelo aluguel social para estas famílias. Ele seria a única forma destas permanecerem nas proximidades do bairro em que moram há anos, mantendo assim os seus vínculos com trabalho e vizinhança, além de poderem optar por moradia em casas térreas, preferência da grande maioria que luta para permanecer no local. Os financiamentos oferecidos

¹⁵⁸ A propósito disto, de todas as regiões do município de São Paulo, a região oeste é a única em que não consta nenhum estudo ou projeção de construção de unidades habitacionais sob os auspícios da CDHU na atualidade. Prevê-se a construção de unidades em outros municípios, a exemplo de Carapicuíba, com 888, e Osasco, com 640. Embora se necessite de uma pesquisa de ampla envergadura para averiguar a situação geográfica de tais empreendimentos na metrópole de São Paulo, é possível antever que a tendência da produção dos conjuntos habitacionais, no seu eixo oeste, encontra-se para além dos limites do município de São Paulo.

pela CDHU não são possíveis de contemplar boa parte das famílias, pois a renda da maioria é baixa, e o valor máximo financiado por tais rendas não permitiria a compra de um imóvel na região. Sendo assim, a suposta resolução acaba sendo, na maioria das vezes, a conformação de sem teto em São Paulo.

Não foram poucas as vezes que ativistas sociais apresentaram o *Programa Minha Casa Minha Vida* para os moradores. No entanto, não houve nenhuma adesão na Vila. Inclusive, há grande repulsa em relação àqueles que chegam com propostas de financiamentos longos para aquisição formal da casa. Uma das moradoras engajadas com o movimento político da Vila Nova Esperança alega: “-Não preciso de financiamento. Minha casa eu já tenho. Eu preciso de regularização. Querem que eu pague de novo por outra casa?”. Este posicionamento atinge a grande maioria dos moradores e denota imensa resistência em adquirir a casa própria através do financiamento. Por trás desta questão também se encontra o distanciamento a que estariam sujeitas tais residências, haja vista os preços altos que correspondem, de forma geral, a região do Butantã, para os moradores da Vila Nova Esperança.

4.4.2 Formas de consciência no âmago da reprodução crítica da força de trabalho.

Os imbróglis judiciais tornaram comuns a demanda por dinheiro para sanar as custas processuais envolvidas à situação da Vila Nova Esperança. Não sem razão os moradores buscam alternativas coletivas para obterem o dinheiro necessário a estas despesas. No entanto, o sentido contido em algumas manobras por eles realizadas aponta para alguns dos limites desta forma de sociabilidade e o que chamamos de reprodução social crítica a partir da Vila Nova Esperança nesta dissertação.

Desde o início, as despesas judiciais recaíam sob a representantes da Comunidade. Não foram poucas as vezes que em rateios coletivos, por poucos assumirem a parte que lhes cabiam, demandaram que eles completassem com dinheiro de sua renda ou mesmo de empréstimos. Por essa razão, houve iniciativa

de sua parte na direção de promover situações para arrecadar dinheiro na própria Vila, a exemplo da feijoada coletiva, das pechinchas e da festa junina. Todas estas se colocam no intuito de solucionar o problema das exigências que passaram a incidir sobre a Vila após o imbróglio jurídico ressaltado neste capítulo. Todavia, ocorre que os esforços nessa direção não se apresentam sem contradições e desvelam, em alguma medida, aspectos da reposição dos fundamentos desta forma específica de sociabilidade.

As pechinchas, por exemplo, foram realizadas com doações de itens usados, como roupas, calçados e móveis, utensílios domésticos, entre outros. Assim como em todas as atividades que envolviam desprendimento dos moradores, houve dificuldades de mobilizá-los em quantidade suficiente para não sobrecarregar aqueles que se dispuseram a organizar esses bazares¹⁵⁹. Além disso, há que se destacar outra dificuldade em relação às pechinchas: os valores módicos adquiridos, pois os produtos eram vendidos, em sua maioria, a não mais que um real. Ainda, é importante mencionar também os casos fiados não pagos e de furtos de objetos, o que também contribuiu para o fim dessa estratégia na Vila, pois subvertia o sentido coletivo pressuposto nesta iniciativa.

Já a festa junina consistia-se em uma possibilidade pelo período do ano: entre junho e julho de 2011. Esta festividade foi um momento nitidamente marcado pelo encontro dos moradores na rua do bar da comunidade. Nesses termos, pelo bar constituir uma centralidade na Vila, centralidade essa expandida no momento da festa junina para a rua, cabe-nos uma aproximação no significado que a festa assume neste contexto para avançar nas reflexões finais dessa dissertação.

O intuito da festa era promover a venda de alimentos típicos para arrecadação de um valor que pudesse cobrir as despesas com um topógrafo contratado para atestar se as terras estão dentro ou fora do parque Tizo, conforme fora solicitado pelo advogado da Vila. O valor deste serviço ficou avaliado em três mil reais, e a urgência era grande para saná-lo. Por essa razão, os moradores doaram alimentos para a produção de doces, bolos, salgados, embora tenha sido

¹⁵⁹ Por essa razão, possui sentido na burocratização de movimentos sociais, a exemplo da constituição do movimento do Distrito, a contratação de funcionários de modo a distribuir as atividades e atribuir funções em jornadas específicas de trabalho. Neste caso, o movimento particular da Vila Nova Esperança não conseguiu se estabelecer de modo a permitir tais relações devido à falta de dinheiro, o que culmina na dificuldade de divisão de tarefas coletivas, pois elas estão submetidas à condição de voluntarismo.

necessário ainda o auxílio de alguns representantes para completar o que faltava. Houve também barracas de pesca para as crianças.

Embora, a princípio, as razões de ser da festa estejam no plano da realização de uma demanda coletiva, o fato é que o momento da centralidade criado pela festa foi usufruído por inúmeros moradores que fizeram uso delas para promover vendas não em razão da Associação, mas sim com intuito de ganho individual. Não nos foi possível vislumbrar isso no momento da festa¹⁶⁰, porém, no dia posterior, um dos representantes alegou que através do evento havia rendido um “bom dinheiro” (algo por volta de R\$ 600), mas que se não fosse a ação de moradores que venderam produtos próprios, a renda seria maior.

A sobreposição de ações individuais aparece também no plano de lotes que, diante da saída de 50 famílias no primeiro semestre de 2011, por terem aceitado as unidades da CDHU em Cotia, foram incorporados à ampliação de casas e de comércios. De acordo com a líder comunitária, bastou a saída destas famílias para surgirem embates em relação a quem ficariam com os lotes. Sua fala aponta que alguns moradores que conseguiram adquirir o controle de tais lotes reconstruíram casas para alugar, ampliaram suas casas ou construíram estabelecimentos, a exemplo do Sacolão Vila Nova Esperança e a distribuidora de gás. Alega também que essas iniciativas podem prejudicariam a Vila nos desdobramentos dos processos atuais, mas a Associação não tem condições de impedir a ocupação de todos os lotes. Apesar disso, ela sempre procura mediar e resolver os problemas envoltos à ocupação deste.

Verificamos, portanto, que diante do conflito judicial, os lotes de terras não deixam de ser reiterados no interior de uma racionalidade abstrata, da qual os mesmo aparecem inclusive sendo comercializados com grande frequência. Sr Joel, morador há 16 anos na Vila Nova Esperança, menciona indivíduos solicitando cifras distintas no interior da Comunidade, de mil até dez mil reais em residências.

Quando as despesas começaram a recair sobre os moradores, membros da Associação sugeriram à líder comunitária a venda de um lote para suprir a demanda por dinheiro que se visualizava. Um deles havia conseguido um indivíduo

¹⁶⁰ No momento da festa o pesquisador que aqui possui proximidade com a Comunidade estava auxiliando a Associação dos moradores com as vendas de doces.

que aceitou adquirir um lote grande por 15 mil reais, o que foi refutado pela líder. Há uma tentativa, segundo ela, de não acumular fatos que possam prejudicar o andamento dos processos judiciais. Dessa forma, indaga-nos: “como vou vender algo que não é meu?”. Inclusive, prossegue: “se tivesse aceitado, seria uma complicação para a Vila hoje”. Esse dado nos parece como um dos fatos passíveis de explicar a cisão de dois grupos no interior da Associação de moradores.

Os embates entre a líder da Associação e alguns de seus membros remetem a outros momentos¹⁶¹. Foi oferecido a possibilidade de entrada no processo de usucapião pelo advogado que passou a levar a causa da Vila adiante, cujo preço ficou orçado inicialmente em 7 mil reais por família. Após a contestação deste valor pela líder comunitária, o advogado reduziu para 3 mil reais. Entretanto, o valor ainda extrapolava os limites a que os moradores poderiam sanar. Por essa razão, um número muito reduzido de moradores acionou o processo de usucapião neste momento, entre 2010 e 2011. A partir deste episódio, não foram raros os momentos em que a fragmentação no interior do Movimento dos moradores da Vila Nova Esperança foi explicitada¹⁶².

O limiar da oposição entre moradores e representantes ocorre mediante a entrada dos advogados ligados ao Movimento de luta por moradia de São Paulo. Maciel, o advogado representante da Vila, mostrou-se ressabiado com o auxílio de ambos, pois para ele “pareciam mais políticos que advogados”. No entanto, a líder comunitária aproximou-se de Dito e de Juliana quando havia sido anunciada a ordem de despejo no batalhão da polícia militar local em setembro de 2011. A articulação dos dois advogados foi crucial para a suspensão momentânea de tal

¹⁶¹ Cabe ressaltar também o conflito existente entre os moradores e os ex-moradores da Comunidade, que aceitaram o financiamento do CDHU em Cotia. Essas desavenças não permitiram a aproximação com a ex-líder comunitária, que algumas vezes esteve na Vila para visitar sua irmã, pois a mesma sempre se negou fornecer algum relato sobre a mudança para Cotia. O fato é que estes antigos residentes da Vila Nova Esperança entraram com um processo contra a CDHU na situação da permanência da Comunidade, pois neste caso mostraria um significativo ônus dessas famílias que aderiram aos financiamentos com a perda da casa. Há inclusive, um grande embate entre alguns indivíduos que foram para Cotia, mas procuraram manter suas residências para parentes ou locação, e a Associação dos moradores. Há indícios de ex-moradores que querem voltar, devido à distância e à dificuldade de quitação do financiamento, o que não possível averiguar devido ao tempo da pesquisa.

¹⁶² O advogado que assumiu a causa da Vila tem ligações estreitas com 2 representantes da Associação, pois os mesmos trabalham diretamente para ele em seu escritório. As motivações não são evidentes, mas o fato é que houve uma divisão em 2 grupos: aqueles que “apoiam” e aqueles que se “colocavam contra” o advogado.

ordem, diz um dos representantes, mas não foi suficiente para retirar a disputa no interior do movimento.

Desde então, Dito e Juliana buscaram negociações com vistas à reconsideração sobre o desfecho do processo. Desse modo, conseguiram promover reuniões entre CDHU e Ministério Público, nas quais ficaram acordadas que a saída dos moradores ficaria condicionada à garantia de uma moradia próxima às adjacências de onde residem hoje.

No entanto, diante da iminência da retirada forçada, o grupo avesso aos advogados do Movimento por moradia insistia que a líder comunitária deveria manter a postura de manutenção da Vila Nova Esperança. Aceitar uma negociação apareceu como uma forma de entregar a causa, pois o Sr. Maciel alegava que o interdito proibitório, que tramitava na 4ª Vara em Pinheiros, daria respaldo à manutenção dos moradores.

De acordo com Dito, o problema reside no fato de qualquer juiz em primeira instância não ter condições de interferir nas arguições do processo que tramita na 8ª Vara. Por essa razão, a questão única que pode reencaminhar as decisões do juiz em relação à Ação Civil Pública para a análise da origem das terras, pois, caso as mesmas não pertençam à CDHU, este elemento não permitiria a retirada de antemão da comunidade – o que não implica, no entanto, a permanência dos moradores. Por essa, o desenrolar do processo requereu a ação de um 2º perito para medir as terras de modo a coletar informações técnicas a fim de averiguar se os lotes em que se situa a Vila Nova Esperança estão, de fato, juridicamente sob o domínio da CDHU. Novamente, de acordo com o levantamento topográfico, constou-se que a área não coincide com a propriedade da CDHU¹⁶³, o que tem sido refutado pelo Ministério Público.

O fato da Vila Nova Esperança se situar fora da delimitação do Parque TIZO no decreto que o institui, bem como no Plano diretor da implantação deste, não se constituem em uma premissa para o Processo cessar e desconsiderar a saída dos moradores. Há uma tentativa, por parte do Ministério Público, de criar um decreto que exija a saída da Vila Nova Esperança devido à contaminação das áreas

¹⁶³ O topógrafo que realizou este serviço sob a orientação do Sr. Maciel trouxe uma dívida significativa para a Associação dos moradores e não foi aceito no decorrer do processo. Os dados colhidos pelo topógrafo, para serem considerados no processo, deveria proceder da solicitação do juiz.

contíguas, bem como a ampliação da área do Parque. A tentativa que se visualiza é de criar brechas jurídicas para a retirada dos moradores, como alega o advogado Dito.

Foto 6 – Apesar da situação vivenciada pelos moradores, verifica-se uma constante tentativa de vendas das casas na Vila Nova Esperança. Na foto acima há dois exemplos dos vários imóveis postos à venda. Março/2011.

Foto 7 – Demolição efetuada pela CDHU no início de 2011. Algumas delas foram ocupadas e incorporadas em uma dinâmica de reconstrução/ampliação de casas para as famílias que permaneceram. Autor: Fernando Messias. Março/2011.

Foto 8 – Nesta foto visualiza-se em primeiro plano à esquerda o bar e ao fundo a barraca de doces. Os moradores expuseram algumas luzes de suas casas, pois não há iluminação pública nas vias, excetuando-se a Av.Eng. Eiras Garcia. Jun/2011

Tendo em vista as negociações que se vislumbram entre Ministério Público, CDHU e Vila Nova Esperança, os advogados do Movimento de luta por moradia de São Paulo sugeriram que o estatuto da Associação dos moradores da Vila Nova Esperança deveria ser modificado, pois nele encontravam-se problemas que poderiam inviabilizar os acordos entre as partes, além de facilitar a busca por projetos para a Comunidade. Entre as modificações destaque-se o impedimento de terceiros se apropriarem de bens que estão sob os auspícios da Associação dos moradores. A mudança do estatuto, no entanto, foi rebatida por Sr. Maciel, que a viu como desnecessária e sem fundamento.

Se a princípio a postura do Sr. Maciel diante disso foi inesperada, um dos representantes nos informou a respeito de interesses que podem estar em jogo. Isto porque em junho de 2012, período em que as alterações do estatuto foram encaminhadas, representantes da Associação disseram que, em se considerando o ganho de causa para a Vila, havia garantias que os terrenos abandonados pelos moradores cuja saída ocorreu com o financiamento da CDHU darão dinheiro à Associação depois do ganho da causa. Isso serviu para alguns dos representantes apontarem essa questão como uma das razões pelas quais o Advogado e aqueles que estão do seu lado optem pela continuidade do processo e pela recusa de um terreno destinado ao acolhimento das famílias. Inclusive, a reelaboração do estatuto da Associação dos moradores, na qual incluía uma cláusula que proibia a apropriação de qualquer morador de bens que por ventura viesse a cair nas mãos da Vila, foi rebatida pelo advogado e demais moradores por essa razão. Aliás, as incitações realizadas por moradores, que pediam seu afastamento, talvez encontrem sua justificativa nessa consideração.

A exposição destes aspectos do cotidiano dos moradores aponta para um momento em que os desdobramentos jurídicos incitaram práticas que efetivam formas de consciência. Segundo o raciocínio contido nesta dissertação, essas práticas devem ser compreendidas nas dimensões exigidas pelo processo de reificação e, por conseguinte, da efetividade de uma consciência afirmativa da lógica do capital. Lukács menciona que a objetividade burocrática e jurídica conformam elementos essenciais na constituição da “submissão necessária e total” dos indivíduos a “um sistema de relação entre coisas.” (Lukács, 2003: 221). Neste ponto,

visualizamos as ações dos moradores da Vila Nova Esperança no limiar das possibilidades que sugere esta forma de sociabilidade.

A universalidade do direito deve ser compreendida como a generalização da racionalidade do capital, compondo assim a determinação aparente dos processos sociais. Ademais, verificamos que no momento atual não apenas a “classe burguesa revolucionária recusa ver na *existência* de uma relação jurídica, em sua facticidade, o fundamento de sua *validade*” (LUKÁCS, 2003:235, grifo do autor), mas sim todo e qualquer indivíduo, independente de sua classe. É importante reconhecer, logo, que o conteúdo do direito não pode ser revelado pelas suas categorias formais, inculcadas na consciência dos indivíduos. A compreensão passível de se fazer do direito, nesses termos, transforma o seu sentido e sua gênese “em algo tão incompreensível quanto a crise para a economia política”. (LUKÁCS, 2003:237).

4.4.3 Gato do gato e o trabalho em sua forma negativa no cerne da reprodução periférica da metrópole.

O que desejamos expor em linhas gerais nesta seção refere-se ao âmbito de uma inserção econômica específica dos moradores da Comunidade. Acreditamos que esta possa contribuir na construção de nossa interpretação a respeito da lógica em que se assenta a reprodução social crítica tendo como ponto de partida este fragmento da metrópole de São Paulo na atualidade. Procuraremos discorrer nos parágrafos a seguir sobre uma das formas em que alguns dos moradores da Comunidade, compreendidos enquanto *sujeitos monetários sem dinheiro*, inserem-se economicamente, e expressam uma das múltiplas formas em que estes indivíduos se repõem nesta sociedade buscando adquirir dinheiro perante a crise do trabalho e seus desdobramentos.

Diante da não chegada da energia elétrica, os moradores da Vila Nova Esperança criaram instalações ilegais, os chamados “*gatos*” para suas casas¹⁶⁴.

¹⁶⁴ O fornecimento formal de energia elétrica pela ELETROPAULO não se faz ainda, apesar de todas as mobilizações da Comunidade, devido aos conflitos judiciais em relação à área. Em reunião com os moradores na tentativa de retirá-los, Luiz Eduardo Ismael Lutti, o chamado promotor do meio ambiente, disse, em tom

Chama atenção que a constituição de redes para o fornecimento de energia elétrica se fez através de inúmeras articulações, compondo inclusive um mercado a partir dos gatos e da eletricidade frente ao não atendimento formal da mesma.

Para usufruir de um “gato”, exige-se mão de obra, bem como os dispêndios que a mesma demanda; assim, alguns moradores da Vila prestam serviços constantes devido às instalações e sua manutenção. Estes se especializam nas demandas dos serviços elétricos, sempre deflagradas devido à escassez e à precariedade com que a rede é instalada. Muitos deles sobrevivem de bicos, sendo estes realizadas no bairro dos mais importantes para o orçamento da maioria deles. Geralmente o eletricitista que instalou o *gato* fica responsável pela sua manutenção, e será sempre acionado em situações de interrupção ou queda da intensidade do fornecimento. Embora esta instabilidade se deva à própria condição das instalações, o fato é que ela é incitada muitas vezes graças aos *gatos* que se fazem nos *gatos*, o que torna recorrente o serviço dos eletricitistas da Comunidade.

Isto ocorre porque o dispêndio necessário à aquisição de energia elétrica é alto e faz com que algumas famílias não o possam sanar. Por essa razão ocorre o fato mencionado: algumas famílias procuram obter energia das instalações realizadas por terceiros, o que reduz sobremaneira sua intensidade, já comprometida pela precariedade da transmissão possível nos termos em que se encontra a Comunidade. A partir daí surge a necessidade de averiguar as prováveis ligações indevidas, necessitando dos serviços dos eletricitistas para a busca dos “*gatos*” realizados sem o consentimento de seu dono.

Ressalte-se que muitos gatos são coletivos, uma vez que algumas casas se unem para pagar o custo da sua instalação e manutenção. Em alguns casos, é necessário mais de um gato para suprir a necessidade de energia elétrica da casa, pois alguns são exclusivos apenas para lâmpadas, dada sua capacidade de transmissão. Somente aqueles que transmitem em quantidade maior eletricidade, é que podem ser utilizados para geladeiras e chuveiro elétrico.

Nesse contexto, a energia elétrica torna-se uma moeda de troca, sendo um exemplo comum a função que a mesma adquire no pagamento de aluguel através

alterado, segundo moradores: “nem que Deus desça à Terra, vocês terão energia elétrica”. Apesar disso, o movimento pela busca do serviço básico de energia elétrica não cessou e atualmente conta com advogados que buscam amparo na legislação.

da concessão de uso de instalações. A família que, por ter improvisado a garagem para a mercearia, concede luz ao vizinho para usufruir da garagem. Neste caso trata-se de luz para lâmpadas, cabendo em relações de troca mais expressivas, como o desfrute de uma casa, o equivalente de um “*gato*” para geladeira e chuveiro.

A condição assumida pelos gatos na Vila Nova Esperança nos remete à necessária função do dinheiro na sociedade capitalista. Se o dinheiro constitui-se em um momento do desdobramento da contradição no interior da mercadoria¹⁶⁵, verificamos que, em se tratando de um momento de generalização de crise das relações sociais, surgem elementos cotidianos com a função de equivalente geral em determinados contextos sociais, como no caso da energia elétrica na Vila Nova Esperança. Desta função de equivalente, que na exposição de Marx se revela como uma necessidade posta na lógica imante à própria mercadoria, qual seja a de permitir a generalização da troca, é possível deduzir a forma dinheiro, a qual se atrela não necessariamente ao dinheiro impresso em se tratando de momentos da reprodução crítica da força de trabalho. Por essa razão, a medida de valor, diante de sua crise, se realiza sob os mais distintos meios. Nessa direção, Rocha (2000) expôs esta função assumida pelos passes de ônibus, que, como os *gatos* aqui apresentados, despontam em múltiplas situações de *sujeitos monetários sem dinheiro*, pois a escassez de dinheiro não significa sua supressão enquanto mediador no cerne da consciência monetária não superada. Isso significa que no caso específico aqui apontado, o trabalho contido nos gatos é posto em uma média que deve mediar trocas, efetivando assim uma forma possível de realizar a sociabilidade pelo valor, negativamente.

Por essa razão, o imprevisto na Vila Nova Esperança, para além de mostrar a espontaneidade e a criatividade dessa sociedade, revela seus limites e as determinações críticas com as quais o suposto espontâneo e imprevisto estão atrelados. É importante reconhecer que essa urbanização, traduzida pela ausência do urbano, ou urbanização crítica nas palavras de Damiani, cria uma dinâmica particular, embora não se possa perder de vista que a mesma está imersa no mundo

¹⁶⁵ Marx procurou o sentido lógico da forma dinheiro a partir das relações de troca tendo como pressuposto um percurso no qual as relações de valor das mercadorias, desde a mais simples às mais acabadas – ou melhor, da forma simples à forma dinheiro –, se impõem como uma necessidade derivada de uma oposição interna à própria mercadoria.

mercadoria e na sua forma monetária. A consciência monetarizada está posta e alcança relações que não fazem uso concreto do dinheiro, o que pode ser observado pela equivalência pressuposta nas trocas de supostos favores e serviços¹⁶⁶. A compreensão que se faz dessa realidade através de centralidades vividas¹⁶⁷ (SERPA, 2011) em busca do cotidiano e das diferenças, não é suficiente para alcançar essa dimensão da qual precisamos realçar. Por essa razão, procuramos expor aqui a luta pela sobrevivência, nas amplas formas por ela assumidas, como uma possibilidade de revelar uma reprodução social crítica.

¹⁶⁶A construção dos dois circuitos da economia empreendida por Santos (2002) procura abarcar essa dinâmica da reprodução dos pobres, compreendida por Serpa (2011:102) como um “circuito econômico não moderno, que engloba a pequena produção manufatureira, o pequeno comércio e a multiplicidade de serviços de toda espécie.” Contestamos essa abordagem acerca das relações de sobrevivência enquanto não modernas, haja vista que estão inseridas no mundo mercadoria e são por ele determinadas, em que pesem suas diferentes formas de ser.

¹⁶⁷“(…) é preciso reconhecer os lugares populares das metrópoles como centrais para o cotidiano e a vida, desfazendo paulatinamente a ideia de uma hierarquia de centros e assumindo o princípio de que todos os lugares são centralidades potenciais e merecem destaque na produção do conhecimento geográfico” (SERPA, 2011:105).

Fotos 9 e 10 – Estas fotografias captam a densidade dos gatos e os riscos que apresentam devido a proximidades entre si. Alguns fios se mostram mais resistentes que outros, sendo que, na melhor das hipóteses, os gatos ficam até 6 meses sem apresentar problemas. Após este período são necessários reparos constantes ou mesmo a troca da instalação por conta dos desgastes da mesma.

Foto 11 – A Vila Nova Esperança sob a perspectiva aérea retida pela Folha de São Paulo em 18 de julho de 2011 em reportagem intitulada de “pressão imobiliária deixa cidade ‘ilhada’ por favelas”. À direita, situa-se o Parque Tizo, e à esquerda, área sob a propriedade da Caixa Beneficente da Polícia Militar. Fonte: Folha de São Paulo

Foto 12 – Vista do terceiro piso ainda em construção da moradora Lia. No primeiro encontram-se, em declive, casas da Vila Nova Esperança. No segundo plano, à esquerda, verifica-se uma área que tangencia o Parque Tizo destinada à ampliação do condomínio de médio padrão, o Jd.Amaralina, enquanto que à direita situa-se a vegetação de um terreno de grandes proporções cujos donos não nos foi possível identificar na pesquisa. Ao fundo encontra-se o bairro João XXIII e suas adjacências. Março/2011

Considerações Finais

Estas páginas finais da dissertação reservam-se a expor algumas observações a respeito do nosso objetivo proposto, cujo norte consistiu em trazer ao debate a modernização brasileira na sua condição periférica a partir de um fragmento da metrópole de São Paulo. Não se trata de preencher as lacunas que certamente se fizeram presentes no decorrer de nossa discussão. Tampouco constitui nosso esforço nessas páginas chegar a elementos conclusivos. Procuramos, na realidade, traçar argumentos possíveis a partir da exposição realizada, constituídos no cerne do momento particular de nossa reflexão, a qual não se pretende surgir como a verdade última a respeito das questões pelas quais se debruça, mas incitar um necessário e urgente debate.

A pesquisa apresentada nesta dissertação consubstanciou uma interpretação heterodoxa a respeito da crise do trabalho e das periferias urbanas no que concerne à discussão no interior da geografia enquanto campo disciplinar. Isso significa que o nosso esforço para construir um caminho no qual seja possível a apreensão da realidade em sua essência procurou em alguma medida superar delimitações rígidas e conceituais dos campos disciplinares, pois se tornou lugar comum o conhecimento constituir-se, ele próprio, como um fragmento. Compreendemos isso como um sentido sugerido pela própria sociedade moderna, uma vez que o movimento da divisão social do trabalho dilui a realidade enquanto totalidade, tanto em relação à prática, quanto em relação ao plano da consciência. Dessa forma, verificamos a urgência de uma reflexão crítica capaz de resgatar a totalidade como o método posto a superar a consciência inconsciente desta forma social, reforçada e amplificada pelo desenvolvimento da ciência moderna. Esse percurso cada vez mais promissor da ciência em tornar a realidade cognoscível, apenas se fez fragmentando a realidade e, sendo assim, excluindo qualquer possibilidade de crítica a si e aos nexos que a determinam. São estas perspectivas que buscamos superar, pois a ciência moderna,

quanto mais desenvolvida e científica ela for, maior é sua probabilidade de se tornar um sistema formalmente fechado de leis parciais e especiais, para o qual o mundo que se encontra fora do

seu domínio e sobretudo a matéria que ela tem por tarefa conhecer, ou seja, *seu próprio substrato concreto de realidade*, passa sistemática e fundamentalmente por *inapreensível*. (...) Quanto mais uma ciência moderna for desenvolvida, quanto mais ela alcançar uma visão metódica e clara de si mesma, tanto mais voltará as costas aos problemas ontológicos de sua esfera e os eliminará resolutamente do domínio de conceitualização que forjou. (LUKÁCS, 2003:229).

Nessa direção, os passos das ciências parcelares que não raro deixam de compreender a fragmentação formal dos processos sociais como um momento a ser superado pela análise, não desvelam os processos aos quais lhes conferem efetividade, de modo que acabam afirmando essa realidade e sua consciência reificada. Sob este prisma, passam despercebidas as formas de dominação imanentes às relações capitalistas, pois se torna impossível desvelar as relações basilares e fundamentais da realidade social. Assim, as leis postas às costas dos indivíduos são reiteradas inclusive no plano da reflexão teórica, como aponta o excerto de Lukács:

o mundo reificado aparece doravante de maneira definitiva (...) como o único mundo possível, conceitualmente acessível e compreensível, que é dado a nós, os homens. Se isso suscita a transfiguração, a resignação ou o desespero, se eventualmente busca um caminho que leve à 'vida' por meio de uma experiência mística e irracional, *em nada muda a natureza dessa situação*. Ao limitar-se a estudar as 'possíveis condições' da validade das formas nas quais se manifesta seu ser subjacente, o pensamento burguês fecha a via que leva a uma maneira de colocar os problemas claramente, às questões relativas ao surgimento e ao desaparecimento, relativas à essência real e ao substrato dessas formas. (LUKÁCS, 2003:239, grifo nosso).

Não sem razão nossa dissertação não recai na defesa incontestada de padrões sociais distributivistas, tampouco nos chavões de cidadania e desenvolvimento sustentável, que emanam dentro e fora do conhecimento acadêmico. Se tais perspectivas nos respaldassem, estaríamos inclusos na afirmação das variações possíveis de manifestação do princípio desta forma social. Tais caminhos, como já alertava Lukács, se abstêm de compreender as contradições inerentes e fundantes desta sociedade e são resultados de processos que repõem os termos reificados, os quais reportam a suas possíveis formas de consciências. Nessa mesma direção, a modernização periférica e o engajamento

que engendrou sob o escopo do nacional-desenvolvimentismo, devem ser lidos como um movimento incapaz de conter uma crítica à razão de ser do capital. Se o processo de industrialização na periferia do capitalismo aparecia como a possibilidade de reverter o sentido histórico de nações com passado colonial, como o Brasil, o esgotamento do fôlego em que se instauravam tais prerrogativas deve ser visto como um limite objetivo a esta forma de sociabilidade. Sendo assim, baseando-nos na leitura de Schwarz (1999), o sentido do século XX, no contexto brasileiro, ao aparecer como uma possível ruptura sob as vicissitudes do nacional-desenvolvimentismo, é implodido diante das impossibilidades históricas de realizar as tarefas que a si se colocara. Por essa razão, na leitura pertinente de Schwarz (1999), o fim do século XX, para o Brasil, se efetiva antes mesmo dos anos 2000, pois

ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia dinheiro. Nas novas condições de tecnologia, as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social do país se haviam tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis. O nacional desenvolvimentismo entrava em desagregação – e começava o período contemporâneo, que (...) poderíamos chamar de ‘nosso fim de século’”. (SCHWARZ, 1999:158).

Convém apontar, no entanto, que os dados históricos capazes de apontar o esmorecimento das premissas do desenvolvimentismo não se culminam no abandono de um projeto levado a cabo na periferia capitalista em efetivar um padrão de desenvolvimento capitalista baseado no *Welfare State*. Pelo contrário, tais prerrogativas, ao redimensionarem o problema, inserindo-o no cerne do fundo público em uma concepção distributivista deste, eleva os países centrais, sob o terreno do Estado do Bem Estar Social e isento das contradições fundamentais do capitalismo, a uma forma possível e alternativa à condição assumida pelos países periféricos. Assim, estas perspectivas não trazem em si uma indagação a respeito da modernização propriamente dita, pois ainda permanecem demarcadas pelo mote nacionalista e desenvolvimentista, de modo que “a modernidade no caso se apresenta como estável, à espera e ao alcance da mão, além de encarnada positivamente nas nações que nos servem de modelo”. (SCHWARZ, 1999:161)

A construção do conhecimento no interior do nosso percurso pretendeu ir à direção das questões envoltas à forma social a qual corresponde esta forma de ser da modernização, e não aquilo que dela se diferencia. Por essa razão, verificamos a validade do argumento de Schwarz, pois o terreno sob o qual nos debruçamos nesta dissertação referiu-se à “constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias”. (SCHWARZ, 2006:31). Não nos coube, assim, colocar a Vila Nova Esperança, no cerne desta realidade periférica, como supostos desvios – para usar a designação de Schwarz – presentes a nossa condição enquanto Estado-Nação. Tratou-se de vê-la como uma das formas sociais particulares em que se objetiva a universalidade dos fundamentos monetários e, logo, abstratos desta sociedade capitalista.

Portanto, em se considerando o caráter específico e contraditório desta forma social, verificamos que seus desdobramentos revelam a sua universalidade que ainda não fora superada – apresentada aqui pela especificidade da Vila Nova Esperança. Arantes (2004) nos trás a interpretação do momento contemporâneo diante de um processo de *brasilianização* do mundo, no qual características imanentes à formação brasileira, em relação aos seus problemas sociais históricos reiterados, longe de serem superados, se amplificam de modo a não se tratarem de excepcionalidades, mas de uma condição que se generaliza mundo a fora¹⁶⁸. Esta questão revela, de acordo com nossos referenciais, a impossibilidade de levar a termo as premissas colocadas pela própria modernização; ou melhor, que ela, a modernização, leva a um pensamento ilusório no sentido de obscurecer a impossibilidade dos homens regerem suas leis fundamentais.

Aproximando a questão para as periferias urbanas, como foi o propósito da dissertação, verificamos a necessidade de um amplo debate de modo a fornecer elementos na direção de uma crítica efetiva aos fundamentos desta forma de sociabilidade. Aqui apenas pudemos incitar o início de algumas reflexões. Se os termos de uma super-exploração do trabalho não traduzem a amplitude dos processos atuais em se tratando da reprodução da força de trabalho na periferia

¹⁶⁸ O autor disserta a esse respeito trazendo países centrais – a exemplo de Estados Unidos e França – e aponta para uma crise das condições de reprodução da vida dos indivíduos que toma proporções cada vez mais significativas. Apesar de nuances importantes de país para país, o importante na exposição de Arantes (2006) é mostrar que o padrão sobre o qual referenciava grande parte das ciências sociais na periferia capitalista perde o fôlego e mostra um limite a que está sujeito, para além de ações conscientes e planejadas.

metropolitana de São Paulo, também é necessário questionar, a partir de nossos argumentos, a pertinência do argumento de Harvey (2004), a respeito da reposição dos fatores que se colocam latentes a um movimento posterior e indelével de acumulação do capital¹⁶⁹. O esforço de nossos argumentos foi de situar a dimensão da crise como uma imanência do capital na direção de que a mesma surge, sob o caráter da modernização hodierna, como determinante dos processos aqui verificados a partir da Vila Nova Esperança.

Assim sendo, a reprodução de periferias urbanas se efetiva no cerne da expansão crítica do capital, cuja efetividade recai sobre a reprodução dos indivíduos de modo avassalador, revelando-se em um processo de generalização da crise que lhe define. As formas de consciência que emanam deste processo não são casualidades, mas se conformam em uma simultaneidade necessária à reposição dos seus fundamentos, e, por conseguinte, as compreendemos como uma derivação desta objetividade social.

Portanto, a reflexão crítica, ao localizar os fundamentos desta forma social, deve reconhecer o movimento desta realidade inclusive ao plano da consciência. Isto deve levar ao redimensionamento, inclusive, dos termos em que se efetiva a dominação da sociabilidade sob a égide do capital. Desse modo, reconhecemos a fantasmagoria inerente ao invólucro da forma-valor como o sentido que impossibilita o reconhecimento por parte dos indivíduos das forças as quais estão sujeitos. Por essa razão, “aquilo que os indivíduos atualmente percebem como sendo sua heteronomia é, desde sempre, um funcionamento abstrato do sistema, o qual já não é absorvido por nenhuma subjetividade”. (KURZ, 2011:226). O problema posto na condição da Vila Nova Esperança não deve se reportar a questões legais a não ser fetichisticamente, pois que as inadequações jurídicas que se desdobram devem ser vistas como uma condição própria à generalização da forma-mercadoria e da contradição fundamental desta forma de sociabilidade. Desse modo, temos em

¹⁶⁹ Fazemos referência aqui à *acumulação por espoliação*, processo no qual Harvey (2003) pressupõe a reiteração da acumulação primitiva a partir de relações contemporâneas. O autor parte do raciocínio de que o capitalismo requer “efetivamente algo 'fora de si mesmo' para acumular”, sendo que “ele [o capital] expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo” (HARVEY, 2004:118). Nossa perspectiva se consubstanciou em buscar um caminho distinto a respeito do que Harvey chama de “expulsão do sistema”.

vista que as ações na direção da legalização não se põem como um afronte aos princípios desta sociedade, mas aos condicionamentos oriundos desta objetividade social e à ilusão de sujeitos que dela se deriva. Assim, o debate que buscamos iniciar nesta dissertação, ao promover uma leitura baseada na modernização periférica e nos processos a ela imanentes, procura se desvencilhar de análises que desconsideram as contradições sociais fundamentais e as determinações objetivas frente aos desdobramentos de uma crise do fundamento desta sociedade.

Por fim, cabe ressaltar que o nome da Comunidade com a qual nos aproximamos revela em grande medida os termos a que esta sociedade está sujeita. A Vila Nova Esperança nos mostra uma esperança permanente de inserção positiva no mundo do direito e do trabalho, muito embora a mesma apareça como a ausência de direito e de trabalho ou mesma sua externalidade. Nessa direção, também aponta para um horizonte em que a negatividade do trabalho lhe é imanente, sendo que esta condição deverá se manifestar no embate do direito, incapaz de conciliar a tensão da contradição em que se fundamenta esta sociedade. Assim, a Vila Nova Esperança, no cerne de sua particularidade, apresenta-se como a expectativa de uma resolução, que sempre esteve por vir no interior da realidade periférica como a brasileira, qual seja a de uma inserção positiva no mundo do trabalho e do direito. Por isso, seu sentido não compreendemos como da “Nova” Esperança, mas das promessas antigas, reiteradamente não realizadas no âmago da própria condição a que se refere esta modernização periférica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, Anselmo. A luta pela cidade na metrópole de São Paulo: do projeto à construção da Avenida Água Espraiada. Mestrado em Geografia Humana. FFLCH-USP. 1999.

_____, Anselmo. *Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica.* ENG 2010.

ALFREDO, Anselmo; SILVA, Ana Cristina Mota. *Modernização e Contradições Espaço-Temporais. Centralidades e periferias na metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: aldeamentos indígenas, industrialização e periferia urbana.* 2008. mimeo

ANTUNES, Ricardo. “Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”. Boitempo Editorial. São Paulo. 1999.

_____. *O caracol e a concha – Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

AGLIETTA, Michel. Concentración y centralización del Capital. In: _____. *Regulación y crisis del capitalismo : la experiencia de los Estados Unidos.* Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1979. p.192-197.

ARANTES, Paulo Eduardo. A Fratura Brasileira do Mundo: Visões do laboratório brasileiro da mundialização. In:_____. Zero à esquerda. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, p.25-77.

BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As Lutas Sociais e a Cidade.* Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1994, p. 253-278.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Algumas características básicas do quadro analítico subjacente ao debate desenvolvimentista brasileiro. In:_____. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.11-29.

_____. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma resenha. **BIELSCHOWSKY, Ricardo.** (org). Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, p.13- 68.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: **MARICATO, Ermínia.** *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade).* São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 37-70.

BURAWOY, M A *Transformação dos regimes fabris no Capitalismo Avançado*. In Revista de Ciências Sociais, nº 13, ano 5 (jun.) 1990.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo – Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*. Tese de doutorado. Depto de Geografia, USP, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. Revista Brasiliense, nº28, mar/abr, 1960, p.31-46.

CAIADO, A.S.C.; **RIBEIRO**, T.F.F.; **AMORIM**, R.L. Políticas Neoliberais e Reestruturação Produtiva. In: **POCHMAN**, M. (org). Reestruturação Produtiva. Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 63-146.

CARMARGO, C.P.F et al. São Paulo 1975: Crescimento e pobreza. São Paulo: Editora Loyola, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *“Dinamicas urbanas en la metropolis de São Paulo”*. In: **CARLOS**, Ana Fani Alessandri; **CARRERAS**, Carles. Barcelona y São Paulo cara a cara : procesos metropolitanos a la hora de la globalización. Barcelona : Davinci, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE UNICAMP. 2002.

COSTA, Renê. Impactos sobre remanescentes florestais de Mata Altântica na Zona Oeste da Grande São Paulo: um estudo de caso da mata da Fazenda Tizo. Dissertação de mestrado em Geografia Física. FFLCH-USP, 2006.

COUTO, Luccas Ribeiro. Nem só o que é sólido se desmancha no ar: a *Nova Luz* na produção insubstancial do espaço urbano. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. FFLCH-USP, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. *“Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da metrópole de São Paulo”*. In.: **CARLOS**, Ana Fani; **OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de. (org). Representações e Crise da Metrópole. Vol 1. São Paulo: Contexto, 2004. pp 19-58).

DAMIANI, Amélia Luisa. Espaço e Geografia: Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. Tese de Livre Docência em Geografia Humana. FFLCH-USP, 2008.

_____. A cidade (des)ordenada. Concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, USP, 1993.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 2009.

_____. A industrialização periférica. In: FURTADO, Celso. Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.155-170.

FOLHA DE SÃO PAULO. *BNH favorece a Delfin em Cr\$ 60 bilhões*. 1982.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro : Record, 2000.

GORZ, André. *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx”. In.: COGGIOLA, Osvaldo (org). Marx e Engels na história. São Paulo: Xamã, 1996, pp 291-302.

_____. *O negativo do capital : o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____. “Capital e crise: os desafios da teoria”. In: Margem esquerda – Ensaio marxistas. Ed. nº4, out-2004.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Revistas Espaço e Debates*, nº 6, 1982, p.7-35.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HIRSCH, Joachim. *Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise*. In: POULANTZAS, Nicos. (Coord). Estado em crise. Trad. de Maria Laura V. De Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1977. pp 85-111

IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação Urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Lutas urbanas e movimentos populares:alguns pontos para reflexão. In.: *Espaço e Debates*, nº8, 1983. pp 55-63.

KOWARICK, Lúcio(org). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio; **CAMPANÁRIO**, Milton A. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1994, p. 53-72.

KURZ, Robert. *“O colapso da modernização”*. São Paulo: Editora Paz e terra, 2004.

_____. *Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997

_____. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora. Editora UFJF – PAZULIN, 2004b.

_____. Dominação sem sujeito. In: KURZ, Robert. *Razão Sangrenta*, 2012..

_____. “A substância do capital.” Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>. Acesso em 12/04/2010.

_____. “Conflito distributivo e pobreza em massa”. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>. Acesso em 20/03/2009.

_____. “O duplo MARX”. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>. Acesso em 20/03/2009b.

_____. “A ascensão do dinheiro aos céus”. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>. Acesso em 20/03/2009c.

_____. “A honra perdida do trabalho”. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>. Acesso em 20/08/2009d.

_____. “O Curto verão do keynesianismo”. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>. Acesso em 20/08/2009e.

_____. Não há leviatã que nos salve – Teses para uma teoria crítica do Estado. Disponível em <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz390.htm>. Acesso em 30/11/2011.

_____. “As perfídias do capital financeiro”. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz159.htm>. Acesso em 09/09/2012.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estrutura Atual da Grande São Paulo*. In:_____. *A Estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971, p. 260-332.

LEFEBVRE, Henry. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins.199-.

_____. Vida Cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. Da teoria das crises à teoria das catástrofes. In: Revista GEOUSP – Tempo e espaço, São Paulo, nº25, pp.138-152, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Global, 4ª Ed, 1987.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1988.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classes. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização Brasileira e Latino-americana. In: UGI. (org). Geografia e meio ambiente no Brasil. 1ªedição. São Paulo: Hucitec, 1995.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Abril, 1982.

MARICATO, ERMÍNIA. Autoconstrução, a arquitetura possível. In:_____. A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 71-93.

_____. Metrópole na Periferia do Capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl. “O Capital: crítica da economia política”. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol.I,II e III.

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes. 1985b.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Campinas: Editora UNESP, 2009

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *Ação Civil Pública Ambiental*. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. “Crítica à razão dualista – O ornitorrinco”. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

_____. Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. *Os direitos do antivalor, A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998

_____. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*. In: Moisés, José Álvaro ET AL. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: CEDEC: Paz e Terra, 1977.

PADUA, Rafael Faleiros. *“Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo.”* Dissertação de Mestrado. Depto de geografia, USP, 2007.

PEREIRA, Luiz Bresser. *“Colapso da modernização ou crise cíclica?”*. Disponível em www.bresserpereira.org.br/works/prefacesreviews/93.Kurz-ColapsodaModernizacao.pdf. Acesso em 30/11/2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

POCHMANN, Márcio; KJELD, Jacobi; SINGER, Paul. *Mapa do trabalho informal – Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

RAMIRES, José Ramires. *“Severinos na metrópole – A negação do trabalho na cidade de São Paulo”*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de sociologia da FFLCH. 2001.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. *A produção do lugar na periferia da metrópole Paulistana*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Geografia da FFLCH. 2007.

ROCHA, Alexandre Souza de. *Centralidade e periferia na Grande São Paulo: abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Geografia da FFLCH, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *A Matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas e conflitos*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (ORG.). *A Produção do Espaço Urbano. Agentes e processos, escalas e desafio*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.207-230.

SCHWARZ, Roberto. *Fim de século*. In: _____. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.155-62.

_____. *Que horas são?* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006, 2ª edição.

SERPA, Angelo. *Lugar e centralidade em um contexto metropolitano*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.

(ORG.). A Produção do Espaço Urbano. Agentes e processos, escalas e desafio. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 97-108.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 8ª edição, 1995.

SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec. 1979.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A transposição de teorias sobre a institucionalização do *Welfare State* para o caso dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 1- 18.

TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos urbanos e a cidade*. Novos estudos Cebrap. Nº84.jul.2009. p.153-173.

_____. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm editora, 2010.

THOMPSON, Grahame; **HIRST**, Paul. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TORRES, Haroldo da Gama; **MARQUES**, Eduardo Cesar. *Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. ANPUR. Nº4. 2001

_____. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. Novos Estudos CEBRAP, 56, pp.131-156.2000.

VOLOCHKO, Danilo. Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole. Tese de doutorado em Geografia Humana. FFLCH-USP, 2011.